Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

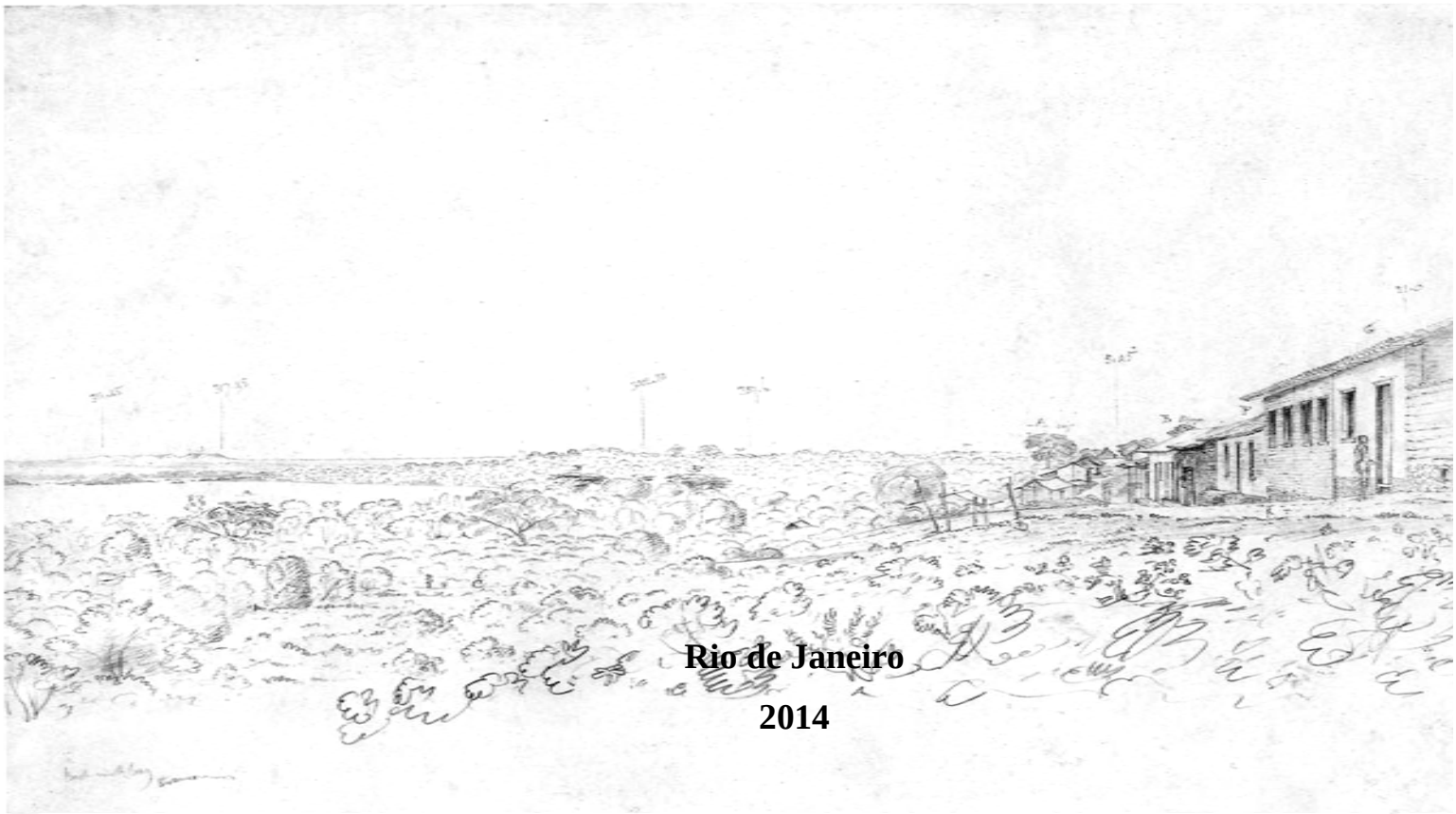
Marielle Rodrigues Pereira







O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional



Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Marielle Rodrigues Pereira

O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro
Supervisora: Cejane Pacini Leal Muniz

Rio de Janeiro
2014

O objeto de estudo dessa Dissertação foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Tocantins.

P436r Pereira, Marielle Rodrigues.
O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional-To / Marielle Rodrigues Pereira – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

259 f.

Orientador: Rafael Winter Ribeiro

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Cultural. 2. Referência Cultural. 3. Conceito de Lugar. 4. Porto Nacional – TO. I. Ribeiro, Rafael Winter. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Marielle Rodrigues Pereira

O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2014.

Banca examinadora

_____

Professor Dr. Rafael Winter Ribeiro (orientador) – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora Ms. Jurema Kopke Eis Arnaut – PEP/MP/IPHAN

_____

Professora Dra. Inês Aguiar de Freitas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ

Ao meu pai Juju *(in memoriam)*

Agradecimentos

Sem ordem, nem referência, porque a todos agradeço e devo a mesma consideração.

Aos colegas do mestrado, professores e funcionários da Copedoc PEP/MP, meus agradecimentos por muito do que aprendi nesses últimos dois anos e que contribuíram para a minha reinvenção.

A equipe do Iphan /Tocantins pela compreensão durante os meses em que estive lotada na unidade, disponibilizando todo o apoio necessário para a realização deste trabalho.

Em especial aos professores Helena Mendes e Luciano Teixeira, pelo carinho, atenção, disponibilidade e revisão dos meus textos.

A minha colega Karine como interlocutora da Superintendência de Goiás, viabilizando o acesso aos arquivos referentes ao município do Tocantins.

Ao Prof. Rafael Winter por ter acreditado e aceitado ser o orientador deste trabalho, pela sua tranquilidade, paciência e por ter sido atencioso nos momentos mais difíceis da dissertação.

Ao amigo Daniel Cavalcante pelas narrativas fotográficas e pelas conversas sobre a sua querida Porto Nacional.

Ao Danilo pelo companheirismo, tempo, paciência, sua ajuda e sua saudade.

Por fim, à determinação motivada pelo amor de meu pai, que mesmo após seu falecimento, continuou dando-me forças e foi por ele que cheguei até aqui.

Resumo

Este trabalho analisa o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, umas das cidades surgidas a partir da mineração no Brasil central — mais especificamente no final do século XVIII, no atual Estado do Tocantins, antigo norte de Goiás — e tombada como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2008. Buscamos identificar os valores envolvidos nesse processo para contribuir com a discussão atual sobre as práticas de preservação do espaço urbano no que tange aos projetos de intervenção pelo poder público e à preservação das referências culturais a partir da noção conceitual de *lugar*. A argumentação desenvolvida nesta dissertação será apresentada em três partes: de uma breve caracterização da transformação política que envolveu o campo do patrimônio em relação aos centros históricos e sua apropriação para o consumo visual, que aponta para o surgimento de espaços urbanos estritamente direcionados ao turismo, passaremos a uma reflexão sobre o conceito de *lugar* como referência cultural, associando-o a nossa ideia de que os valores materiais e imateriais são indissociáveis, e, a seguir, trataremos do seu significado e da importância da inserção desse conceito nos processos de intervenção em centros históricos a partir do estudo no centro histórico de Porto Nacional.

Palavras-chave: Lugar, referência cultural, intervenção no espaço urbano.

Abstratc

This study analyzes the listed process of the historic center of Porto Nacional, one of the towns arose from mining in central Brazil - more specifically in the late eighteenth century, in the current state of Tocantins, ancient northern Goiás - and listed as cultural heritage by the National Historical and Artistic Heritage in 2008. We seek to identify values involved in this process to contribute to the current discussion on the practical preservation of urban space in relation to projects of intervention by the government and preservation of cultural references from the conceptual notion of place. The argument developed in this dissertation will be presented in three parts: a brief characterization of the political transformation that involved the field of equity in relation to historical places and their suitability for the visual consumption, pointing to the emergence of urban spaces strictly targeted to tourism, turn to a reflection on the concept of place as a cultural reference, associating it with our idea that the tangible and intangible valuesare inseparable, and then will discuss the meaning and importance of inclusion of this concept in the process of intervention historical centers study from the historic center of Porto Nacional.

Keywords : Place, cultural reference , intervention in the urban space.

Lista de Figuras

Figura 1. *Mapa* 1. Localização da cidade de Porto Nacional. Fonte Nuta, s/ data. 18
Figura 2 *Quadro1*.Bens tombados pelo Iphan no Brasil, entre 1938 e 2009 por Estados..... 31
Figura 3 Porto Real e a capela Nossa Senhora das Mercês séc.XVIII. Desenho de Burchel... 83
Figura 4 Localidades Centrais no norte de Goiás no século XVIII e XIV 86
Figura 5 Catedral dedicada à Nossa Senhora da Mercês Porto Nacional, 1914..... 88
Figura 6 Construção do seminário ao lado da Catedral em Porto Nacional, 1914..... 88
Figura 7 Travessia do Rio Tocantins em Porto Nacional..... 90
Figura 8 Porto Nacional na década de 1970 91
Figura 9 Coreto na praça Nossa Senhora das Mercês, década de 1990..... 91
Figura 10 Programação de Julho para a Orla 94
Figura 11 Praia natural temporária – Ilha de Porto Real 98
Figura 12 Praia artificial construída após a formação do lago em Porto Nacional 99
Figura 13 Largo das Mercês em 1999 100
Figura 14 Largo das Mercês em 2011 100
Figura 15 Avenida Coronel Josué em 1912 101
Figura 16 Avenida Coronel Josué em 2001 antes das intervenções..... 101
Figura 17 Avenida Coronel Josué após as intervenções em 2012..... 101
Figura 18 Praça Nossa Senhora das Mercês na década de 1970 com o rio ao fundo..... 102
Figura 19 Praça Nossa Senhora das Mercês em 2012 com o lago ao fundo 102
Figura 20: *Mapa* 2.Localização do centro histórico de Porto Nacional. Fonte: Depam 106
Figura 21: *Mapa* 3.Poligonal de tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Fonte: Depam..... 107
Figura 22 Rua principal do centro histórico de Porto Nacional em 1985 108
Figura 23 Lado esquerdo da rua principal do centro histórico de Porto Nacional em 2013 .. 109
Figura 24 Lado direito da rua principal do centro histórico de Porto Nacional em 2013 109
Figura 25 Visão em perspectiva da rua principal de Porto Nacional em 1985 109
Figura 26 Rua principal e praça de Porto Nacional em 2013..... 110
Figura 27 Elementos paisagísticos rua Misael Pereira 113
Figura 28 A edificação antiga, antes do incêndio na praça Tiradentes em Ouro Preto..... 117
Figura 29 A edificação atual, após a reconstrução, Ouro Preto- MG..... 117

Figura 30 Gráfico1. Conceituação de patrimônio cultural para os entrevistados..... 122
Figura 31 Interior da residência de um morador do centro histórico 123
Figura 32 Móvel antigo no interior da residência de um morador do centro histórico 123
Figura 33 Uso da praça por idosos 125
Figura 34 Uso da praça por jovens para rápidas conversas..... 125
Figura 35 Evento na nova orla de Porto Nacional..... 126
Figura 36 Pista de Kart no carnaval de 2013..... 126
Figura 37 Meninos jogando bola na praça Nossa Senhora das Mercês..... 127
Figura 38 Movimento de meninos na praça Nossa Senhora das Mercês 127
Figura 39 Meninos observam o jogo ao passar pela praça..... 127
Figura 40 Meninos sentados aguardam a vez de entrarem no jogo..... 128
Figura 41 Desenho de André, aluno da escola Dom Pedro II 128
Figura 42 Desenho de Alber, aluno da escola Dom Pedro II 129
Figura 43 Manifestação contra a derrubada do coreto 130
Figura 44 A praça com o coreto ao fundo durante o evento semana da Cultura..... 130
Figura 45 Praia natural de Porto Nacional..... 131
Figura 46 Rio Tocantins em Porto Nacional 131
Figura 47 *Gráfico 2*. Demonstrativo dos elementos mais citados pelos moradores..... 132
Figura 48 Vista externa da Catedral Nossa Senhora das Mercês 132
Figura 49 Vista interna da Catedral Nossa Senhora das Mercês..... 133
Figura 50 *Gráfico 3.1*. Aspectos que agradam os entrevistados no centro histórico 134
Figura 51 Pessoas sentadas nas calçadas..... 134
Figura 52 *Gráfico 3.2*. Edificações que agradam os entrevistados devido à conservação ... 134
Figura 53 Obras para retirada do coreto..... 136
Figura 54 Derrubada de edificações no centro histórico..... 136
Figura 55 Semana da Cultura na praça Nossa Senhora das Mercês..... 137
Figura 56 Preparativos para a Semana da Cultura na Pista de kart na nova orla 137
Figura 57 Semana da Cultura na pista de kart..... 139
Figura 58 Área onde se realizava a Feira do Cabaçaco..... 141
Figura 59 Cartaz da Feira do Cabaçaco em frente à Comsaúde..... 141
Figura 60 Feira do Cabaçaco com apresentação de teatro..... 142
Figura 61 Encontro artístico de jovens no antigo pátio da Feira do Cabaçaco 143
Figura 62 Sarau com jovens no pátio da Comsaúde..... 143

Figura 63 Festa da Padroeira década de 1990 144
Figura 64 Festa da Padroeira década de 1990 145
Figura 65 Festa da padroeira Nossa Senhora das Mercês 145
Figura 66 Festa da padroeira Nossa Senhora das Mercês 145
Figura 67 Interior de uma casa no centro histórico 146
Figura 68 Relógio antigo de um dos moradores do centro histórico..... 146
Figura 69 Descaracterização de parte do casario vernacular do centro histórico 148
Figura 70 *Quadro 2*. Edifícios representativos do centro histórico para os entrevistados 150
Figura 71 *Quadro 3*. Edifícios citados pelos entrevistados que necessitam de intervenção .. 151
Figura 72 Imóvel abandonado na praça..... 155
Figura 73 Barranca na margem do rio Tocantins em Porto Nacional. 156

Sumário

INTRODUÇÃO 15
1 OS TRAÇOS DA VALORAÇÃO PELO IPHAN EM SUA TRAJETÓRIA..... 24
1.1 OS PRECURSORES E OS VALORES ATÉ OS ANOS 1960..... 24
1.2 UM OUTRO CAMINHO PARA O PATRIMÔNIO..... 36
1.3 NOVAS PERSPECTIVAS PARA O TOMBAMENTO..... 44
1.4 AS INTERVENÇOES URBANAS E OS RETROCESSOS..... 51

2 OS VÁRIOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL..... 57
2.1 AS MULTINARRATIVAS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL..... 57
2.2 O CONCEITO DE LUGAR COMO REFERÊNCIA CULTURAL 63
2.3 O INRC E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CONCEITO DE LUGAR NA POLÍTICA DO PATRIMÔNIO 72
3 NAS BARRANCAS DO RIO TOCANTINS: UM LUGAR EM PORTO NACIONAL 82
3.1 UM PORTO AS MARGENS DO RIO TOCANTINS – O REAL..... 82
3.1.1 Aspectos históricos e geográficos 82
3.1.2 O poder público local e o centro histórico 93
3.1.3 O Rio Tocantins e o desenvolvimento: a travessia que não foi concretizada 97
3.2 A VALORAÇÃO OFICIAL DO CENTRO HISTÓRICO – O APRESENTADO..... 105
3.3 OS VALORES DO *LUGAR* – O REFERENCIADO 120
3.4 O TOMBAMENTO E AS EXPECTATIVAS DOS MORADORES..... 152
3.4.1 O tombamento e a atuação do Iphan e do poder público local 152
3.4.2 A praça e os espaços públicos do centro histórico..... 154
3.4.3 A arquitetura vernacular..... 157
3.1.4 A catedral 159
3.1.5 As manifestações culturais sobre e com o espaço urbano do centro histórico..... 160

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 171
ANEXOS 176
1 ENTREVISTAS..... 176
2.MAPAS MENTAIS 238
3 PLANTAS DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL – IPHAN/TO 254

INTRODUÇÃO

Em meio à complexidade que envolve o campo de preservação do patrimônio cultural, o conceito e a prática de preservação parecem atrelados a um processo em constante transformação. Chegou-se ao ponto em que o entendimento da relação entre a comunidade e o centro histórico procura compreender a interação entre os aspectos materiais e subjetivos dos elementos categorizados como patrimônio, associando-a a maior participação da comunidade no que tange à seleção e proteção dos bens culturais, como também buscando considerar o caráter dinâmico das representações culturais.

A partir desses processos, vão sendo modificadas as visões sobre patrimônio cultural no tocante aos aspectos políticos, técnicos e sociais com uma maior complexidade das relações decisórias entre os agentes públicos e a sociedade, passando a abrir maior participação dos diversos atores sociais.

Dentro desse contexto de inquietações e transformações sociais com envolvimento de vários agentes, acontecem mobilizações de associações e de comunidades de cultura e a ampliação dos novos campos intelectuais, que vão influenciar as políticas e ações adotadas no Brasil para preservação do patrimônio cultural.

O objetivo desta dissertação é discutir a prática da preservação a partir de novas abordagens nos processos de tombamento que direcionam novas formas de olhar para o centro histórico, incorporando a dinâmica da prática de participação de diversos atores sociais nas questões da preservação do patrimônio cultural. Para tal encaminhamento, é necessário observar a relação entre os discursos oficiais e a percepção da comunidade em relação aos mesmos e ao centro histórico. Trata-se de investigar as relações existentes entre a sociedade e o patrimônio cultural com intuito de direcionar políticas públicas que procurem harmonizar interesses em relação aos centros históricos.

Nesse contexto de mudanças, essa abordagem procura encontrar respostas para um problema que tem sido apontado por uma grande parcela de intelectuais ligados à área do patrimônio cultural, para os quais haveria uma coexistência de duas tendências concomitantes ligadas à preservação e à gestão: a busca incessante pelo progresso e enobrecimento[1] de áreas urbanas, principalmente em sítios históricos, por um lado, e, por outro, o desprezo das referências culturais construídas ao longo do tempo e inseridas no espaço urbano.

---

[1] Ver MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 258. O poder público e/ou a iniciativa privada criam um novo valor de uso para o centro histórico como produto de mercado, fundamentados na apropriação cultural dirigida a determinado público-alvo, visando à elitização do espaço urbano, o que resulta na expulsão da classe de baixa renda. Ver também LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

Nas palavras de Motta (2000), o patrimônio cultural estaria comprometido com um "*modelo globalizado*"[2] que desconsidera a cidade como fonte de conhecimento, em benefício de uma apropriação cenográfica, causando conflito entre os diversos atores sociais ligados aos processos de restauração do bem cultural e obrigando a uma "reflexão sobre o rigor a ser exigido na preservação do patrimônio e o papel desempenhado pelo poder público" (MOTTA, 2000, p. 258). A partir dessa concepção, questiona-se a validade dos critérios de intervenção no espaço urbano que despreza aquilo que é referência cultural para a comunidade local e seu significado como *lugar*.

Seria, então, conforme Motta (2000), o desaparecimento das referências culturais do centro histórico como *lugar*, em virtude da atuação do poder público, que acaba apoiando modelos de preservação que não abrangem os "tempos de atribuição de valor, do conhecimento e da apreensão dos significados do sítio histórico como lugar" (MOTTA, 2000, p. 258). Isso significa que os critérios de intervenção se contrapõem aos valores atribuídos pela comunidade local, incentivando uma apropriação do patrimônio voltado para o mercado de consumo, desprezando os processos de conhecimento e valor documental que o sítio histórico proporcionou ao longo dos tempos.

Nessa perspectiva, a análise teórica e conceitual da materialidade do espaço urbano e os interesses do poder público mostram-se insuficientes para argumentar e propor intervenções urbanas que sejam assimiladas e aceitas pela população local. A compreensão do aspecto simbólico dos lugares impõe-se como pré-requisito para a proposição de intervenções urbanas e inseridas no centro histórico tombado como patrimônio cultural e em diálogo com o conhecimento técnico especializado.

Esse dilema desafia nossa compreensão de centro histórico e patrimônio cultural, da diferença entre os modelos de intervenção urbana adotados pelo poder público e da constituição de referência cultural, do *lugar* de pertencimento das pessoas, de formas de convivência e integração e da própria representação dos *lugares*.

A partir desse contexto, diante das intervenções a serem promovidas nos sítios urbanos tombados, torna-se fundamental considerar o bem, não somente na sua feição material, mas também nos aspectos subjetivos contidos nos centros históricos, a partir dos diferentes sentidos, olhares e valores que são atribuídos ao *lugar*, determinados pela noção de referência cultural. O que nos interessa em particular são as formas de construção e apropriação cotidiana pela comunidade dos elementos constituintes dos *lugares* que, como tal,

[2] Cf. MOTTA, Lia, 2000, op. cit., p. 260.

são instrumentos para nortear futuras intervenções em sítios urbanos tombados, cujas características serão abordadas com base nos trabalhos de Lia Motta (2000; 2011), Antônio Arantes (2000) e Márcia Sant'Anna (2001; 2003; 2004).

Trata-se de aprofundar a reflexão sobre determinados conceitos e categorias que são, de certa forma, contraditórias às tendências anteriormente apontadas, porque buscam colocar o patrimônio cultural como protagonista, servindo, assim, como um dos eixos para direcionar as intervenções em sítios urbanos históricos. Nesse sentido, focamos o sítio urbano histórico de Porto Nacional, tombado no âmbito federal pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2008, que aqui é o objeto de estudo, enquanto referência cultural para os portuenses.

A cidade integrante da Amazônia legal, entre o norte e centro-oeste do Brasil, à beira do rio Tocantins, configurava-se como um lugar de passagem, isto é, ao mesmo tempo, de separação e comunicação entre antigos espaços mineratórios e rurais, entre os quais circulavam em contínuos movimentos e fluxos, bens e serviços, saberes e práticas, sujeitos e identidades. Seu núcleo histórico surgiu a partir de povoados que se formaram ao redor da mineração, às margens dos cursos d'água do Tocantins, como Arraial do Pontal em 1738 e Arraial do Carmo em 1746. Esses dois arraiais foram muito importantes para a formação de Porto Real (antigo nome de Porto Nacional), pois o arraial do Carmo está situado à margem direita do Tocantins e Pontal na outra margem do rio, onde o percurso obrigatório era passar por Porto Real, conforme mostra a Figura 01.

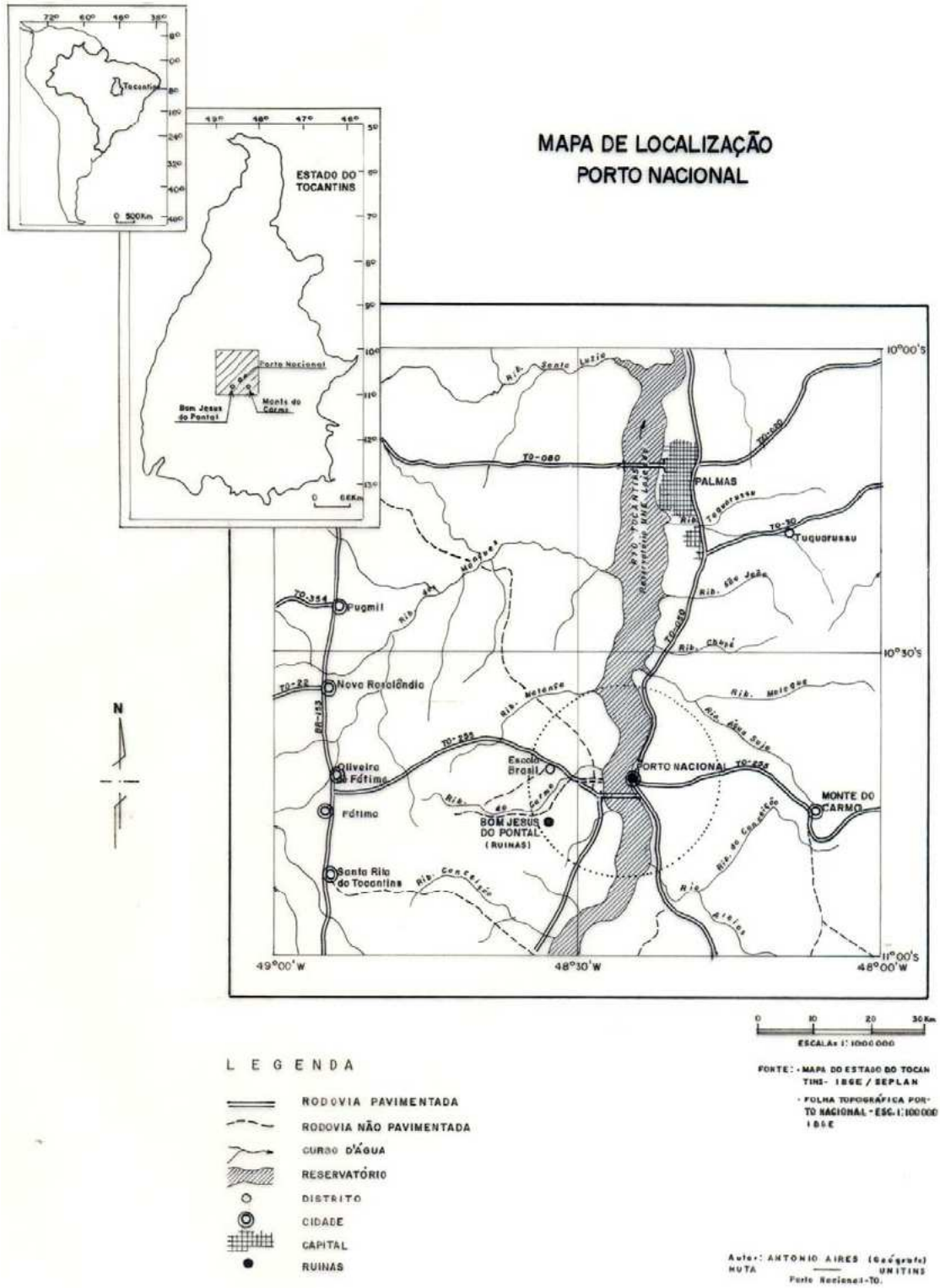


Figura 01. Mapa de Localização da cidade de Porto Nacional, Monte do Carmo (antigo arraial do Carmo) e ruínas de Bom Jesus do Pontal (antigo arraial do Pontal. Fonte Nuta, Autor: Antônio Aires, sem data.

Dessa forma Porto Real tornou-se um relevante centro de comércio para a região, acentuado após o declínio da mineração, devido à necessidade de impulsionar outro tipo de desenvolvimento econômico para o norte de Goiás por meio do rio Tocantins.

Desde o período mineratório, o núcleo histórico de Porto Nacional sofreu transformações, entre elas a construção da rodovia Belém Brasília à margem esquerda do rio Tocantins, e também a formação do lago devido à construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Lajeado. Hoje a cidade continua enfrentando desafios, dentre eles os referentes ao processo de tombamento do núcleo histórico, sobre o qual é possível detectar incoerência e falta de compreensão por parte dos moradores, relacionados à valoração dada oficialmente ao espaço urbano considerado Patrimônio Cultural Brasileiro e um descompasso entre os processos de intervenção física no centro histórico pelo poder público local.

Vários aspectos definem os centros históricos no sentido de seu significado como lugar para seus moradores. A apreensão deste significado requer entendimento de variáveis complexas que se revelam a partir das relações que são exercidas no núcleo histórico e estabelecidas a partir delas por meio de seu desenho, elementos estruturadores e mesmos por vestígios nesse espaço que tragam as suas memórias. A importância do conhecimento sobre a utilização do centro histórico está em perceber qual o lugar que este espaço ocupa na vida de seus habitantes, qual o sentido e o significado para a vida urbana, a que lógica dessa vida ela pertence.

Tanto os aspectos histórico-geográficos e os elementos urbanísticos como traçado urbano, escala, proporções, praça e edificações da cidade, quantos os seus usos e a dinâmica do centro histórico, refletem um caráter local que se identifica por elementos simbólicos carregados de valores, informando aos seus usuários suas preferências, expectativas e memórias. Esta comunicação não verbal do núcleo histórico, mesmo que no olhar tradicional esteja descaracterizada, conservando apenas alguns aspectos quanto ao traçado e a volumetria, também representa a historicidade daquele espaço provido de cicatrizes, no qual o valor histórico e o sentido desse espaço foi ressaltado como "*valor de diferenciação*" [3], logo, "*valor cultural*".

Nesse sentido, o centro histórico, reconhecido como detentor de valor documental, de lugar e memória, representa e funciona como referência cultural. No entanto, o núcleo histórico de Porto Nacional desafia-nos a conhecê-lo por meio de questionamentos que decorreram desde as intervenções físicas pelo poder público local em 2001-2003 até a sua inserção como patrimônio cultural relacionado ao Dossiê de Tombamento. Aspectos geográficos e históricos no que tange principalmente à relação do rio Tocantins com o núcleo histórico; ao entendimento dos moradores relacionados ao patrimônio cultural construído no

---

Ulpiano Bezerra em suas considerações sobre o Tombamento de Porto Nacional na 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2008.

local e quais os sentimentos e relações de pertencimento estão envolvidos nesse espaço para que se possa direcionar intervenções físicas e ações mais sensatas.

Pretendemos por meio desta pesquisa, portanto, saber como os portuenses nativos e de coração, que moram no centro histórico percebem, interpretam e produzem novos significados acerca do núcleo histórico e como foi percebido o discurso oficial de patrimonialização do bem. A problemática é direcionada para a incógnita de como os moradores percebem o centro histórico diante do "olhar" oficial e como esses "olhares" se relacionam. Como os elementos estruturadores do espaço comportam-se na paisagem? Sob o olhar dos moradores, qual é a relação do rio Tocantins com o centro histórico? Esses questionamentos deverão ser respondidos e estudados a partir da análise dos aspectos simbólicos e materiais respondendo à questão das relações de pertencimento que poderão contribuir para compreender os usos e sentidos do centro histórico, assim como a conservação e preservação do patrimônio cultural em Porto Nacional.

Os objetivos e elementos norteadores para o desenvolvimento da pesquisa que esclarecem essas questões estão pautados na **compreensão das relações de pertencimento dos moradores com o núcleo histórico de Porto Nacional, dadas pelo uso, valores e significados a partir de manifestações socioculturais, afetivas e físico perceptíveis. Já os objetivos específicos deste estudo visam apreender o centro histórico pela trajetória conceitual da preservação do patrimônio e a valoração reconhecida oficialmente, como também identificar quais os interesses do poder público local com a área e quais valores a comunidade atribui ao espaço, para, posteriormente, comparar o discurso que subsidiou o tombamento do núcleo histórico com o "olhar" dos moradores diante da visão oficial e o centro histórico percebido.**

O centro histórico de Porto Nacional, enquanto patrimônio cultural nacional enseja a realização de estudos que se aprofundem em questões que permitam compreender a interpretação e o papel afetivo e efetivo desempenhado pelos seus moradores nesse espaço carregado de significados. Neste caso, onde é estudado um bem ao qual foi conferido o título de Patrimônio Cultural Nacional, as relações de pertencimento pelos moradores é uma premissa para direcionar ações voltadas para intervenções físicas no espaço urbano que possa abarcar e dialogar os valores técnicos com os valores da comunidade.

O presente estudo permite detectar se as iniciativas decorrentes do reconhecimento do centro histórico encontram apoio e têm o interesse dos moradores e quais aspectos foram considerados na condução ao tombamento com o órgão oficial de patrimônio cultural.

Dessa maneira, o processo de identificação e seleção, assim como as próprias políticas de proteção de bens imóveis, geram certa tensão à medida que são aplicadas à sociedade, e ganham proporção quando começam a fazer parte dos atuais processos de intervenção no espaço urbano, principalmente quando envolvem valores da municipalidade que são contraditórios aos valores da comunidade e aos valores dos órgãos de preservação.

Admitindo-se como pano de fundo deste estudo a um maior envolvimento da comunidade na preservação do patrimônio cultural, fica clara a necessidade de contar com a efetiva participação do público local para identificar bens de interesse cultural, que tem significado compartilhado pela soma dos valores atribuídos, ou apesar deles, pelos diferentes grupos que convivem nessa sociedade, tendo em vista o bem comum.

Dessa forma, a importância de procurar pautar as relações entre os discursos oficiais do Estado e o olhar dos moradores em relação aos mesmos e ao centro histórico de Porto Nacional, visa contribuir para a compreensão das relações de pertencimento do núcleo histórico em relação à cidade e o direcionamento mais aceitável pelo conhecimento especializado e população local na forma de intervir em espaços públicos.

Para alcançar esses objetivos, o trabalho busca apoio nos documentos do Iphan sobre o patrimônio cultural em Porto Nacional por meio do dossiê de tombamento, arquivos da Fundação Nacional Pró-Memória[4], inventários e da ata da reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que decidiu o tombamento do centro histórico, além dos documentos elaborados pelo município em relação aos seus interesses sobre o centro histórico. Tais documentos contém não só uma série de informações sobre o patrimônio material e a valoração pelo Estado, como também as propostas e os objetivos do poder público local para a área em estudo.

Embora esses documentos cumpram o importante papel de identificação do patrimônio material da cidade, mostram-se insuficientes para definir quais os bens a serem preservados na cidade e que devem merecer atenção por parte do poder público conforme as visões da comunidade local.

[4] A Fundação Nacional Pró-Memória, foi criada e supervisionada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1979 através da secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e incumbida como entidade operacional, cujo objetivo era proporcionar os meios e recursos necessários para o desenvolvimento das tarefas da preservação cultural. A Fundação teve como finalidade contribuir para o inventário, a classificação, a conservação, a proteção, a restauração e a revitalização dos bens de valor cultural e natural existentes no País. A Fundação foi extinta em 1990.

Por meio dessa perspectiva, a partir da busca de vários olhares sobre o centro histórico de Porto Nacional, sejam eles políticos, técnicos e sociais, buscamos associar diferentes metodologias para identificar as visões que os diferentes atores sociais têm para o centro histórico de Porto Nacional.

Desse modo, a pesquisa soma ao processo de análise dos documentos oficiais tanto a nível federal como local, à pesquisa histórico-geográfica do centro histórico que deu subsídio ao entendimento das transformações que aconteceram no espaço urbano; os questionários com perguntas semiabertas direcionados aos moradores; associando as observações *in locu*, análises das narrativas literárias e desenhos produzidos por adolescentes e jovens, com intuito de obter maior apreensão dos valores construídos no sítio histórico pela comunidade para que fosse possível contrastar com os valores apresentados oficialmente.

A dissertação estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica que pretende conhecer, conceitualmente, como se definiu o patrimônio cultural brasileiro e a complexidade que circunda o seu reconhecimento, segue pela apropriação do conceito de lugar para responder a essa problemática, e, por fim, apresenta a aplicação desse conceito no centro histórico de Porto Nacional a partir das narrativas dos seus moradores, sejam elas literárias, orais ou mentais por meio dos desenhos.

No tocante ao desenvolvimento desse trabalho, o primeiro capítulo apresenta os princípios norteadores da trajetória da preservação dos bens culturais no Brasil e como essa transformação influenciou tanto nos aspectos econômicos, políticos, técnicos e sociais nos tombamentos dos núcleos históricos dos diversos "brasis" como o de Porto Nacional. Para isso, inicia-se a apresentação dos desdobramentos dos primeiros anos do Sphan[5] e sua transformação ao longo de sua trajetória, que culminou em perspectivas mais abrangentes em virtude de novos conceitos e novas demandas em relação à preservação do patrimônio cultural.

No segundo capítulo tentamos responder a essas novas demandas a partir da apropriação do conceito referências culturais no centro histórico, em um viés que procura articular conceitos comuns das áreas de arquitetura e urbanismo, patrimônio cultural e geografia a partir do conceito de *lugar.* Cabe ressaltar que será abordada a linha da geografia humanística por meio dos trabalhos de Tuan (1983), que caracteriza o *lugar* considerando a experiência e as relações afetivas inseridas no espaço urbano, como também a noção de *lugar*

[5] Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico nacional, antigo nome do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ver página 23.

como referência cultural trabalhado no Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Iphan (2000). Nossa intenção é refletir sobre o centro histórico como patrimônio cultural a partir da aproximação de duas disciplinas, a Geografia e o Urbanismo, e, em torno desse laço estudar o *lugar* numa perspectiva crítica e avançar na compreensão das transformações do espaço urbano do sítio histórico a partir da tangência em relação a sua materialidade e a sua imaterialidade.

Já o terceiro capítulo, tratou-se de apresentar os discursos oficiais que fundamentaram o tombamento de Porto Nacional conforme o conhecimento técnico especializado, ao mesmo tempo em que apresenta a realidade do centro histórico de Porto Nacional. Essa realidade será mostrada a partir da transformação que o espaço urbano sofreu diante dos interesses do poder público local e as apreensões dos valores dados pela comunidade diante de tais transformações, a partir da aplicação do conceito de lugar. Em seguida procurou-se comparar as diferentes visões: moradores, técnico e o poder público local.

Na primeira parte do presente estudo foi feita a pesquisa histórica do centro histórico direcionada às mudanças que o espaço urbano foi submetido pelo poder público local associada às observações *in locu* de eventos e manifestações culturais promovidas pela comunidade, igreja e prefeitura. Na segunda parte foi feita a análise da motivação do tombamento fundamentada no conhecimento técnico especializado destacando-se os elementos que subsidiaram o reconhecimento do centro histórico de Porto Nacional como Patrimônio Cultural brasileiro.

A terceira parte convergiu para a apreensão da relação dos moradores com o centro histórico e seus descontentamentos e impasses com o Estado em relação à área tombada, destacando-se aquilo que eles consideram como referência cultural naquele espaço, bem como as experiências que são vivenciadas cotidianamente pelos moradores no e com o centro histórico. A pesquisa foi baseada na aplicação dos questionários com perguntas semiabertas apresentando questões em relação ao patrimônio cultural, memórias do centro histórico e o tombamento, além da produção dos desenhos pelos jovens e adolescentes, como também as observações *in locu* por parte do pesquisador.

Por último, a pesquisa procurou contrastar as diferentes visões sobre o centro histórico constituído pelos olhares dos moradores, pelo conhecimento técnico e pelas intenções do poder público local em relação à área, compatibilizando interesses e demonstrando as diferentes perspectivas que convergem para aspectos em comum e, às vezes,

distantes em relação ao modelo de intervenção física e ações para o centro histórico de Porto Nacional, de modo que se possa visualizar possíveis caminhos para fortalecer a preservação do patrimônio cultural no local.

1 OS TRAÇOS DA VALORAÇÃO PELO IPHAN EM SUA TRAJETÓRIA

1.1 OS PRECURSORES E OS VALORES ATÉ OS ANOS 1960

No Brasil a discussão sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural pelo Estado ganha fôlego no início do século XX. Em 1916 Alceu Amoroso apresenta seu artigo "Pelo Passado Nacional[6]" na Revista do Brasil, denunciando o descaso que se encontrava o acervo artístico e sacro no Estado de Minas Gerais, principalmente as obras que se encontravam em Ouro Preto e Diamantina. Já em 1919 Mário de Andrade faz uma visita a Ouro Preto com o objetivo de levantar dados sobre a arquitetura religiosa da cidade e depois de um ano, lança a obra "A arte religiosa no Brasil[7]" que, posteriormente, seria apontada como o "pontapé" inicial para a preservação do acervo artístico e religioso mineiro (NATAL, 2007).

A partir dessas primeiras publicações de intelectuais, os estudos para preservação ganham espaço no meio político brasileiro na década de 1920, por meio das denúncias de intelectuais modernistas ligados à Semana da Arte Moderna de 1922, que manifestaram suas preocupações com os riscos de perda, destruição e abandono das obras de arte e cidades históricas, principalmente do período colonial brasileiro.

Em 1928 são realizadas as primeiras intervenções de restauração no acervo de Ouro Preto no tocante a igrejas e pontes sob o comando de Gustavo Barroso e financiadas pelo governo mineiro. Essa preocupação do poder público local passa a influenciar o governo federal que leva à promulgação do Decreto nº 22.928 em julho de 1933, tornando a cidade de Ouro Preto monumento nacional.

Podemos perceber que essa movimentação no campo intelectual e técnico, que começou em Minas Gerais, contribuiu de forma significativa para a preservação do patrimônio cultural e que mais tarde influenciou o poder público no âmbito jurídico sobre a necessidade da preservação de acervos pertencentes aos diversos "Brasis".

Diante dessas pressões dos intelectuais, a partir da década de 1930 surgiram várias propostas com intuito de resguardar bens históricos e artísticos que mereciam proteção do Estado. Em 1930, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho desenvolveu um projeto cujo objetivo era o de criar mecanismos de proteção legal dos bens culturais, que foi

---

[6] LIMA, Alceu Amoroso. *Pelo passado Nacional.* In: Revista do Brasil, Vol.III, Ano 1.São Paulo, setembro-dezembro de 1916.

[7] ANDRADE, Mário de. A Arte religiosa no Brasil. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993.

apresentado ao Congresso Nacional, mas não obteve aprovação (FONSECA, 2009). Nessa proposta, a definição de patrimônio histórico e artístico nacional estava intrinsecamente atrelada ao belo, à estética e ao excepcional ao se atribuir valor para proteção pelo Estado.

Em 1934 o Brasil declarou sua preocupação jurídica com o patrimônio cultural por meio da Constituição Federal, que estabeleceu sua proteção obrigatória pelo poder público, sendo que cabia à União e aos estados proteger as belezas naturais e os objetos de valor histórico ou artístico. Posteriormente, foi promulgado o Decreto-lei nº 25 que criou o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) — órgão federal orientado para a defesa e proteção do patrimônio — e estabeleceu o instituto de tombamento, pelo qual os bens eleitos como patrimônio histórico e artístico são inscritos em livros do tombo, categorizados como Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas Artes; das Artes Aplicadas.

Rabelo (2009) descreve que a Constituição de 1937 manteve as prerrogativas de proteção do patrimônio cultural mencionados na Constituição de 1934, porém, "alterou a palavra *objetos* para *monumentos*, incluindo ao lado dos monumentos históricos e artísticos, os denominados monumentos naturais" (RABELO, 2009, p.31)

Vale ressaltar que em 1936, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto em duas semanas a pedido de Gustavo Capanema, visando à organização de um serviço de defesa do patrimônio artístico nacional, baseado no conceito de arte que abrangia as manifestações de arte eruditas e populares, afirmando seu caráter universal e particular (FONSECA, 2009). Sua proposta não chegou a ser adotada porque não interferia no bem físico para sua proteção, mas impulsionou o processo de formulação do Decreto-lei nº 25 ao reunir elementos dos projetos anteriores tramitados no congresso nacional, que previam a preservação do patrimônio cultural. Para Mário "a arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos" (ANDRADE, 1981, p. 44).

Na verdade, o Decreto-lei nº 25/37 reuniu um intenso debate jurídico conceitual que envolvia os esboços de projetos de leis anteriores orquestrados por Luis Cedro, Jair Lins e José Wanderley Araújo Pinho, além de documentos[8] de encontros estaduais.

[8] Ver a minuta formulada por Blaise Cendrars, jornalista francês, que trouxe para o Brasil as discussões que estavam acontecendo na Europa. A minuta do estatuto além de pregar pela criação de uma lei para criação da classificação, inventários de bens, medidas de conservação, concebia que o organismo defensor do patrimônio histórico previsto nesse Estatuto tinha a incumbência de proteger não só os monumentos históricos, mas também a ecologia, paisagens, a música, a culinária, as manifestações populares, com suas festas pagãs, além de vestígios da arte popular, inclusive a indígena, e por todas as manifestações dos negros.(PRAGMÁCIO , 2009 p9)

Pragmácio (2009) argumenta a influência da minuta do Estatuto da Sociedade dos Amigos dos Monumentos históricos do Brasil em 1924 no anteprojeto de Mário de Andrade e no Decreto–lei nº25/37 ao analisar,

> A confirmar-se a nossa hipótese, o estatuto que Cendras esboçou para ser discutido na reunião em casa de d. Olívia naquele 20 de maio de 1924 teria recebido reforço conceitual se Mário de Andrade dela tivesse participado. E o anteprojeto de Mário, elaborado doze anos depois, teria se beneficiado da visão premonitória que Cendrars introduziu particularmente nos planos administrativo-financeiro, promocional e de exploração das potencialidades oferecidas pelas indústrias culturais e do turismo (PRAGMÁCIO 2009,p.9 apud CALIL 2006, p. 88).
> Estes breves comentários acerca do artigo elaborado por Calil, no qual evidencia, pelo menos, as avançadas ideias que se tinham no início do século passado - muitas das quais culminaram, em parte, no Decreto-lei 25/37 - registrando, ainda, as ousadas iniciativas e tentativas de se elaborar um estatuto jurídico que protegesse o patrimônio histórico e artístico, amplamente enxergado, que já corria risco de desaparecimento. (PRAGMÁCIO 2009,p.9)

Os instrumentos de proteção dos bens culturais fundamentados pela ideia de nacionalidade, e a conservação de memórias da história nacional convergiram para a preservação do patrimônio material, especialmente os arquitetônicos, privilegiando o acervo vinculado ao período colonial e se aproximando das concepções do projeto do deputado José Wanderley de Araújo Pinho referentes à seleção de um bem pelo seu valor artístico e histórico, como se observa no primeiro artigo do Decreto-lei nº 25:

> Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Nessa direção, as primeiras ações públicas para atender tais demandas partiram de Estados que possuíam acervos significativos do período colonial brasileiro, como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. O Estado de Minas Gerais foi um dos pioneiros na prática de preservação por possuir um grande acervo que estava sob o risco de desaparecimento e teve grande apoio dos intelectuais e posteriormente do poder público local. Em meio a essa luta travada pela proteção dos bens culturais e novo contexto político de preservação, é realçada a figura emblemática do advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, marcando sua

posição para proteção do patrimônio cultural brasileiro e que contribuiria significativamente para criação do Sphan[9].

Num período do Estado Novo, durante o governo de Getúlio Vargas, os modernistas como Mário de Andrade e Gustavo Capanema conseguiram criar um órgão de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional por meio do apoio político. Nesse contexto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectual mineiro, formado em Direito, conseguiu articular interesses de ambos os lados (modernistas e políticos), adaptando o anteprojeto que Mário de Andrade tinha encaminhado a Gustavo Capanema para que pudesse ser encaminhado e aprovado no Congresso Nacional para a criação do Sphan. Convidado para comandar o órgão pelo então ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema, permaneceu como diretor da instituição até a sua aposentadoria em 1967 (FONSECA, 2009).

> A atuação de Rodrigo Melo no SPHAN é [...] referida como a dos *tempos heroicos*[10] do Sphan, o que se explica pelo fato de que ele compreendia a defesa do patrimônio como uma causa, para a qual dedicou mais de 30 anos de sua vida. Rodrigo colocava-se com a missão de dar continuidade à obra de *civilização* do Brasil, obra que ele via como uma tradição que *assegura a continuidade da nação brasileira* (ZAMIN, 2006, p. 27-28).

Rodrigo Mello Franco de Andrade, como diretor, "valorizava *monumentos* que considerava símbolos visuais de uma civilização", ancorado numa concepção evolucionista que se refletiu na forma como ele lidava com o patrimônio brasileiro das populações primitivas — descendentes de colonizadores, africanos, ameríndios — "vistos como remanescentes de um passado desaparecido e ignorados em termos de sua vida cultural e social presente". Na verdade, o serviço é constituído por vários técnicos provindos de conhecimento especializado que construíam juntos a doutrina adotada na casa e a atuação do Sphan se direcionava de acordo com o esse conhecimento técnico e interesse político institucional, definindo assim o que seria tombado ou não.

As intenções do Sphan eram, então, "um contraponto ao anteprojeto de Mário de Andrade, o qual trabalhava com um conceito de patrimônio cultural bastante avançado e com forte viés antropológico" (ZAMIN, 2006, p. 27-28). O escritor modernista entendia

---

[9] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (FONSECA, 2009) Posteriormente o nome muda em 1946 por meio do Decreto –lei nº 8.534/46 que transforma o Sphan em Dphan (Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) com sedes em Belo Horizonte, Salvador, Recife e Rio de Janeiro (BRASIL, 1946)

[10] Maria Cecília Londres Fonseca delimita a atuação do Sphan em duas fases: a *fase heroica*, que vai desde a criação do Sphan até o fim da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967, e a *fase moderna*, que inicia com a direção de Aloísio Magalhães em 1979, sendo considerado o período intermediário a gestão de Renato Soeiro entre 1967 e 1979. Ver FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC; Iphan, 2009.

> por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (ANDRADE, 2002, p. 272).

Apesar do Sphan ser composto por um grupo de funcionários entre técnicos da casa e prestadores de serviço que faziam constantemente discussões acadêmicas sobre o patrimônio , era a figura carismática de Rodrigo Melo Franco que era realçada e com isto também a sua própria visão sobre o patrimônio cultural. Conforme Paulo Ormindo David de Azevedo (2013), Rodrigo defendia o tratamento privilegiado dado a Minas Gerais pela "importância do barroco mineiro, uma arte autenticamente brasileira"(p.7) e essa visão se aproximava da obra de Gilberto Freyre "Casa-grande e Senzala" que acabou influenciando vários tombamentos do Sphan (AZEVEDO, 2013).

As mudanças no anteprojeto de Mário de Andrade e a promulgação do Decreto-lei nº 25 se vincularam mais à intervenção no bem fisicamente visando a sua proteção de acordo com o interesse coletivo. Conforme Zamim (2006), questões jurídicas, principalmente a da propriedade, que era um dos maiores entraves, também foram determinantes, uma vez que Rodrigo Melo Franco de Andrade era um jurista com grande habilidade política e uma postura mais pragmática, o que contribuiu para que o serviço fosse criado.

Sendo o tombamento uma ação de intervenção que envolve interesses variados, faziam-se necessários fundamentos "juridicamente defensáveis e socialmente aceitáveis" (FONSECA, 2009, p. 106) para que viabilizasse a criação do Sphan.

O conceito de patrimônio adotado pelo Sphan, depois Dphan, e que permaneceu hegemônico até o início da década de 1970, estava relacionado às concepções de arte, tradição e Estado-Nação de um grupo de intelectuais modernistas que elegeram o barroco brasileiro como arte *genuinamente brasileira*[11]. Apesar de parecer contraditório, os modernistas brasileiros queriam buscar a arte genuinamente brasileira e uma identidade nacional (TRAJANO FILHO, 2010, p.20), rompendo a influência europeizada do Brasil e valorizando os traços primitivos da sua cultura, que até então eram vistos como arcaicos e um empecilho para inserção do país no conjunto das civilizações modernas que preservam seus monumentos históricos e artísticos.

Assim se firmou no Brasil uma relação entre o modernismo e a preservação do patrimônio cultural dentro do contexto de interesses políticos. Outra faceta importante durante

[11] Ver TRAJANO FILHO, Francisco S. **Tentativas de enraizamento:** arquitetura brasileira e formação nacional.2010. Tese (Doutorando em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

a *fase heroica* foi a especificidade da situação do Sphan no Estado Novo, a qual foi marcada pelo alto grau de autonomia de uma instituição dentro do Estado centralizador e nacionalista. O Brasil estava vivendo um contexto político que se voltava para a construção da nação, o que envolvia, além das dimensões políticas e econômicas, os aspectos culturais, nos quais foram pautadas várias ações (FONSECA, 2009). Segundo a autora, "o objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação" (FONSECA 2009, p. 86).

Essa ideia de nação se tornou viável para o Brasil, que construiu uma "narrativa nacional"[12]baseada no Estado-Nação para justificar a patrimonialização de vários bens culturais pelo Estado.

Gonçalves (2002) afirma que essas narrativas são construídas pelo Estado por meio de políticas culturais específicas, com intuito de fabricar uma memória e uma identidade nacional, visando à recuperação, defesa e preservação de um patrimônio cultural. Assim, elaboram-se discursos sobre a ideia de nação que podem ser interpretados como "produtos e efeitos de estratégias de objetificação[13] cultural" (GONÇALVES, 2002, p. 24). O autor salienta:

> No contexto dos discursos sobre o patrimônio cultural, a apropriação é entendida como uma resposta necessária à fragmentação e a transitoriedade dos objetos e valores. Apropriar-se é sinônimo de preservação e definição de uma identidade, o que significa dizer, no plano das narrativas nacionais, que uma nação torna-se o que ela é na medida em que se apropria do seu patrimônio (GONÇALVES, 2002, p. 24).

O autor acentua que "os ideólogos do patrimônio cultural, ao denunciarem o risco da 'perda', não estão apenas registrando um fato histórico, mas, discursivamente, construindo esse fato com o propósito de implementar um determinado projeto de construção nacional" (GONÇALVES, 2002, p. 105).

Foi nesse clima que se estabeleceu "uma relação do poder político com os intelectuais modernistas que viram nesse projeto nacionalista uma possibilidade para atuarem junto ao

---

[12] No livro "A retórica da perda", Gonçalves (2002) faz uma crítica "às estruturas narrativas que concebem os patrimônios nacionais, em especial o caso brasileiro. Utilizando-se da ideologia da perda, os historiadores 'criam' patrimônios nacionais, num processo que também pode ser entendido como contraditório, porque a perda também ocorre através de seus discursos (através da homogeneização das culturas e do passado)" (NOMADS.USP, 2009). Ver GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

[13] "A expressão 'patrimônio cultural' é usada para designar objetos no sentido mais geral desse termo: prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos e diferentes modalidades de práticas sociais objetificadas enquanto bens culturais: artesanato, rituais, festas populares, religiões populares, esportes etc. Enquanto objetos ou práticas sociais objetificadas, são todos apropriados com o propósito de serem exibidos e contemplados" (GONÇALVES, 1996, p. 82).

Estado e implementarem ações culturais, o que não significou um apoio incondicional ao centralismo autoritário de Vargas" (ZAMIN, 2006, p. 27). Configurou-se "uma relação dialética entre o projeto nacionalista político-autoritário e o projeto modernista de *redescobrir* o Brasil na sua diversidade e autenticidade cultural" (ZAMIN, 2006, p. 27), ou seja, de buscar na cultura brasileira uma identidade nacional, delimitando bens que mereciam ser protegidos pelo Estado e pela sociedade como símbolos da nação.

A conservação do patrimônio se constituiu a princípio como um campo fechado, no qual a atribuição de valores era feita por intelectuais e técnicos do serviço que, pautados por valores e critérios previamente estabelecidos, decidiam os bens culturais que deveriam ser protegidos pelo Estado por meio do tombamento. Mas de acordo com Abreu; Filho (2007, p. 4), o bem cultural "autêntico" apresentava uma face ideológica e ficcional.

Conforme Silvana Rubino (1996, p.97), Rodrigo Melo Franco dizia que era preciso identificar "a produção material e espiritual que herdamos" e que identificaria a nação brasileira. Isso era tarefa para Rodrigo e a equipe de intelectuais e de técnicos que faziam parte do Sphan. E não se tratava de um trabalho fácil; ao contrário, era uma situação difícil reconhecer valores que fossem aceitos pela maioria e que representassem um símbolo nacional. Ao abordar esse tema, Fonseca (2009, p. 22) enfatiza:

> Os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social (FONSECA,2009, p. 22)

Surge daí o desafio dos intelectuais diante da seleção e atribuição de valor a um bem que fará parte do conjunto de símbolos que representam a nação na perspectiva de uma unidade diante da pluralidade cultural brasileira. Esse paradoxo criava uma tarefa difícil para a equipe do Sphan. Rubino (1996) afirma que, tendo o tombamento como instrumento de proteção, foi possível, por meio de inúmeras viagens, inventar e inventariar

> um Brasil Histórico e Artístico, mas também etnográfico, arqueológico e — por que não? — geográfico. O país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados têm lugares e tempos privilegiados. Este conjunto documenta fatos históricos, lugares hegemônicos e subalternos, mapeando não apenas um passado, mas o passado que essa geração tinha olhos para ver e, assim, deixar como legado (RUBINO, 1996, p. 97).

Apesar de possuir grandes dimensões e estar envolvido por uma rica diversidade cultural, “o conjunto dos bens tombados desenha um mapa de densidades discrepantes nas diversas regiões, períodos e tipos de bens, formando conjuntos fechados e finitos” (RUBINO, 1996, p. 97). A autora resume as características dos bens tombados, afirmando que nesse mapeamento se encontra, em grande medida, o valor atribuído aos bens que foram consagrados como patrimônio cultural brasileiro durante a *fase heroica* e se revela “o desejo de um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes” (RUBINO, 1996, p. 98).

Apesar das críticas levantadas pela autora, é importante salientar que as escolhas e a forma de atuação do serviço foram se transformando ao longo de sua trajetória, de acordo com as novas demandas e as novas formas de olhar para o patrimônio e dentro das possibilidades da instituição. Isso se justifica uma vez que o Iphan, apesar das mudanças administrativas, continua ainda com um quadro deficiente de funcionários, assim como nos anos iniciais de atuação do Sphan, período em que os trabalhos do serviço sofriam maiores dificuldades administrativas do que hoje. Nesse sentido, a realidade administrativa do Sphan naquela época, no tocante ao corpo técnico, inviabilizava a possibilidade de inventariar todos os bens culturais que mereciam proteção pelo Estado diante de sua pluralidade cultural.

Ao analisar sob outro olhar o levantamento dos bens tombados coletados por Silvana Rubino (Figura2) durante a gestão de Rodrigo Melo Franco, vemos o destaque da região Sudeste e do Estado da Bahia, principalmente por conter um grande número de obras vinculadas ao início da ocupação do território nacional e localizadas próximas à costa brasileira.

Já as obras arquitetônicas consideradas não excepcionais, foram encaminhadas para o Livro do Tombo Histórico, que em sua maioria eram pertencentes às regiões mais distantes das áreas metropolitanas e não se enquadravam no padrão estilístico do barroco mineiro como, por exemplo, o conjunto de Pirenópolis em Goiás (CHUVA, 2009, p.216).

ESTADO	**1938-1967**		**1968-2009**		**Variação entre os períodos 1967 e 2009**
	Nº	**%**	**Nº**	**%**	**%**
ALAGOAS	7	0,92	11	1,06	57,15
AMAZONAS	1	0,13	4	0,38	300,00
AMAPÁ	1	0,13	1	0,10	0,00

BAHIA	145	19,15	176	16,91	21,40
CEARÁ	2	0,26	21	2,02	950,00
DISTRITO FEDERAL	1	0,13	4	0,38	300,00
ESPÍRITO SANTO	13	1,72	14	1,34	7,69
GOIÁS	18	2,38	22	2,11	22,22
MARANHÃO	13	1,72	20	1,92	53,84
MINAS GERAIS	176	23,25	204	19,60	115,90
MATO GROSSO DO SUL	0	0	4	0,38	
MATO GROSSO	1	0,13	5	0,48	400,00
PARÁ	18	2,38	25	2,40	38,88
PARAÍBA	19	2,51	22	2,11	15,78
PERNAMBUCO	61	8,06	82	7,88	34,42
PIAUÍ	6	0,79	7	0,67	16,67
PARANÁ	11	1,45	15	1,44	36,36
RIO DE JANEIRO	156	20,61	225	21,61	44,23
RIO GRANDE DO NORTE	14	1,85	14	1,34	0,00
RIO GRANDE DO SUL	18	2,38	38	3,65	111,11
RONDÔNIA	1	0,13	2	0,19	100,00
SANTA CATARINA	9	1,19	22	2,11	144,44
SERGIPE	24	3,17	25	2,40	4,16
SÃO PAULO	42	5,55	77	7,40	83,33
TOCANTINS[14]	0	0	1	0,10	
TOTAL	**757**	**100,00**	**1.041**	**100,00**	**37,52**

Figura 2. **Quadro de bens tombados pelo Iphan no Brasil, entre 1938 e 2009, por Estados.** Fonte: Eloisa Dezen – Kempter 2011; Elaboração Silvana Rubino com base nos arquivos de tombamentos do Iphan.

Conforme os dados coletados por Rubino (1996) até 1967, 43% dos bens tombados estavam localizados em Minas Gerais e Rio de Janeiro. Podemos perceber que a partir de 1969, a inclusão de bens de alguns Estados como Amazonas, Ceará e Mato Grosso aumentou significativamente, o que demonstra o aspecto de descentralização das ações do Iphan e as modificações do entendimento do que seria valor nacional.

Esse fenômeno também está inteiramente atrelado com a maior participação da sociedade na política de preservação federal, cujas iniciativas para solicitação de tombamento provinham quase sempre das assembleias legislativas ou das prefeituras. Esse interesse era devido aos benefícios que o tombamento poderia trazer para o município ou, às vezes, exercendo o papel de mediadores da comunidade local que desejava o tombamento.

Ribeiro (2007) amplia a nossa reflexão quando analisa os dados dos processos de tombamento empreendidos pelo Iphan e de autores como Maria Cecília Londres Fonseca, Lia

[14] O Centro Histórico de Porto Nacional apesar de ter sido tombado em 2008, somente em 2011 entrou no livro do Tombo histórico.

Motta, Márcia Chuva e Ítalo Campofiorito, ao discutir a inserção da característica paisagística na preservação dos monumentos, atribuindo à criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, uma contribuição importante tanto para essa inserção quanto para a consideração das obras modestas que não se encaixavam nos livros existentes.

> Como apontado por Campofiorito (1985) e também assinalado por Chuva (1998) e Fonseca (2005), na prática da Instituição houve uma hierarquização dos livros do tombo, embora esta não fosse reconhecida oficialmente. O livro histórico e o livro arqueológico, etnográfico e paisagístico passaram a ser utilizados para a inscrição daqueles bens que não atingiam as exigências que eram colocadas para o livro das Belas Artes, seja por não possuírem maior interesse estético, seja por estarem adulterados e/ou parcialmente destruídos (RIBEIRO, 2007, p. 74).

Nessa perspectiva, o autor aponta a valorização dos bens possuidores de qualidade estética — aspecto privilegiado pelos arquitetos da época —, o que resultou, durante esse período, na eleição oficiosa do barroco brasileiro como estilo e a fase colonial do Brasil como símbolo da tradição. Em defesa dos modernistas, Mário de Andrade defendia que incluía como arte histórica "todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira que, de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional" (ANDRADE, 1935), e isso incluíam igrejas, ruínas, fortes, solares e casas de personagens ilustres, visto que para ele, respondiam a uma intenção de construir o que se acreditava corresponder a uma herança coletiva autêntica.

Contudo, é importante ressaltar a eficácia simbólica dessa política de proteção, pois quem se arriscaria a dizer que o barroco brasileiro não deveria ser protegido desde os anos 1930 e 1940? Isso demonstra que o "trabalho feito pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teria sido muito bem sucedido, pelo reconhecimento que alcançou no país e no exterior" (FONSECA, 2009, p. 19). Cabe salientar que muitos autores afirmam que esse poder simbólico é limitado e relativo, na medida em que exige uma amplitude para simbolizar a nação, e que é determinado por valores artísticos, históricos, arquitetônicos, arqueológicos, etnográficos e antropológicos. Assim, RUBINO (1996) afirma que

> entre 1938 e 1967, apesar da generosidade etnográfica do anteprojeto, que faz parte da história da fundação do SPHAN, populações indígenas e seringueiras que habitavam o Amazonas poderiam ter lugar como objeto de investigação antropológica, mas eram pouco dignas de serem fixadas em uma história documental e evocativa. No registro da instituição, bens móveis e imóveis representavam, sobretudo, o bem edificado (RUBINO, 1996, p. 101).

Entretanto, há de ressaltar vários aspectos que contribuíam para o não reconhecimento pela instituição de bens culturais oriundos de investigações antropológicas, dentre os quais o fator político, os instrumentos disponíveis para proteção e os limites que a própria instituição enfrentava em seu corpo técnico, formado em grande parte por arquitetos e urbanistas. Também há que se ressaltar que grande parte dos tombamentos foram influenciados pela obra de Gilberto Freyre "Casa Grande e Senzala", que inspirou o Sphan durante toda a administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em defesa de Rodrigo de Melo Franco, a mesma autora argumenta em 2010 que

> O próprio Mário de Andrade, que em seu anteprojeto sugeria um conceito cultural extenso de obra de arte, em seu trabalho posterior inventariou apenas bens de arquitetura paulista (...) Porque o que se pode preservar não é o passado, mas suas imagens e representações, e nesse período a arquitetura tornou-se a manifestação mais adequada, visível e perceptível do passado. A concretude da edificação contrasta com categorias mais abstratas, como as presentes no anteprojeto de Mário – cantos, língua, folclore – que se casavam com as defendidas por Franz Boas, um antropólogo eminente que se dedicou a trabalhos de museu (RUBINO 2010 P.303).

E a autora ainda comenta,

> Na perspectiva dos trabalhos do Sphan, é necessário um lugar para o evento passado se construir, e, nesse sentido a legitimação conferida pela sociologia de Gilberto Freyre é exemplar, pois a sociedade que analisa tem seu apogeu na casa-grande e na senzala e seu declínio nos sobrados e nos mocambos. Pouco boasiano, neste sentido, menos que Mário de Andrade, que localizava o legado do país em patrimônios imateriais em seu anteprojeto(RUBINO 2010 P.303-7).

Nessas circunstâncias, havia o entendimento de alguns intelectuais do Sphan de que era necessário passar o Brasil a limpo. O século XVIII foi escolhido como século a ser memorizado por possuir uma arte autêntica brasileira, e parte do acervo referente ao século XIX foi menos apreciado por possuir uma importação estilística e não incorporado ao patrimônio cultural.

A arquitetura do período colonial, principalmente a mineira, foi inserida ao discurso sobre a modernidade e o sentido de brasilidade, sendo

> escolhida como representativa das origens da nação. As raízes portuguesas, especialmente expressivas nas construções religiosas, foram bastante valorizadas por meio dos tombamentos. [...] Para esse grupo fundador das práticas de preservação do patrimônio, essa arte somente será identificada na

> região de Minas Gerais, cuja consolidação urbana remonta à segunda metade do século XVIII, e a intensa produção artística foi considerada como a primeira a se revelar genuinamente, sem mais imitar a arte do reino português (CHUVA, 2011, p. 44-45).

Segundo Lúcio Costa, "teria havido uma ruptura em fins do século XIX e começo do século XX, interrompendo a produção daquelas obras de arte. A partir daí, as novas produções tornaram-se espúrias porque importadas, e por isso não se identificavam mais com a nação" (CHUVA, 2011, p. 45).

A negação do século XIX pelos arquitetos modernistas foi considerada somente pela "qualidade construtiva encontrada especialmente na arquitetura produzida até o começo do século XIX, sem limitações ou compromissos com estilos estrangeiros. Para Lúcio Costa, a partir de então tudo acabou" (COSTA, 1937 apud CHUVA, 2011, p. 47). Mas o mesmo grupo que repudiava a imitação de estilo, inclusive o barroco e a arquitetura do século XIX, consagrou, além do estilo colonial, a arquitetura moderna em virtude do movimento arquitetônico internacional modernista, cujos militantes

> pregavam a otimização dos recursos tecnológicos na construção, com vistas à produção mais barata e em larga escala de moradias para os trabalhadores, pregavam também a não imitação de estilos antigos, a simplicidade das formas, com a explicitação das estruturas metálicas ou de concreto que se constroem com o uso das novas tecnologias. Para os arquitetos modernos (ou modernistas, como ficaram conhecidos), os novos materiais, a tecnologia e as novas técnicas possibilitavam construir estruturas que deveriam estar expostas e valorizadas na construção, como a nova arte, e não disfarçadas por enfeites aplicados nas fachadas (CAVALCANTI, 1995 apud CHUVA, 2011, p. 47).

É fácil perceber essa característica nos tombamentos de prédios modernos como o Ministério da Educação e Saúde (MES) no Rio de Janeiro e a Igreja de São Francisco de Assis na Pampulha em Belo Horizonte — ambos inaugurados na década de 1940 e tombados na mesma década, ou seja, as obras nasceram já tombadas. Conforme o parecer de Lúcio Costa, o MES foi tombado em razão do

> louvor unânime despertado por essa obra nos centros de maior responsabilidade artística e cultural do mundo inteiro, inclusive Europa e Estados Unidos, considerando, enfim, que o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos livros do tombo, como monumento nacional (RUBINO, 1996, p. 104).

A autora considera ser evidente que esse reconhecimento da arquitetura moderna era uma “sólida declaração de posição dos arquitetos modernos cariocas ligados ao SPHAN [...] era uma declaração nítida para o reconhecimento pelo critério imagem e semelhança” e acrescenta que esses arquitetos fizeram do tombamento “uma instância de auto-consagração — pois este é sempre uma medida de proteção e consagração — ao inscrever suas próprias obras. E ao inscrever os marcos modernos criados por eles, deixaram de lado obras do mesmo período ou do período imediatamente anterior” (RUBINO, 1996, p. 105).

Ainda se referindo aos modernistas, a autora observa que existia certa negligência dos arquitetos modernos paulistas, influenciados pelo grupo carioca, enfatizando que

> Flávio de Carvalho, Rino Levi e Gregori Warchavchik tampouco foram inscritos em livros de tombo. O pouco que restou da obra do primeiro está bastante descaracterizada e todos lembramos do contencioso que foi há cerca de uma década o tombamento da casa modernista da Vila Mariana, em São Paulo. A modernidade eleita foi, sobretudo, a modernidade chamada escola carioca, que tem como marco inaugural o edifício do Ministério, apesar da anterioridade da casa modernista (RUBINO, 1996, p. 105).

Apesar de todas as críticas, o período conhecido como *fase heroica*, conduzida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi uma experiência valorosa que, com o tombamento de quase 700 (setecentos) bens, proporcionou conhecimento mais amplo sobre o nosso passado. É incontestável a importância dessa fase e sua condução pela equipe modernista, embora a atuação desses intelectuais tenha sido limitada, o que justifica-se também pelo período autoritário do Estado Novo, pela restrita participação da sociedade e pelas dificuldades administrativas do Sphan.

Ainda há que se lembrar de que, apesar de autoritário, o Estado Novo possibilitou condições para que se criasse uma instituição de preservação que procurou construir e garantir a ideia de nação, e isso era importante para aquela época. Reconhecemos que o quadro preservacionista foi ampliado com a criação de órgãos de preservação estaduais e municipais e a maior participação da sociedade desde os anos de 1970, em virtude da “ampliação significativa das atribuições dessas instituições de memória e preservação cultural e da própria noção de patrimônio” (CHUVA, 2011, p. 40). “Os intelectuais do Sphan viam-se com a missão de revelar a nação para os brasileiros, desvendando para todos aquilo que, para eles, esteve sempre ali, mas não era percebido” (CHUVA, 2011, p. 47).

Analisando a trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil pelo Iphan é possível perceber que a decisão sobre o que merece ser valorado está além da atribuição

técnica e intelectual, apesar de ser um aspecto determinante. Essa reflexão permite visualizar o modelo de bens culturais que foram historicamente consagrados como patrimônio cultural, numa dinâmica que resultou em muitas críticas e num processo de conscientização diante da realidade e das dificuldades em que se encontrava a instituição. Definir o que deve ser valorado e por que, isto é, o que deve ser preservado pela sociedade e pelo poder público, torna-se uma questão fundamental nas práticas preservacionistas institucionais de preservação devido ao envolvimento de diferentes atores sociais para a atribuição de valor.

Veremos adiante como foi se transformando esse processo de atribuição de valor ao bem cultural e que se concretizou com novos instrumentos de proteção, novos conceitos de patrimônio cultural, mudanças no corpo técnico, novas demandas e de acordo com novos interesses políticos.

1.2 Um outro caminho para o patrimônio

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram significativas mudanças nas temáticas sobre o desenvolvimento nacional, frente às quais o Sphan encontrou grandes desafios. A ideia de desenvolvimento do país que marcara a época levou à mobilização da instituição e de outros setores da administração pública a recorrer a novas alternativas de atuação (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012).

No final dos anos 1960, num contexto internacional de inquietações[15] e transformações sociais, com mobilizações de comunidades de culturas não hegemônicas, configurou-se um cenário que influenciou definitivamente as políticas e ações adotadas no Brasil para a preservação do patrimônio cultural em virtude do novo modelo de desenvolvimento que o Estado estava experimentando. O quadro brasileiro nos anos 1930 e 1940, caracterizado pela busca da conservação do passado, da tradição, já não era mais viável nem desejado nos anos 1960 e a atuação do Dphan[16] era considerada incoerente de acordo com o contexto desenvolvimentista naquela década.

Para o interesse do poder público, “era preciso compatibilizar a gestão dos bens culturais aos imperativos do desenvolvimento econômico, e integrar o Brasil nos novos parâmetros internacionais de preservação de bens culturais definidos por organismos como a

[15] Movimentos de contracultura para repensar valores tradicionais e a crise da modernidade (FONSECA, 2009).

[16] O Sphan foi transformado em Dphan (Diretoria do patrimônio histórico e artístico nacional) a partir do Decreto-lei nº 8534/46 e prevaleceu com essa nomenclatura até 1967. (BRASIL,1946).

UNESCO[17]", visto que o Brasil vivia nos anos 1960 uma "efervescência cultural que trazia à cena da produção artística e do debate intelectual, as complexas relações entre cultura e política" (FONSECA, 2009, p. 55).

Nesse ambiente, a atuação do Sphan estava incoerente com a realidade brasileira, pois "na medida em que se apresentava como uma atividade eminentemente técnica, portanto à margem dessas questões, era vista como elitista, pouco representativa da pluralidade cultural brasileira, e alienada em relação aos problemas fundamentais do desenvolvimento nacional" (FONSECA, 2009, p. 155).

A situação do Dphan estava muito complicada em relação ao governo federal, pois não havia mais o prestígio vivenciado durante o Estado Novo, o que resultava em dificuldades para manter preservados os bens tombados. Para Paulo Ormindo Azevedo (2013),

> Entre 1953 e 1967, o número de tombamentos havia se multiplicado por cinco, enquanto as verbas para a manutenção e restauração, devidamente deflacionadas, haviam sido reduzidas para um terço da dotação do ano- base. As perdas nas verbas para a divulgação cultural foram ainda maiores (AZEVEDO, 2013, p.21)

É nesse clima de crise com o governo federal que o Arquiteto Renato Soeiro, braço executivo de Rodrigo Melo de Andrade, assume o Dphan em 1969 e tem início uma nova fase para a preservação do patrimônio cultural no Brasil. Esse novo diretor transforma o Dphan em um instituto e viabiliza estudos que culminariam em vários projetos, como o PCH[18]; os primeiros traços[19] da Fundação Nacional Pró-Memória; a vinda de consultores da UNESCO ao Brasil como Michel Parent; realização dos primeiros encontros sobre o patrimônio no Brasil, como o Compromisso de Salvador e de Brasília; ampliação dos tombamentos, direcionando os estudos também para o nordeste e norte; e trazendo projetos que pudessem associar ao desenvolvimento dos municípios com a preservação do patrimônio.

O novo instituto, agora Iphan sob a gestão de Soeiro, estabeleceu mudanças significativas na seleção de bens, adicionando outros valores ao acervo tombado. Dentre os novos valores adicionados, estavam aqueles relacionados aos conjuntos arquitetônicos de fins

[17] United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

[18] Programa Cidades Históricas que foi uma alternativa de financiamento para a conservação dos sítios e bens culturais, mediante convênios com outras instituições governamentais, permitindo a aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios na preservação de bens culturais e possibilidade de captação de recursos privados mediante incentivos fiscais (AZEVEDO, 2013 p.46)

[19] Conforme Azevedo (2013), Renato Soeiro modernizou o sistema de preservação com estudos para criação de uma fundação ou autarquia formando com o IPHAN um binômio de modo a associar o poder de polícia do órgão central com agilidade financeira e administrativa de uma instituição descentralizada. Esta fundação seria formalmente criada sete meses após sua exoneração, ainda no final de 1979, com o nome de Fundação Pró-Memória (LEI N° 6.757/79)

do século XIX e início do século XX, como o caso emblemático do tombamento do conjunto eclético da cidade de Icó no Ceará.(PEREIRA, 2009, p.4)

Conforme Motta (1998), Augusto Carlos da Silva Telles argumentou que o valor atribuído ao conjunto estava associado à "integridade e caráter do precioso acervo arquitetônico, constituído pelos nobres sobrados que se sucederam ao longo das suas ruas antigas".

Essa mudança de perspectiva foi devido ao compartilhamento de interesses entre os municípios, estados e o governo federal, no tocante aos aspectos políticos, econômicos e ideológicos que se firmaram como embasamento, para direcionar as ações que viriam acontecer no campo do patrimônio cultural por meio da perspectiva histórico-arquitetônica da nação. Conforme Pereira(2009),

> os debates concernentes à preservação da cidade de Icó devem ser analisados à luz do estabelecimento de uma outra política cultural, fruto dos novos projetos ideológicos do recém-instaurado Regime Militar. Tendo como pressuposto a integração nacional, as diretrizes desta política visavam costurar a nação através da valorização da diversidade e da pluralidade das "riquezas nacionais" (PEREIRA, 2009, p.5).

E foi sob essa ótica que se homogeneizou a diversidade brasileira, atribuindo sentidos e significados além dos já existentes, sob uma abrangência comum nacional, para respaldar ações públicas federais que beneficiariam a sociedade.

Ainda na época do Dphan, tendo Renato Soeiro como representante nas reuniões internacionais, já havia recorrido à ajuda internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mais especificamente em 1965, para reformular e reforçar a sua atuação (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012) com intuito de compatibilizar os interesses desenvolvimentistas com a preservação do patrimônio cultural. A instituição tomava, então, "a consciência clara de que seria mais que necessário demonstrar a relação entre o valor cultural e o econômico da conservação dos bens culturais, e não apenas buscar o convencimento da autoridade e da população por meio da justificação cultural" (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012).

No contexto internacional, segundo Choay (2001), a partir da década de 1960 ocorreu uma grande transformação na prática e nos conceitos patrimoniais. "À medida que avançavam as discussões na área de ciências humanas, novas categorias consideradas objeto de preservação foram sendo acrescentadas ao grupo do patrimônio cultural" (CHOAY, 2001, p. 14-15). Seria nesse sentido que apareceria, segundo os princípios das Normas de Quito (OEA,

1967), o conceito ampliado de monumento, passando-se a considerar a ideia de espaço e estendendo-se a tutela do Estado ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra.

As Normas de Quito afirmam "a **função social** dos monumentos históricos e sua relação intrínseca com o contexto urbano e ambiental em que se inserem" e reconhecem "o problema da conservação e utilização do patrimônio monumental e que este pode ser um instrumento do progresso, dado o seu valor econômico" (PRATA, 2009, p. 34, grifo da autora), notadamente no que se refere ao turismo:

> Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ele prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares (OEA, 1967, p. 2).
>
> Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. (OEA, 1967, p. 4).
>
> Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam, nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacional (OEA, 1967, p. 6).

Segundo Sant'Anna (1995), essas normas internacionais marcaram a inserção da área urbana no circuito de mercadoria, por meio do turismo como forma de promover sua preservação, ao impulsionarem a introdução do patrimônio no contexto das políticas desenvolvimentistas de incremento da indústria do turismo.

No Brasil, as Normas de Quito repercutiram nos debates realizados durante encontros de governadores realizados na década de 1970 e que resultaram no Compromisso de Brasília (1970) e no Compromisso de Salvador (1971). Esses encontros contribuíram para a criação, em 1973, do Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH) — projeto nacional que visava transformar o patrimônio em um produto economicamente atraente no sentido de impulsionar os interesses dos municípios e estados para a preservação do patrimônio cultural, a partir da "implantação de infraestrutura adequada ao desenvolvimento e ao suporte de atividades turísticas, bem como o uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, tanto em termos econômicos quanto sociais (FONSECA, 2009).

A partir dos anos 1970, quando o governo com seu regime militar começou a fracassar, a sua política foi criticada e o discurso de identidade nacional como identidade

única foi contestado, pois se referia apenas às produções das elites. Houve então mudanças no campo da política pública, abrindo caminhos para a ampliação de valores e descentralização das ações de preservação. Foi o momento em que se incorporaram novos valores e novos conceitos que direcionaram para uma noção mais modernizadora de patrimônio, o que "significou vincular a temática da preservação à questão do desenvolvimento — à politização da prática de preservação, na medida em que os agentes institucionais se propuseram a atuar como mediadores dos grupos sociais marginalizados junto ao Estado" (FONSECA, 2009, p. 23).

Nesses encontros, o papel de Renato Soeiro, então diretor do Iphan, foi enfatizar a importância da responsabilidade dos municípios e estados em assumirem a preservação do patrimônio cultural. Aquele momento se caracterizava como o primeiro passo para articulação de vários interesses que reuniu os poderes federais, estaduais e municipais em prol da preservação dos centros históricos.

> Um dos princípios desta nova orientação seria a descentralização[20], onde principalmente os estados e municípios exerceriam uma atuação supletiva à federal na proteção e conservação dos bens culturais de valor nacional, e sob orientação técnica do então Dphan, a proteção dos bens de valor regional, através da criação de corpos técnicos e legislação pertinente (ARAÚJO; CASTRIOTA, 2012).

Esse compartilhamento de interesses municipais, estaduais e federais por meio da descentralização e modernização promovida na gestão de Renato Soeiro permitiu ao Iphan "buscar nas instituições internacionais, expertise para realizar os primeiros planos diretores urbanos de cidades históricas, demonstrando uma visão muito avançada da questão patrimonial" (AZEVEDO, 2013, p.24).

Foi o momento da introdução de uma política pública, no campo do patrimônio, mais democrática e a "serviço da construção da cidadania" (FONSECA, 2009, p. 23), apesar de ainda continuarem concentradas nas mãos dos intelectuais, e não no diálogo com a sociedade, a produção do conhecimento e a valorização dessa cultura.

Assim, a gestão de Renato Soeiro foi importantíssima no que tange aos interesses dos poderes públicos locais, principalmente porque procurou aliar a preservação do patrimônio ao desenvolvimento dos municípios por meio da implementação do projeto PCH[21], que

[20] Ver Fonseca (2009).
[21] Programa Cidades Históricas

culminaria mais tarde no programa Monumenta, sucedido atualmente pelo PAC[22]- Cidades Históricas. Esses programas procuram despertar os interesses dos municípios em preservar o patrimônio cultural ao injetar recursos financeiros pelo Estado para a recuperação de imóveis tombados nos municípios. Essa mudança de postura política do Estado e do poder público local diante de fatores econômicos influenciou o tombamento de vários centros históricos espalhados pelos diversos "Brasis", inclusive o de Porto Nacional como veremos mais adiante.

Nesse contexto de ampliação no conceito do patrimônio e na perspectiva de preservação a partir dos anos de 1970, destacaram-se novos personagens, entre eles o diretor do Iphan, entre 1979 e 1982, Aloísio Magalhães, que procurou implementar e dar continuidade à política deixada por Renato Soeiro para o patrimônio cultural brasileiro, por um viés mais antropológico, e dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil que ele considerava como portadora de uma singularidade. A noção de bens culturais adotada durante a sua gestão, enfatizava uma referência ao passado, reinterpretada com os olhos no futuro e estabelecendo vínculos com as populações locais do presente.

Foi nesse novo cenário que Aloísio Magalhães criou em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que caracteriza bastante o novo momento da instituição, como observa Fonseca:

> [...] à diferença do SPHAN heroico dos anos 30-40, que centrou sua atuação na salvação dos remanescentes da arte colonial, o CNRC se voltava para o referenciamento da cultura viva, sobretudo daquela enraizada no saber popular, como forma de tornar mais nacional e mais plural a representação da cultura brasileira (FONSECA, 1996, p. 155).

Essa noção mais antropológica de patrimônio, já prevista no anteprojeto de Mário de Andrade, foi incorporada por Aloísio Magalhães durante sua gestão no Iphan e continuou evoluindo para novos conceitos e novos instrumentos de preservação, possibilitando beneficiar o "patrimônio não consagrado" — expressão que, conforme Fonseca (2009, p. 159), designa as

> produções dos "excluídos" da história oficial: indígenas, negros, populações rurais, imigrantes etc. Para os funcionários do SPHAN, essa exclusão se justificava pelo fato de não haver, no Brasil, testemunhos materiais significativos da cultura desses grupos sociais, e por estarem esses bens, em geral, imersos em uma dinâmica de uso que inviabiliza o tombamento (FONSECA, 2009, p. 159).

[22] Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas

O CNRC foi uma instituição importante no sentido de viabilizar o reconhecimento do patrimônio não consagrado. Casos emblemáticos que marcaram a história das práticas institucionais do Iphan foi o tombamento do Terreiro Casa Branca em Salvador, pois não se tinha como alvo principal

> a proteção desses bens em si mesmos, mas sobretudo a repercussão simbólica e política da sua inclusão no patrimônio cultural nacional. Outro aspecto importante dessa luta era a reivindicação de que bens fossem inscritos por seu valor histórico (e não apenas etnográfico), de testemunhos da presença do negro na construção de uma civilização brasileira (FONSECA, 2009, p. 160).

Também foi dada atenção aos bens representativos de várias correntes de imigração que introduziram sua cultura no Brasil. Quanto aos bens da cultura popular, em razão do seu caráter vivo e dinâmico, os técnicos do Iphan entendiam que a proteção deles "era incompatível com o estatuto do tombamento, visto que esses bens estão inseridos em uma dinâmica de uso, e expressam valores de outra ordem que não as concepções cultas de história e de arte. Poderiam, quando muito, ser protegidos por seu valor etnográfico" (FONSECA, 1996, p. 160).

Foi por outro caminho que os trabalhos do CNRC orientaram a proteção desses bens e que mais tarde se constituiria a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)[23]. O caráter do CNRC, segundo Fonseca (1996, p. 156), firmava-se com

> o reconhecimento do povo não apenas como objeto de estudo e/ou de uma atuação política, mas também como coautor manifestou-se inicialmente no discurso e, em certa medida, na prática institucional, como a preocupação com a devolução dos resultados dos trabalhos para as comunidades. Somente a partir dos anos 80 essa preocupação foi traduzida no discurso oficial como necessidade de efetiva participação da comunidade nas decisões e no trato dos problemas afetados à produção e à preservação cultural (FONSECA, 1996, p. 156).

O CNRC representou um passo importante nas ações institucionais do Sphan/Pró-Memória, buscando inserir novos sujeitos sociais nas práticas de preservação dos bens

[23] Em 1979, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do Iphan. Nesse momento, houve a fusão do Iphan, do PCH e do CNRC e o surgimento de uma nova estrutura: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) seria um órgão normativo, a Fundação Nacional Pró-Memória (FnpM) seria o órgão executivo. Posteriormente foi criada e Secretaria de Cultura do MEC, e Aloísio foi nomeado secretário. Assim, se o CNRC nasce fora do MEC, é dentro deste Ministério que ele consegue transformar em política pública o que havia ensaiado, de forma experimental, entre 1975 e 1979. (ANASTASSAKIS,2007 p.47)

culturais — uma inserção convertida em direito na Constituição Federal de 1988, que direcionava para o exercício da cidadania.

Entre os anos de 1979 e 1980 houve um impasse na fusão do CNRC e do Iphan durante a gestão de Aloísio Magalhães. Isso porque dois grupos distintos atuavam ao mesmo tempo e em constante conflito: um, formado na maioria por arquitetos, que buscava reconhecer o patrimônio consagrado, material — em especial os imóveis (os chamados bens de "pedra e cal") — e outro que reunia os defensores das referências culturais, predominantemente antropólogos e cientistas sociais, que buscavam as produções excluídas da história oficial (FONSECA 1996) . Essa divisão se manifesta ainda hoje na estrutura e organização interna do IPHAN, como, por exemplo, no tocante à escolha do instrumento ou instrumentos indicados para a proteção dos bens culturais, mas diferentes estratégias têm sido buscadas para quebrá-la, nem sempre com sucesso.

Fonseca (1996) argumenta que Aloísio Magalhães teve uma postura crítica à política tradicional do Sphan, desenvolvida nos *tempos heroicos* de Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois queria superar o estilo autoritário e centralizador que existia até então, promovendo uma apropriação dos bens culturais não só pela nação, mas pelos seus donos, seus usuários; desejava assim, que se estabelecesse uma relação direta entre preservacionistas e a população.

Durante a gestão de Aloísio, foram realizadas consultas às comunidades de cidades históricas como São Luís, Ouro Preto, Cachoeira e Diamantina. Apesar de se questionar a representatividade dos que falavam em nome da comunidade, era um passo importante porque "trazia para a esfera pública dessas cidades a questão da preservação do seu patrimônio cultural" (FONSECA, 1996, p. 158).

É na prática dos tombamentos que podemos avaliar o exercício da cidadania nas atividades institucionais, do Sphan/Iphan, de seleção, conservação e gestão dos patrimônios culturais como destaca Fonseca (1996, p. 157):

> Pesquisar a sistemática dos processos de tombamento, a origem e as motivações da demanda, e apreender os critérios de valoração e de seleção que têm presidido as tomadas de decisão, constituem, a meu ver, recursos viáveis e frutíferos para se avaliar em que medida a política federal de preservação se tornou, nas últimas décadas — e como era a proposta do discurso oficial — efetivamente mais democrática (FONSECA, 1996, p.157).

É por esse caminho que podemos fazer uma análise de como o Sphan atribuiu valor durante sua trajetória para entender as instruções de tombamento.

1.3 Novas perspectivas para o tombamento

Segundo Fonseca (2009), a fase vivida por Aloísio Magalhães e uma equipe mais diversificada de profissionais no Iphan, em relação aos *tempos heroicos*, foi considerada como *fase moderna*, pois as perspectivas históricas e antropológicas começaram a ganhar maior espaço nas análises valorativas dos bens culturais. Apesar de várias cidades terem sido tombadas pelo seu valor histórico desde 1938 como bens representativos do processo de ocupação do território, o valor histórico dos bens culturais passa a ganhar mais espaço e respaldo no discurso do tombamento.

Ainda na gestão de Renato Soeiro, já havia um direcionamento para discursos de tombamento que não se restringiam às perspectivas estética estilísticas predominantes, como as da arquitetura colonial, e o estilo eclético passou a ser valorizado a partir da importância dada à narrativa histórica para o reconhecimento do bem. Outro aspecto nessa política do Iphan foi que "alguns bens, antes valorizados, exclusivamente, do ponto de vista artístico, passam a ser olhados também como documento de uma determinada fase do desenvolvimento das cidades" (ZAMIN, 2006, p. 39).

Assim, a partir da década de 1970, no campo do patrimônio urbano, houve uma reconceituação do valor atribuído ao patrimônio, convergindo para o conceito de *cidade-documento*, onde o valor estético foi menos apreciado, passando a se ressaltar o valor histórico do sítio urbano. Exemplo típico desse novo momento das práticas de preservação no Iphan foi o tombamento do centro histórico de Laguna na década de 1980, em Santa Catarina, fundamentado no parecer técnico elaborado pelo arquiteto Luiz Fernando Franco:

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento. Sob este ponto de vista, não saberíamos eleger outra edificação que atenda individualmente àquele critério, além da Casa de Câmara e Cadeia, tombada em 1953 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis e embora estes tenham sido assinalados, do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes (FRANCO apud MOTTA, 2000, p. 268).

Essa concepção, vinculada ao valor histórico, também influenciou os processos de intervenção e aprovação de áreas tombadas, considerando as transformações estilísticas do centro histórico em vários períodos e priorizando os conceitos de ambiência e escala urbana

que acabavam acoplando a outros estilos que não o colonial. Apesar disso, ainda predominava a ideia da valoração de uma estética "assim como de uma unidade estilística no interior de cada conjunto urbano, rejeitando exemplares distintos do estilo e da época selecionados" (MOTTA, 2000, p. 266).

Com o conceito de *cidade-documento*, abriu-se a possibilidade de reconhecimento de vários bens culturais até então desconsiderados em razão da predominância do discurso "estético-estilístico". Essa nova visão indicava a necessidade de analisar as marcas do sítio urbano ao longo do tempo e apropriada por diversos grupos sociais. De acordo com Motta (2000, p. 187),

> o uso deste conceito buscava possibilitar maior abrangência na valorização das cidades para o tombamento, assim como novas leituras dos sítios já tombados. Deveriam ser considerados, além das características estéticas, os demais aspectos que a forma arquitetônica urbanística expressa como vestígios do processo de ocupação e transformação dos sítios.

Portanto, passou-se a valorizar as informações contidas no sítio histórico como referência de quem as produziu e idealizou ao longo do tempo.

Na trajetória do Iphan, a instituição adotou o conceito de *cidade-documento* ao longo da década de 1980, valorizando a "compreensão da história dos seus produtores e das apropriações e significados atribuídos aos sítios ao longo do tempo" (MOTTA, 2000, p. 192) — entendimento que perdura até os dias atuais em novos processos de tombamento, ou até mesmo em propostas de proteção sem tombamento, como fez Jurema Arnaut (1984)[24] com o Morro da Conceição no Rio de Janeiro.

Nesse novo contexto, viabilizaram-se tombamentos de sítios urbanos históricos cujo conjunto arquitetônico se mostrava bastante descaracterizado, possuindo estilos de vários períodos. Exemplos claros de reconhecimento do valor histórico como valor principal são os processos de tombamento dos sítios urbanos históricos de Cuiabá, Natividade e, recentemente, Porto Nacional, no Tocantins.

> Na realidade, trata-se de uma parte do centro histórico. O espaço total da vila original foi de tal forma descaracterizado que apenas no polígono proposto podem ainda ser sustentados parâmetros referenciais como: tradição e calhas originais de ruas, travessas e becos; homogeneidade predominante de escala; maior densidade de espécimes arquitetônicos expressivos; historicidade da área e de seus equipamentos.

[24] Ver ARNAUT, Jurema Kopke. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. **Revista do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional,** v. 19, p. 97-111, 1984 e MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lúcia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: Copedoc/Iphan, 2010.

> Nesse conjunto estão as ruas mais antigas de Cuiabá e equipamentos que documentam momentos marcantes da história da cidade, desde o colonial até as primeiras décadas deste século, quer no que se refere aos materiais e técnicas de construção, quer no que respeita a estilos (ROSA, 1995, p. 25-26).

Assim, essa outra perspectiva de valor se fortalecia cada vez mais nos anos 1980, incorporando a historiografia nas práticas de tombamento, apesar de serem "reiteradamente contestadas nas impugnações"[25] (FONSECA, 2009, p. 195). Nessa década se tombaram vários sítios históricos, como foi o caso de Laguna, citado anteriormente, cujo técnico responsável pelo estudo de tombamento foi Luiz Fernando Franco do Iphan, que defendia a leitura dos "desertos" deixados pela história factual. Natividade, situada no Estado de Goiás, hoje, Tocantins, que também foi reconhecida com base no estudo de tombamento de Helena Mendes dos Santos e Márcia Regina Romeiro Chuva:

> [...] o que nos parece fundamental é compreender os fatores econômicos e sociais que explicam essa relação existente, que, do nosso ponto de vista, é inegável e historicamente determinada. Natividade não será entendida se desvinculada deste elemento geográfico, que influenciou na história e na vida daquele núcleo urbano, minerador por excelência. A imensa serra de Natividade era fonte de matéria-prima da atividade econômica básica da população que ali se estabeleceu. A serra torna-se, para o homem, um elemento econômico fundamental à sua própria sobrevivência.
> O valor paisagístico e mesmo ecológico da serra é inegável e deve ser considerado. Por outro lado, não deve ser único, pois a conceberia com função apenas de emolduramento de um espaço urbano a ser preservado, atribuindo-lhe, dessa forma, valor exógeno, quando o essencial é a relação histórica que mantém com o núcleo urbano. A história do homem é a de relações socioeconômicas e culturais e são essas relações que explicam o conjunto historicamente determinado: núcleo urbano e serra (SANTOS; CHUVA, 1995, p. 25-26).

[25] A Impugnação seria um recurso previsto para o proprietário do imóvel contestar contra o tombamento do bem enquanto provisório antes do tombamento definitivo. Conforme o Decreto-lei nº 25/1937, que trata da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, assim dispõe, em seu art. 9º.
1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, si o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.
2) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo.
3) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso. (BRASIL, Decreto-lei nº 25/1937, Capítulo II, Art 9º.)

Todavia, o sítio histórico de Porto Nacional, também no Tocantins, não chegou a ser analisado na instituição durante aquele período de afirmação do conceito *cidade-documento*, possivelmente porque não havia demanda pelo poder público e nem interesse por parte do Iphan. Talvez o desinteresse técnico pelo sítio histórico se deva ao fato do mesmo de possuir em seu conjunto uma catedral neorromânica que imitava um estilo europeu, o que não se enquadrava no estilo oficial de preservação, além de haver um destoamento de escala da edificação em relação ao conjunto de casario de arquitetura vernacular. Mais tarde, após 25 anos do tombamento do núcleo histórico de Natividade, o sítio histórico de Porto Nacional foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, com base no fato de que também fez parte do processo de ocupação e formação do território brasileiro durante o período da mineração, sob forte movimentação política do poder público local.

Em todos esses exemplos, a justificativa do tombamento foi pautada no "fato de representarem marcos da conquista do território brasileiro, denotado pela forma urbana e sua relação com o sítio natural", ressaltando-se que o valor de diferenciação foi o valor histórico e não o valor estético da arquitetura do conjunto.

A partir desse olhar mais abrangente, foi possível reavaliar os pressupostos teóricos artísticos que até então eram norteados pelos cânones dos arquitetos modernistas, os quais estabeleceram uma linha de análise sobre a história da arquitetura brasileira, excluindo alguns estilos representados no século XIX que não mereciam ser "dignos de proteção", como o estilo eclético, que foi considerado por Lúcio Costa em 1939 como um *hiato na história da arquitetura* (FONSECA, 2009).

É claro que essa abertura não aconteceu de forma pacífica. Novos atores que passaram a incorporar o Conselho Consultivo da instituição na década de 1970 e que detinham novas perspectivas para o patrimônio, enfrentaram fortes resistências e alguns processos foram bastante polêmicos, envolvendo tentativas de impugnações nas decisões tomadas para os tombamentos de exemplares do século XIX.

Fonseca (2009) cita o caso do tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, que exemplifica essa situação, evidenciando o confronto existente nas diversas formas de abordar a valoração dos imóveis que compunham o conjunto. Cabe salientar que apesar de não estar realçado pela autora, esses embates começaram na gestão do arquiteto Renato Soeiro quando ele abre a instituição em virtude do contexto político, econômico e social na década de 1970.

A análise realizada pela Divisão de Estudo e Tombamentos em 1972, que teve a defesa de Lúcio Costa, foi contrária à preservação de todos os bens que estavam sendo

requeridos, considerando que faltava unidade ao conjunto. Por outro lado, o relator do processo e membro do Conselho Consultivo, Paulo Santos, defendia o tombamento do conjunto e reconhecia a relatividade dos juízos de valor contra os princípios canônicos no ato de valoração que discriminassem estilos na história da arquitetura, trabalhando conectado com o valor histórico, na medida em que os estilos eram por ele analisados à luz dos momentos históricos em que surgiram, como é o caso do ecletismo, considerado pelos modernistas como antiarquitetura. Em resposta ao parecer do Chefe da Seção de Arte da Divisão de Estudo e Tombamento, ele expressou sua abordagem na atribuição de valores aos bens culturais:

> Compreendo o enfoque de dona Ligia, seja em relação ao conjunto de edifícios, seja em relação aos do Derbi e Joquei. Ela apreciou uns e outros a partir dos princípios que norteiam a Arquitetura e Urbanismo modernos, em que a unidade de estilo, volume e forma é considerada básica para a qualidade da obra. Mas o enfoque, igualmente moderno, para apreciação de obras do passado é diferente, repudiando sejam elas julgadas pela consciência estética dos nossos dias e sim a partir do pressuposto de que cada período da história da arte tem direito a ter seu próprio estilo e deva ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da cultura de que se nutre e das ideias estéticas por que se expressa (SANTOS apud FONSECA, 2009, p. 191).

Nesse sentido, é possível observar as conexões dos pressupostos analíticos do relator do processo com a teoria dos valores da Alois Riegl[26], assim como com as perspectivas de Giulio Carlo Argan.

> Para Argan, a crítica de arte se realiza na medida em que contextualiza e historiciza os fenômenos. É esse procedimento que a seu ver qualifica os juízos de valor [...] Dentro de uma visão histórica mais ampla, portanto, certos traços estilísticos como o ornamento autônomo, a dissimulação de materiais, e a alusão a estilos pretéritos, que caracterizam o ecletismo, deixaram de ser interpretados como negativos (FONSECA, 2009, p. 193).

Foi a partir dessas ideias que na década de 1970 teve início uma reconceituação dos valores artísticos e a perspectiva histórica foi ampliada — situação bastante diferente das décadas anteriores.

Contudo, a atribuição de valores se tornou mais complexa em virtude da inserção de novos atores no corpo técnico e no Conselho Consultivo do Iphan, provocando reflexões pelos próprios agentes da instituição em relação aos pareceres técnicos e às análises

[26] RIEGL, Aloïs. **O culto dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

valorativas. Os valores de nacionalidade e excepcionalidade, que até então representavam um forte peso nos processos de tombamento, passaram também a ser questionados, tendo menor importância nos processos de tombamento; afinal, valor histórico passou a ser, em muitos casos, considerado como o valor de diferenciação para determinados conjuntos arquitetônicos.

Se até os anos 1960 as solicitações para o tombamento vinham em grande parte da própria instituição, nos anos de 1970 as comunidades, os agentes municipais, as prefeituras em particular, passaram a solicitar o tombamento, surgindo tendências de intervenção e participação nas decisões dos atores públicos trazidas a partir das mudanças ocorridas na gestão de Renato Soeiro, atrelando a questão da preservação do patrimônio aos interesses municipais. Fonseca (2009, p. 183) reconhece que "houve um aumento na participação da sociedade civil na política de preservação federal no período em questão".

Durante "várias décadas, apenas iam a Conselho os pedidos de tombamentos voluntários e os casos em que era apresentada impugnação. E, na esmagadora maioria dos casos, a decisão dos conselheiros ratificava as indicações contidas nos pareceres técnicos produzidos pelo SPHAN" (FONSECA, 1996, p. 157).

Segundo Fonseca (1996), nas décadas de 1970 e 1980 existia um conjunto de processos abertos que indicava a diversidade de bens apresentados para o tombamento. Bens que até então não faziam parte da fisionomia tradicional dos processos de pedido de tombamento e foram apresentados nas demandas das práticas institucionais do órgão de preservação como bens vinculados às etnias indígenas e negras, correntes migratórias (alemã, italiana, japonesa) e de expansão das fronteiras para oeste e para o norte, de outras religiões que não eram católicas e da cultura popular.

> A diversificação de bens indicados para integrar o patrimônio histórico e artístico nacional pode ser interpretada, juntamente com a participação maior da sociedade nos pedidos de tombamento, como um indício de que o patrimônio estava sendo então considerado pela sociedade brasileira, mesmo que de maneira bastante limitada, como campo para a afirmação de novas identidades coletivas. [...] surgiam novas motivações, por parte de grupos sociais diversos, que erigiam o exercício da preservação de "lugares da memória" em direito (FONSECA, 1996, p. 158).

Outros exemplos significativos em que a sociedade civil e associações solicitaram o tombamento ao Iphan correspondem ao pedido de proteção da Serra da Barriga em Alagoas, que teve mais de 1000 (mil) assinaturas, como também em relação ao Terreiro da Casa Branca em Salvador, solicitado pelos representantes acadêmicos e o movimento negro local (FONSECA, 2009, p. 184).

Vale ressaltar que, em muitos casos, os pedidos de tombamento feito por assembleias e prefeituras eram motivados pelos benefícios que o tombamento poderia trazer para o município “como meio para conseguir, junto ao governo federal recursos para a solução de problemas urbanos locais, sobretudo em função da carga simbólica da ideia de patrimônio, no sentido do reforço às identidades locais” (FONSECA, 2009, p. 185). Porto Nacional foi um exemplo desse processo, pois a própria prefeitura, com o apoio do governo estadual, encaminhou a solicitação de pedido de tombamento do sítio histórico de Porto Nacional tardiamente, em 2008.

O aumento da participação da sociedade reivindicando o tombamento dos seus bens culturais representou mais um desafio para o Sphan porque a equipe técnica “não estava preparada para selecionar e para proteger coisas estranhas ao universo dos patrimônios, e que haviam servido, inclusive, de contraponto para a valoração dos bens patrimoniais” (FONSECA, 1996, p. 158).

A partir desse momento, caminhava-se em direção a julgamentos cada vez mais conflitantes para se reconhecer um bem cultural com vários valores e que no contexto atual, essa complexidade é ainda maior, para escolher valores determinantes para um reconhecimento nacional.

Entendemos que a atribuição de valores no âmbito geral está mais diversificada, acompanhada das relativizações nos valores artísticos, das inserções de valores históricos como valor de diferenciação e de maior preocupação com o conteúdo antropológico dos objetos. Desconcentram-se as prioridades no valor artístico herdado de traços canônicos, de excepcionalidades, ampliando-se o foco para valores baseados em aspectos históricos e culturais, analisando-se objetos, cidades e centros históricos a partir de um viés mais antropológico, sendo os traços de outros aspectos dos processos histórico-sociais levados em conta na atribuição desses valores, a exemplo de elementos imbricados a grupos étnicos, associações comunitárias, práticas e movimentos sociais.

Exemplo desse processo de mobilização da sociedade local para a preservação do patrimônio foi a reconstrução e tombamento do sítio histórico de São Luiz de Paraitinga que tinha sido destruído após a enchente de 2010. De acordo com Gracia

> “Intervenir equivale a actuar conscientemente en el proceso dinámico de la ciudad; debiendo añadirse que, en todo caso, habría de garantizarse la mínima estabilidad necesaria para que la forma urbana, en sus partes y en el todo, prolongue una identidad que ha sido conseguida lenta y trabajosamente. Como se ha dicho en otro pasaje, la ciudad es un patrimonio del passado a transferir hacia el futuro y, si es posible, mejorado por el presente”. (GRACIA, 1992, p.179)

Para esse autor, as intervenções arquitetônicas deveriam ser fundamentadas além de em outros aspectos na observação do lugar e no conhecimento da história. Porém, Gracia ressalta que, muitas vezes, a doutrina arquitetônica e urbanística sempre foca no objeto isolado, sem se preocupar com os contextos sociais a que pertence.

1.4 As intervenções urbanas e os retrocessos

Além da evolução conceitual descrita anteriormente, houve também uma mudança no campo político-cultural, motivada pelo interesse pelo potencial econômico, notadamente turístico, do patrimônio. Isso influenciou os processos e pedidos de tombamento, visto que os municípios passaram a vinculá-los aos usos turísticos, visando à autossustentabilidade do município por meio do patrimônio cultural.

Essa transformação no campo de patrimônio cultural urbano se fortaleceu cada vez mais nesse contexto e embasou os tombamentos de cidades interioranas históricas que até então não haviam sido reconhecidas pelo poder público por não se adequarem aos parâmetros "estético-estilísticos" consagrados pelo Estado. O resultado desse processo foi a ampliação das políticas culturais direcionada para sítios históricos de outras áreas do país até então não contempladas, em função da hegemonia das práticas de preservação nas regiões Nordeste e Sudeste do país. A nova abordagem levou ao reconhecimento o centro histórico de Porto Nacional como patrimônio cultural brasileiro.

O núcleo histórico de Porto Nacional surgiu a partir de povoados que se formaram ao redor das áreas de mineração, às margens dos cursos d'água do Tocantins, como Arraial do Pontal em 1738 e Arraial do Carmo em 1746. Esses dois arraiais foram muito importantes para a formação da vila — e posteriormente cidade — de Porto Real (antigo nome de Porto Nacional), pois, como o Arraial do Carmo estava localizado na margem direita do Tocantins e o Pontal na outra, o percurso obrigatório passava por Porto Real. O desenvolvimento da cidade só aconteceu com o fim da mineração, pois, até então, era somente um local de travessia, de acesso aos pólos de extração de ouro.

Seu reconhecimento como patrimônio pelo poder público só foi possível devido à associação da visão política com a visão técnica, no que tange à manutenção dos traços antigos que a inseria no conjunto de cidades que fizeram parte do processo de ocupação e formação do território nacional a partir da extração do ouro, e, também, por manter

conservado, parcialmente, o traçado urbano e as edificações de arquitetura vernacular, constituindo-se cidade-documento do processo de ocupação e formação do território nacional.

Outro fator - também político - que contribuiu para o tombamento do centro histórico de Porto Nacional foi o Projeto Monumenta (1999-2010), programa do Ministério da Cultura (MinC) que visa à recuperação dos centros históricos em várias partes do país. Esse projeto teve uma experiência realizada na cidade de Natividade - TO, tombada pelo Iphan em 1983, o que estimulou uma movimentação política no sentido de viabilizar o tombamento em Porto Nacional para que o município tivesse acesso ao mesmo programa que estava sendo implantado em Natividade, utilizando, assim, o centro histórico como patrimônio cultural para atrair investimento, conforme o relatório de diagnóstico do plano de ação para o município: "Em síntese, sabe-se que o tombamento de uma determinada área impulsiona o processo de restauração da região. Espera-se que haja um investimento incessante em obras para aumentar o potencial turístico do Centro Histórico" (PREFEITURA DE PORTO NACIONAL, 2009).

De acordo com esse relatório, o tombamento do centro histórico, aliado à formação do lago artificial[27], poderia atrair grandes investimentos para o município, no sentido de viabilizar o desenvolvimento turístico do local. Entretanto, veremos que nem o poder público nem a comunidade saíram ganhando com esse investimento.

Essa mudança no contexto das práticas de preservação, que alia os projetos de intervenção urbana em centros históricos aos recursos econômicos e turísticos, ganhou força na década de 1990 a partir da iniciativa do Governo Federal, com intuito de atrair investimento do setor privado. Sant'Anna (2003, p. 156) acentua que as intervenções e programas implementados nessa época, "mostravam que, no Brasil do final do século XX, o patrimônio urbano ressurgia como um importante recurso econômico e assomava como um instrumento promocional de grande força e uma excelente 'porta de entrada' para o desenvolvimento".

Diante desses impasses, aumenta a preocupação dos técnicos dos órgãos de preservação e da comunidade acadêmica com as consequências dessas intervenções em sítios históricos visando uma "autossustentabilidade" que geralmente não considera os significados históricos e as referências culturais do *lugar*.

Em meio aos diversos fatores favoráveis ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional, o município conseguiu ser reconhecido diante da política cultural e da nova visão

27 A formação do lago artificial, obra realizada em 2003, deveu-se à construção da usina hidrelétrica de Luís Eduardo Magalhães que impactou drasticamente a comunidade local e que ocasionou mudanças urbanísticas no espaço urbano do sítio urbano histórico de Porto Nacional. Em meio a vários protestos, alguns grupos se manifestaram contra as transformações que ocorreram no Largo das Mercês (praça principal do centro histórico) e a perda das praias temporárias.

conceitual relacionada à definição de cidade-documento; no entanto, mesmo com esse reconhecimento como patrimônio cultural, certos valores não foram contemplados. A valorização do olhar dos usuários e moradores se mostra como uma alternativa para direcionar as práticas de preservação no centro histórico, garantindo, democraticamente, a inserção de valores até então não ressaltados ou conhecidos durante o processo de análise do tombamento.

A noção de referência cultural nos motiva a considerar outros olhares sobre a comunidade e o sítio histórico de Porto Nacional, em virtude da existência de uma preocupante trajetória de intervenções urbanas realizadas pelo poder público que desconsiderou as especificidades locais em prol do discurso de progresso e desenvolvimento da região, desestabilizando, drasticamente, o modo de vida de seus habitantes em função da construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (UHE) e da formação do lago, que resultaram na derrubada de várias casas de arquitetura vernacular, assim como o coreto do Largo das Mercês, e, principalmente, na perda da paisagem natural com a submersão do rio Tocantins, que era um elemento morfológico fortemente apropriado pela população ribeirinha do sítio histórico e toda a cidade.

Vale ressaltar que as justificativas apresentadas pelo poder público municipal e pela iniciativa privada para fundamentar a derrubada dos elementos físicos existentes no Largo das Mercês — intensamente apropriados pela população — eram sustentadas, segundo depoimentos dos moradores, pelo argumento de que eles impediriam a visibilidade do lago e que tais edificações existentes não constavam no projeto urbanístico para a orla. Assim, os valores do *lugar* como sítio histórico possuidor de valor documental e os laços afetivos da comunidade, foram atropelados pelo discurso do progresso com foco na atração turística (o que, por sinal, foi uma meta não alcançada) que poderia ser viabilizada pelo consumo visual do lago, de acordo com as pretensões do projeto urbanístico realizado no local.

Apesar de ter havido um avanço conceitual no que tange à preservação dos sítios urbanos pelos seus valores históricos com base na concepção de cidade-documento, a intervenção em Porto Nacional levou pouco em conta os vestígios do processo de transformação do espaço urbano ao qual a cidade foi submetida, nem mesmo os elementos físicos e ambientais que são referências para a comunidade, ou seja, continuamos retrocedendo diante dos valores conquistados na trajetória da ampliação do conceito de patrimônio cultural.

Embora o núcleo antigo de Porto Nacional tenha sido tombado como patrimônio cultural pelo seu valor histórico, o conceito de patrimônio ainda está um pouco fragmentado, prevalecendo a preservação de conjuntos homogêneos e a busca da autenticidade no que tange

aos aspectos físicos, que foram valorados pelo tombamento, não sendo consideradas as dinâmicas social, espacial e imaterial do espaço urbano.

Em virtude da dinâmica a que o seu núcleo urbano antigo foi submetido ao longo dos anos, existe uma dificuldade para definição e execução de ações de preservação, devido à complexidade que envolve o lugar, e que acaba dificultando a ação de intervenção física no espaço urbano.

Quando se pretende interferir numa região, local ou espaço urbano para proteger determinados bens que foram reconhecidos, a finalidade da realização de um inventário é "produzir um conhecimento para iluminar uma intervenção" (FONSECA, 2000, p. 113). Entretanto, existem diferentes interesses e diferentes atores sociais envolvidos nesse processo, o que leva esse estudo a não se restringir apenas ao valor histórico e/ou artístico, mas incorporar "a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes" de maneira plural e diversificada e de forma a abordar "a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço" (FONSECA, 2000, p. 113) por meio da noção de referências culturais.

Apesar de não ter sido aplicado o conceito de referência cultural para o tombamento em Porto Nacional, antes do reconhecimento como patrimônio cultural, o núcleo histórico passou por uma série de intervenções físicas promovidas pelo interesse estritamente político que dilaceraram parte das referências culturais para os portuenses, como foi o caso da formação do lago no rio Tocantins. Magalhães (1997) já alertava para intervenções devastadoras que poderiam acontecer em determinados *lugares*. Durante uma reunião onde se discutia o processo de desenvolvimento do país[28], destacando-se a inserção de uma linha de metrô em São Paulo, o autor lançou uma pergunta: "E Triunfo?", referindo-se a uma pequena cidade localizada no interior de Pernambuco e exprimindo sua preocupação com o papel dos bens culturais diante das intervenções do Estado em busca do progresso.

Citar Triunfo foi a maneira que Magalhães utilizou para chamar a atenção dos participantes para as referências culturais do *lugar* em meio àqueles grandes projetos de desenvolvimento nacional:

> E quando você chega a mil metros de altura, numa curva de estrada, você avista a cidade de Triunfo. Tem um açude parado, refletindo a cidade, uma pequena cidade antiga, com as ruas, as praças, os prédios de dois andares. Uma escala humana perfeitamente mantida, uma densidade correta. E eu entrei na cidade, parei na praça, saltei do carro e, como nós todos, tentei fotografar Triunfo, absorver Triunfo, chupar Triunfo pela tecnologia da máquina. E quando estava fotografando a cidade, eu ouvi, vi um sinal, que era uma voz que fazia psiu psiu. Olhei, vinha de um sobrado que tinha na

[28] Intervenção de Aloísio Magalhães na Semana de Arte e Ensino, São Paulo, 17 de novembro de 1980. Ver MAGALHÃES, Aloísio Sérgio de. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1997.

> praça. Tinha uns galpões, uma varanda no sobrado e tinha uma moça sentada no chão, lendo um livro, e ela virou-se para mim e disse: “A vista aqui em cima é mais bonita.” E me convidou para subir e eu subi para fotografar Triunfo. E dali eu saí com essa moça para ver Triunfo, o colégio das freiras belgas, o convento dos franciscanos, o lugar onde as mulheres lavam roupas, que tem uma fonte para lavar a roupa. Enfim, todo um processo de harmonia entre ecologia e necessidades técnicas, toda uma forma de vida que nada tinha a ver com a escala da discussão em que nós estávamos (MAGALHÃES, 1997, p. 49).

Essa foi a tentativa de Magalhães de dizer que existe Triunfo e quantos Triunfos existem por aí. O autor questionou:

> E que é que nós estamos fazendo senão justamente ao contrário, destruindo, criando situações que nada tem a ver com aquela harmonia? Criando situações de desespero e angústia nos grandes centros urbanos e que vão afetar Triunfo se nós não nos apercebemos de que é preciso proteger, é preciso estimular situações como a de Triunfo? (MAGALHÃES, 1997, p. 50).

É coerente inserir o caso de Triunfo na argumentação deste ensaio, já que estamos falando do desaparecimento de referências culturais do centro histórico como *lugar*, em consequência da atuação do poder público que apoia interferências urbanas danosas que se contrapõem aos valores atribuídos pela comunidade local, incentivando uma apropriação do *lugar* limitada aos interesses políticos para o progresso regional e mercadológico, desprezando os processos de conhecimento e o valor documental que o centro histórico acumulou ao longo dos tempos.

Nesse cenário é fundamental considerar o bem não somente na sua feição material, mas também nos aspectos subjetivos contidos nos centros históricos a partir dos diferentes sentidos, olhares e valores que são atribuídos ao *lugar*, determinados pela noção de referência cultural. O que nos interessa, em particular, são as formas de construção e apropriação cotidiana da comunidade pelos elementos constituintes dos *lugares* que, como tal, constituem instrumentos para nortear futuras intervenções em sítios urbanos tombados.

Sob essa perspectiva, abordaremos a noção de referência cultural explorado pelo Iphan, procurando articular o conceito comum ao urbanismo, ao patrimônio cultural e à geografia a partir da apropriação do conceito de *lugar*.

2 OS VÁRIOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

2.1 As multinarrativas do patrimônio cultural

A motivação para o tombamento de um bem cultural se pautava na "noção de que o seu valor seria uma qualidade intrínseca do bem" (FONSECA 2009; CHUVA, 2001), fundamentado no valor *estético-estilístico* (Motta, 2000). Posteriormente a partir dos anos de 1960, vimos que essa valoração atribuída ao bem ao longo do tempo foi se transformando e evoluindo para a inserção de outros valores, inclusive o econômico. É certo que compreendemos que no contexto atual, um mesmo bem pode ter vários valores, seja estético-estilístico, histórico, político, econômico, social, e que, portanto, um ou mais podem ser decisivos para a proteção no âmbito federal, estadual e/ou municipal.

É possível diferentes motivações para que um mesmo bem seja consagrado patrimônio cultural. Diante desse fato, é preciso compreender que o patrimônio deve dialogar com o contexto social que se insere, mas e quando as outras narrativas não hegemônicas não são incluídas? Claro que podemos visualizar nos diferentes efeitos que poderiam surgir desse processo, já que diversos valores podem direcionar a diferentes caminhos para a preservação do patrimônio, diferentes instrumentos para sua proteção, como também as diversas formas de interferir fisicamente no bem. Dessa forma, é necessária uma compreensão mais profunda dos processos sociais que direcionam as práticas de preservação, com intuito de ampliar as decisões sobre o patrimônio, a partir dos múltiplos valores atribuídos ao bem cultural.

O conceito de referência cultural veio responder às novas demandas da instituição, e culminando no surgimento de novos modos de conhecer os bens culturais e instrumentos de proteção, como o INRC que prevê uma multiplicidade de valores e o Decreto-lei nº 3551 de 2000 que institui o registro dos Bens culturais de natureza imaterial.

O processo de conhecimento das referências culturais de uma determinada comunidade permite identificar valores atribuídos ao bem cultural, tombado ou não, até então desconhecidos, de forma que possa dialogar com o saber técnico, para que todos, comunidades e corpo técnico institucional, definam as propostas de proteção ao bem considerado patrimônio cultural, como também esse contato entre pesquisadores e detentores dos bens culturais pode "significar a oportunidade de recuperar e valorizar partes do seu acervo de bens culturais e de incorporá-las ao desenvolvimento da comunidade"(FONSECA, 2000,p.119)

> Apreender referências culturais significativas para um determinado grupo social pressupõe não apenas um trabalho de pesquisa, documentação e

> análise, como também a consciência de que possivelmente se produzirão leituras, versões do contexto cultural em causa, diferenciadas e talvez até contraditórias, pois dificilmente, se lidará com uma comunidade homogênea. (FONSECA 2000, p. 119)

É perceptível a necessidade de se trabalhar com as multinarrativas e interpretações do significado do patrimônio permitindo várias reflexões entre os técnicos da instituição e pesquisadores envolvidos na prática preservacionista com a comunidade detentora do bem cultural.

Dessa maneira nota-se a importância do papel desempenhado pelos técnicos e pesquisadores, no sentido de facilitar a compreensão dos valores atribuídos ao bem cultural, como também oferecer as informações necessárias para que os moradores do local possam compreender as justificativas que motivaram o reconhecimento de um determinado valor do patrimônio para a comunidade detentora do bem cultural, para o Estado e toda a sociedade. Dessa forma, entende-se a necessidade de uma abordagem que permita a compreensão sob o ponto de vista de diversos atores sociais sobre o sentido do bem cultural, como alternativa eficiente para ampliação do conhecimento e para envolver a sociedade, visto que esta é a "melhor guardiã do patrimônio cultural" (MAGALHÃES, 1995).

Construir uma noção coletiva de patrimônio demanda também ações mais democráticas, para que se possa ter equilíbrio entre diferentes pontos de vista, a partir da cooperação, negociação, procurando chegar a resultados mais aceitáveis e mais coerentes com as demandas daquele espaço.

Diante da complexidade que envolve o tema patrimônio cultural, reconhecemos que existe a necessidade de se pensar a integração de diferentes valores no patrimônio cultural para o estabelecimento de políticas públicas mais democráticas, e também de medidas efetivas de proteção. Este é o desafio das instituições de preservação nos processos de escolha de um bem para a consagração como patrimônio cultural em meio às várias narrativas, bem como a sua gestão que sempre está acompanhada dos obstáculos frente às políticas culturais que essa prática de preservação costuma enfrentar.

Sob os aspectos da pluralidade e da relativização do valor, existem múltiplas formas do ser humano produzir e transmitir suas representações culturais, seja por meio de edifícios monumentais, arquitetura vernacular, ou por meio da arte, da literatura, da poesia, da imagem, do cinema, da espiritualidade e da mitologia. Da mesma forma, existem múltiplas formas de enxergar e diferentes pontos de vista sobre um determinado elemento, que tenha importância para determinados grupos sociais, interferindo de forma significativa na escolha do instrumento de proteção, como também na sua gestão. A cachoeira do Iauraretê é um

exemplo da complexidade que estamos lidando hoje nas práticas institucionais de preservação do patrimônio cultural.

A cachoeira do Iauraretê foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial e registrada no livro de Lugares pelo Decreto-lei nº 3551 em agosto de 2006. A área é conhecida como um *lugar* de grande significância para as diversas etnias indígenas que habitam o Vale do Rio Uaupés, localizado no Estado do Amazonas, na região que faz fronteira com a Colômbia, cujos valores estão enraizados nas afinidades espirituais por meio da cosmologia entre as águas da cachoeira e o seu povo (IPHAN 2006). Aqueles indígenas tem um sentimento próprio e específico com a cachoeira e nem todos podem compartilhar esses outros valores ou perceber as muitas camadas de significados relacionadas à imagem da cachoeira para aqueles indígenas.

Neste sentido, é necessário que haja um questionamento sobre valores culturais atribuídos a um lugar, por diferentes grupos na sociedade, e que o mesmo seja reconhecido e incorporado na gestão do bem cultural. O INRC mostra-se como ferramenta relevante nesse aspecto ao buscar conhecer as referências culturais de um povo utilizando-se dos recursos da etnografia, fornecendo a compreensão da importância daquele lugar para os povos indígenas em virtude da sua característica multidisciplinar, motivo pelo qual nos obriga, mais adiante, a estudar as possibilidades deste instrumento.

Outra questão a ser ressaltada é em relação às múltiplas abordagens para se reconhecer o bem, e que pode viabilizar múltiplos ou diferentes caminhos para sua proteção, como também diferentes formas de intervir fisicamente no bem.

Ainda abordando como exemplo a Iauraretê, conforme parecer do relator conselheiro do Iphan o antropólogo Roque Laraia para o registro da cachoeira, a motivação foi subsidiada devido aos seguintes aspectos que foram considerados relevantes;

> Por ser emblemático da mito-história de origem e fixação das etnias que coabitam na região do Iauaretê; Por ser este lugar Sagrado um dos elementos referenciais na construção da identidade cultural desses povos; Por atender as diretrizes da Política Nacional de Patrimônio Cultural Imaterial, priorizando regiões historicamente pouco atendidas pela ação institucional, além de reconhecer e valorizar bens culturais representativos de contextos culturais indígenas; Por estarem esses povos empenhados na retomada e revitalização das tradições e dos mecanismos que viabilizam sua transmissão aos mais jovens. (LARAIA, IPHAN, 2006, Ata do Conselho Consultivo p.38-39)

Percebe-se por meio do parecer do relator, que os mais velhos do povo indígena sentiram a necessidade da manutenção das práticas coletivas que são experienciadas naquele

espaço, visto que correriam o risco de desaparecer e mereciam ser preservados para as gerações futuras.

Durante a 49ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan que discutia o registro da cachoeira de Iauaretê como patrimônio cultural brasileiro, o antropólogo Roque Laraia expõe os argumentos que leva um *lugar* a ser considerado como patrimônio cultural. Em suas palavras,

> um lugar somente pode ser considerado como passível de registro como patrimônio cultural imaterial, quando uma população lhe atribui importantes significados culturais, que estão vinculados à sua história, à sua mitologia e a sua própria identidade cultural. (LARAIA, IPHAN 2006 p.39)

Não há dúvidas de que a cachoeira é um ponto focal das atividades e práticas indígenas e o conselheiro relator do processo justifica sua posição a favor do registro daquele lugar, pois " a cachoeira foi assim incorporada como um espaço importante, sagrado, em seus universos mitológicos" (LARAIA, IPHAN 2006 p.40).

O conselheiro Paulo Afonso Leme ao indagar sobre "quais são os instrumentos disponíveis no conselho do patrimônio?" (MACHADO, IPHAN, 2006 p.42), levanta uma questão polêmica, pois, para ele, o registro seria insuficiente para a proteção e menciona o tombamento como instrumento de proteção para garantir a permanência de tais práticas e valores subjetivos que acontecem naquele lugar. E argumenta por meio do embasamento jurídico que "no art. 225, 1º, inciso III da Constituição Federal que os espaços especialmente protegidos, somente podem ser alterados ou suprimidos através de lei" (MACHADO, IPHAN, 2006 p.42).

A categoria "lugares" permite reconhecermos tanto o valor imaterial como a materialidade para a manutenção dos valores subjetivos. É perceptível que essa categoria seja a mais ambígua ao possibilitar múltiplas abordagens e diversos instrumentos para sua proteção como o tombamento e o registro.

Maria Cecília Londres Fonseca reforça a nossa reflexão sobre o livro dos "lugares" ao afirmar que "não há uma relação de oposição ou de exclusão entre o tombamento e registro. São instrumentos complementares; a aplicação de um não exclui absolutamente a aplicação do outro" (FONSECA, IPHAN 2006 p.44)

Dessa forma podemos visualizar a conexão entre o tombamento e o registro quando se trata do livro dos "lugares", pois só existe valor naquele espaço porque existe um sentido, significado atribuído a ele e que "lhe dá uma especificidade, é o que lhe dá um valor:

exatamente as significações trazidas pelos que estão interagindo com aquele espaço" (FONSECA, IPHAN, 2006 p.44).

Portanto, existe uma necessidade da manutenção da materialidade para que o imaterial permaneça e ocorra. Situação diferente quando se registrou a Feira de Caruaru, pois naquele *lugar*, não é necessário à manutenção de um espaço físico específico, visto que o valor estava direcionado totalmente para às práticas coletivas que acontecem sobre o espaço físico e não existe uma relação afetiva, necessariamente, com o espaço. Maria Cecília Londres ao mencionar durante a reunião sobre a importância da Feira de Caruaru diz que o

> interesse não é propriamente o aspecto físico, mas o que ali ocorre. São as práticas, são todas as situações ligadas àquele físico, muito mais que o espaço físico em si, com as suas características e qualidades, sejam elas arquitetônicas, naturais etc. (FONSECA, IPHAN, 2006 p.45)

Assim, no caso da Feira de Caruaru, a materialidade não é relevante para que aconteça a feira, visto que esta pode ser realizada em outro espaço, desde que aconteça, cabendo apenas o registro.

Acreditamos que a conceituação de referência cultural veio em virtude de uma demanda acumulada em anos anteriores, e que se tornou prioridade nesse momento da instituição devido ao risco de perda do patrimônio não consagrado e que tem valor para determinados grupos sociais. Porém, é preciso salientar que o importante não é julgar se é cultura material ou imaterial para ser reconhecida como patrimônio cultural. É preciso conhecer os diversos valores atribuídos ao bem cultural, dentro de uma multiplicidade de abordagens, estabelecer o valor determinante que indicará sua proteção pelo órgão federal.

Nesse sentido, é na escolha diante dos vários olhares sobre o patrimônio, que implicam na definição dos instrumentos a serem utilizados para sua proteção. Talvez possamos reconhecer que a categoria "lugares" em virtude de sua ambiguidade tanto material como imaterial, seja a mais complexa e ao mesmo tempo a mais simples de ser explorada, por isso nos afunilaremos para o conceito de *lugar* com o intuito de tentar melhor compreender esse conceito sob o ponto de vista de outras disciplinas como a geografia e o urbanismo, além do seu entendimento no campo do patrimônio cultural, pois, afinal, necessitamos do olhar multidisciplinar para entendermos os valores a que lhe são atribuídos como patrimônio cultural.

Diante do exposto, é imprescindível considerar na realidade brasileira, a interação entre os aspectos materiais e simbólicos, o bem cultural, ressaltando o foco nas relações de

pertencimento daqueles que se apropriam do patrimônio cultural, de forma a se preservar mais democraticamente o bem para aqueles que o vivenciam, bem como nortear futuras intervenções no espaço físico nos sítios históricos visando o bem comum e de caráter local.

Nos próximos subcapítulos abordaremos o conceito de *lugar*, assim como INRC como instrumento de conhecimento que atende à demanda de bens culturais materiais e imateriais, principalmente no que tange à categoria "lugares", como também é relevante sua utilização devido à possibilidade da avaliação do resultado da política do IPHAN em áreas tombadas, no sentido de se direcionar as ações no sítio histórico de Porto Nacional que é nosso objeto de estudo no terceiro capítulo.

2.2 O conceito de *lugar* como referência cultural

Sem questionar a relevância do estudo do espaço e sua inter-relação com o indivíduo na geografia e no urbanismo, cabe acentuar que os estudos[29] geográficos na perspectiva de *lugar*, ganharam destaque a partir de 1960, sendo a temática mais intensamente explorada a partir da década de 1970 pelo geógrafo Yi-Fu Tuan.

Nas discussões sobre a questão do patrimônio, destacam-se as visões da geografia humanista e do urbanismo no que diz respeito às reflexões sobre espaço urbano, permeado de fatores simbólicos e afetivos e que se transforma em *lugar* — categoria conceitual analisada tanto na área do urbanismo como na do patrimônio cultural, demonstrando haver uma relação intrínseca entre esses campos disciplinares (IPHAN, 2000).

Pelo viés humanista, o trabalho do geógrafo chinês radicado nos Estados Unidos, Yi-Fu Tuan (1983) permite visualizar essa relação entre os dois campos, possibilitada por sua transdisciplinaridade, dando consistência às ilustrações que faz a respeito da grande abrangência que o conceito de *lugar* alcança. Em suas obras pode-se explorar mais intensamente esse conceito e entender o termo "topofilia", um neologismo criado por ele e definido como sendo "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal" (TUAN, 1983, p. 5).

Nos anos de 1960, a criação do termo Topofilia – Amor ou afeição ao lugar- está baseada na ideia da percepção, que contempla estudos que focalizam como o indivíduo percebe o meio em que vive, pois cada um tem a percepção do mundo e do espaço de maneira diferenciada. A ideia fundamental do autor dentro da geografia humanista se voltava para o

[29] Essa indagação foi levantada a partir das reflexões trabalhadas na disciplina Espaço e Patrimônio Cultural, ministrada pelo professor Rafael Winter Ribeiro durante o 1º módulo de aulas do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Iphan, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

conceito de lugar com a preocupação de torná-lo um conceito com caráter científico, dentro de uma lógica de ciência que valorizasse o subjetivo. Tuan foi um dos geógrafos mais significativos que contribuiu de forma relevante para a cientificidade do conceito de lugar sob o aspecto humanista.

> [...]seus trabalhos no final da década de 1960 e início de 1970 se dedicavam em dois campos: a pesquisa das atitudes do homem em relação ao meio ambiente que culminaria com a publicação do livro "Topophilia" em 1974 e a investigação sobre os conceitos espaciais que fossem mais adequados do que o de paisagem utilizado usualmente pela geografia cultural, permitindo uma investigação com características mais subjetivas e antropocêntricas, além de adequar-se ao aporte filosófico fenomenológico, existencialista e estruturalista, que culminou na obra Space and Place: perspective humanistic em1977.(HOLZER, 2003, p.115)

Assim Yi-Fu Tuan se consagrará como um dos autores clássicos para a diferenciação dos conceitos de lugar e espaço, na segunda metade da década de 1970 e se destacará com o lançamento da obra "Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência", publicado em 1977, abordando o "lugar" e o "espaço"como elementos do meio ambiente que se encontram intimamente relacionados, e que não podem ser definidos separadamente.

Para Tuan (1983) as diferenças entre eles, podem ser definidas a partir da relação afetiva com os mesmos por parte de indivíduos ou grupos de indivíduos. No livro "Espaço e lugar" — considerado uma das principais obras da geografia humanística —, o geógrafo reúne importantes considerações teóricas que contribuem para a compreensão de duas categorias, espaço e lugar, definindo com maior precisão onde se situa o *lugar*, ou seja, na condição de espaço humanizado:

> O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. [...] a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço [...]. Espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. [...] é possível descrever o lugar sem introduzir explicitamente conceitos espaciais [...] movemo-nos das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual (TUAN, 1983, p. 3, 6, 151).

O autor considera a experiência com espaço como um aspecto relevante para a formação dos lugares, podendo ser íntima ou direta e conceitual, por sua vez, o espaço pode ser transformado em lugar na proporção em que este adquire definição e significado (TUAN, 1983 6-7). Tuan (1983) define que a

> experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivencia. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento." (p. 10).
> [...] A experiência é constituída de sentimento e pensamento" apesar de parecerem coisas opostas eles estão "próximos às duas extremidades de um *continuum* experiencial, e ambos são maneiras de conhecer. (TUAN, 1983, p.11).

Outro fator importante a ser considerado, segundo ele, para a conformação do "lugar", é o tempo, "se leva muito tempo para conhecer um lugar, a própria passagem do tempo não garante um senso de lugar. Se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência" (TUAN, 1983, 151-165). Isto significa que o fato de permanecer em um determinado lugar por um período muito longo, não quer dizer que se possa, necessariamente, criar vínculos afetivos com ele (campos de concentração, prisões, campo de refugiados, são exemplos desse ponto). No entanto, existe a possibilidade de se criar, rapidamente, sentimentos de afetividade com determinados lugares.

Os estudos do geógrafo Yi-Fu Tuan, vieram contribuir de forma decisiva para a definição de lugar. Tuan (1983) estuda o *lugar* baseado nos aspectos fenomenológicos e por esse autor é que nos apropriamos desse conceito, trabalhado na geografia por permitir uma interface entre o urbanismo e a referência cultural, e este, explorado no campo do patrimônio cultural.

No âmbito do urbanismo, Castello (1997) afirma que esse campo interpreta, tradicionalmente, o conceito de *lugar* como espaço qualificado, isto é, um espaço que se torna perceptível pela população por conter fortes significados. Por isso mesmo, em sua gênese, comparecem fatores físicos e psicológicos que têm a ver tanto com a configuração morfológica urbana quanto com o comportamento interativo adotado pelas pessoas na utilização do desenho do espaço urbano. Essa dimensão simbólica do *lugar* se torna especial para determinados sujeitos sociais e, assim, como diz Carsalade (2007), a qualificação especial dos lugares pode ser entendida como parte inerente da existência e da presença do homem sobre a terra.

> Ao qualificá-los, toma posse deles em seu nome e no nome do grupo que representa, criando condições para que estes e seus descendentes se orientem, se identifiquem e reconheçam aquele lugar como seu berço e sua vida, como seu *patrimônio,* portanto. A sua marca, configurada nos ícones e atributos que conferiu ao lugar é, portanto, algo a se preservar, pois ela lhe confere raízes, senso de pertencimento e o diferencia de outros. Aquilo que o homem fez, passa a "lhe fazer", lhe influenciar, lhe sinalizar a vida (CARSALADE, 2007, p. 174).

Carsalade (2007) define o *lugar* como espaço reconhecido como herança cultural para determinados sujeitos sociais. Nessa direção, Tuan (1983) enfatiza que desde a infância fazemos associações de objetos e pessoas aos lugares: a professora à escola, a mãe a casa. Isso demonstra que o conceito de *lugar* guarda em si simbologias, uma vez que as pessoas criam o mundo conforme as suas identidades e percepções em relação ao meio, caracterizado por feições históricas e culturais. Na medida em que o indivíduo se socializa, essas referências vão se modificando, pois ele começa a querer compreender o "o quê?" e "para quê?". As pessoas estão relacionadas aos ambientes e tentam explicar como o *lugar* funciona. Os significados então, são construídos e fundados na vivência da sociedade em tal lugar que o diferencia de outro pelo uso e pelas práticas cotidianas.

Segundo Tuan (1983), "o lugar é um mundo de significado organizado. É, essencialmente, um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar" (TUAN, 1983, p. 198). Sob essa ótica, a concepção de *lugar* coloca em questão as mudanças drásticas que ocorrem nos lugares e que, como consequência, modificam os sentidos construídos pela população em determinado tempo no espaço. Logicamente, transformações ocorrem, porém, deve-se ter noção, principalmente, os poderes públicos, da importância da conservação dos aspectos históricos e culturais. Por esse motivo, as instituições de preservação também se reinventaram e começaram a se preocupar com os lugares de memórias, onde entram em cena as narrativas urbanas, regionais e locais que expõem especificidades do espaço como *lugar*.

As memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências para uma constante recordação e apego ao passado, trazendo em si os mais diversos sentimentos documentados (seja por meio do papel, do ambiente natural ou edificado) e que são aflorados em narrativas (que podem ser literárias, artísticas, fotográficas ou cinematográficas), sonhos e percepções. Conforme Tuan (1983),

> alguns lugares são muito significantes para determinados grupos e indivíduos apesar de ter pouca notoriedade visual. Uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas inclusive às de lugar. [...] a arte literária chama a atenção para áreas de experiência que de outro modo passariam despercebidas. [...] Objetos que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra. A cultura afeta a percepção. No entanto, certos objetos, quer naturais ou feitos pelo homem, persistem como lugares através da eternidade do tempo, sobrevivendo ao apoio de determinadas culturas (TUAN, 1983, p. 181).

No âmbito da história, segundo Motta (2011), o historiador francês Pierre Nora (1984) define os "lugares de memória como aqueles que, apropriados simbolicamente, perdem seu sentido original, passando a representar um valor a eles atribuído". Assim, a

essencialidade desse conceito estaria ligada “nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional [...] apesar de possuir aparência material, esses lugares são possuidores de histórias constituídas de significações, afetividades, cumplicidade e laços de pertencimento” (MOTTA, 2011, p. 180). Para Arantes (1994), o *lugar* é compreendido por meio da associação com a noção de documento, ao ser valorizado pelos vestígios da ação humana que se apresentam como

> marcos culturais de pedra e cal, antigas estruturas arquitetônicas em paisagens urbanas (que corporificam conflitos políticos e ideológicos mais do que acordos ou simplesmente dominação ou subordinação. Eles celebram realizações políticas e estéticas, sempre sujeitas à reelaboração pela cultura vernacular, conseguida na luta pela legitimação de interesses práticos, valores estéticos e visões do mundo (MOTTA, 2000, p. 282).

A ação humana, deixada no território por meio de vestígios, acaba transformando os “espaços” em *lugares*, isto é, “em sítios habitados por pessoas que vivem de formas determinadas e que os consideram como algo que lhes pertence ou, no mínimo, lhes diz respeito” (MOTTA, 2011, p. 188).

A memória do *luga*r conjuga-se em busca de instrumentos de reforço da singularidade do local, isto é, das referências culturais. A comunidade se constitui como a mais importante ferramenta, já que é depositária de informações e sentimentos afetivos — resultado de uma relação com base na topofilia.

Sabemos que só é possível compreender uma sociedade pelo seu desenvolvimento histórico-político-social, pois um povo que não sabe muito de sua comunidade, pouco sabe dele mesmo. Então, “o ato da continuidade de uma vida coletiva se baseia na preservação da história do lugar” (ALVES; DEUS; NOGUEIRA, 2012, p. 6) e daí “nasce a necessidade de se ter objetos tangíveis nos quais se possa apoiar o sentimento de identidade” (TUAN, 1983, p. 217).

O *lugar*, sob essa perspectiva, além de ser uma categoria geográfica, também é considerado uma categoria de bem patrimonial que se deu, sobremodo, a partir das discussões que aconteceram no ano 2000 pelo Iphan. Nessa ótica, o *lugar* é visto como referência cultural na medida em que representa e propicia as relações entre o espaço e a experiência humana de viver naquele determinado local e é referenciada por determinados aspectos culturais que seus detentores consideram especiais (TUAN, 1983).

Há de se salientar a importância dessa perspectiva mais democrática do patrimônio cultural que contribui de forma decisiva para a concepção de espaço no campo preservacionista. Sob esse enfoque, é possível envolver novos atores sociais na preservação

do patrimônio cultural de forma a abordar outras narrativas. Nesse processo, a relevância da discussão está na atribuição de valores que fazem parte do cotidiano da comunidade em relação ao patrimônio e no nível de pertencimento em relação ao bem cultural, ou seja, em relação ao sítio urbano tombado.

Se dentro dos parâmetros conceituais adotados pelo Iphan, a noção de referência cultural está fundamentada numa concepção antropológica de cultura mais democrática, como afirma Lia Motta (2011), essa noção estaria diretamente ligada aos conceitos de *identidade, memória e ação*, que envolvem "a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais" (FONSECA, 2000, p. 113).

Alves, Deus e Nogueira (2012, p. 6-7) asseveram que a cidade tem o dever de manter suas referências culturais e "instigar o sujeito a se sentir presente na história, seja pelas festas solenes, desfiles, monumentos, livros de história que (en)cantam o retrato de seu lugar, pois estes fatores promovem, de fato, o respeito que surge no cidadão em relação ao seu local de origem", considerando que, "confiantes em seu passado, os cidadãos podem falar em voz baixa e preocupar-se em colocar sua cidade natal em um pedestal" (TUAN, 1983, p. 193).

No Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais[30], o Iphan afirma que referências culturais são

> edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São os fatos, as atividades e os objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de "raiz" de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

Para Sant'Anna (2003), a ideia de referência cultural traz em si tanto o conceito de patrimônio material quanto imaterial. Segundo a autora, esses dois conceitos devem ser entendidos não como opostos, mas como complementares: "um não faz sentido sem o outro, e

[30] Paralelamente aos estudos e questionamentos para a preservação do patrimônio cultural, o Iphan criou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) em 1999, com base nas experiências do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) e Pró-memória — projetos surgidos durante a gestão de Aloísio Magalhães na década de 1970. Conforme estabelecido do manual do INRC, a sua finalidade está direcionada à capacidade de "levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas a sua preservação" (IPHAN, 2000, p. 7). Depois de vários estudos e experiências, esse processo resultou na promulgação do Decreto Lei nº 3.551, em 2003, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial — estes, após selecionados, serão inscritos nos seguintes livros: "Livro de registros dos saberes (para o registro de conhecimentos e modos de fazer), Livro das celebrações (para as festas, os rituais e os folguedos), Livro das formas de expressão (para a inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas), e Livro dos lugares (destinado à inscrição de espaços onde concentram-se e reproduzem-se práticas culturais coletivas)" (SANT'ANNA, 2003, p. 56).

um não pode ser completamente apreendido sem o outro" (SANT'ANNA, 2001, p.160). Isso porque o patrimônio imaterial tem uma face material expressa em objetos concretos (artefatos, vestimentas, locais de produção e reprodução) da mesma forma que monumentos, edificações e sítios possuem uma face imaterial expressa em valores e representações sociais a eles atribuídos.

No caso de tombamento de um sítio urbano, Sant'Anna (2001, p. 160) recomenda que, "além dos valores históricos, artísticos, arqueológicos e paisagísticos, que nele se reconheça valores que se vinculam a determinada configuração espacial ou física — possui ainda valores que se ligam ao uso e à prática social daquele espaço".

Concordamos com a autora quando ela destaca que, ao propor a documentação de lugares e edificações, o processo de conhecimento das referências culturais por meio do INRC supera a falsa dicotomia de que os aspectos materiais e subjetivos estão separados, pois entendemos que os dois são faces da mesma moeda (SANT'ANNA, 2003). E também defendemos a proposta de Tuan (1983), que consiste em levantar os valores afetivos que constituem e são experimentados no espaço, transformando o *lugar*, e que devem ser apreendidos, explicitados, sejam hegemônicos ou não.

Percebe-se que esse novo aporte conceitual transforma a própria noção de patrimônio, uma vez que tira o foco sobre o bem material isolado e transfere o olhar para a concepção de referência cultural que inclui, além das construções, a dimensão dos bens imateriais, naturais, a experiência e ação ali realizadas, evidenciando a influência mútua entre a materialidade e os valores afetivos e simbólicos. Portanto, o *lugar* pode representar como referência cultural e refletir como fragmento da memória.

Apesar dos avanços conceituais referentes ao patrimônio cultural urbano, ainda persiste um distanciamento entre as instituições e a população detentora do bem cultural, por não se ter um olhar aprofundado sob a relação dos sujeitos sociais que se apropriam do espaço e também pela não participação efetiva deles nas decisões indicadas pela instituição de preservação, pelo poder público e/ou privado no que tange às intervenções no espaço urbano considerado patrimônio cultural.

O sítio histórico de Porto Nacional é *lugar* como referência cultural por possuir espaço valorizado como detentor das formas de mais profundo significado junto à população, concentrando os marcos referenciais mais simbólicos do antigo núcleo que originou a cidade. Aos que passam os finais de tarde pelo local, especialmente no Largo das Mercês, é impossível não registrar os momentos marcantes de vida no centro histórico, associando-os ao *lugar*, como também a prática cotidiana dos seus moradores de sentarem-se às portas de suas

casas. As formas construídas, a arquitetura vernacular, a monumentalidade da catedral, com sua escala acentuada em relação ao conjunto de edificações e o caminhar sobre o arruamento estreito conduzem a perceber as relações de pertencimento ao *lugar* existentes entre os seus detentores culturais. Isso também é possível por meio das narrativas (poéticas, musicais, fotográficas) e depoimentos dos moradores sobre aquele espaço.

Apesar das intervenções urbanas terem atropelado parte das suas referências, a cidade ainda está intimamente ligada ao sentimento de pertencimento com o *lugar* e aos elementos materiais e naturais que constituem o espaço e amarram laços afetivos. Provavelmente, se o inventário de conhecimento, no caso o INRC, tivesse sido realizado antes de tais intervenções, de forma minuciosa e atenta aos valores que a população local enfatiza, talvez pudessem ter sido evitados, ou pelo menos amenizados, os danos sofridos pela população.

A passos lentos, caminhamos para um quadro de maior discussão e reformulação nas ações preservacionistas, no sentido de possibilitar que a população, que possui um elo próximo com o patrimônio, tenha participação mais efetiva e seja valorizada no processo de manutenção dos bens culturais populares. Todavia, são necessários mais estudos interdisciplinares que abranjam a dinâmica histórica e cultural da comunidade e seu patrimônio para que esses debates resultem em ações práticas.

Podemos visualizar vários aspectos relevantes para a relação do *lugar* como referência cultural. Primeiramente, a questão do patrimônio cultural, por estar estabelecido e estruturado no espaço, no que tange à relação com o *lugar*. Apesar de reconhecermos que existem valores subjetivos que o identificam como patrimônio imaterial, esse *lugar* é provido de elementos materiais que são importantes para a manutenção dos laços afetivos com o espaço e que são resultados de ações sociais e culturais (NIGRO 2010). Dessa forma permite-se dizer que os valores materiais e subjetivos estariam sob um mesmo plano, e um é tão importante quanto o outro.

Essa complexidade é nítida quando analisarmos as intervenções físicas do patrimônio material, que, muitas vezes, a restauração é pautada no valor material em si mesmo a partir dos conhecimentos técnicos especializados, sem considerar outros valores subjetivos incorporados a ele. É nesse momento que podem entram em conflito vários interesses de diferentes atores sociais para definição da intervenção física no bem cultural, como os órgãos de preservação, a comunidade local e o município. Quando o processo é, democraticamente, participativo, o resultado é um equilíbrio dos valores materiais e imateriais a partir de sua tangência, que é o conceito de lugar.

Dessa forma, podemos compreender o patrimônio por meio de sua referência cultural, que seria o *lugar*, e refletir sobre as ações preservacionistas, sem congelar a vida social, e melhorar a qualidade de vida dos sujeitos que experienciam cotidianamente esse espaço considerado patrimônio cultural.

Nesse sentido, entendemos que as ações preservacionistas devem ser pautadas em políticas públicas mais democráticas, que considerem a diversidade cultural, bem como a inclusão de narrativas não hegemônicas, possibilitando intervenções que abranjam peculiaridades do espaço urbano que são de suma importância para a manutenção dos laços afetivos com o *lugar*.

2.3 O INRC e suas contribuições para o conceito de *lugar* nas políticas do patrimônio

A Constituição Federal de 1988 adotou uma concepção mais ampla da cultura, a partir da introdução das "noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural" (IPHAN, 2000, p. 7) — conceitos que já eram adotados pelo Centro Nacional de Referência Cultural e pela Fundação Nacional Pró-Memória.

Diante das novas atenções que o bem cultural necessitava e do afloramento das multinarrativas sobre patrimônio, era preciso evoluir para novos instrumentos de proteção que fossem coerentes com as novas demandas do Iphan, associadas à dinâmica do cotidiano. Assim, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)[31] veio para instrumentalizar o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização do patrimônio" (BRASIL, 2000).

De acordo com o Manual do INRC, era necessário "evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas a sua preservação" (IPHAN, 2000, p. 7).

Esse instrumento procura compreender e descrever o bem cultural sob o ponto de vista dos seus detentores — aspecto relevante quando tal inventário é realizado em sítios históricos para que possa nortear as futuras intervenções, "buscando apreender os sentidos atribuídos pelos moradores ao patrimônio cultural" (IPHAN, 2000, p. 7).

Há de salientar que essa característica do INRC o diferencia dos outros inventários, até então desenvolvidos pela instituição em razão do seu caráter mais democrático, pois permite

[31] Metodologia de pesquisa para identificação de referências culturais, elaborada e utilizada pelo Iphan em consonância com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e com as novas concepções teóricas sobre patrimônio cultural.

que qualquer grupo social ou comunidade possa realizar esse inventário com intuito de conhecer suas próprias referências culturais. É recomendável que se realize esse modelo de inventário, já que ele possibilita aos detentores dos bens culturais terem maior acessibilidade aos instrumentos que possam proteger suas referências, tornando o INRC bem interessante quando aplicado em áreas que abrangem o patrimônio cultural urbano.

É fundamental apreender quais são as referências culturais significativas consideradas por uma comunidade de determinado local, entendendo que isso não se restringe ao levantamento documental e que serve também para direcionar ações no espaço urbano dos sítios históricos. Importa levar-se em conta as narrativas não hegemônicas, diferenciadas e às vezes até contraditórias (em relação à motivação do tombamento) que não foram contempladas ou ressaltadas nos processos de tombamento anteriores à aplicação do INRC — ou mesmo as atuais —, de forma a garantir procedimentos mais democráticos em sítios históricos tombados pelo Iphan.

Dessa forma, o INRC se mostra como um relevante instrumento de conhecimento desses valores contidos nos sítios históricos que foram anteriormente tombados. É importante demonstrar sua utilidade em estudos relacionados à compreensão e apreensão do sítio histórico por parte da comunidade, enfatizando sua aproximação com os significados urbanos que é viabilizada por meio da compatibilização entre o olhar técnico e o olhar da sociedade sobre as questões referentes ao patrimônio cultural, bem como na identificação das relações de pertencimento dos diversos sujeitos sociais com o espaço urbano.

Conforme o Manual, “inventariar, como lembra ainda a definição do dicionário, significa também encontrar, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial” (IPHAN, 2000, p. 28). O INRC deve, então, “basear-se em critérios explícitos e que sejam de aplicação universal, para que se possa contribuir, a partir de um contexto bem delimitado, um conjunto completo de instâncias que sejam as consideradas relevantes segundo tais critérios” (IPHAN, 2000, p. 28). A partir desse aspecto, é possível até comparar inventários mais recentes com os anteriores. Por isso existe a necessidade de ser uma prática rotineira na instituição em virtude do próprio processo de atribuição de valor pela comunidade, que é dinâmico, e assim permitir que novos valores possam ser incorporados com o tempo.

Segundo Arantes Neto (2000), a criação dos procedimentos de inventário para o INRC envolveu, entre outros desafios, o de

> evitar a produção de um tipo de registro que *congelasse* o processo social formador desses *bens*, como se eles fossem objetos sem história. Para atender a esse conjunto de exigências, fazemos enfaticamente a recomendação de que se proceda ao acompanhamento a médio prazo da dinâmica cultural nos sítios inventariados, não só acrescentando o inventário como atividade corrente e rotineira da instituição — a exemplo do que ocorre com os censos populacionais — como também procedendo à devolução dos resultados produzidos, submetendo-o à crítica da população envolvida e enriquecendo-o com suas contribuições (ARANTES NETO, 2000, p. 24).

Outra questão relevante em relação aos inventários destinados estritamente a bens materiais (móveis ou imóveis) é que, para estes, "as unidades de observação podem ser identificadas sem muita dificuldade: serão estruturas arquitetônicas ou objetos bem delimitados que se encontram em determinado sítio" (IPHAN, 2000, p. 29). Já o inventário de cultura (no caso o INRC)

> apresenta entre outras, a particularidade de incluir, além de objetos fisicamente discerníveis, realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis ou imateriais muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais (IPHAN, 2000, p. 29).

Tuan (1983) confirma a dificuldade que existe para reconhecer algo ao qual atribuímos valor ao dizer que "as experiências íntimas, não sendo exaltadas, passam despercebidas. Na hora não dizemos 'é este', como fazemos ao adquirir objetos de notória ou reconhecida beleza. É somente quando refletimos que reconhecemos seu valor" (TUAN, 1983, p. 158).

As narrativas literárias, artísticas e cinematográficas podem ajudar nesse processo de identificação, levando-se em consideração que

> um ponto de partida do inventário é focalizar dimensões concretamente apreensíveis da cultura: documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem aspectos do que, para determinado grupo social, sejam as suas referências em relação aos temas selecionados por este trabalho (IPHAN, 2000, p. 30).

Assim, podemos utilizar procedimentos da etnografia para apreender esses valores com intuito de explicitá-los. Essa preocupação de conhecer os bens culturais considerados pelo povo e aproximá-lo de tais bens já fora manifestada em vários momentos das práticas de preservação do bem cultural, primeiramente no anteprojeto de Mário de Andrade e, depois, incorporada ao Iphan durante a direção de Aloísio Magalhães.

Esse processo de conhecimento das referências culturais necessita de um levantamento minucioso, sendo fundamental facilitar o trabalho de campo por meio da delimitação da investigação. Pode-se começar por aquilo que é reconhecível pelos detentores dos bens culturais como algo que lhes diz respeito e que tem importância para eles. Propõe-se que

> a investigação se limite a aspectos da vida social que sejam imediatamente reconhecíveis pelos atores e que se proponha a registrar os dados que sejam mais imediatamente apreensíveis por meio de roteiros e formulários padronizados. Refiro-me a domínios reconhecíveis da vida social como as festas, as artes e os ofícios, os lugares de importância diferenciada.
> [...] o objeto do INRC são as atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social (IPHAN, 2000, p. 30).

Para delimitar o universo do levantamento, a recomendação é que para iniciar o trabalho do inventário "não basta adotar os limites e as subdivisões administrativas de uma área geográfica", pois as referências culturais de um grupo social estão diretamente imbricadas às relações sociais existentes em determinado espaço físico. Podem existir diferenças culturais em virtude das segmentações e estratificações sociais, possibilitando "graus variados de permeabilidade, que devem ser levados em consideração na delimitação da área" (IPHAN, 2000, p. 32).

"Estaríamos falando das referências compartilhadas pela maioria da população, por todos os estratos sociais, por uma etnia, categoria etária, racial?" (IPHAN, 2000, p. 32). O Manual do INRC nos motiva a acreditar que sim, porque envolve todos aqueles que, de algum modo, estão ligados a um sentimento comum em relação a determinados bens, que se apresentam como referência cultural para aquela comunidade composta por diversos sujeitos sociais. Um exemplo típico desse processo é o rio Tocantins, envolvido pelo núcleo histórico em Porto Nacional - município do Estado de Tocantins, que é referência cultural tanto para os ribeirinhos quanto para moradores do núcleo histórico e para a cidade.

Convém ressaltar que podemos delimitar uma área em virtude de critérios jurídicos, como, por exemplo, uma área tombada, mas isso não impede que no decorrer do levantamento haja flexibilidade nesse procedimento em função dos resultados encontrados. Nesses casos, as áreas geralmente não possuem limites físicos, mas sim, fronteiras distinguidas pelos modos de vida, regras, condutas e criação de valores. O Manual então, recomenda a utilização do termo *sítio* para designar configuração socioespacial (IPHAN, 2000).

Essas áreas podem ser vilas, bairros, zonas ou manchas que não correspondem, necessariamente, a bairros, como também podem ser regiões geográficas culturalmente

diferenciadas e, tradicionalmente reconhecíveis, ou ainda áreas delimitadas para a implantação de determinada política, como um sítio tombado, e ainda é possível incluir a área do entorno, em virtude da ocorrência e da relevância de práticas que são identificadas (IPHAN, 2000).

Pode-se também subdividir a área de um sítio a ser inventariado em localidades, sendo então um sítio pensado "como uma rede de localidades reconhecidas pelos atores sociais como uma totalidade cultural e, territorialmente diferenciada". Dessa forma, por meio do zoneamento, é possível direcionar as medidas de preservação do patrimônio físico, ambiental e cultural, envolvendo valores tanto materiais como imateriais. Assim, muitas "informações relevantes estão consolidadas nos instrumentos legais que criam tais enquadramentos" (IPHAN, 2000, p. 34).

Exemplo típico desse processo de um espaço territorialmente diferenciado, mas que possui uma totalidade cultural — envolvida pelo rio Tocantins —, é o sítio histórico de Porto Nacional, que possui uma demarcação simbólica no espaço urbano pelos moradores locais antigos, universitários (considerados como os "de fora") e os barqueiros (personagens intermediários desse processo). Num caso como este, O INRC, utilizando recursos da etnografia, pode responder quais são as referências culturais dos moradores e ribeirinhos de Porto Nacional, espaço que comporta valores materiais (físicos e naturais) e subjetivos.

Por esse caminho, o INRC consegue contemplar boa parte da pluralidade cultural brasileira através de instrumento construído numa visão democrática pelo Iphan, ao mesmo tempo em que obtém maior participação da comunidade ao realizar o mapeamento de seus referenciais, aproximando os sujeitos sociais das políticas públicas. Todavia, continua o desafio de possibilitar que esse instrumento seja cada vez mais acessível às comunidades que tenham interesse em mapear seus bens culturais, para que possam se apropriar desse instrumento com intuito de proteger aquilo que é referência para elas.

As etapas dessa metodologia são divididas em levantamento preliminar, identificação e documentação, cuja complementação vem por meio de informações que são inseridas em um banco de dados que poderão ou não ser registrados como patrimônio cultural brasileiro por meio do Decreto-lei nº 3.551/2003, como também pode-se registrar o bem sem que, necessariamente, se realize o INRC (SANT'ANNA, 2003).

Ao criar o INRC, visando ao conhecimento e registro dos bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira, o Iphan classificou os bens culturais com base nas categorias estabelecidas pelo Decreto-lei nº 3.551/2003: saberes, celebrações, linguagens e

espaços — estes conceituados como locais onde se reproduzem práticas culturais e que, posteriormente, viriam a ser definidos como *lugares*.

Para o inventário, o Iphan (2000) definiu as seguintes categorias e suas abrangências:

> 1. Celebrações. Nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário [...]
> 2. Formas de expressão. Formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade [...]
> 3. Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade [...]
> 4. Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.
> 5. Lugares [...] Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade (IPHAN, 2000, p. 31-32).

A categoria *lugares* possui uma particularidade que possibilita a integração dos inventários dos bens materiais e imateriais. Talvez essa última temática seja hoje o ponto nodal para o conceito de referência cultural, contribuindo de forma decisiva para a compreensão do patrimônio urbano. Sobre a categoria, o Manual do INRC acentua:

> Toda atividade humana produz sentido de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de natureza variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses *lugares* podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias (IPHAN, 2000, p. 32).

Conforme o Manual do INRC, a categoria *lugares* como referência cultural, corresponde aos espaços que possuem algum sentido para os detentores dos bens culturais e onde são experienciadas práticas culturais coletivas cotidianas ou excepcionais.

É importante salientar, que esse conceito desenvolvido pelo INRC abarca aspectos tanto materiais como imateriais ao procurar apreender as referências culturais de um *lugar*

diante dos valores subjetivos incorporados ao espaço físico, envolvendo os diversos sujeitos sociais que compartilham de um bem comum.

O INRC aborda indiretamente a transdisciplinaridade da categoria *lugares* em relação aos valores materiais e imateriais ao admitir a possibilidade de adentrar em

> diferentes disciplinas e especialidades. Nesse caso entram em cena principalmente a antropologia e a arquitetura e os esforços dessas disciplinas em pelo menos duas direções, a saber: de um lado, no sentido de contemplarem, ambas, as complexas relações existentes ente estruturas físicas e valores culturais e, de outro lado, no de refinarem conceitos que são relevantes para ambas — como é o caso do conceito de *lugar* [...] (IPHAN, 2000, p. 27).

No que diz respeito à temática dos *lugares*, entende-se que ela "se constitui como ponto de interseção entre reflexões desenvolvidas por várias disciplinas acadêmicas e envolve particularmente a arquitetura e antropologia" (IPHAN, 2000, p. 32). Por esse motivo, a identificação de lugares focais pode ser o ponto de partida mais produtivo para uma tentativa de integrar os resultados dos dois tipos de inventários que o Iphan passou a produzir: o INBI-SU[32] e o INRC.

Essas práticas reconhecidas como indissociáveis no *lugar* devem ser levantadas de forma a abordar os modos de apropriação prática e simbólica do espaço como também a evolução histórica desses modos de apropriação, considerando que o "lugar é *processo* e, portanto, *tempo*" (IPHAN, 2000, p. 32). Para Tuan (1983, p. 158), "os acontecimentos simples com o tempo podem se transformar em um sentimento profundo com o lugar". Mas quanto tempo demora para se conhecer o *lugar*?

> [...] "sentir" um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos. É uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar (TUAN, 1983, p. 203).

O autor acentua que "aprender a conhecer o bairro exige a identificação de locais significantes, como esquinas e referenciais arquitetônicos dentro do espaço do bairro"

[32] Inventário Nacional de bens imóveis – Sítios urbanos objetiva reunir informações sobre sítios urbanos históricos tombados pelo Iphan. O INBI-SU procura "sistematizar as informações sobre bens imóveis, coletadas a partir dos levantamentos de campo e dos levantamentos de fontes documentais, constituindo-se em um instrumento para a ação institucional do IPHAN.[...] A utilização da categoria **sítio urbano** – foi definido como resultado do processo histórico de apropriação do território, que define a consolidação de um espaço, integrando fenômenos que o relacionam a um contexto geográfico mais amplo (IPHAN, 2001,p.9).

acrescentando que “objetos e lugares são núcleos de valor” e que “um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva” (TUAN, 1983, p. 21).

Nesse sentido, o conceito de lugar adotado pelo Iphan está associado à prática cultural coletiva em determinado espaço, aproximando-se da ideia de experienciação profunda, afetiva e simbólica de diversos sujeitos sociais com certos espaços, transformando-os em *lugares* — visão que converge para a linha humanística do Tuan (1983), apesar de este autor não aprofundar o conceito de cultura.

É possível perceber que qualquer prática cultural coletiva sempre estará associada ao espaço. Todavia, ao inscrever um bem na categoria *lugares*, fica claro que a abordagem e o valor a ser enfatizado ou atribuído às práticas humanas e às experiências coletivas estão diretamente relacionados ao espaço onde elas acontecem.

Nessa perspectiva é possível visualizar que a materialidade do imaterial é relevante para a ocorrência de tais práticas.

Conforme o Comitê Gestor do Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2012), a proposta para a criação da categoria *lugares* veio da justificativa de que existem sítios naturais, espaços construídos ou não, que, independentemente de possuírem valor arquitetônico ou artístico, estético e paisagístico, constituem pontos focais da vida do grupo naquele *lugar*, porque compõem cenários significativos de articulações de um modo de pensar e agir, uma visão do mundo característica de determinada parcela da população que compartilha um espaço e nele manifesta sua condição de pertencimento.

Portanto, o conceito de *lugar* trabalhado no campo do patrimônio imaterial se aproxima da noção de *lugar* explorado pela geografia humanista de Tuan (1983) e pelo urbanismo sob o viés antropológico, ao atribuir valor ao lugar por meio da experiência coletiva compartilhada no espaço, ao mesmo tempo em que permite uma interface entre o patrimônio imaterial e o material — “duas faces da mesma moeda”, como diz Sant’Anna (2003).

Apesar de as políticas preservacionistas contemplarem a categoria *lugares*, assim como se observa no Decreto-lei nº 3.551/2003 e no instrumento de conhecimento das referências culturais, no caso o INRC, esse conceito é pouco explorado no território do patrimônio urbano.

Isso nos permite indagar: por que dentro das políticas direcionadas ao patrimônio material, no que tange ao urbano, não poderíamos aplicar melhor esse conceito, embora ele seja mais utilizado no patrimônio imaterial? Afinal, o conceito de *lugar* nunca foi tão atual

para direcionar as políticas públicas do patrimônio cultural em áreas urbanas diante das multinarrativas.

Embora Tuan (1983) não referencie, em seus estudos, bens culturais e patrimônio cultural ao desenvolver o conceito de *lugar*, procuramos nos apropriar do conceito desenvolvido por ele, visto que tal noção se mostra bastante atual e pertinente para direcionar as práticas de preservação do patrimônio cultural, principalmente porque os valores afetivos e simbólicos e as práticas sociais são experienciados nesses espaços.

Por esse viés, os valores subjetivos que atribuímos ao *lugar* só fazem sentido com a permanência da sua materialidade, constituída pelo espaço físico, seja ele urbano ou natural, onde se experienciam práticas culturais coletivas que os diferenciam de outros *lugares* e que, portanto, devem ser preservados para a continuidade das atividades que abrigam.

Contudo, há que se refletir acerca do instrumento mais adequado para a proteção — se é o registro e/ou o tombamento — ao atribuirmos valor a um bem cultural que se manifesta distinto para sua inclusão na categoria *lugares*. Caso a espacialidade seja de suma importância para a manutenção de tais práticas e significados atrelados ao bem, segundo o valor que lhe foi atribuído, necessariamente, o tombamento se mostra como instrumento pertinente para a proteção, garantindo a continuidade dos valores construídos ao longo do tempo para as futuras gerações.

Diante do exposto, compreendemos que o conceito de *lugar* permite a utilização de dois instrumentos para a proteção: o registro para proteger os valores subjetivos do lugar e o tombamento para proteger o espaço onde se experienciam tais valores.

Em virtude da transdisciplinaridade anteriormente demonstrada para o conceito de *lugar* e por estar contemplado no INRC, podemos verificar a importância da utilização desse instrumento multidisciplinar em estudos relacionados à compreensão e apreensão do sítio histórico por parte da comunidade devido a sua aproximação dos significados urbanos, e que é viabilizada por meio da relação do olhar técnico com o olhar da sociedade sobre as questões referentes ao patrimônio cultural, bem como na identificação das relações de pertencimento dos diversos sujeitos sociais com o espaço urbano.

A partir dessa perspectiva multidisciplinar do INRC, aplicaremos o conceito de *lugar* como referência cultural, explorando narrativas referentes ao sítio histórico de Porto Nacional, cujo espaço urbano possui um sentido de *lugar* constituído de valores para a população local, apesar de ter sofrido uma trajetória de intervenções pelo poder público que desprezou tais valores.

É relevante apreender quais são as referencias culturais significativas consideradas por uma comunidade de um determinado local, pois isso não somente se restringe ao levantamento documental, mas também serve para direcionar ações no espaço urbano dos sítios históricos relacionados aos discursos e narrativas não hegemônica, diferenciadas e até as vezes contraditórias que não foram contempladas ou ressaltadas na atribuição de valor oficial, de forma a garantir procedimento mais democráticos em sítios históricos tombados pelo Iphan.

3. NAS BARRANCAS DO RIO TOCANTINS: UM LUGAR EM PORTO NACIONAL

3.1 UM PORTO ÀS MARGENS DO RIO TOCANTINS

3.1.1 Aspectos históricos e geográficos

O processo de povoamento de Porto Nacional está diretamente relacionado à extração do ouro. Embora sabido pela vasta literatura disponível e amplamente falada, é de extrema importância abordar aqui alguns aspectos destacados pela literatura no tocante ao entendimento da extração do ouro no interior do Brasil, principalmente quando enfatizamos o caminho percorrido pelo ciclo no antigo norte de Goiás.

De acordo com a historiografia tradicional, no final do século XXVII e começo do século XXVIII, nos primeiros tempos de colonização, paulistas penetraram no sertão brasileiro, por meio das Bandeiras[33], visando ao apresamento indígena para garantir mão de obra agrícola, o que, posteriormente, constituiu um impulso imprescindível aos primeiros descobrimentos auríferos no interior do Brasil.

A princípio foi descoberto ouro em Minas Gerais na última década do século XVII, iniciando a denominada “corrida do ouro”, que fez surgir rapidamente, arraiais e vilas. Posteriormente, esse processo se estendeu para o antigo norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, até as proximidades do rio Tocantins, formando-se muitas vilas que se desenvolveram na região e, depois, se transformaram em cidades: Arrayas – atual Arrais, Barra da Palma – atual Paraná, Chapada (da Natividade), Natividade, São José do Duro – hoje Dianópolis, Carmo – atual Monte do Carmo, Conceição (do Tocantins), a extinta Pontal, hoje em ruínas, e Porto Nacional (antigo Porto Real e depois Porto Imperial), que servia de apoio à navegação no rio Tocantins. Pontal foi o último arraial da parte norte a ser formado em 1738, data confirmada pelos historiadores Luís Palacín (1976, p. 36) e Marivone de Matos Chaim (197, p. 25).

Conforme apontado na *Chorografia* de Cunha Matos, de 1874, no Pontal (nome Arraial do Pontal porque ali se forma uma grande ponta), havia duas ruas, duas igrejas e cerca de cinquenta casas.

> Situado na parte ocidental de uma grande serra do mesmo nome, sobre o córrego do lavapés, três e meia léguas a oeste do Porto Real e da margem esquerda do

[33] Expedições que ocorreram a partir do século XVI com objetivo de povoar o interior brasileiro, na busca de mão de obra indígena para as lavouras, como também de abertura de novas rotas terrestres e conquista das vias fluviais. A partir dos anos de 1700, o objetivo principal se voltou para a busca de pedras preciosas.

> Tocantins. Tem quarenta e nove casas, todas miseráveis, a igreja de Sant'anna e Santo Antônio, freguesia Han' esta pobríssima e arruinadíssima igreja uma veneranda imagem do senhor crucificado de estatura natural. Tem uma companhia de infantaria de pardos e outro de pretos milicianos, e uma de ordenanças (CUNHA MATOS, 1874).

Alguns povoados se formaram ao redor da mineração, às margens dos cursos d'água, como Arraial do Pontal em 1738 e Arraial do Carmo em 1746. Esses dois arraiais foram muito importantes para a formação de Porto Real, pois o Arraial do Carmo estava situado à margem direita do Tocantins e Pontal na outra margem do rio, sendo que era percurso obrigatório passar por Porto Real.

Cunha Matos (1874) descreve que o Arraial do Carmo tinha 70 (setenta) casas e uma capela, e Pontal possuía 47 (quarenta e sete) casas e uma igreja.

> É extenso e aprazível, fundado em 1741 sobre os rios da Água Suja e Sucurihú que pelas suas margens formam pântanos que produzem moléstias graves. Tem cento e sete casas, todas pequenas, a igreja de nossa senhora do Carmo com alguma prata e a do Rosário, pobre. Os seus moradores principiaram há poucos annnos a freqüentar a carreira do Pará pelo Tocantins. Tem uma companhia de infantaria, uma de cavallaria e uma de henriques milicianos, e uma de ordenanças. No seu districto acham-se abandonadas mais de noventa fazendas de criação de gado e de plantações. Os índios selvagens concorreram muito para este abandono mas é provável que tudo procedesse da diminuição do ouro, extincção de escravos e emigrações para a província do Pará junto ao rio da Formiga existiu uma aldeia d'este nome, povoada por Acroás. Ficou deserta por serem transferidos para a aldeia de São José do Duro (CUNHA MATOS, 1874).

A travessia para o Pontal rumo ao Arraial do Carmo era feita por meio de barcas, de propriedade do português Felix Camoa, que possuía um sítio na margem direita do Tocantins — onde hoje é o centro histórico do Porto Nacional —, que se tornou porto de passagem entre os arraiais do ouro. "[...] o ponto escolhido pelo destemido barqueiro [...] ficava entre duas ilhas, à margem direita do rio num plano elevado, para um caso de ataque dos gentios, ele se refugiar em uma das ilhas [...]" (GODINHO, 1988, p. 10).

Conforme o parecer técnico do Iphan, a configuração urbana do sítio de Porto Real seguiu

> a tradicional forma portuguesa de implantação em terrenos planos: uma capela (figura 3) era erigida próxima ao leito do rio e para o qual era voltada a fachada, formando um adro logo delimitado por casas e estabelecimentos comerciais e dando origem a uma praça, aonde futuramente viriam a ser instalados os órgãos da administração pública (casa de câmara e cadeia) (IPHAN, 2008, p. 3).



Figura 3 – Porto Real e a capela dedicada à Nossa Senhora das Mercês – Desenho de J. W. Burchel. Fonte: Superintendência do Iphan em Goiás, mídia digital, título "A ciência e o caminho da roça". Fundação Oswaldo Cruz", arquivo "O Brasil no Primeiro reinado1"

O memorialista Durval Godinho, com base na oralidade da comunidade local, relata que houve vários conflitos entre índios (da etnia Xerentes) e os "brancos". Os sobreviventes que não eram índios fugiram para Porto Real, abandonando suas casas em virtude do medo de novos ataques indígenas. Segundo Godinho, logo o Arraial do Pontal entrou em decadência, chegando a um processo de ruína.

> A tais medidas oficiais surgidas nos primeiros lustros do século passado, juntaram-se outras circunstâncias propiciadoras do rápido desenvolvimento de Porto Real. Uma delas, embora lamentável, foi o doloroso massacre de Pontal, cujos sobreviventes, num doloroso êxodo, fixaram-se definitivamente em Porto Real (GODINHO, 1988, p. 17).

A *Chorografia* de Cunha Matos (1874) já descrevia a existência desses enfrentamentos entre os "brancos" e os indígenas do Arraial do Pontal. Tais relatos deram suporte às argumentações de vários historiadores que, posteriormente, confirmaram a existência desses conflitos.

> O districto de Pontal é mui abundante de ouro, mas os assaltos repetidos dos índios selvagens afugentaram os mineiros das ricas lavras da matança que não estão longe do arraial. O mesmo caminho antigo pela planície estava abandonado por temor dos índios. Eu determinei que se abrisse novamente, e foi por elle que marchei para o arraial. Ao lado do caminho da planície está o ribeirão do Carmo. N'este districto, meia légua distante do Tocantins, sobre a estrada do Pontal, já estive antigamente

> em uma guarnição para obstar aos insultos dos índios: ainda chamam Presídio[34] a este lugar (CUNHA MATOS, 1874).

Já para o historiador Odair Giraldin, dentre as suas hipóteses, argumenta que o Arraial do Pontal conviveu com Porto Real até pelo menos as três primeiras décadas do século XIX. O mesmo autor acentua que o massacre relatado por Godinho (1988) não foi o principal fator que levou a sua decadência.

> Como ocorreu o despovoamento de Pontal, e seu abandono total? Abandono este que leva hoje a maioria da população de Porto Nacional a não ter certeza sobre sua localização precisa? Minha hipótese é que o crescimento das atividades comerciais e de navegação pelo rio Tocantins, levou a população do arraial do Pontal a abandoná-lo, paulatinamente, passando a viver no crescente arraial do Porto Real (GIRALDIN, 2002, p. 7).

Na verdade, os ataques dos índios ocorreram a três léguas do Pontal (Godinho, 1988), no Ribeirão da Matança, onde os "brancos" extraíam o ouro. O grande problema era a falta de segurança e tranquilidade para extração do metal por causa dos constantes ataques indígenas, obrigando os "colonizadores" a se refugiarem aos poucos no outro lado do rio, no próspero Arraial Porto Real.

Esses constantes conflitos, de certa forma, contribuíram para o despovoamento do Pontal e o deslocamento de várias famílias para Porto Real. De acordo com Ravagnani (1989), várias foram as tentativas realizadas pelo governo para tentar acabar com os constantes ataques indígenas por meio das Bandeiras, com intuito de "expulsar" os indígenas da região das áreas mineradoras.

Outra dificuldade para a extração do ouro foi a proibição da navegação pelo rio Tocantins, medida determinada pela Coroa em virtude das facilidades encontradas pelo contrabando de minério, visto que o isolamento da região dificultava a cobrança do quinto do ouro. Essa decisão da Coroa afetou as minas do norte, que se viram completamente isoladas e, devido a esse processo, algumas povoações que dependiam desse comércio e já eram dispersas, entraram em processo de decadência e mesmo de total desaparecimento (PARENTE, 1999).

Entre o final da década de 1760 e a década de 1780, a mineração em Goiás começou a entrar em decadência, como também ocorreu em outras regiões mineradoras, como, por exemplo, Minas Gerais e Mato Grosso (PARENTE, 2004).

---

[34] Presídios eram colônias militares de povoamento, defesa e especialização agrícola. (cf. Palacin, 1989:42)

No período de 1779 a 1822, o ouro de aluvião foi extinto e apenas alguns faiscadores exploravam os cascalhos em busca de algum minério que sobrou da extração anterior. Tal período foi marcado por uma queda na produção, “a ponto de não mais se justificar a continuidade das explorações, que se tornavam antieconômicas, pois as minas encontravam-se quase totalmente exauridas” (PARENTE, 1999, p. 47).

A partir desse momento, no final do século XVIII e início do XIX, a situação era de profunda crise econômica no norte do Goiás, caracterizada pelo despovoamento dos sertões e diminuição de impostos arrecadados, pois sem ouro não podiam ser pagos os impostos. Em meio ao colapso da economia, causado pelo declínio da produção do ouro, o norte do Goiás se direcionou para a agropecuária de subsistência, demonstrando um quadro econômico diferente do existente nas áreas auríferas de Minas Gerais.

A interdição da navegação fluvial pelo rio Tocantins, bloqueou o desenvolvimento no norte goiano, principalmente no período do auge do ouro, impedindo outras mercadorias, além do ouro, de chegarem a outros portos ou caminhos.

No final do século XVIII e na primeira década do século XIX, a palavra mais enunciada na capitania era “crise”. Conforme Parente (1999, p. 93), a solução proposta pelo governo para a saída da “crise” — e não havia outra —, era esta: “só através do povoamento, da agricultura e do comércio com outras regiões, que ela poderia retornar o fluxo comercial de antes”. A partir desse impasse econômico, foi imprescindível a suspensão da interdição da navegação do rio Tocantins que cortava a capitania de Goiás.

Em Porto Real, que já era considerado não somente um importante local de trocas, comércio, entreposto de víveres necessários para os trabalhos com mineração e sobrevivência da população, como também um local de contrabando do ouro, a decisão da Coroa pela liberação da navegação ampliou a comercialização de mercadorias locais com Belém do Pará. O lugar passou a ser apontado como um centro de comércio que abastecia de serviços e bens, em quantidade limitada, uma área que vivia no isolamento.

A figura 4, a seguir, mostra os fluxos de mercadorias nas localidades centrais no norte de Goiás nos séculos XVIII e XIV.

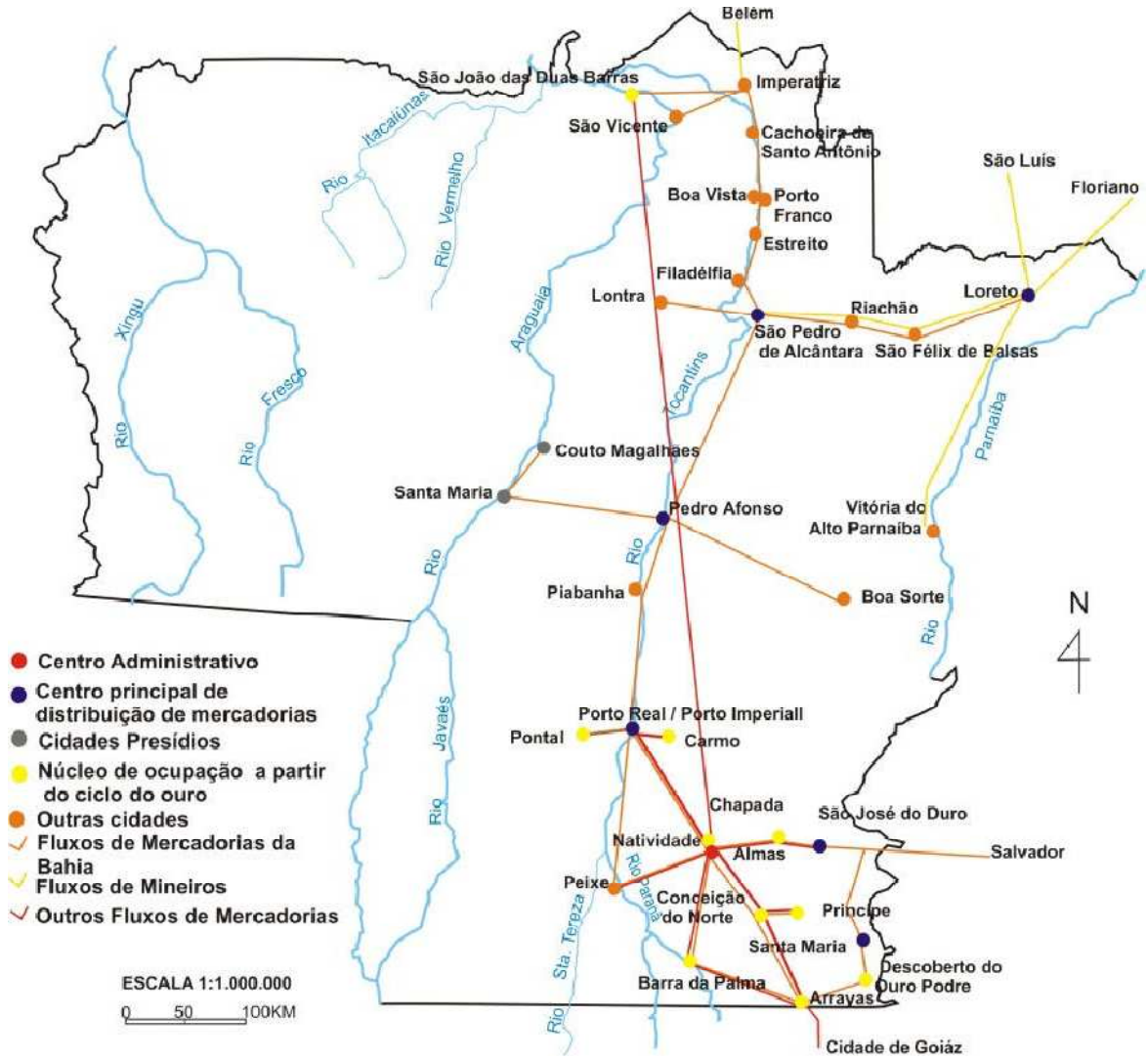


Figura 4 – Localidades centrais no norte de Goiás nos séculos XVIII e XIV. Fluxos comerciais. Fonte: BRITO (2009)

Nesse sentido, é possível compreender o papel de Porto Nacional (Porto Real) na rede de mineração no norte do Goiás, no período do ciclo do ouro, como um importante centro de comércio para a região, com relevância acentuada após o declínio da mineração, devido à necessidade de se impulsionar outro tipo de desenvolvimento para o norte do Goiás por meio do rio Tocantins.

Outro fator que contribuiu para desenvolver a navegação do rio Tocantins e a cidade de Porto Nacional foi o estabelecimento de uma linha de correios Rio-Belém, passando por Goiás, evitando-se assim a via marítima, considerada até então a única utilizada e bem mais demorada. Já havia caminhos que levavam os viajantes desde o Rio de Janeiro até São Romão em Minas Gerais, nas margens do rio São Francisco. A partir daí foi aberto um caminho terrestre até Porto Real, passando por Santa Maria, São Domingos, Conceição e Natividade. De Porto Real até Belém o percurso deveria ser feito por água pelo Tocantins. Em 1810, os

estafetas já faziam a linha Rio-Belém, vencendo 280 léguas por terra e outras 250 pelo rio Tocantins (ALENCASTRE, 1865).

Assim, podemos considerar que a navegação fluvial comercial no rio Tocantins começou a ser explorada em fins do século XVIII, no término do ciclo aurífero no norte do Goiás, com a finalidade de procurar rotas comerciais menos onerosas, enquanto a economia goiana processava assentos sobre uma agricultura de subsistência, embora ainda se tentasse reerguer a empresa mineradora na busca de novos minérios.

O processo de colonização das margens do rio Tocantins perpassou os séculos XVIII e XIX com extinções, recolocações e elevação dos núcleos de ocupação a outros estágios, como vilas e municípios. Dessa forma, um problema para a instalação de uma rota comercial seria o vazio demográfico que se configurava no vale do Tocantins, pois essa área foi marcada pela alteração do arranjo territorial provocado pelo declínio de determinada cidade em benefício de outra e pela ausência de uma segunda atividade econômica que substituísse de imediato as atividades que entravam em crise comercial ou em decadência por causa do esgotamento das jazidas.

Tanto Teotônio Segurado[35] como Francisco José Rodrigues Barata asseguravam que, diante do declínio da mineração e da crise econômica na capitania de Goiás, a solução para tais problemas seria incentivar o desenvolvimento agropecuário e sugeriam que essa produção poderia ser escoada por meio da navegação fluvial (PARENTE, 1999).

Apesar da isenção de dízimos às pessoas que se estabeleciam ao longo dos rios Maranhão, Araguaia e Tocantins, a população tinha dificuldades para desenvolver o comércio, visto que nos rios havia muitos obstáculos, como cachoeiras e corredeiras, o que levava à necessidade de utilização de botes para a travessia de mercadorias e de pessoas, além do que a navegação era possível somente nos períodos de cheia. Somados a esses fatores, o preço final dos produtos era elevado (PARENTE, 1999).

Esses empecilhos não impediram que o rio fosse o caminho pelo qual se viabilizou a introdução de vários elementos construtivos no espaço urbano. Muitas ferramentas e materiais vinham de Belém do Pará pelo rio Tocantins. Segundo a historiadora Maria de Fátima Oliveira, o missionário francês frei Laurent Berthet, que em missão pastoral visitou a região em 1883, descreveu a cidade como um local de ruas limpas e bem alinhadas e relatou que

35 Segundo Maria de Fátima Oliveira (2010, p.52), Joaquim Teotônio Segurado foi desembargador e Ouvidor da comarca do norte, entre 1803 e 1809. Como desembargador da comarca de São João de Duas Barras transferiu a cabeça do julgado do Arraial do Carmo para Porto Real. Ele teve uma atuação marcante no inicio do século XIX incentivando os povos dos arraias de Monte do Carmo e Bom Jesus do Pontal a se mudarem para Porto Real, enaltecendo as oportunidades de trabalho que ali adviriam em função do rio.

havia alguns negociantes que, anualmente, desciam até o Pará, levando couro e trazendo vinho, farinha, tecidos, mantas, colchas, ferramentas e materiais para construção (OLIVEIRA, 2008).

Apesar de até agora falarmos da trajetória econômica que motivou e interferiu na formação da cidade, há de se salientar outro fator que também contribuiu para uma mudança significativa no espaço urbano, que foi a inserção da ordem dominicana na cidade no final do século XVIII e início do século XIX. O trabalho dos dominicanos influenciou não somente no campo religioso, mas também no educacional e até na arquitetura das edificações. A construção de uma nova catedral no lugar da singela capela de Nossa Senhora das Mercês (figuras 5 e 6 a seguir), impôs uma outra matriz cultural, originada na França e trazida pelos dominicanos. Essa nova configuração arquitetônica monumental da igreja evidencia a intenção dos dominicanos naquele lugar: a de trazer o sentido do neogótico, que propõe imponência, supremacia e influência na comunidade e em toda a região norte de Goiás.



Figura 5 – Catedral dedicada à Nossa Senhora das Mercês, Porto Nacional, 1914. Fonte: Superintendência do Iphan em Goiás

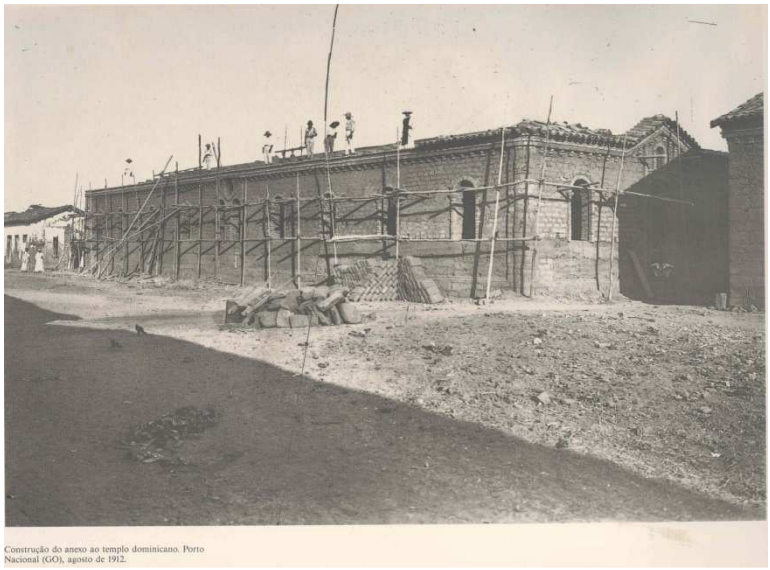


Figura 6 – Construção do seminário ao lado da Catedral Nossa Senhora das Mercês, Porto Nacional, 1914. Fonte: Superintendência do Iphan em Goiás

Conforme o Dossiê de Tombamento (2008), os frades dominicanos delegaram a vários homens a incumbência de irem de barco até Belém, descendo pelo rio Tocantins, para "comprar ferramentas, tais como grampos de aço, serras, machados, picaretas e outras mais. Essa expedição levou dois meses para chegar a Belém e quatro meses para voltar a Porto Nacional, rio acima, chegando todos muito cansados, famintos e alguns enfermos" (IPHAN, 2008, p. 6).

Apesar das imensas dificuldades de navegabilidade, Valverde e Dias (1976, p. 267) afirmam que "durante mais de 10 (dez) lustros foi Porto Nacional o empório comercial dos mais importantes do Norte Goiano, atingindo seu raio de ação até São José do Tocantins; [...] Sua importância foi crescente no âmbito regional, sobretudo a partir de 1930" até a construção da rodovia Belém-Brasília (BR-153), entre o final da década de 1950 e início dos anos de 1960.

A rodovia, localizada no vale do rio Tocantins e Araguaia, foi um marco para a nova dinâmica econômica regional, mas também foi uma obra que trouxe vários impactos e mudanças nas cidades ribeirinhas, principalmente para Porto Nacional, que era até então um centro comercial que abastecia as cidades vizinhas com mercadorias vindas de Belém do Pará.

Aquino (2004) concorda ao afirmar que a rodovia foi impactante nos aspectos sociais, culturais e ambientais, mas necessária para que a região tocantinense pudesse dar os seus primeiros passos rumo à "modernidade". Nessa perspectiva, ela representou a segunda fase de mudança na arquitetura das cidades da região, "o urbanismo modernizante da Belém-

Brasília". Esse processo acentuou as diferenças entre as cidades do eixo rodoviário e as antigas cidades do eixo fluvial, o que, para Aquino (2006), trouxe como consequência um impacto negativo. Mas a Belém-Brasília foi por excelência, o fator de crescimento urbano e econômico do Tocantins. Para Souza, ao mesmo tempo em que

> a abertura da rodovia Belém-Brasília fez emergir várias cidades ao longo do seu traçado, mudando a organização espacial do Estado, ela também fez com que houvesse um redirecionamento na economia, uma vez que estas cidades ganharam importância estadual em detrimento de antigas localidades (SOUZA, 2004, p. 369 apud BRITO, 2009 p. 79).

Porto Nacional foi a cidade que sofreu a maior crise em virtude da construção da rodovia Belém-Brasília, ficando estagnada e perdendo o monopólio do comércio na região. A figura 7 mostra a travessia no rio Tocantins antes da construção da BR-153.



Figura 7 – Travessia do rio Tocantins em Porto Nacional. Barco utilizado para navegação comercial na década de 1930**.** Fonte**:** Godinho (1988, p. 191), Lira 2010

O rio Tocantins era, até então, o principal elemento que direcionava a economia e a formação do espaço urbano da cidade. Se a BR-153 viabilizou maiores facilidade de comércio no antigo norte de Goiás, a formação e o desenvolvimento de novas cidades, para Porto Nacional os resultados não foram tão satisfatórios, visto que a cidade voltou a um processo de isolamento comercial e fragilidade econômica, apesar de sofrer influência significativa. É importante salientar que mesmo com a perda do seu prestígio comercial, a cidade não ficou desconectada do processo desenvolvimentista iniciado nos anos de 1950, visto que novos elementos construtivos foram introduzidos no centro histórico.

Essa situação, economicamente não atraente, foi amenizada, posteriormente, na década de 1970 com a construção da ponte sobre o rio Tocantins, que ligava Porto Nacional à rodovia Belém-Brasília. Todavia, o prestígio comercial permitido pela hidrovia e suas relações

econômicas com outras regiões do país em décadas anteriores, não eram mais os mesmos, demonstrando um quadro cada vez mais visível de decadência na navegabilidade sobre rio Tocantins para Porto Nacional.

Entretanto, essa ligação com a rodovia Belém-Brasília permitiu que a cidade incorporasse o espírito desenvolvimentista que o Brasil experimentava nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Exemplos da influência dessa comunicação são os novos detalhes construtivos (figura 8) e os novos materiais que foram introduzidos na arquitetura civil, como o ferro, o vidro e o concreto.



Figura 8 – Porto Nacional na década de 1970. Fonte: Daniel Cavalcante

Em 1948 foi construído, na praça do centro histórico, um coreto (figura 9). Com platibanda e marquise, o projeto foi influenciado pelos preceitos desenvolvimentistas e da arquitetura moderna pulsante na década de 1950 no tocante à utilização do concreto. Mais tarde essa edificação viria a adquirir uma valoração significativa por parte dos moradores locais, sendo utilizada como local para venda de artesanato e palco de manifestações culturais e religiosas. De acordo com o Iphan (2009, p. 28), o coreto foi construído em “alvenaria de tijolo, planta quadrada com uma única sala aonde vinha funcionando uma loja de artesanato. Na parte superior se tinha uma laje, que servia como palco de apresentações”.



Figura 9 – Coreto na praça Nossa Senhora das Mercês, década de 1990. Fonte: Iphan/To, 2009

Essa construção e outras foram demolidas em 2001 durante as transformações que ocorreram no centro histórico em virtude das medidas mitigadoras pactuadas entre a Prefeitura e a empresa responsável pela formação do lago, em função da barragem da usina hidrelétrica, como veremos neste estudo. Essa atitude do poder público local não agradou aos moradores e culminou em uma série de danos em relação aos valores afetivos da comunidade diante das perdas no espaço urbano e que são percebidos até hoje por meio das narrativas poéticas, musicais e artísticas.

3.1.2 O poder público local e o centro histórico

Desde a Constituição Federal de 1988, o município vem ganhando mais responsabilidades no sentido de criar legislações que atendam ao interesse público local, de maneira a suplementar as legislações estaduais e federais. Esse processo culminou na promulgação da Lei 10.257, em 2001, que define o Estatuto da Cidade e propõe a criação do Plano Diretor para o município, a partir da participação da população, estabelecendo diretrizes e instrumentos direcionados ao planejamento urbano das cidades de acordo com as demandas e interesses da população local.

> Art. 2o A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]
> XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

> XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população; (BRASIL, 2001).

É fato que a aplicação dessa lei veio tardiamente para Porto Nacional, visto que as intervenções aconteceram em 2001. Entretanto, houve audiências públicas sobre a formação do lago, mas, conforme depoimento dos moradores locais, os interesses da comunidade não foram atendidos no que tange à preservação das edificações e a não submersão do rio Tocantins. O poder público tentou dar sustentação à medida mitigadora[36] promovida pela empresa responsável pela construção da barragem por meio do possível aumento do turismo, em consequência das transformações urbanas no centro histórico e na margem do rio no tocante à infraestrutura que beneficiaria a população em termos econômicos.

Essa necessidade impulsionadora de buscar atrativos turísticos e econômicos por meio de intervenções urbanas, muitas vezes acaba destruindo o patrimônio cultural da cidade e não consegue atingir os resultados esperados. É perceptível que o poder público local se absteve sobre a importância de atrelar o turismo ao patrimônio cultural e à necessidade de sua preservação para garantir essa sustentabilidade.

Renato Soeiro, no Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio, realizado em Brasília em 1970 e em Salvador no ano seguinte, já alertava sobre a importância dos municípios e estados de assumirem a responsabilidade da preservação do patrimônio cultural. Esses encontros representaram o caminho inicial da articulação entre a união, estados e municípios. Para Corrêa (2013), o primeiro encontro que aconteceu em Brasília teve como foco a articulação entre os entes federados, tendo a Dphan — representando a União — como direcionadora desse projeto “que buscava uma estrutura simétrica nos estados e municípios, ou seja, várias ‘Dphans’, com ação supletiva nos diferentes níveis de governo” (CORRÊA, 2013, p. 9).

A Carta de Turismo Cultural (Icomos, 1976) define essa associação dos interesses turísticos à preservação do patrimônio cultural e que é uma ideia comum defendida por muitos autores no campo do turismo e do patrimônio cultural.

> O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento dos monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os

[36] A O poder público local em parceria com o setor privado propuseram como uma das medidas mitigadoras a criação da Orla arborizada com infraestrutura às margens do lago, realocação das famílias ribeirinhas e a criação de uma praia artificial permanente.

> esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda população implicada (ICOMOS, 1976).

O município tenta, a todo custo, atrair turistas a partir do uso dos novos lugares que foram projetados após as intervenções de 2001. Visualizando a figura 10, a seguir, percebemos os meios aos quais a Prefeitura recorre para atingir os benefícios esperados. Apesar de contraditório, o evento anunciado aconteceu, simultaneamente, à Semana da Cultura em Porto Nacional e no mesmo local, atraindo mais o público das cidades vizinhas, motivado pelas atrações musicais. O "Porto Verão" se caracterizou mais como entretenimento com comércio voltado para a exploração do turismo — os altos valores cobrados pelas bebidas e comidas das barracas mostrou isso — do que como um evento para fortalecer a cultura tradicional em Porto Nacional e voltado para os moradores locais.

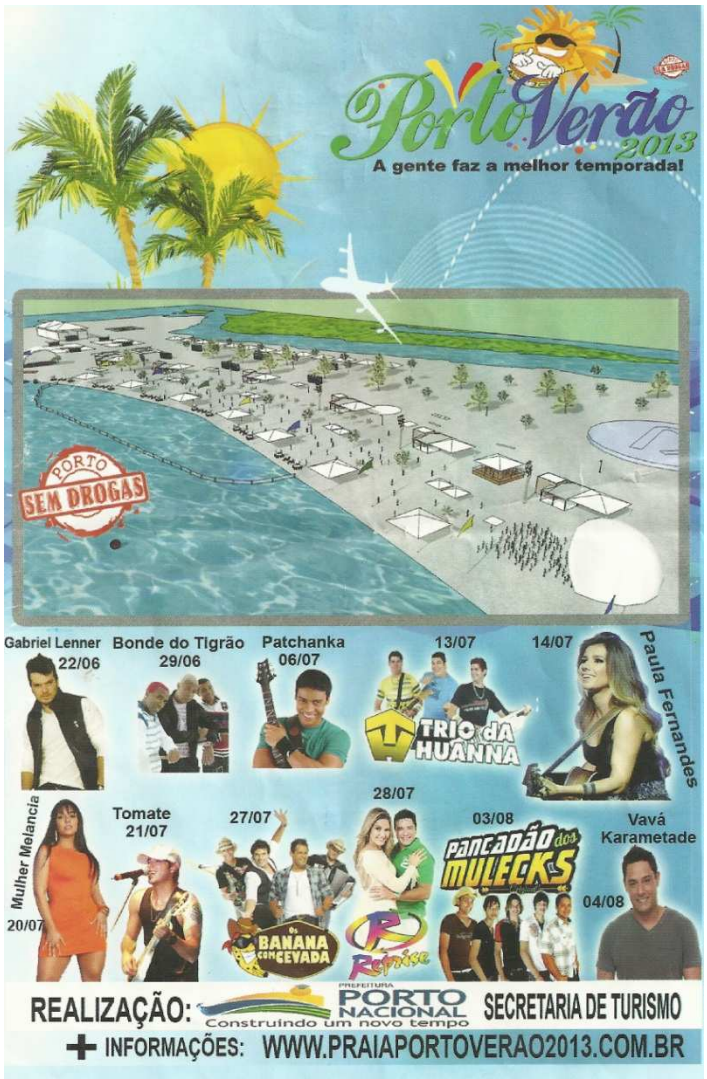


Figura 10– Folder distribuído no posto de gasolina na saída da cidade.
Fonte: Prefeitura de Porto Nacional, 2013

A cidade continua enfrentando desafios para garantir sua sustentabilidade por meio do turismo. É certo que novas propostas vão sendo inseridas aos novos lugares projetados e adaptadas aos novos públicos e aos novos valores. Contudo, os valores afetivos em relação ao centro histórico, ao rio e às praias naturais (submersas) se perpetuam na memória da comunidade local, mas não oferecem mais o desejado turismo, como gostaria o poder público, em virtude de sua própria atuação. Por isso, existe a necessidade de refletir sobre o que realmente compensa para a cidade quando pensamos em propor novos projetos e novos lugares em função estrita do turismo e do "progresso" e que se esquivam das demandas da população local, principalmente as relacionadas à preservação de suas referências culturais. A busca do tão sonhado equilíbrio, entre desenvolvimento sustentável e preservação cultural, escapou pelos dedos em Porto Nacional e agora parece uma situação inatingível.

A partir dessa perspectiva, aplicaremos o conceito de *lugar* como referência cultural, explorando narrativas referentes ao sítio histórico de Porto Nacional, cujo espaço urbano possui um sentido de *lugar* constituído de valores para a população local, apesar de ter sofrido uma trajetória de intervenções errôneas pelo poder público.

Nesse cenário, além da imprecisão para definir proposta de intervenção pelo poder público, em razão do desconhecimento e do desprezo dos valores culturais contidos no lugar, evidencia-se incoerência do discurso sobre o espaço urbano e a experiência cotidiana no sítio histórico como *lugar* para seus detentores culturais, que manifestam descontentamento com as obras realizadas.

Apreender o *lugar* a partir dos olhos daqueles que experienciam cotidianamente o sítio histórico de Porto Nacional e transformam ruas, casas e o rio que margeia a cidade em *lugares* de sentido e significado importante por meio de suas narrativas foi a metodologia aplicada neste estudo. Foi um caminho rico e virtuoso para a pesquisa, que partiu da orientação fenomenológica e utilizou alguns recursos da etnografia urbana. Buscando visualizar as referências culturais daquela comunidade que vive e *experiencia* o sítio histórico de Porto Nacional, recorremos à percepção por meio de narrativas orais, imagens e representações do espaço vivido. Foram adotados, como instrumentos metodológicos, entrevistas e depoimentos dos moradores antigos, na tentativa de absorver as referências e valores mais representativos para aquela comunidade e que não foram levados em consideração pelo poder público municipal nas intervenções no espaço urbano.

Por meio dessa reflexão sobre *lugar*, pretendemos consubstanciar uma pequena parcela das inúmeras possibilidades de se ver a cidade, que não é contrária à produzida pelos tecnocratas, mas mostra histórias múltiplas que se cruzam com o "saber competente",

elaborando redes de escrituras justapostas cotidianamente por sujeitos sociais que vivem na interface entre o rio Tocantins e o sítio histórico, representados pelos moradores e os ribeirinhos. Pretendemos também, demonstrar quais foram as perdas sofridas pelo sítio histórico e qual foi o resultado dessa intervenção a partir dos usos atuais do espaço urbano por esses sujeitos.

Os interlocutores são personagens cotidianas do espaço da cidade, onde o poder público investiu recursos que levaram a transformações socioespaciais, ocasionando impactos ambientais e socioculturais com a construção da usina hidrelétrica e a formação do lago. Vale ressaltar que, além disso, houve descaracterização do centro histórico, com prejuízos à arquitetura vernacular, o deslocamento de famílias ribeirinhas, a perda das praias naturais formadas em determinadas épocas do ano e a alteração da dinâmica econômica e social da cidade. No projeto de construção da barragem foram ignoradas as referências culturais e o bem-estar das comunidades locais, não atendendo de forma efetiva as demandas socioculturais da cidade.

3.1.3 O rio Tocantins e o desenvolvimento: a travessia que não foi concretizada

Iniciamos abordagem sobre o rio Tocantins e o desenvolvimento turístico em Porto Nacional com a crônica escrita por um morador da cidade:

VELO

> Sempre que o canoeiro pendura o remo na despensa de sua casa, as margens desistem dos ribeirinhos (...) É que escreveram uma sentença de morte quase sem testemunhas, sepultando um rio em seu leito. Planejaram mesmo um suave lago, fizeram-no afogando a memória de uma gente turuna, uma gente que sabia singrar a vida de canoa (...) Meninos-lambaris hoje vigiam carros nos estacionamentos (...) Homens-pintados hoje esperam cesta básica (...) Mas os caminhões de areia são sistematicamente encomendados para a temporada de praia, onde se deleita meia dúzia de gente-glacial. Todo dia é necessário um exame do líquido aquoso para saber a possibilidade de um simples tibum.
> Saudade nada, é indignação. Quem se habilita a organizar um encontro de canoeiros do turuna? Quem vai içar as lendas do funil? Sim, é bem mais fácil trazer as estrelas do vôlei de praia. Elas nunca irão conhecer os assentados do Canela (...) não escutam os gemidos das árvores agonizando logo depois do horizonte que encerra a cidade (...) lá onde uma represa continua prometendo o progresso e a luz se apaga no viés do salário. “Cadê minha lanterna?” (PEDREIRA, 2012)[37].

A leitura da crônica possibilita perceber as imagens vivas e, numa linguagem literária, os dilemas e as indignações daqueles que sofreram tamanha angústia pela perda e

[37] Raimundo Célio Pedreira é morador de Porto Nacional e escreveu esta crônica em protesto contra as perdas da praia natural e temporária da “Ilha de Porto Real” e os impactos que as populações tradicionais, como os ribeirinhos, e os moradores do sítio histórico sofreram em virtude das transformações urbanas que ocorreram nas margens do rio Tocantins e no sítio histórico de Porto Nacional.

pelas transformações às quais o espaço urbano-ambiental de Porto Nacional foi submetido, desestabilizando os valores afetivos imbricados ao rio que margeia a cidade e ao sítio histórico. Os elementos morfológicos, físicos e ambientais e os diversos sujeitos sociais mencionados na narrativa possibilitam o compartilhamento da experiência do outro e a compreensão da importância daquele *lugar* para a sobrevivência de algumas práticas cotidianas e usos enquanto espaço experienciado intensamente e que se configura como referência cultural para aquela comunidade. Há de se refletir sobre mudanças de grande porte no espaço urbano que afetam, substancialmente, os contextos mais singelos de ocupação humana e formação de cidade, como já recomendava Magalhães (1997).

Tuan (1983) ressalta a legitimidade das pequenas experiências humanas com o espaço e a relevância de serem abordadas, compartilhadas e compreendidas a partir do sentido daquele *lugar* para o outro e a necessidade de sua permanência e importância que podem ser diagnosticadas por meio de obras literárias.

> Experiências íntimas são difíceis, mas não são impossíveis de expressar. Elas podem ser pessoais e sentidas profundamente, mas não são necessariamente solipsistas ou excêntricas. Lareira, refúgio, lar ou sede são lugares íntimos para as pessoas, onde quer que seja. Sua sensação e significância são temas de poesia e de prosa. Cada cultura possui seus próprios símbolos de intimidade, amplamente reconhecidos pelas pessoas. [...] até uma experiência que parece ser o resultado de circunstâncias excepcionais pode ser compartilhada (TUAN, 1983, p. 163).

Embora tenhamos hoje uma concepção mais ampliada da noção de *lugar* que está constantemente conectada a transformações do espaço, a visão do sítio histórico de Porto Nacional como *lugar* continua orientada pelas perspectivas tradicionais do urbanismo, conforme a doutrina referenciada por Carsalade (2007) e Castello (1997)**.** Os moradores antigos e usuários do centro histórico procuram resistir às modificações por meio da permanência das práticas cotidianas, dos elos afetivos e simbólicos no local. Importa, então, refletir sobre esses aspectos quando interferimos, como arquitetos e urbanistas, em determinados *lugares* de maneira a propor usos para o espaço urbano. Na verdade, muitas vezes, não temos a dimensão dos impactos que isso pode causar em virtude das necessidades e das características de seus moradores, como também das especificidades regionais e da dinâmica própria do sítio urbano.

O centro histórico e a orla de Porto Nacional não deixaram de ser *lugar*, apesar das inúmeras perdas, visto que foram adquiridas novas apropriações e os antigos usos ainda resistem, porém, parte de suas referências culturais foram perdidas. Mesmo que ainda esteja submerso numa amplidão de água, ele continua na memória daqueles que o vivenciavam: o

rio Tocantins como elemento morfológico natural, fortemente apropriado pelos moradores e ribeirinhos.

Os planejadores, ao pretenderem criar o lago, afogando o rio Tocantins, e extinguir a praia temporária[38], acreditavam que, ao proporem uma praia artificial, os usos continuariam de forma mais intensa durante todo o ano. Alegavam que o projeto traria mais benefícios econômicos para a região a partir do aumento no número de turistas, mas aconteceu o contrário. Apesar da praia artificial ser permanente, o fluxo de pessoas diminuiu bastante nos meses de temporada de praia na cidade, embora hoje a estrutura física seja melhor.

Podemos questionar: por que uma intervenção visando atrair turistas teve efeito contrário? A resposta é simples: o que atraía as pessoas para a região — e significativamente fazia parte do cotidiano dos moradores e ribeirinhos do local — era a beleza natural do rio Tocantins, entrelaçado por um contexto harmônico que documenta o processo de ocupação histórica dos lotes lineares à margem do rio e a formação do sítio urbano, como mostram as figuras 11 e 13.



Figura 11– Praia natural temporária – Ilha de Porto Real Fonte: Daniel Cavalcante 1999

Dona Maria Helena Oliveira, umas das primeiras barraqueiras da praia de Porto Real, guarda consigo as lembranças daquela beleza natural e relembra:

> Lá a areia era branquinha e natural, o rio era lindo. A minha barraca quando nós começamos o banco era de pau roliço, a cobertura de palha de coqueiro e as paredes de bambu. Quando terminava a temporada a gente desmontava as barracas e guardava os materiais para a próxima temporada. Todo mundo gostava, vinha gente do estrangeiro. Quando fizeram o lago, aí mudou tudo (Entrevista realizada em fevereiro de 2012).

[38] Formava-se entre os meses de junho e agosto quando ocorria a baixa no nível de água do rio Tocantins e o aparecimento de bolsões de areia.

No depoimento dessa ribeirinha é possível perceber o seu descontentamento e a resistência da população em aceitar a nova praia artificial que lhes foi imposta em substituição à natural. As figuras 11 e 12 mostram as duas praias e seus contrastes em relação à atração turística e à apropriação por parte dos moradores e ribeirinhos.



Figura 12 – Praia artificial construída após a formação do lago em Porto Nacional Fonte: Marielle Rodrigues Pereira, 2012

Notamos, por meio desse depoimento e das fotografias, que houve resistência da população local em utilizar a praia artificial, que não atraiu maior número de turistas, frustrando a expectativa do governo local. O efeito foi contrário, porque, mesmo sendo permanente e com infraestrutura adequada, a atual praia não consegue impulsionar o desenvolvimento turístico tão sonhado pelo poder público municipal.

Com todo esse desgaste, se já não bastassem as perdas econômicas, sociais, ambientais e culturais às quais a população foi submetida por causa da formação do lago, a prefeitura propôs um projeto urbanístico para a nova orla do centro histórico como “medida compensatória” que implicava a destruição de parte do seu acervo arquitetônico vernacular contido no sítio histórico, de valor documental em relação à formação urbana da cidade, cuja demolição foi fundamentada na justificativa de que tais edificações impediriam a visibilidade do lago para quem estivesse na Praça Nossa Senhora das Mercês.

É importante lembrar, que essa tomada de decisão pelo governo municipal foi incoerente com as lutas travadas pela população, que queria a manutenção das edificações antigas e da configuração urbana histórica da cidade próxima à margem do rio. Nas figuras 13 e 14 podemos perceber a transformação que o sítio histórico sofreu após a formação do lago entre 2001 e 2003.

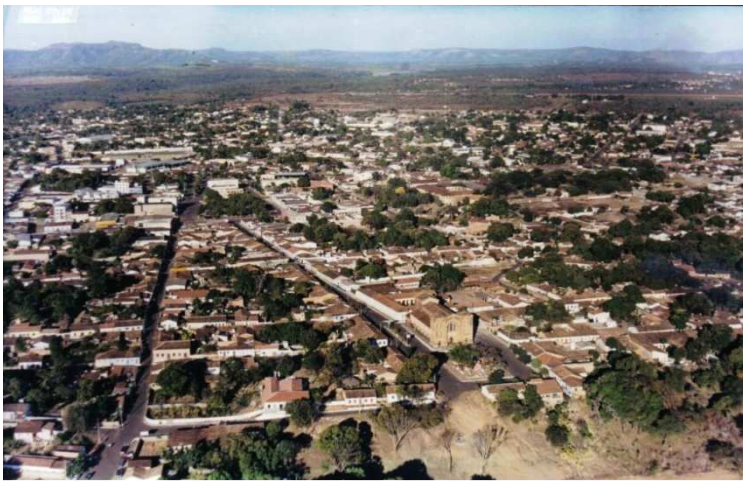


Figura 13 – Largo das Mercês em 1999 Fonte: Daniel Cavalcante 1999

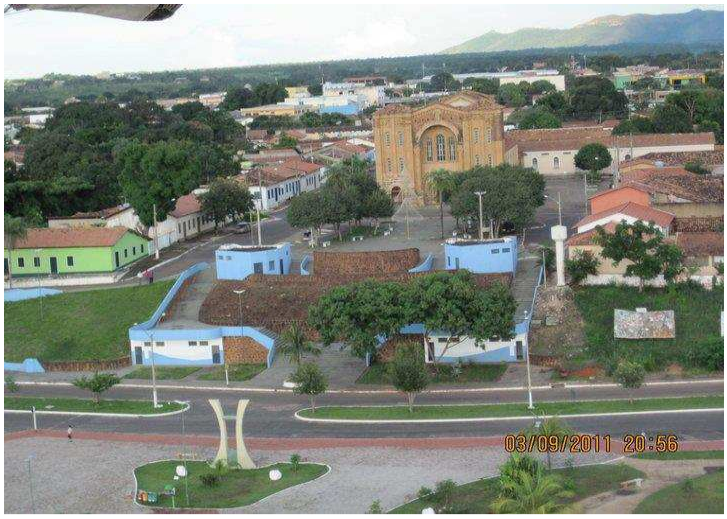


Figura 14 – Largo das Mercês em 2011 Fonte: Daniel Cavalcante 2011

As intervenções realizadas em 2001, tanto pelo poder público municipal quanto pela iniciativa privada, negligenciaram o processo de evolução urbana da cidade e parte do seu casario de arquitetura vernacular, desconsiderando elementos que documentavam a estrutura urbana desde o século XIX, com arruamento estreito e escala compatível com o conjunto, como mostrado nas figuras 15, 16 e 17.



Figura 15 – Avenida Coronel Josué em 1912 Fonte: Instituto Oswaldo Cruz "Ciência a Caminho da Roça, expedição ao interior do Brasil 1911 - 1913/Superintendência do Iphan Goiás.



Figura 16 – Avenida Coronel Josué em 2001 antes das intervenções Fonte: Daniel Cavalcante 2011



Figura 17– Avenida Coronel Josué após as intervenções em 2012 Fonte: Marielle Rodrigues Pereira 2012

As edificações situadas nos lotes lineares (figuras 16 e 18) à margem do rio foram destruídas para proporcionar a visualização do lago artificial e substituídas por edificações voltadas para o consumo mercadológico da orla, como, por exemplo, o centro de apoio ao

turista, (edificação em azul ao fundo da rua e na praça Nossa Senhora das Mercês — figuras 14 e 19) e o bar “Maresias” (figura 17), construído no local onde existia um conjunto de casas de arquitetura vernacular, quebrando a possibilidade de leitura urbana na rua que dá acesso à praça Nossa Senhora das Mercês (figuras 15 e 16).



Figura 18– Praça Nossa Senhora das Mercês na década de 1970 com o rio ao fundo Fonte: Daniel Cavalcante



Figura 19– Praça Nossa Senhora das Mercês em 2012 com o lago ao fundo Fonte- autor: Marielle Rodrigues Pereira, 2012

No sítio histórico de Porto Nacional é possível perceber que os moradores, apesar das inúmeras perdas, não perderam o sentimento de pertencimento com o *lugar* enquanto espaço constituído por elementos físicos naturais e simbólicos. Essas representações materiais e imateriais inerentes ao lugar e construídas pelos moradores estão impressas nos depoimentos e no conjunto de arquitetura vernacular. Também envolvem as práticas cotidianas de usufruir do sítio histórico, desde os momentos em que os moradores se apropriam do espaço no final

das tardes da calçada, na porta de suas casas, até as práticas persistentes dos barqueiros e balseiros[39] em fazer a travessia do rio (hoje, do lago).

Essa população não está isolada ou distante do mundo que a cerca. Para os mais velhos, apesar das transformações urbanas e espaço-temporais, os valores são fortemente ligados ao acervo de arquitetura vernacular, referenciado por casarões das famílias que ajudaram a construir Porto Nacional, ao elemento morfológico natural, incessantemente, apropriado (o rio Tocantins) e ao discurso de que a cidade é o "berço cultural no Tocantins" — expressão que percorreu várias gerações e que se mantém fortalecida até os dias atuais. Com Tuan (1983), podemos entender melhor esse processo de construção de valores. O autor acentua que

> uma cidade não se torna histórica simplesmente porque ocupa um mesmo sítio durante um longo tempo. Os acontecimentos passados não produzirão impactos no presente se não forem gravados em livros de história, monumentos, desfiles e festividades solenes e alegres que todos reconhecem fazer parte de uma tradição que se mantém viva. Uma cidade antiga guarda um acervo de fatos nos quais as sucessivas gerações de cidadãos podem se inspirar e recriar sua imagem de lugar (TUAN, 1983, p. 193).

Atualmente, a orla e a praia podem não ser mais apreciadas pelos portuenses como o eram, mas daqui a alguns anos pode ser que esse quadro mude, a partir do uso mais intenso, tanto pelos moradores quanto pelos turistas, como previsto pelos planejadores. Entretanto, hoje há um quadro inóspito e desolador para grande parcela dos moradores de Porto Nacional, que lamenta a perda de parte dos elementos que compunham aquele espaço carregado de valores afetivos e simbólicos. Tuan (1983) reforça o cuidado que devemos ter ao propor mudanças significativas em determinados espaços urbanos e a importância de viabilizar uma discussão democrática sobre tais transformações:

> Por que mudar? O passado realmente existiu. Tudo o que somos devemos ao passado. O presente também tem valor; é nossa realidade experiencial, o ponto sensível da existência com sua mistura rudimentar de alegria e tristeza. O futuro, ao contrário, é uma expectativa. Muitas expectativas não se realizam e algumas se transformam em pesadelos. Um político revolucionário nos promete uma nova terra e pode nos dar o caos e tirania. Um arquiteto revolucionário nos promete uma nova cidade e pode nos dar gramados vazios e estacionamentos cheios (TUAN, 1983, p. 218).

Com a intenção de ressarcir os danos simbólicos, afetivos e culturais do sítio histórico, em 2008 a prefeitura, sob outra gestão, atendeu ao apelo dos moradores para levar às instâncias federais o pedido de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, para que se pudesse preservar os vestígios do processo de formação da cidade. Os poderes públicos, municipal e estadual, se mobilizaram para que o sítio histórico de Porto Nacional fosse

[39] Nome dado pelos moradores locais aos pilotos de balsa.

reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, levando se em conta os benefícios que esse atributo poderia trazer, associado ao tão desejado turismo no lago e na praia permanente. Vale ressaltar, que a população local já reivindicava há muito tempo o tombamento, mas o processo não era viabilizado porque dependia tanto de decisões do poder público local quanto das políticas públicas federais.

Reiterando o dito na primeira parte dessa dissertação, os investimentos que eram proporcionados às cidades históricas, por pertencerem ao rol de patrimônio cultural brasileiro, constituíam o elemento incentivador para que a administração municipal levasse à instância federal o apelo de reconhecimento do centro histórico de Porto Nacional como patrimônio cultural brasileiro.

Acredita-se que o tombamento veio tardiamente, pois muitos processos danosos que afetaram o sítio histórico de Porto Nacional, em relação ao seu valor documental e às suas práticas e usos, poderiam ter sido evitados ou minimizados se tivessem sido aplicados instrumentos legais, como o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e o inventário de conhecimento que o Iphan disponibiliza para a preservação das referências culturais.

O Iphan agora se torna parceiro da população local na luta pelo direito de manter aquele sítio urbano como está, e mais ainda, a instituição poderá respaldar as reivindicações da comunidade, adotando ferramentas e instrumentos que podem ser disponibilizados caso o poder público pretenda realizar novas intervenções que contrariem os valores definidos pelo órgão de preservação e pela população local.

3.2 OS VALORES OFICIAIS DO CENTRO HISTÓRICO

Em meados de 2007, os poderes públicos municipal e estadual se mobilizaram para inserir Porto Nacional na lista de cidades que têm centros históricos considerados patrimônios culturais brasileiros, com intuito de obter acesso aos programas do governo federal destinados a cidades históricas e a outros direcionados ao fortalecimento do turismo. Com apoio do Iphan, a Prefeitura elaborou um dossiê baseado na ocupação desse território, marcada pelo ciclo do ouro e pela influência dos dominicanos naquela região, principalmente no que tange ao campo educacional — motivo pelo qual os moradores colocaram-na em um pedestal e apelidaram a cidade de “berço cultural do Tocantins”.

Para o Departamento do Patrimônio Material do Iphan (Depam), a cidade se insereria nas atuais estratégias de preservação a partir dos “contextos históricos associados a porções

do território que permitam a compreensão dos fenômenos responsáveis pela ocupação e urbanização do Brasil" (DEPAM, 2008, p. 7)[40].

Assim, o pedido de tombamento foi pautado no processo de ocupação do território brasileiro e na formação de cidades motivadas pela exploração do ouro no interior do Brasil. De acordo com o dossiê, Porto Nacional foi a última linha desse ciclo na região Centro-Oeste do país, sendo a última parada dos bandeirantes e que, portanto, fez parte desse contexto.As Figuras 20 e 21 mostram, respectivamente, a localização do centro histórico na cidade e a definição da poligonal de tombamento e autenticidade dos imóveis.

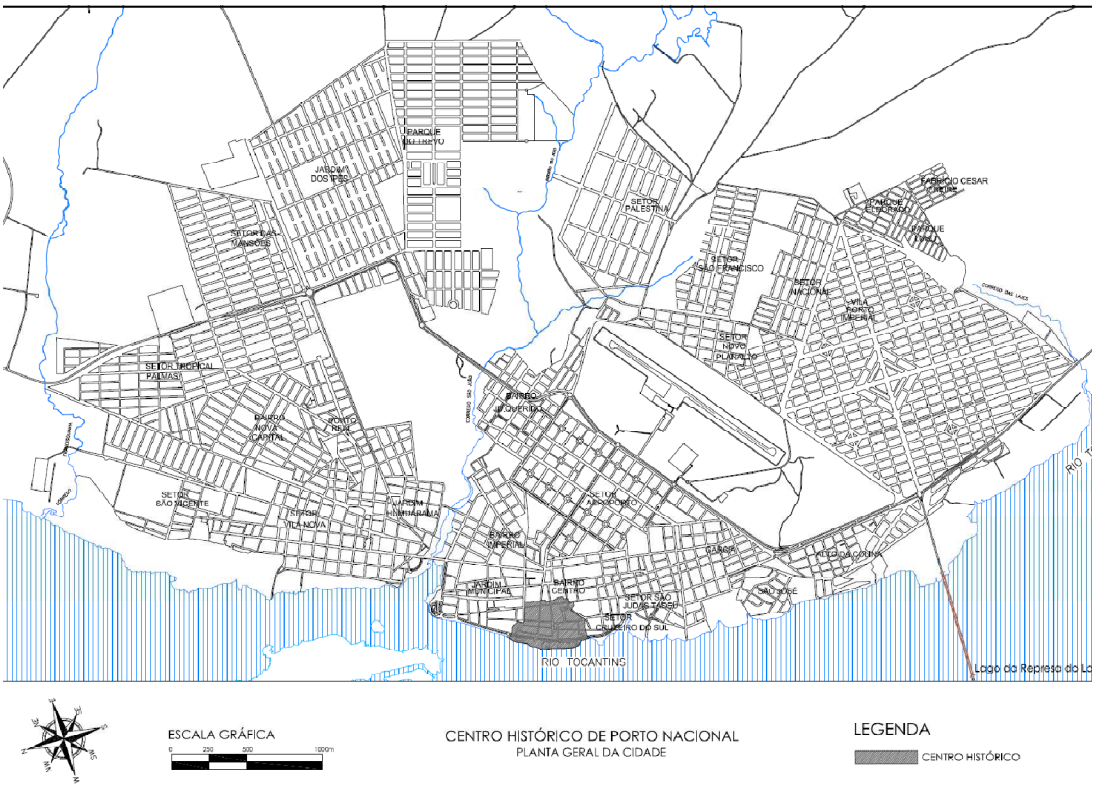


Figura 20: Mapa de localização do centro histórico de Porto Nacional, 2008. Fonte: Depam/Processo nº 1553-T-08.

[40] Processo nº 1553-T-08. Parecer 003/2008.

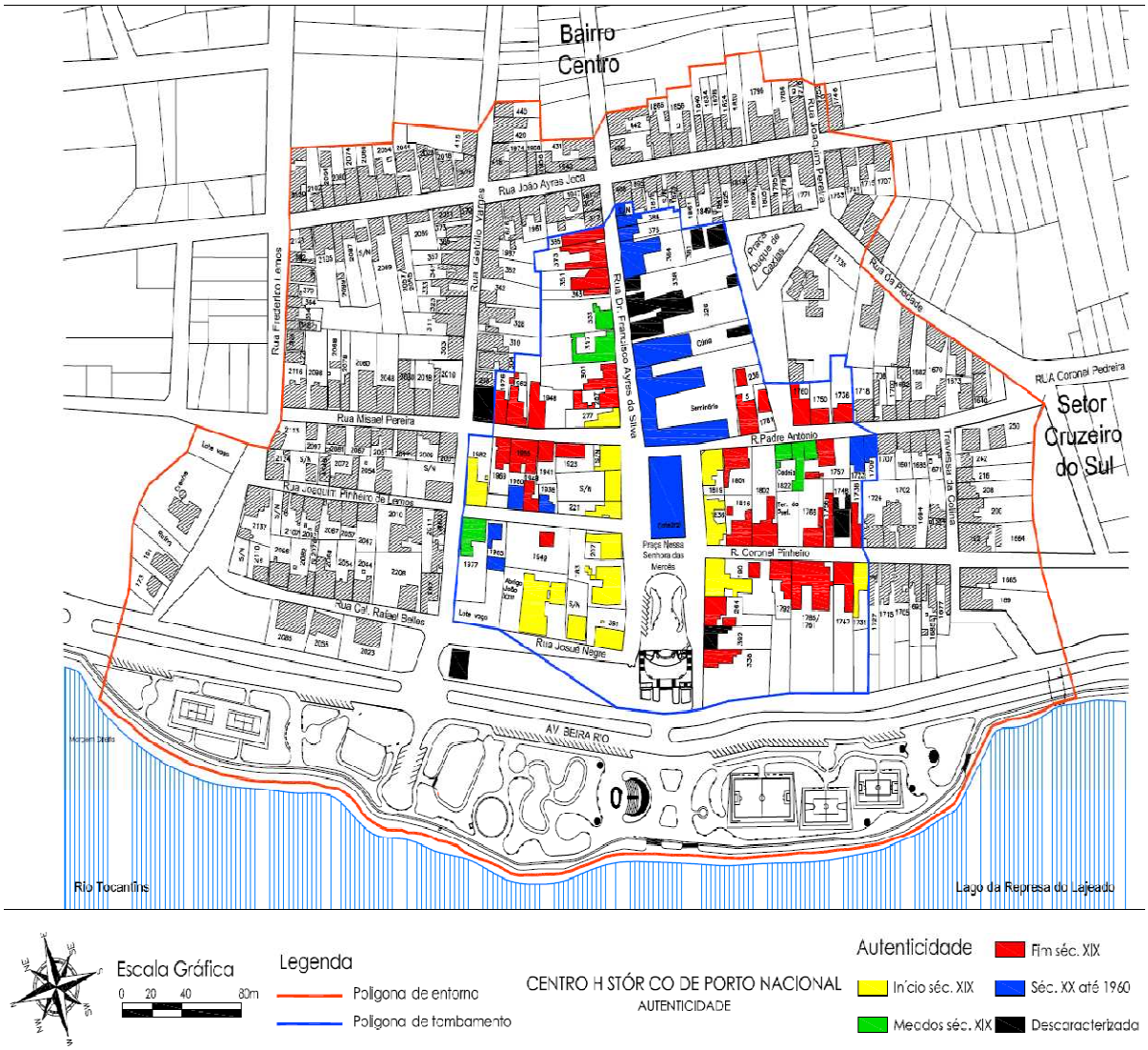


Figura 22. Mapa da poligonal de tombamento do centro histórico de Porto Nacional e autenticidade dos imóveis, 2008. Fonte: Depam/Processo nº 1553-T-08.

Após a análise do Depam, durante o primeiro semestre de 2008, o processo foi encaminhado ao Conselho Consultivo para análise e aprovação. Em novembro de 2008, na sede do Iphan no Rio de Janeiro, foi realizada a reunião que definiria o tombamento do centro histórico de Porto Nacional no Tocantins. O relator do processo foi Marcos Castrioto de Azambuja.

Os argumentos do relator ratificaram as informações contidas no dossiê do governo municipal e no parecer do Depam e indicaram a possibilidade de tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Azambuja fundamentou suas considerações, registradas na Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, nos seguintes aspectos:

1) na expansão da ocupação do território nacional em virtude do ciclo do ouro;

2) por estar nas margens do rio Tocantins no antigo norte do Goiás, Porto Nacional foi o último lugar de acesso à exploração aurífera no Brasil Central, constituindo-se a finalização desse ciclo econômico naquela região;

3) porque foi o lugar de pausa para os Bandeirantes, onde ali se viu o fim do ouro e o início do ciclo do gado, ficando naquele local a lembrança dos tempos do ouro e seus testemunhos por meio das cicatrizes do "traçado urbano e de algumas poucas edificações";

4) apesar da destruição da pequena capela que se harmonizava com o conjunto de casario baixo e que existia no mesmo local onde está localizada hoje a catedral, a relação da comunidade com essa igreja católica não foi diferente em relação a outros centros históricos tombados, pois a diferença se concentrava no estilo da catedral construída e a simplicidade do casario baixo em relação aos grandes sobrados de outros centros históricos;

5) a monumentalidade da catedral neorromânica construída pela ordem religiosa dominicana demonstra a supremacia do sagrado sobre o profano, como acontece em outras igrejas do estilo neogótico, além de ser um costume no mundo eclesiástico provocar essa percepção no homem;

6) apesar de essa leitura ser enfatizada na Idade Média na Europa, convém ressaltar que tudo chegava tardiamente em Porto Nacional, até a influência dos frades dominicanos que queriam impor, num tom de saudosismo, a sua matriz cultural.

O conselheiro relator colocou a catedral em sua argumentação como uma das motivações relevantes para o tombamento ao enfatizar: "Esta singular Catedral a beira-rio dominando a paisagem urbana que a cerca — tem inegável interesse como testemunho de um momento da história brasileira e da presença e influência dos missionários religiosos franceses no centro-oeste do Brasil", ressaltando que "ela é o que mais se destaca na paisagem" (IPHAN, 2008, p. 5 e 6).

Sobre o discurso de "berço[41] cultural do Tocantins", essa característica, originada da influência educacional dos frades dominicanos, foi realçada pelos representantes do município e do estado, na tentativa de atrair o interesse do governo federal para Porto Nacional.

Assim, os argumentos do relator para justificar o tombamento do centro histórico se direcionaram para as narrativas sobre a cidade como berço cultural do Tocantins, a influência

[41] Os frades dominicanos fundaram o colégio Sagrado Coração de Jesus em Porto Nacional, que foi e é referência para a educação no antigo norte de Goiás. Por isso a cidade é conhecida como berço cultural do Tocantins.

da missão religiosa na educação e na vida espiritual dos moradores, a imponência da catedral diante do conjunto de arquitetura vernacular, como também para o fato de Porto Nacional fazer parte do processo de ocupação do território brasileiro. Todos esses argumentos foram fundamentados no dossiê elaborado pelo Iphan regional em parceria com os governos municipal e estadual e aceito pelo Depam.

Durante a reunião do Conselho surgiram indagações sobre o tratamento igualitário de reconhecimento, que deveria ser estabelecido nos núcleos históricos mais distantes do Brasil central e norte, em relação aos núcleos históricos próximos às regiões metropolitanas. Essa discussão colocada em pauta, reforça a questão acerca da qual refletimos no capítulo anterior ao questionarmos a negligência do Iphan, durante anos, em relação às regiões mais remotas do país. Apesar de compreendermos que os centros históricos possuem particularidades que os diferenciem uns dos outros, supomos que, caso não se tombasse esse núcleo histórico, o Iphan poderia ser negligente mais uma vez. Para Azambuja, o não tombamento sinalizaria

> uma indiferença que seria o sentimento oposto daquele que move este Conselho e desestimularia comunidade dispersas dentro de nossa imensa extensão territorial em lutar pela causa de construir o novo sem sacrifício das raízes sobre as quais esse mesmo progresso se deve assentar (IPHAN, 2008, p. 6).

Outros participantes da reunião também alertaram para essa questão, como o presidente do Iphan, Luiz Fernando de Almeida, que enfatizou a necessidade de estender a atuação do Instituto para atender as regiões mais distantes que foram por anos negligenciadas pelo Estado, inclusive pelo Iphan, e também aquelas que estão em processo de desenvolvimento. E asseverou: “Se a Instituição [...] não repetir a postura que teve nos seus anos quarenta e cinquenta no sentido de ser mais agressiva, ela deixará de ter uma leitura e uma atuação na proteção desse patrimônio” (IPHAN, 2008, p. 11).

Em seguida, Azambuja acentuou que seria essencial reconhecer aquilo que ainda existe na região antes que fosse extinto. Em suas palavras, “devemos privilegiar e valorizar o que existe, o que acontece, senão teremos apenas uma desertificação do Brasil central, além de Goiás Velho” (IPHAN, 2008, p. 18).

Movido por lembranças “muito presentes” da infância e da mocidade, o relator fez uma “comovida referência” aos trabalhos do sacerdote dominicano francês, Dom Alano du Noday, bispo de Porto Nacional por mais de 30 (trinta) anos, pedindo acolhida para que se possa “honrar aqueles padres e freiras franceses cuja obra no Brasil central hoje ajudamos a preservar” (IPHAN, 2008, p. 7).

Ao contrário do relator, a maioria dos conselheiros presentes na reunião se concentrava mais na importância da arquitetura vernacular que remetia ao contexto de ocupação do Brasil no ciclo do ouro, apesar de se apresentar descaracterizada, mas também não desmereceu outras temporalidades que estavam ali representadas, como a catedral neorromânica.

A conselheira Suzanna Sampaio afirmou o seu encantamento pela arquitetura vernacular localizada no Brasil central e, ao citar o reconhecimento de Vila Boa de Goiás como patrimônio, salientou que seria "necessário um prolongamento que cobrisse todas as nossas cidades vernaculares do Brasil Central", citando "São José do Tocantins, que hoje tem o honroso nome de Michelangelo" (IPHAN, 2008, p. 7).

Deparamo-nos com a mesma indagação feita em 1983, quando foi tombado o núcleo histórico de Natividade como patrimônio cultural brasileiro, sobre o porquê do não prolongamento dos estudos mais para o norte de Goiás para que se pudesse reconhecer também o sítio de Porto Nacional.

Muitas outras cidades que tinham centros históricos conseguiram o tombamento do seu núcleo antigo como consequência da ação do poder público e da comunidade. Em vários casos, o interesse partiu do próprio Iphan, que se mostrou preocupado com o risco da perda desse patrimônio.

Talvez a falta de interesse do Iphan na década de 1980 se justifique pelo fato de que a catedral não se enquadrava no padrão *estético-estilístico* adotado pelo Instituto e isso resultou no não reconhecimento da arquitetura vernacular singela que circundava a igreja, associado ao não interesse do poder público local no tombamento, já que, naquela época, não havia ainda no norte de Goiás uma política massificada voltada para o turismo em Porto Nacional e para recuperação de imóveis históricos privados.

Vale lembrar que o turismo em Porto Nacional era bastante forte antes da formação do lago e diminuiu, consideravelmente, nos últimos anos. Essa perda econômica e cultural pressionou a administração do município a buscar meios para que esse prejuízo, principalmente o econômico, fosse ressarcido com outros projetos do governo federal.

Se Porto Nacional tivesse sido tombada na mesma época em que houve o tombamento de Natividade, provavelmente o seu núcleo antigo não estaria tão descaracterizado como se encontrava em 2008 ao serem iniciados os estudos de tombamento. No acervo do IPHAN no estado de Goiás referente aos documentos da Fundação Nacional Pró- Memória, demonstrava-se que o conjunto ainda estava bastante homogêneo (ver figuras 22 e 23).

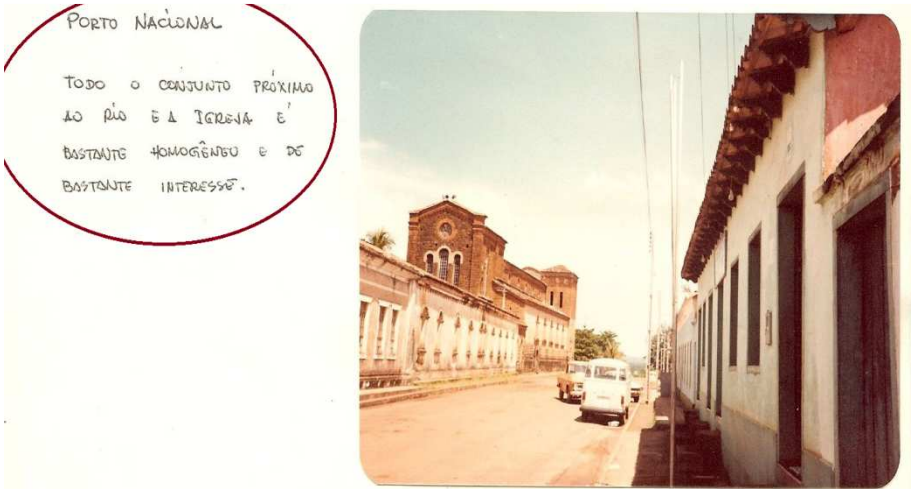


Figura 22 – Rua principal de Porto Nacional em 1985. Fonte: Arqº. Marco Antônio Galvão, Iphan/Pró-Memória (1985)



Figura 23 – Lado esquerdo da rua principal de Porto Nacional em 2013 Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 24 – Lado direito da rua principal de Porto Nacional em 2013. Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 25 – Visão em perspectiva da rua principal de Porto Nacional em 1985 Fonte: Arqº. Marco Antônio Galvão, Iphan/Pró-Memória (1985)



Figura 26 – Rua principal e praça de Porto Nacional em 2013 Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

O conselheiro Nestor Goulart expressou um olhar mais centrado no conjunto vernacular, no valor dos edifícios e na forma de inserção na cidade ao defender “uma visão do conjunto, uma visão urbana de enquadramento dos edifícios, sobretudo no que se refere à arquitetura vernácula, porque me parece que esse é um espaço que devemos contemplar, como foi aqui mencionado” (IPHAN, 2008, p. 7).

Goulart ressaltou a necessidade de reconstruir aquilo que tinha sido descaracterizado para que se pudesse dar legibilidade ao conjunto, pois, para ele, conforme as imagens mostradas na reunião, só “sobraram dos edifícios de arquitetura vernácula apenas pedaços” e por isso eles deveriam ser repostos para garantir “o mínimo de coerência no que se quer preservar” (IPHAN, 2008, p. 8).

Foi louvável a preocupação do conselheiro em alertar sobre a importância de um conjunto coerente que possibilitem sua leitura urbana e criem caminhos para que a mensagem do patrimônio cultural seja transmitida às pessoas. Ele sugeriu que seja reposto tudo que estiver descaracterizado. Mas a proposta é polêmica, pois acaba construindo uma narrativa inexistente no centro histórico, sendo que a motivação do tombamento estaria pautada pela narrativa histórica e o conjunto não se encontrava autêntico. Para Linhares (2011), essa tentativa de repassar a "mensagem patrimonial" é inaceitável.

> O resultado é a premissa de que um sítio preservado, com intuito de referenciar os substratos vestigiais de tempos passados, não pode sofrer intervenções que "inventem" vestígios do passado "novos em folha". O que nada tem a ver com as restaurações de caráter mais drástico, que conservam o compromisso de indicar ou evidenciar as intervenções efetuadas (LINHARES, 2011, p. 8).

Convém salientar que foi eleita uma temporalidade referente à ocupação do território do Brasil central e à urbanização de cidades originadas durante o ciclo do ouro. Se for essa a temporalidade escolhida para o tombamento, entramos em um embate, porque existe de alguma forma a necessidade de repassar essa mensagem e tal comunicação deve ser viabilizada por meio da materialidade e do ambiente construído, sem desconsiderar as outras temporalidades que constituem o espaço.

Contudo, devemos avaliar se a comunidade, detentora do bem, gostaria que fossem repostas as características mais antigas da arquitetura vernacular. Caso ela fosse favorável a essa reposição, seria, sem dúvida, uma possibilidade viável em virtude do interesse da população. Desse modo se possibilitaria a transmissão da "mensagem patrimonial", dando legibilidade ao conjunto, ao mesmo tempo em que se estabeleceria uma aproximação com os interesses da comunidade.

Seria uma solução que reuniria vários interesses em jogo, mas impor uma reposição sem consentimento da comunidade, que descaracterizou parte do centro histórico, seria uma medida difícil, ou quase impossível, de ser concretizada, já que se tombou esse espaço na forma como está atualmente. Seria então necessário verificar o que a comunidade de Porto Nacional e os moradores do centro histórico entendem como patrimônio cultural e o que para eles merece ser preservado.

Há casos em que o Iphan reconstruiu quase uma cidade inteira, a exemplo de São Luiz de Paraitinga, atendendo à solicitação da comunidade que perdeu algumas edificações históricas por causa da enchente de 2010. São essas particularidades que definem as atitudes

do Iphan, que ora segue o ponto de vista teórico, ora atende a um pedido da população, visto que tais edificações eram símbolos e referências culturais da comunidade.

A concordância da comunidade de Porto Nacional com a reposição ou recriação seria importante para o entendimento e a leitura urbana do sítio histórico e da cidade. Passaríamos a valorar a subjetividade e colocaríamos a materialidade em segundo plano, tratando o sítio histórico sob o conceito de *lugar*.

> A relativização da materialidade é uma tendência contemporânea que transfere importância dos aspectos materiais para os aspectos imateriais do patrimônio. Um exemplo claro desta tendência é a mudança que nos levou do conceito de monumento ao conceito de lugar. [...] A importância dada à materialidade vem sendo relativizada ao longo da história, chegando a um ponto no qual Cesare Brandi (1963)[42] pôde declarar que a matéria deve ser preservada enquanto veículo para a manifestação da imagem (PEREIRA, 2011, p. 105).

Sabemos porém, que é a partir do valor atribuído ao bem, seja ele material ou imaterial, que se definem os meios e os processos de intervenção que poderão direcionar à sua preservação ou recriação. Poderíamos buscar um caminho tangente para Porto Nacional, por meio do conceito de *lugar*, que pudesse abarcar os valores subjetivos e materiais do centro histórico para as intervenções no espaço urbano, sem colocar a materialidade em segundo plano, já que esta é fundamental para que as relações e significados que existem com e no espaço urbano se concretizem.

Goulart criticou a demolição da singela capela para a construção de um edifício que não fazia parte daquele contexto de conjunto harmônico e divergiu, enfaticamente, do parecer do relator:

> Vamos tombar e premiar os que demoliram a igreja original brasileira, que é da história da região e foi destruída. Se tombarmos o edifício que foi posto em seu lugar, devemos tombar todos os edifícios que foram construídos neste país no lugar das igrejas importantes que foram demolidas. Nós não temos nada a ver com essa arquitetura, com todo o respeito pela história do Município (IPHAN, 2008, p. 8).

Nesse sentido, talvez o conjunto tenha sido afetado, desmerecido por longas décadas, em razão da forma como o Iphan visualizava, entendia e se posicionava tecnicamente em relação à igreja em estilo neorromânico do final do século XIX em Porto Nacional. Para Goulart, o compromisso do Iphan em relação a Porto Nacional seria com a arquitetura

[42] BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração** (1963). Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

vernácula, em virtude do seu traçado, das proporções e do próprio casario. Por isso o conselheiro insistiu que seria necessário repor aquilo que foi alterado e falou que, em algumas situações, vários elementos impedem a visibilidade do conjunto arquitetônico e do traçado das ruas em virtude da mudança do perfil destas, citando como exemplo o caso do tombamento de Marechal Deodoro.

> Fiquei prestando atenção na alteração do perfil das ruas. Chegamos a algumas coisas muito interessantes com a preocupação de pôr um pouco de verde nessas ruas e criar uma ambientação. É uma coisa extremamente simpática, mas a relação do leito da rua com as casas se perdeu. O traçado não é simplesmente um papel com ruas paralelas. Ele envolve uma relação entre os edifícios e os espaços abertos. Questões deste tipo deveriam ser aprofundadas (IPHAN, 2009, p. 9).

Se seguirmos fielmente essa narrativa, essa visão para o reconhecimento de Porto Nacional, teríamos que tirar todos os elementos que dificultam visualizar a relação entre as edificações e o espaço público, incluindo a leitura do perfil das ruas, conforme os conceitos aplicados à legibilidade e à morfologia urbana dentro do processo de percepção visual do espaço a partir da leitura que os indivíduos fazem do espaço público.



Figura 27 – Elementos paisagísticos rua Misael Pereira Fonte: Iphan/To (2012) Porto Nacional

É interessante ressaltar que Goulart alertou sobre a relação do rio com o traçado urbano e sugeriu um estudo aprofundado. Apesar da trajetória de intervenções polêmicas naquele espaço propostas pelo poder público em 2001 e 2003, o conselheiro realçou uma narrativa muito significativa para os portuenses e que poderia ter sido também abordada, enfaticamente, no dossiê do centro histórico de Porto Nacional. Goulart considerou “relevante

a questão da relação do rio e do tipo de traçado. Talvez precisássemos pensar um pouco sobre essas questões" (IPHAN, 2008, p. 9).

Sobre a tentativa de falsear uma narrativa em Porto Nacional, ao levantar indagações sobre o valor histórico, nota-se que existe um desmerecimento, sem estar atrelado à arquitetura vernacular, esta que, para o conselheiro, deveria responder às proporções, ao traçado e ao conjunto harmônico. Sob essa perspectiva, a história em si e a dinâmica do espaço urbano, que mostra as cicatrizes das transformações do centro histórico, não teriam importância para se tombar pelo valor histórico. Entretanto, consideramos que o Decreto-lei nº 25 não se direciona para esse caminho, visto que as transformações fazem parte das temporalidades que constituem a história.

Seguindo o caminho proposto por Goulart, não caberia o tombamento do conjunto de Porto Nacional, que é de arquitetura vernacular, mas está descaracterizado. Mas então, o que é o livro histórico? Por que a história mostra acontecimentos, transformações às quais um lugar foi submetido? Assim, Goulart nos faz indagar sobre o que seria o valor histórico.

> Se o histórico, no caso, é um traçado com uma arquitetura vernácula, que se estabeleça um padrão para valorizar aquilo que se pretende tombar, não simplesmente achar que uma casa que com dois remanescentes de janelas e um telhado de telhas francesas vai caracterizar aquele tipo de cenário urbano que estamos querendo preservar.
> [...] É preciso raciocinar sobre como se tomba, como se conserva, como se valoriza, sobre onde está o valor (IPHAN, Ata da 49º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2008, p. 10).

Nesse momento da reunião foi introduzida a questão das intervenções físicas nos sítios históricos, que, para o presidente do Iphan na época, Luís Fernando Almeida, acabam "tendo posições muito diferentes de abordagem em sítios que são similares ou mesmo distintos pela ausência de uma reflexão mais clara, mais aberta, e ficam em geral sujeitas a interpretações subjetivas de regiões ou de técnicos" (IPHAN, 2008, p. 11).

Mas, cada sítio não tem particularidades inseridas por seus detentores culturais? É uma discussão bem complexa. Entende-se que as intervenções sempre se pautaram no valor do bem em si, mas no contexto atual do Iphan, principalmente em razão dos novos conceitos e instrumentos que ampliaram o horizonte do patrimônio, as intervenções poderiam corresponder, para além dos valores materiais, aos valores subjetivos (imateriais) inseridos no bem pelos seus detentores culturais e moradores do sítio histórico.

Apesar do conjunto descaracterizado, o conselheiro Silva Telles enfatizou que a cidade

conseguiu crescer sem agredir o núcleo antigo e que “o tombamento se impõe como reconhecimento da validade desse crescimento harmonioso”. Para ele, apesar das mudanças no sítio, “a cidade cresceu e essa área acrescida não agride o núcleo antigo, se confunde com o núcleo antigo, não por intenção, mas por serem pessoas do próprio local, filhos, netos moradores antigos que um dia voltaram” (IPHAN, 2008, p.12). Há que se salientar que se o sítio histórico não estava tombado ou protegido, mais cedo ou mais tarde ele viria a ser descaracterizado de alguma forma em virtude da própria dinâmica da cidade.

Se o sítio foi descaracterizado, não tinha como deter essa situação em virtude da falta de proteção do poder público nos âmbitos federal e local. No entanto, a sua descaracterização apresentada na reunião não é de grandes proporções em relação a outros sítios históricos. Talvez houvesse certa resistência técnica para o tombamento de Porto Nacional, mas o não tombamento do sítio naquele momento significaria dar continuidade a essa rejeição que a cidade sofreu com o seu casario vernacular por vários anos.

Para o conselheiro Ulpiano Bezerra, a problemática de Porto Nacional foi apresentada como uma “trajetória histórica que implica contingências, descontinuidade, inserções, rupturas [...] a história se caracteriza por ser a disciplina da mudança, a história é a disciplina da diferença porque a mudança traz diferença” (IPHAN, 2008, p. 12).

Todavia, se a referência cultural dos moradores do centro histórico estiver relacionada aos aspectos físicos, sociais e temporais, por que não retomar algumas características do estado anterior da paisagem e preservar outras características de outros momentos do centro histórico que também são referência para a cidade, para que se possa, de maneira mais plausível, distinguir essas temporalidades que são referências culturais, a partir dos apelos da comunidade para que as experiências cotidianas dos moradores com o espaço sejam restabelecidas? Estamos falando de temporalidades bem distintas que existem no sítio histórico de Porto Nacional, relacionadas ao final do século XVIII com o ciclo do ouro e ao século XIX com a influência dos dominicanos na cidade.

Nesse sentido, seria viável repassar a mensagem de conjunto arquitetônico vernacular a partir da reconstituição das características de uma temporalidade que foi perdida e que seria referência cultural para os moradores, o que também representaria a temporalidade do ciclo do ouro e a temporalidade da inserção dos dominicanos no espaço urbano de Porto Nacional. Seria importante que ao centro histórico pudessem corresponder as temporalidades acolhidas pelo Iphan e pela comunidade.

Ulpiano Bezerra ressaltou a importância de se considerar o sítio de Porto Nacional, comparando-o à história da meia de Sir John[43], pois, apesar de o sítio ter sofrido transformações de seu espaço físico, principalmente no que tange aos elementos arquitetônicos que não tiveram suas características fielmente preservadas, ele continua representando a história do lugar porque ele "se fez ao longo da mudança na história" (IPHAN, 2008, p. 13). O conselheiro propôs que fosse reconhecido o sítio, mesmo com as descaracterizações dos seus elementos arquitetônicos, acentuando como critério não a autenticidade,

> mas a historicidade, o critério da temporalidade. Podemos ter duas situações: um presente no presente, que seria extremamente pobre; e um presente enriquecido, porque nele há temporalidades diversas e se há temporalidades diversas significa forçosamente que não haverá unidade, haverá essa diversidade que não só é parte da condição humana, naquilo que pode ser considerado negativo, mas é alguma coisa que deve ser considerada como extremamente necessária para seres conscientes como nós (IPHAN, Ata da 49º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2008, p. 13).

Claro que nem todos os espaços físicos que possuem elementos de diferentes temporalidades deveriam ser tombados, visto que a Constituição Federal de 1988 determina quais são os bens que merecem ser protegidos pelo Estado e que são referência para a sociedade. Dessa forma, o valor histórico será atribuído ao bem que constitui temporalidades que foram escolhidas porque são importantes para a representação da história do Brasil, a exemplo do ciclo do ouro. Mas já que outra temporalidade, referente ao século XIX, está ali representada e é de suma importância para aquela comunidade, e referência cultural para Porto Nacional, não haveria empecilhos para inseri-la no tombamento. Nessa direção, Bezerra enfatizou sua posição diante da contrariedade de alguns membros do Conselho que se apegaram ao valor histórico e às diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 em relação ao valor.

> Não é quais os valores intrínsecos das coisas, mas qual o relacionamento que as comunidades têm com as coisas, e esse relacionamento é diferencial [...] O valor cultural é um valor de diferenciação, é um valor em que se tem a

[43] "[...] uma narrativa tradicional principalmente entre historiadores ingleses: a história das meias de Sir John, Sir John, uma figura que efetivamente existiu no século XIX, era um representante da *gentry*, aquela pequena nobreza rural inglesa desprezada pela grande nobreza, pela aristocracia de primeiro escalão. Como tal, Sir John tinha apenas um par de meias de seda e, é claro, ao longo do tempo essas meias de seda foram se desgastando e eram continuamente cerzidas e, pior, cerzidas com algodão. Chegou um certo momento em que desapareceu totalmente a seda das meias de seda de Sir John e surgiu uma meia 100% de algodão. Era ou não era a meia de Sir John?" (IPHAN, 2008, p. 13).

> possibilidade de qualificar diferencialmente todo e qualquer segmento da nossa existência (IPHAN, Ata da 49º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2008, p. 14).

Entendemos que não é qualquer bem, espaço físico ou sítio que possui várias temporalidades, que merece ser reconhecido como patrimônio cultural brasileiro pelo seu valor histórico. Se a catedral é referência cultural para a comunidade, ela merece ser tombada. E se a descaracterização do sítio incomoda a comunidade detentora do bem, ele merece ser recomposto e tombado, já que as temporalidades nele contidas são referências culturais da comunidade, seja a do conjunto vernacular de meados do século XVIII, seja a da catedral do início do século XIX.

Exemplo de reconstrução de elemento que representa uma temporalidade específica e que foi realizada para responder à demanda da sociedade — visto que a paisagem era referência cultural em Ouro Preto (para muitos um "falso histórico") — foi o do casarão do século XVIII na praça Tiradentes, cuja restauração foi motivada pela intenção de se continuar repassando a imagem que a comunidade contemplava.



Figura 28– A edificação antiga, antes do incêndio em Ouro Preto-MG Fonte: Rodrigo Marcandier. Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados/INBI-SU, IPHAN, 2002.apud Vanessa Regina Freitas da Silva. 2009.



Figura 29– A edificação atual, após a reconstrução, Ouro Preto-MG Fonte: Vanessa Regina Freitas da Silva. 2009.

É lógico que a realidade de Porto Nacional é bem diferente da de Ouro Preto, mas o que queremos enfatizar é que existem temporalidades da paisagem que são representadas como um bem simbólico e afetivo para a comunidade local; portanto, tem uma especificidade, mesmo que um elemento novo seja inserido, destruindo o antigo (capela e catedral), ou que seja recomposta a paisagem antiga para dar sentido à materialidade, em virtude do que a paisagem representa simbolicamente para os moradores.

Na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a conselheira Myriam Ribeiro reforçou a análise de Ulpiano Bezerra de que cada cidade possui uma particularidade e salientou que o caso de Porto Nacional não poderia ser analisado sob os parâmetros de autenticidade: “é lógico que devemos ter princípios, conceitos, mas não se pode analisar Porto Nacional como se analisaria Ouro Preto” (IPHAN, 2008, p. 15). Importa lembrar que o sítio histórico de Porto Nacional foi examinado nos anos 2000. Então, como seria possível deter as transformações às quais o sítio histórico foi submetido em relação à descaracterização do conjunto? No que se refere à catedral, a conselheira considerou que esta deveria ser analisada no contexto do século XIX.

Assim, se a comunidade quisesse que o sítio descaracterizado fosse reconstruído nos moldes de sua feição antiga, não haveria obstáculos, já que há possibilidade de reconstruir aquilo que é referência cultural para ela e isso também daria legibilidade ao conjunto.

O conselheiro Liberal Castro iniciou uma reflexão sobre o Decreto-lei nº 25 e ressaltou que seriam necessários estudos sobre a “necessidade de encontrarmos uma legislação que mostre uma gradação” (IPHAN, 2008, p.16) em relação às construções inseridas na poligonal de tombamento e às inseridas, posteriormente, ao tombamento.

Para o relator do processo, a narrativa eleita como oficial foi feita a partir da catedral, acentuando que “aquela igreja tem, acreditem no que estou dizendo, tem um interesse que transcende o julgamento da sua qualidade artística, ela é um monumento nacional em Porto Nacional” (IPHAN, 2008, p.18-19). Então, caberia muito bem aplicar o conceito de *lugar* ao centro histórico, já que existem várias temporalidades e duas delas são, significativamente, importantes como patrimônio cultural. O relator encerrou sua argumentação, afirmando que Porto Nacional seria “um dos testemunhos do que foi a ocupação do Brasil Central” (IPHAN, 2008, p. 19) e o presidente do Conselho aprovou o tombamento de Porto Nacional, concordando com a posição do Depam.

Constatamos que, durante a reunião, houve repúdio a determinadas temporalidades, principalmente àquela em que as edificações foram construídas no início do século XIX. Talvez essa resistência tenha dificultado o reconhecimento do centro histórico de Porto

Nacional em anos anteriores, quando o seu conjunto de arquitetura vernacular não era tão descaracterizado. Para o conselheiro Nestor Goulart,

> a arquitetura vernácula da cidade merece consideração, merece proteção, e portanto merece acolhida. Por outro lado, se estamos valorizando exatamente a humildade dessa arquitetura, isso é o oposto do que representa aquela catedral: exatamente a mensagem oposta de monumentalidade que esmaga as outras coisas. [...] Agora, em relação à catedral ela fica lá, não é preciso tombá-la, para que se preservem os espaços e as relações (IPHAN, Ata da 49º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 2008, p. 19-20).

Vale então dizermos que aquela monumentalidade da catedral é referência cultural para a comunidade, assim como as poucas edificações do final do século XVIII? Os valores subjetivos estão diretamente atrelados à matéria que, por si só, no contexto de Porto Nacional, não pode ser analisada sem essa associação. Esse trecho da reunião reforça nossa reflexão no primeiro capítulo em relação aos estudos que poderiam ter avançado em outras cidades como Porto Nacional no período em que estavam sendo realizados no núcleo histórico da cidade de Natividade para o tombamento.

3.3 VALORES DO LUGAR – REFERÊNCIA CULTURAL EM PORTO NACIONAL

A proposta inicial para elaboração do projeto de pesquisa na Superintendência de Tocantins estava vinculada à elaboração de diretrizes de tipologias arquitetônicas que poderiam direcionar a normatização do centro histórico de Porto Nacional. Ao iniciarmos os trabalhos em agosto de 2011, percebemos que havia um descompasso entre a comunidade e o órgão de preservação no que tange ao entendimento da população sobre a importância de se preservar aquele pequeno acervo. Isso criou dificuldades ao órgão para fiscalizar e implementar algumas medidas de proteção voltadas à normatização e vinculadas à políticas de preservação, principalmente porque a comunidade se mostrava arredia em relação ao poder público diante de uma trajetória de intervenções[44] no âmbito tanto local quanto federal, o que dificultava o trabalho do Iphan.

Em virtude desse impasse foi preciso redirecionar o foco da pesquisa com intuito de apreender os valores que a comunidade considerava naquele espaço, de maneira que se pudesse dialogar com os valores técnicos, objetivando direcionar medidas que conciliassem

[44] Intervenções no espaço urbano de Porto Nacional em 2000 a 2002 devido à construção da Barragem Usina de Lajeado.

os interesses de ambos os lados. A intenção era mostrar que o Iphan estava ali para resguardar os valores da comunidade e em diálogo com os valores técnicos atribuídos pelo tombamento federal.

Recorremos aos métodos da antropologia e diretrizes do INRC para a realização de entrevistas, observação *in loco* e produção de desenhos para entender os sentidos que aquele espaço tem para a comunidade e quais são as referências para os moradores, apreendendo os seus significados, os usos no espaço urbano, as representações tradicionais dos moradores e como eles veem a atuação do poder público em relação às medidas de proteção e ações interventivas no espaço urbano.

Sabemos que qualquer tipo de intervenção no espaço urbano deve ser apoiada e respaldada pela comunidade a partir da participação dos moradores e pessoas envolvidas com a questão do patrimônio. E, para executar políticas de preservação, faz-se necessário conhecer os valores, interesses e opiniões dos moradores. Afinal, apesar de pequena em número de componentes, essa comunidade não é homogênea, tanto socialmente quanto na percepção acerca do centro histórico e na intervenção do poder público. É claro que esses valores e percepções não concordam, necessariamente, com os valores técnicos definidos pelo Iphan, o que resulta em um descompasso entre as práticas preservacionistas e os interesses dos moradores.

Não queremos nos distanciar dos valores técnicos adotados pelo Iphan, mas aproximá-los dos valores definidos pela comunidade dentro de um contexto que é o centro histórico por meio daquilo que é referência cultural, no sentido de articulá-los com os desejos dos seus moradores. Por isso as diretrizes do INRC, que usam recursos da antropologia, são eficazes nesse caso, por possibilitarem essa articulação de valores e permitirem o estabelecimento de um canal de comunicação para que os valores técnicos sejam mais compreendidos e os valores da comunidade sejam conhecidos e explicitados.

Nesse sentido, o conceito de lugar nos ajuda a interpretar as representações, afetividades e pertencimentos com aquele espaço, a partir da experiência cotidiana dos seus moradores com ele, o que permite ampliar a reflexão para detectar representações homogêneas e que são compartilhadas pelos habitantes do centro histórico.

Num primeiro momento foram feitas observações *in loco* e um levantamento inicial das opiniões dos moradores sobre a cidade, na busca de discursos que envolvessem o centro histórico. A partir de conversas com o padre da localidade e com profissionais que atuaram na Secretaria de Cultura do município, na Prefeitura e no museu, foi possível uma aproximação com algumas pessoas que moram no centro histórico.

Esses ex-funcionários municipais indicaram pessoas que poderiam falar sobre a cidade e, principalmente, sobre o centro histórico, fornecendo dados sobre os eventos e reuniões que aconteceram durante o processo de tombamento e os respectivos participantes, o que, possivelmente, ampliaria o universo de atores envolvidos na questão do patrimônio cultural em Porto Nacional.

Durante as conversas com os moradores, notamos que nossa vinculação com o órgão de preservação estava passando despercebida devido à relação amistosa estabelecida com os moradores. As visitas acabavam tendo um caráter mais de cortesia, apesar de fazerem parte de um projeto do mestrado profissional oferecido pelo Iphan. Após essa etapa, foi possível perceber um panorama dos dilemas que eram relatados pelos entrevistados, geralmente pessoas mais idosas, membros de famílias tradicionais, que conduziam seu discurso para assuntos como as festas que aconteciam na praça e/ou no centro histórico e a valorização das famílias mais antigas, além da identificação de outra categoria de moradores. A partir desse momento, iniciamos outra fase: a organização dos dados coletados, agrupando-os em uma grade com os desejos dos diferentes protagonistas que atuam sobre o centro histórico.

As observações *in loco* deram respaldo aos dados coletados durante as entrevistas e nos possibilitaram compreender as referências às festas e eventos que aconteciam "antigamente" naquele espaço urbano e as várias comparações com as atuais em outros espaços. Também foi possível perceber, por meio das entrevistas e observação *in loco*, que os moradores separavam claramente dois ambientes distintos: o da casa para a calçada e o da calçada para o espaço público — neste, constantemente são promovidos eventos que causam desconforto aos moradores, principalmente os que não estão ligados ao meio religioso ou cultural.

As celebrações religiosas que aconteciam e/ou acontecem no centro histórico foram muito valorizadas pelos moradores, que falaram sobre seu descontentamento com a mudança de percurso, com os fluxos e a organização desses eventos. Esse fato nos instigou a investigar se tais eventos influenciaram certo distanciamento das pessoas com o espaço público do centro histórico, principalmente em relação à praça da catedral, que se mostrou pouco convidativa para as pessoas que estavam descontentes com a atual situação física da praça.

Nesse momento fazemos a pergunta "para quem é o patrimônio?" questão específica da preservação em relação aos eventos e festejos que acontecem sobre determinados espaços urbanos tombados como patrimônio cultural, levantando a hipótese de que as alterações da dinâmica urbana pelo poder público podem estar em desacordo com os desejos da comunidade e com os valores técnicos definidos pelos órgãos de preservação.

A pesquisa de campo

A área delimitada para a pesquisa foi o recorte dado pelo tombamento — o centro histórico. O objetivo era buscar os significados atribuídos pela comunidade ao espaço urbano (*lugar*) do centro histórico a partir das manifestações físicas perceptíveis. Inicialmente a pesquisa teve fundamentação teórica nos estudos do geógrafo YI-Fu Tuan, por meio da perspectiva da experiência com o espaço, por meio do contato direto com os moradores e narrativas literárias, para o conhecimento dos bens que são referência cultural para a população local, dentro do contexto do centro histórico da cidade, que de alguma forma se aproxima do eixo metodológico do INRC.

A captação desses dados foi baseada na aplicação dos questionários com 24 (vinte e quatro) perguntas semiabertas direcionadas e aplicadas a 26 (vinte e seis) moradores do centro histórico (equivalente a aproximadamente 35% (trinta e cinco) do conjunto de edificações do centro histórico), cujo modelo aplicado detinha questões divididas em 3 (três) partes: a) em relação ao entendimento sobre patrimônio cultural no âmbito geral e local; b) as memórias e lembranças do centro histórico; c) e, por último, a visão sobre tombamento no centro histórico da cidade. Paralelo a essa metodologia, foi adaptado aos adolescentes um modelo de formulário com duas perguntas sobre o lugar e associado à produção de desenhos, com intuito de facilitar a apreensão do centro histórico por parte desse grupo específico, resultando um total de 19 (dezenove) desenhos com perguntas sobre o que eles mais gostavam do lugar. Já a análise de narrativa literária, foi o eixo direcionador da indagação e que possibilitou uma percepção geral do contexto de transformação do espaço urbano e as relações estabelecidas com o rio Tocantins.

As observações *in locu* por parte do pesquisador, principalmente no que tange ao uso da praça e da orla, reforçaram o diagnóstico da área e as análises dos questionários. Por meio da organização dos dados levantados na pesquisa como um todo, foi possível apreender os vários valores e desejos que os moradores têm em relação ao centro histórico, que são apresentados a seguir.

O centro histórico

Grande parte das referências remeteu aos moradores nascidos em Porto Nacional, haja vista que eles teriam muito a contar sobre a cidade em virtude dos laços construídos ao

longo dos anos. Nesse aspecto, a entrevista foi facilitada porque a maioria deles eram aposentados, o que deu à conversa um caráter de informalidade. Entretanto, também havia uma apropriação fortificada dos não-nascidos em Porto Nacional e que contribuiu, consideravelmente, para a pesquisa, possibilitando absorver diferentes olhares sobre o centro histórico.

O ponto de partida foi captar o olhar dos moradores sobre o centro histórico, a partir daquilo que eles consideravam patrimônio cultural, identificando o que é referência para eles. Ao perguntar sobre o que era patrimônio cultural, 23% (vinte e três por cento) dos entrevistados responderam que ele estava relacionado à identidade cultural do lugar, 50% (cinquenta por cento) falaram que o patrimônio estava diretamente vinculado à história dos antepassados marcada no espaço urbano. Outros 27% (vinte e sete por cento) articularam suas respostas à ideia de patrimônio material e imaterial por meio do ambiente construído, identificando as edificações e as manifestações culturais, como a festa da padroeira Nossa Senhora das Mercês, a Festa do Divino e a Súcia (dança típica tradicional da região).

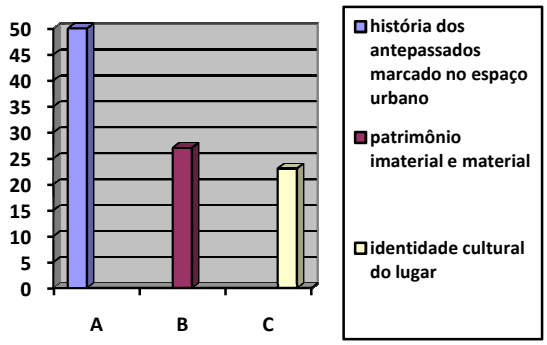


Figura 30. Gráfico1. Conceituação de patrimônio cultural para os entrevistados.

Tanto os mais velhos quanto os mais novos nascidos na cidade, identificaram Porto Nacional como berço de suas vidas, entrelaçadas por afetividade e relações familiares e de amizade construídas ao longo dos anos. Essa visão foi manifestada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos entrevistados. A experiência do *outro* com o lugar era percebida no decorrer das conversas que aconteciam dentro de casas antigas onde se guardam relíquias familiares que representam essa relação aflorada nas entrevistas e que foram capturadas por meio de registros fotográficos (figuras 31 e 32) e observações in *loco.*



Figura 31 – Interior da residência de um morador do centro histórico Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 32 – Móvel antigo no interior da residência de um morador do centro histórico Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

Vagarosamente os moradores contavam como era a vida naquele núcleo histórico de poucas famílias e falavam sobre as várias transformações observadas em Porto Nacional, construindo uma imagem da cidade dilacerada pelas perdas que sofreu como consequência das intervenções urbanas realizadas pelo poder público local, mas que ainda se mantinha como referência cultural do Tocantins, principalmente por ter uma igreja monumental — a Catedral Nossa Senhora das Mercês — e muitos poetas e escritores ali nascidos e que se destacam dentro e fora do Estado.

> A nossa educação na década de 1940, 1950 e 1960 era melhor de toda a região norte do país. Depois ela piorou com a imposição da nova visão após o golpe militar e então nossas escolas foram destruídas enquanto conhecimento e com isso saímos de nossa terra para procurar meios de fazer o segundo grau melhor e mais qualificado. E foi uma leva muito grande que saiu nesse período. Quase todos os estudantes daqui escolhiam Goiânia, Brasília, Belém para fazer o segundo grau. E quem tinha mais condições ia para São Paulo e Rio de Janeiro (Edivaldo Rodrigues. Entrevista concedida em abril de 2013).

Os nascidos em outra cidade, mas que se apropriaram do centro histórico para viver, pelo fato de ser uma área residencial e próxima ao centro da cidade, destacaram que esse espaço representa qualidade vida e 90% (noventa por cento) desse grupo de entrevistados revelaram que se sentiam encantados pelo rio Tocantins quando ele ainda não estava submerso.

> Quando formamos, eu e meu marido trabalhávamos para o governo. Quando cheguei aqui no avião da FAB conheci o rio Tocantins e me encantei pelo lugar. Eu e meu marido então decidimos ficar e fazer nosso projeto de vida nessa cidade (Drª. Heloísa Manzano. Entrevista concedida em abril de 2013).

Para os mais novos, Porto Nacional não oferece muitas opções de lazer, a não ser os eventos que acontecem na nova orla e na praia artificial, promovidos pelo poder público e pela iniciativa privada, na tentativa de restabelecer a movimentação turística que antes era motivada pela procura às praias naturais que existiam. Eles não vivenciaram as manifestações culturais que se davam com maior ênfase no centro histórico em anos anteriores. Descendentes de famílias tradicionais da cidade, esses jovens receberam valores repassados pelos mais velhos. Um dos entrevistados mora fora do centro com os pais e, constantemente, frequenta a casa dos avós ou parentes que continuam morando no núcleo antigo — área com característica residencial e população mais idosa.

.



Figura 33 – Uso da praça por idosos Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 34 – Uso da praça por jovens para rápidas conversas Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

Os jovens têm uma relação dinâmica com o espaço urbano da cidade que está direcionada para o presente. Frequentam os bares da orla e os grandes eventos que acontecem na praia e na orla (Figura 35), principalmente quando envolvem a pista de kart (Figura 36). Podemos dizer, sorrateiramente, que estamos caminhando para o surgimento de um novo *lugar* em Porto Nacional, com novas apropriações.



Figura 35 – Evento na nova orla de Porto Nacional Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 36 – Pista de Kart no carnaval de 2013 Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

A praça da catedral é vista pelos jovens como um local para rápidas conversas depois da missa e para combinar as saídas à noite, além de ser aquele espaço de infância onde eles brincavam. Essa característica da praça, como espaço recreativo, que ainda é pouco explorada, foi percebida por meio das observações *in loco*, quando vimos crianças e adolescentes, durante os finais de tarde, improvisando uma partida de futebol bem animada (Figura 37) sobre um piso irregular e descascado.



Figura 37 – Meninos jogando bola na praça Nossa Senhora das Mercês Fonte: Marielle Rodrigues (2012)

Na nova Avenida Beira Rio, no entorno do lago, foi construída uma quadra com infraestrutura adequada para a prática de futebol, mas os meninos se recusam a ir em razão da distância e porque não há sombra para os que ficam aguardando a vez de entrar no jogo, além da grama colocada no local. Segundo alguns relatos, não ajudar muito e queimar os pés. Durante as conversas, foi fácil notar que a quadra da orla é de difícil acesso, não sendo convidativa para os meninos. Já a praça acolhia melhor os garotos que jogavam no local e que convidavam outros que passavam pelo centro histórico para se integrarem à brincadeira, como mostram as figuras 38, 39 e 40.



Figura 38 – Movimento de meninos na praça Nossa Senhora das Mercês Fonte: Marielle Rodrigues (2012)



Figura 39 – Menino observa o jogo ao passar pela praça Fonte: Marielle Rodrigues (2012)



Figura 40 – Menino sentado aguarda a vez de entrar no jogo Fonte: Marielle Rodrigues (2012)

Cabe ressaltar que muitos desses meninos não moram no centro histórico. Alguns são netos e bisnetos dos moradores do local ou amigos que residem em outras áreas. Outros passam, casualmente, pela praça, veem a partida e se convidam para jogar.

Essa relação da praça como espaço recreativo para crianças e adolescentes também foi notada durante a realização de mapas mentais elaborados pelos alunos da escola Dom Pedro II a partir do tema "o centro histórico de Porto Nacional". Alguns enfatizaram esse espaço como o *lugar* do futebol e da catedral Nossa Senhora das Mercês, identificando como um único local não dissociado da praça, como se pode observar nas figuras 41 e 42

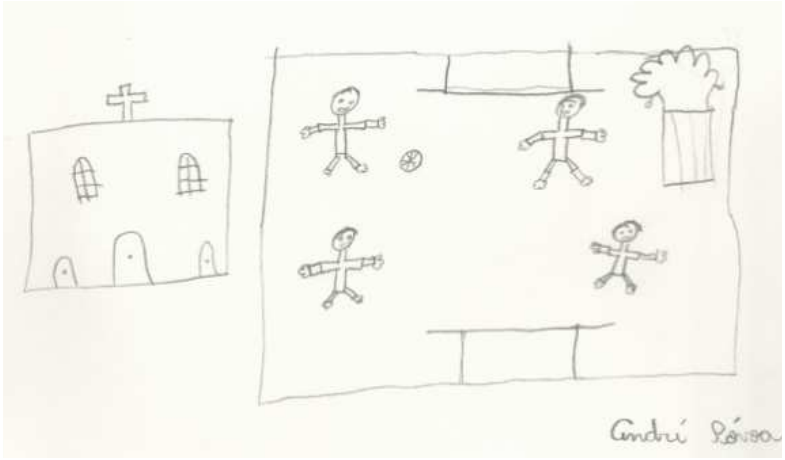


Figura 41 – Desenho do André, aluno da escola Dom Pedro II. Fonte: Colégio Dom Pedro II (2012)



Figura 42 – **Desenho de Alber, aluno da escola Dom Pedro II** Fonte: Colégio Dom Pedro II (2012)

Essa relação do espaço público do centro histórico com crianças e adolescentes é um tanto tímida se comparada aos anos anteriores. De acordo com alguns moradores, antigamente a praça era bem mais frequentada por essas “pessoinhas”. Percebemos nas entrevistas que a perda do coreto, o envelhecimento da população moradora do centro histórico, a saída de estudantes para outros centros educacionais mais próximos, como Palmas - TO, e a não continuidade do teatro “Chama Viva” contribuíram para o pouco uso do espaço público do centro histórico pela população mais jovem.

> Minha adolescência, meu passado, meu processo de inserção na arte e cultura foi por meio do teatro “Chama Viva” Tinha muitas crianças, adolescentes e jovens que participavam nos ensaios do teatro que aconteciam na praça, especificamente no coreto. Hoje você não vê mais essa movimentação teatral (Ana Geralda, diretora do museu. Entrevista concedida em abril de 2013).

As figuras 43 e 44 mostram, respectivamente, a manifestação do grupo de teatro contra a derrubada do coreto em 2000 e a sua apropriação desde a década de 1980 para apresentações artísticas.

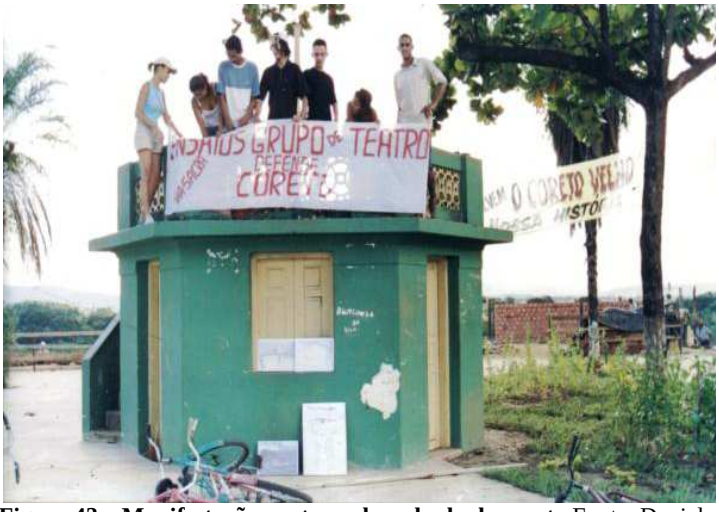


Figura 43 – **Manifestação contra a derrubada do coreto** Fonte: Daniel Cavalcante (2000)



Figura 44 – A praça com o coreto ao fundo durante o evento semana da Cultura. Fonte: Secretaria de Cultura de Porto Nacional (1984)

Outro fator que contribui para a pouca utilização desse grupo é que os laços familiares e de amizade construídos nesse espaço às vezes incomodam os mais jovens, principalmente em relação à vigilância dos mais velhos, que também se sentem incomodados com algumas manifestações dos jovens que acontecem na praça e que não são promovidas pela Igreja.

Durante a pesquisa de campo, observando alguns eventos profanos que aconteciam na praça, como o ensaio do grupo “Tambores do Tocantins”, cujos integrantes são crianças e adolescentes de outros bairros, foi possível notar o incômodo dos mais velhos que assistiam das janelas e calçadas. Quando terminou o ensaio e os jovens se retiraram, os moradores começaram a se movimentar pela praça como se estivessem restabelecendo o seu território.

Já nos eventos promovidos pela Igreja se registrava pequena participação de jovens, o que demonstrava o caráter distintivo do público durante a realização dos eventos que aconteciam na praça, em virtude dessa vigilância dos mais velhos.

Tanto portuenses nativos como aqueles *de coração* foram questionados sobre quais elementos representavam a cidade, o que era, para eles, referência cultural de Porto Nacional e o que escolheriam para fotografar. Houve número significativo de menções a elementos naturais e edificados da cidade, parte deles destruídos pelo poder público local. O objetivo, com esse questionamento, foi obter informações convergentes com a base conceitual estudada nos capítulos anteriores em relação à referência cultural e o conceito de *lugar* a partir da experiência cotidiana dos moradores.

Infelizmente não temos como fazer registros fotográficos atuais dos elementos naturais citados por mais de 90% (noventa por cento) dos entrevistados: a praia natural de Porto Real (Figura 45) e o rio Tocantins (Figura 46), que foram submersos após a formação do lago.



Figura 45 – Praia natural de Porto Nacional Fonte: Daniel Cavalcante (década de 1980)



Figura 46 – Rio Tocantins em Porto Nacional Fonte: Daniel Cavalcante (1999)

Os elementos construídos mais citados foram a catedral, o museu e o pátio da organização não-governamental Comunidade de Saúde Desenvolvimento e Educação (Comsaúde), que, coincidentemente, são edificações abertas ao público. Em relação aos elementos edificados privados, estes também receberam muitas indicações, notadamente, os casarões das famílias Lemos, Pedreiras e Ayres, a casa da Késia Cabeleireira e o casarão Maia.

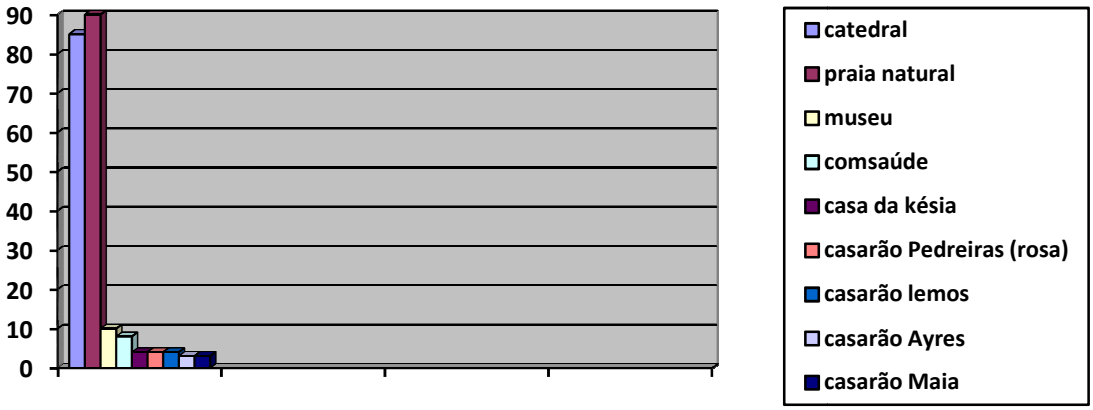


Figura 47. Gráfico 2. Demonstrativo em porcentagem dos elementos construídos mais citados que representam Porto Nacional para os moradores do centro histórico, incluindo o elemento natural.

O grande número de menções feitas à Catedral Nossa Senhora das Mercês (figuras 48 e 49) se deve ao fato de esta igreja estar vinculada aos valores históricos, ao uso intenso por parte da comunidade local, de predominância católica, e, principalmente, pelo valor estético e por suas características monumentais que se diferenciam da escala do restante das edificações de arquitetura vernacular.



Figura 48 – Vista externa da Catedral Nossa Senhora das Mercês Fonte: Marielle Rodrigues (2012)



Figura 49 – **Vista interna da Catedral Nossa Senhora das Mercês** Fonte: Marielle Rodrigues (2012)

O curioso percebido durante as entrevistas é que a maioria dos entrevistados considerou que o núcleo histórico foi tombado para proteger a catedral; no entanto, vimos na seção anterior deste trabalho que isso não aconteceu estritamente por causa da valoração dada à igreja pelo órgão de preservação, apesar de ser enfatizada pelo relator do processo de tombamento.

Os entrevistados também foram indagados sobre aquilo que mais lhes agradavam no centro histórico e/ou o que consideravam positivo (ver gráfico 3.1 - figura 50). Aproximadamente 72% afirmaram que consideram o lugar tranquilo por ser uma área residencial e próxima à praça Centenário (novo centro da cidade) e por possibilitar as relações de vizinhança que favorecem o hábito de sentar nas calçadas nos finais de tarde e poder conversar com os vizinhos. Já 56% (cinqüenta e seis) dos moradores responderam que o que mais agradava naquele lugar era a manutenção dos traços históricos da cidade por meio da preservação de algumas edificações, o que, segundo eles, proporciona uma espécie de aconchego. As edificações que, de acordo com os moradores, mais contribuem para a manutenção dessa ambiência estão relacionadas no Gráfico 3.2 (figura 52).

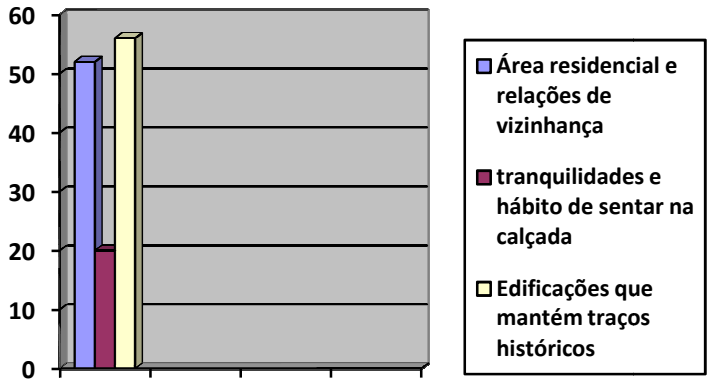


Figura 50 Gráfico **3.1**. Aspectos que agradam os entrevistados no centro histórico.



Figura 51 – Pessoas sentadas nas calçadas Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

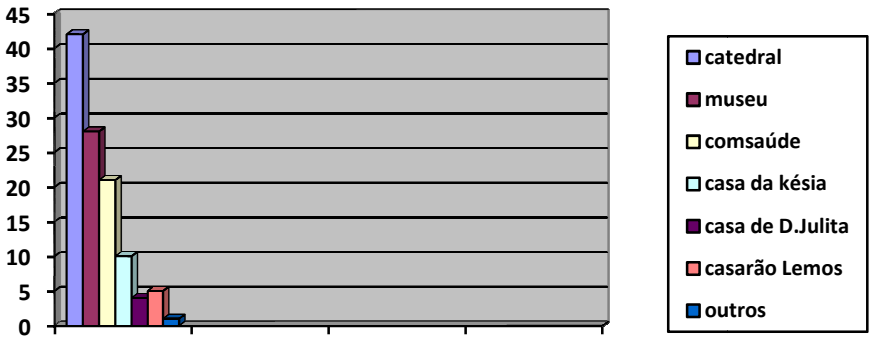


Figura 52 Gráfico 3.2. Edificações citadas que agradam os entrevistados por manter conservadas os traços históricos

Ao serem perguntados sobre os pontos negativos do centro histórico, 40% (quarenta por cento) dos entrevistados se queixaram da falta de atuação do poder público,

principalmente do Iphan, no sentido de dar mais atenção para a conservação das edificações, em especial aos imóveis abandonados que estão servindo de ponto para o consumo de drogas, por dependentes químicos, gerando insegurança no centro histórico. Outros 32% (trinta e dois) reclamaram das intervenções urbanas errôneas promovidas pelos poder público local sem o consentimento da comunidade e que só trouxeram prejuízos a ela. Também reivindicaram melhorias na infraestrutura do centro histórico, como instalação de esgoto, padronização das calçadas e iluminação adequada, principalmente na praça.

Dentre os entrevistados, 20% (vinte por cento) falaram que falta conscientização da comunidade para a conservação das edificações devido à ausência de maior diálogo do Iphan com os moradores, o que acaba distorcendo informações e criando entraves para a conservação dos vestígios históricos existentes. Outros 40% (quarenta por cento) disseram que se sentem incomodados com o barulho estridente provocado pelo som de carros que ficam estacionados nos bares da orla. Importa ressaltar que já houve anteriormente, na praça da catedral, conflitos entre donos de carros e moradores do centro histórico por esse motivo e que a comunidade, por intermédio da polícia militar, determinou, informalmente, a proibição de carros de som na praça Nossa Senhora das Mercês em qualquer horário do dia ou da noite.

O rio Tocantins e as praias naturais foram bastante citados pelos moradores, ao serem questionados sobre os pontos negativos do centro histórico, em relação à perda que sofreram. As lembranças que envolvem esses elementos foram, incessantemente, enfatizadas por quase 90% (noventa por cento) dos entrevistados, mesmo por aqueles que pouco usufruíram da praia. Percebia-se, no olhar dessas pessoas, o sentimento de angústia ao recordarem da paisagem que trazia uma especificidade ao *lugar*. Muitos lembraram do rio, sempre identificando-o como elemento natural de sobrevivência para a comunidade ribeirinha, como local de lazer e das pescarias que reuniam amigos e familiares. Também falaram sobre as canoas e a balsa que faziam a travessia do rio, transportando pessoas e carros, e ressaltarem a beleza natural do rio Tocantins e das praias temporárias que atraíam turistas.

Outros 8% (oito por cento) dos entrevistados lembraram dos momentos que marcaram a transformação urbana no centro histórico, como a retirada do coreto (Figura 53) e a derrubada das casas situadas nos lotes lindeiros (Figura 54) que davam acesso à margem do rio.



Figura 53– Obras para retirada do coreto e edificações. Fonte: Daniel Cavalcante (2001)



Figura 54– Derrubada de edificações nos lotes lindeiros à margem do rio e em frente à praça Nossa Senhora das Mercês Fonte: Daniel Cavalcante (2001)

Todos os entrevistados relataram que o rio Tocantins era muito importante para a cidade, referenciando-o como o elemento principal para a sobrevivência das famílias, como elemento de referência e patrimônio cultural que está afogado no lago, mas que se mantém na memória dos seus moradores.

Esse elemento geográfico foi o pilar de construção da cidade e proporcionou o sustento de muita gente por meio da pesca. Ele proporcionava lazer para as famílias e movimentava o turismo, já que os mais importantes atrativos naturais da cidade eram a beleza do rio, as praias e a água corrente. Enfim, ele dava qualidade de vida para os moradores de Porto Nacional.

Outro ponto negativo, enfatizado por 12% (doze por cento) dos entrevistados, foi a extinção de eventos que aconteciam no centro histórico e o risco de se perderem outros que estão em processo de extinção, como a Feira do Cabaçaco. Os moradores também reclamaram da mudança do percurso da procissão de Corpus Christi, da não produção pela comunidade

dos tradicionais tapetes que enfeitavam as ruas por onde passava o cortejo religioso e da mudança de local da Semana da Cultura (Figura 55) que era realizada na praça.



Figura 55 – Semana da Cultura na praça Nossa Senhora das Mercês
Fonte: Secretaria de Cultura (1984)

Alguns entrevistados relataram seu descontentamento com o deslocamento da Semana da Cultura, que antes era realizada na praça, para a pista de kart na nova orla (Figura 56). Segundo eles, com a mudança do local, esse evento perdeu seu foco cultural e vem se tornando mais uma semana de entretenimento que uma mobilização que busca o resgate e a valorização da memória e da cultura de Porto Nacional.



Figura 56 – Preparativos para a Semana da Cultura na Pista de kart na nova orla Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

O poder público justificou a mudança, alegando que Semana da Cultura havia adquirido grande dimensão e, por isso, vinha causando transtornos aos moradores das casas ao redor da praça. Na verdade, alguns moradores, principalmente os mais velhos, sentem-se incomodados com grandes eventos que aconteciam na praça e que não estavam vinculados à Igreja.

Durante as entrevistas e as conversas que aconteciam entre um cafezinho e outro, foi possível notar, além da memória hegemônica do rio Tocantins, a constante ênfase dada à lembrança das festas e eventos que aconteciam sobre o espaço urbano do centro histórico e aquela que ainda acontece na praça, a festa da padroeira, Nossa Senhora das Mercês. Muitos relataram que esta era mais organizada e concentrava mais gente. Percebemos, nesse momento, que as festas e eventos configuram uma apropriação maior do espaço público e poderiam catalisar e ampliar relações sociais entre os moradores do centro histórico e destes com os não moradores.

No que se refere à Feira do Cabaçaco, que acontecia mensalmente, aos poucos os artesãos foram se sentindo desmotivados a participar em razão da falta de compradores para seus produtos. Isso estava, de alguma forma, relacionado à diminuição no número de turistas ao longo do tempo. É bem provável que essa dificuldade de venda do artesanato tenha a ver também com a perda das praias naturais.

É possível constatar que os moradores ao redor da praça também desaprovam, em certa medida, eventos que acontecem na praça que estejam vinculados às características estritamente profanas e de grandes dimensões que possibilitam causar transtornos e incômodos para os moradores.

O centro histórico não comporta mais a Semana da Cultura por causa do formato que ela adquiriu atualmente. Como mostra a Figura 57, o evento cresceu, mudou o foco e está voltado para o turismo, para o entretenimento, não se adequando ao espaço pequeno e à particularidade que existe na praça Nossa Senhora das Mercês. É preciso verificar a quem se destina a Semana da Cultura, para que serve, quais seus objetivos e os benefícios desse evento para Porto Nacional.



Figura 57 – **Semana da Cultura na pista de kart** Fonte: Marielle Rodrigues (2013)

Todavia, se hoje esse evento fosse realizado na praça, provavelmente sua dimensão seria menor, mas conseguiria atingir os objetivos direcionados ao fortalecimento da cultura local, desde que tivesse participação efetiva dos moradores, principalmente daqueles que moram ao redor da praça, na organização das atividades. Da forma como a Semana da Cultura está configurada atualmente, não há como redirecioná-la para o centro histórico.

Ao serem perguntados sobre cenas ou acontecimentos que marcaram na memória referentes ao centro histórico, 8% (oito por cento) dos entrevistados confirmaram essa constatação ao falarem da Semana da Cultura e da Feira do Cabaçaco, que aconteciam no centro histórico, reforçando nossa compreensão sobre a importância da manutenção de determinados eventos com a preservação de suas características tradicionais nos espaços nos quais eles se originaram e onde eles fazem sentido.

As constantes lembranças das festas religiosas e eventos culturais emergiram em diferentes narrativas dos moradores. Talvez pelo seu caráter público e por conterem valores diferentes daqueles ligados ao interior das casas, esses eventos, sejam eles religiosos ou profanos, colocaram-se como elementos importantes no que tange ao uso do espaço urbano no centro histórico e que, portanto, merecem ter suas características tradicionais mantidas, e outras resgatadas, haja vista que algumas, como relataram os moradores, correm o risco de serem perdidas.

Ao levantarmos a frequência dos eventos e as datas das celebrações religiosas que acontecem no centro histórico, verificamos que esses encontros celebram momentos de grande significância para a cidade, como a Semana da Cultura e a festa da padroeira, e outras marcam atividades mais pontuais, como a Feira do Cabaçaco, que reunia, em maioria, artistas e artesãos ligados à Comsaúde (ver figuras 58 e 59).



Figura 58 – Área onde se realizava a Feira do Cabaçaco Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 59 – Cartaz da Feira do Cabaçaco em frente à Comsaúde Fonte: Marielle Rodrigues (2013)



Figura 60 – Feira do Cabaçaco com apresentação de teatro em frente à Comsaúde (caetanato) Fonte: Artesanato Porto Nacional (2013)

Em ordem cronológica, essas celebrações e eventos se distribuem da seguinte forma: Corpus Christi (junho), Semana da Cultura (julho), festa da padroeira Nossa Senhora das Mercês (setembro), Feira do Cabaçaco (acontecia mensalmente).

A partir da observação *in loco* de alguns eventos que aconteceram na orla e no centro histórico, como a Semana da Cultura, o carnaval e a festa da padroeira em 2011, 2012 e 2013, podemos classificar quais são as festas essencialmente religiosas, ou seja, que têm seu foco

direcionado à Igreja, no caso, a Catedral Nossa Senhora das Mercês, símbolo do patrimônio cultural em Porto Nacional e templo da padroeira da cidade. Não quer dizer que não existam momentos profanos na celebração da padroeira, tais como leilão, vendas de comida e bingo. Já a procissão de Corpus Christi é um evento atrelado à catedral e que tem a participação de outras paróquias, mas que necessita de uma revitalização de suas características tradicionais, solicitada pelos moradores que usam o espaço urbano no centro histórico.

> Quando a procissão era aqui no centro histórico era bem melhor, pois nós fazíamos os tapetes. Não faz mais os "tapetes" na procissão e o percurso mudou. Eu gostava e participava da montagem do tapete (Dona Edízia. Entrevista concedida em abril de 2013).

Conforme o pároco local, a procissão mudou o percurso para incorporar outras paróquias e quanto à falta da produção de tapetes, ele afirmou que a paróquia não tinha recursos para a compra do pó de serragem e a tinta para coloração do material.

Essa insatisfação sobre a alteração da dinâmica das manifestações, que acontecem e aconteciam no centro histórico, também se direcionou aos eventos profanos, que foram, incessantemente, referenciados pela comunidade em relação à Semana da Cultura, que acontecia na praça da catedral, e à Feira do Cabaçaco, que era realizada, mensalmente, no pátio ao fundo do museu e em frente à Comsaúde.

Há uma forte apropriação dos jovens no espaço do museu e da Comsaúde, como a realização de sarau de poesia e música, como também da grande visita de jovens nesses espaços, o que demonstra o potencial de mobilização dessas entidades para com esses atores sociais.



Figura 61 – Encontro artístico de jovens no antigo pátio da Feira do Cabaçaco (fundos do museu) com integrantes da Comsaúde Fonte: Comsaúde (2013)



Figura 62 – Sarau com jovens e adultos no pátio da Comsaúde Fonte: Comsaúde (2013)

Contudo, essa classificação entre o religioso e profano não é bastante para entender como cada categoria participa dos diversos eventos. Isso porque a participação dos vários moradores e não moradores, sejam jovens ou idosos, nas atividades que aconteciam e acontecem no centro histórico, é uma importante forma de apropriação desse espaço urbano da cidade, fundamentada em uma tradição histórica e cultural coletiva, mas também em percepções individuais. Tais eventos constituem um referencial de cada participante e expõem os valores que a comunidade atribui ao lugar, caracterizando-se como um canal de inserção de conhecimento e conscientização em torno do patrimônio cultural portuense.

Na ótica de manutenção desses valores imateriais, os festejos e celebrações só fazem sentido quando associados à determinada materialidade, isto é, quando são realizados nos espaços em que foram originados e que são considerados patrimônio cultural. A preservação da materialidade constituída pelo espaço urbano no centro histórico se justifica para os moradores quando certas experiências que são valoradas por eles podem ser concretizadas nesse *lugar*. Assim, podemos dizer que algumas manifestações culturais físicas e perceptíveis são indissociáveis nos espaços nas quais elas são realizadas, ou seja, a materialidade tem importância para os moradores quando a imaterialidade pode ser experienciada nesse espaço.

Sabemos que a imaterialidade pode sofrer transformações, mas em virtude da necessidade da permanência de determinadas características tradicionais desses eventos, que são valorados e experienciados pela comunidade, eles devem continuar acontecendo sobre os seus espaços de origem. Por esse viés, consideramos que essas práticas culturais nunca deveriam ter saído do centro histórico com a manutenção de suas características tradicionais.

Ao observarmos a festa da padroeira (Figura 63, 64 e 65), notamos o significativo valor a ela atribuído pelos moradores e não moradores do centro histórico, que se movimentavam na organização do festejo, na ornamentação da igreja, na montagem das

estruturas de barraquinhas para venda de alimentos, na coleta de oferendas para realização dos leilões, além de participarem cantando e rezando durante a procissão.



Figura 63 – Festa da Padroeira. Arquivo Iphan/TO - pasta digital "cultura porto", arquivo digital "cultura porto 023" Fonte: Milena Migoto



Figura 64 – Festa da Padroeira Arquivo Iphan/TO - pasta digital "cultura porto", arquivo digital "cultura porto 023" Fonte: Milena Migoto, Superintendência do Iphan Goiás, 2009



Figura 65 e 66– Festa da padroeira Nossa Senhora das Mercês Fonte: Marielle Rodrigues (2011, esquerda) e Diocese de Porto Nacional (2013, direita)

Foi perceptível a participação dos moradores mais antigos do centro histórico em toda a dinâmica da festa, desde o processo de preparação até o envolvimento nos rituais religiosos e no vaivém dos festejos. Pode-se afirmar que a importância atribuída a esse evento se relaciona diretamente não apenas à religiosidade, mas também, e, principalmente, aos laços familiares e de amizade construídos em torno do sentimento de devoção e exaltação da padroeira da cidade. Já os residentes em outros bairros participam da festa como espectadores. Contudo, apesar da festa continuar acontecendo no centro histórico, alguns moradores relataram que antes ela era mais organizada e atraía mais pessoas para a procissão.

Observamos que houve um processo de mudanças nas festas religiosas, em relação ao percurso da procissão e à organização do festejo, que resultaram na perda de parte de suas características mais importantes culturalmente e que são inerentes ao espaço urbano ocupado pela celebração, ao ambiente que representa não somente o local de sua realização, mas também um componente da tradição dos moradores do centro histórico.

Exceto esses eventos, o cotidiano dos moradores se concentra no interior de suas casas, nas calçadas e, eventualmente, na praça. A casa deles é convidativa e eles têm satisfação em mostrar o interior de sua residência (Figura 67) com aquilo que eles herdaram dos seus pais e avós (Figura 68) e que ainda preservam alguns aspectos, dentro de suas possibilidades financeiras, conhecendo o valor histórico e sentimental das peças e elementos construtivos.



Figura 67 – Interior de uma casa no centro histórico Fonte: Marielle Rodrigues (2012)



Figura 68 – Relógio antigo de um dos moradores do centro histórico Fonte: Marielle Rodrigues (2012)

Ao serem questionados se concordam com a preservação do centro histórico, todos os entrevistados responderam que sim. Pessoas relacionadas na lista das que participaram das reuniões do processo de tombamento, levantada com os objetivos de identificar aquelas que poderiam contribuir com a pesquisa e saber como a comunidade recebeu esse processo, relataram que mal sabiam o que era tombamento e quais eram as suas consequências, alegando que faltou mais diálogo com a comunidade. No entanto, todas afirmaram que o centro histórico merece ser tombado. Inclusive as que não participaram das reuniões, concordaram com o tombamento, mas ressaltaram que o núcleo histórico merece maior

atenção do poder público e do Iphan, no sentido de oferecerem maior assistência aos moradores. Para Edivaldo Rodrigues, entrevistado em abril de 2013, “o discurso do Iphan tem que mudar. O que *tá* faltando é maior diálogo com a comunidade. Não pode vir com arrogância, pois tem que ter sensibilidade com o povo”.

Sobre a participação dos entrevistados nas reuniões referentes ao tombamento, aproximadamente 50% (cinquenta por cento) falaram que participaram. Os que não fizeram parte desse processo declararam que não tinham interesse porque não sabiam da dimensão da importância do assunto; 17% (dezessete por cento) responderam que não participaram porque não estavam na cidade e 11% (onze por cento) alegaram que não houve divulgação das reuniões.

Apesar desses impasses quanto à divulgação, todos aprovaram o tombamento que, para muitos, veio tarde, porque já tinham acontecido várias mudanças no espaço urbano, como foi relatado na seção anterior. Todavia, muitos ainda não compreendem a importância do papel do poder público local e da própria comunidade para a preservação do patrimônio, direcionando toda a responsabilidade para o Iphan — considerado por alguns como órgão punitivo. Entendemos que esse caminho não é o mais adequado para a preservação do bem cultural.

Emerge, nesse contexto, a necessidade de desconstruir a imagem do Iphan como o único responsável pela preservação, já que foi o poder público local que solicitou o tombamento. Portanto, é preciso que a administração municipal não seja omissa em relação ao centro histórico e às demandas da comunidade que mora e utiliza o centro histórico. É fundamental também que a comunidade, detentora do bem cultural, exerça o seu papel de preservação e cobre do poder público o cumprimento das suas atribuições.

No decorrer das conversas e entrevistas no interior das casas, constatamos que a história familiar é que predomina entre os moradores nativos e não o valor histórico do núcleo antigo da cidade. Isso nos motiva a pensar sobre o porquê da descaracterização (Figura 69) de muitas unidades do acervo arquitetônico desse espaço. Nesse sentido, percebemos a necessidade de enfatizar os casarões como símbolos das famílias tradicionais que ajudaram a construir Porto Nacional e que contribuíram para a formação do núcleo histórico da cidade, o que torna coerente a ideia de que todo o conjunto do qual esses imóveis fazem parte deve ser preservado.

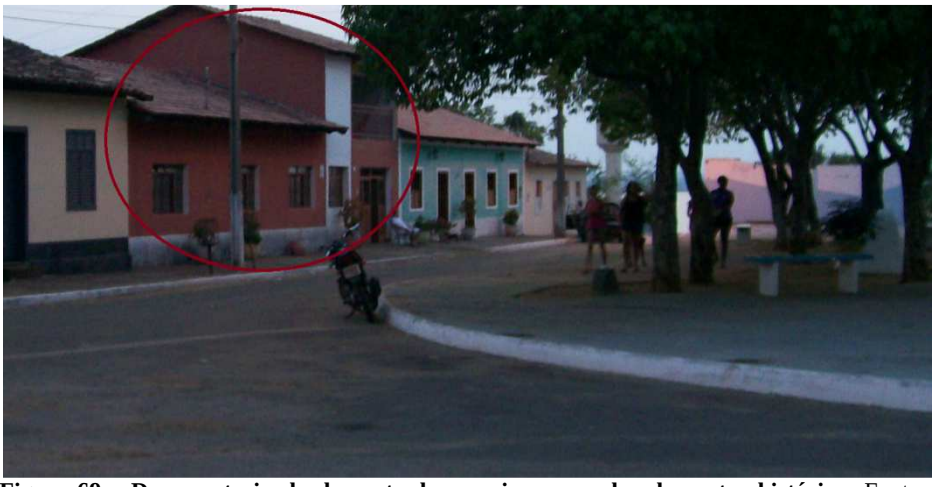


Figura 69 – **Descaracterizado de parte do casario vernacular do centro histórico** Fonte: Marielle Rodrigues (2012)

Como os moradores estão muito voltados para o interior de suas casas, eles as enxergam como herança familiar e não conseguem associá-la ao contexto à qual ela pertence, o que acaba dificultando o trabalho do Iphan. Porém, eles conseguem entender a importância da manutenção dos traços arquitetônicos e históricos da catedral sobre o espaço público e se sentem entusiasmados em opinar sobre esse assunto. Entretanto, não imaginam suas casas como pertencentes desse conjunto, desse contexto histórico, pois identificam seu lar somente como berço familiar, não compreendendo a concepção do conjunto de casario vernacular como herança dos antepassados para o espaço público (patrimônio cultural), apesar de possuírem forte laço afetivo com o núcleo histórico.

Outro aspecto que nos leva a refletir sobre a descaracterização do acervo e a reação negativa quanto à atuação do Iphan no que diz respeito à alteração das características arquitetônicas das casas, é que para a maioria dos entrevistados (72% deles), a edificação que representava o maior símbolo de preservação daquele *lugar* e que teria sido, exclusivamente, o objeto do tombamento era a catedral, em razão da sua estética e da sua monumentalidade.

Para os que não nasceram em Porto Nacional, mas se apropriaram do centro histórico, esse espaço tem importância como patrimônio edificado, o que representa para eles um atributo importante, tanto para aqueles que preservam o patrimônio histórico quanto pela valorização da tranquilidade do lugar e sua proximidade com a área central da cidade. Esse grupo de moradores cobra uma atuação mais intensa do Iphan no centro histórico e acentua a necessidade de ações educativas para a comunidade e não somente de recursos financeiros para conservação do casario, como enfatizado pelos nascidos em Porto Nacional.

Para os moradores nascidos em Porto Nacional, o valor está ligado às famílias que construíram a cidade e a catedral. Eles não têm uma visão ampla do contexto que permite

extrapolar os valores construídos no interior de suas casas para todo o conjunto arquitetônico, considerando não apenas a catedral como elemento primordial para o tombamento, mas incluindo outros bens e outros personagens que também fizeram parte da história de construção da cidade: os ribeirinhos.

Ao analisarmos os edifícios mais citados no quadro 2 (Figura 70) pelos entrevistados, tanto pelos nativos quanto pelos não nascidos na cidade, constatamos que eles aliavam os valores estéticos e históricos percebidos pelos participantes da pesquisa. Para os entrevistados, os bens imóveis mais mencionados representam o patrimônio cultural da cidade e são fortemente apropriados pela comunidade. É interessante notar que esses bens estão vinculados a entidades públicas ou a organizações não-governamentais.

O conceito de patrimônio cultural foi direcionado pelos entrevistados à ancestralidade e à história do povo, como mostrado no início desta seção. Assim, talvez eles possam ampliar esse conceito e entender que a herança familiar concretizada no seu lar, em sua casa, também faz parte dessa história e que, por isso, é importante que esse bem seja preservado.

A partir dessa hipótese, sentimos a necessidade de alertá-los sobre a importância das casas num contexto histórico que foi um dos grandes motivadores do tombamento, além da catedral, visto que esses imóveis foram construídos pelas mãos de pessoas que dominavam uma técnica específica e que não se fazem mais casas semelhantes às antigas residências de Porto Nacional. Foi preciso, durante as entrevistas, ressaltar o valor esplêndido das técnicas construtivas de antigamente adotadas por pais, avós, tataravós, que tiveram participação efetiva nesse processo, além dos mestres artífices que conheciam as técnicas que orquestrava a construção. Salientamos que tudo isso importa para os técnicos do patrimônio, pois a imaterialidade estava ali representada por meio da materialidade que seria a sua casa, e que, por isso, ela deveria ser preservada e respeitada.

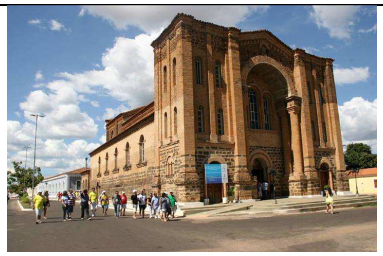
	Catedral Nossa Senhora das Mercês. Fonte: Marielle Rodrigues 2013
	Casa e salão da Késia Cabeleleira. Fonte: Marielle Rodrigues 2013
	Casarão Frederico Lemos. Fonte Iphan,2012
	Comsaúde. Fonte Iphan,2012
	Museu. Fonte Iphan,2012
	Casa da D. Julita. Fonte: Marielle Rodrigues 2013

Figura 70: Quadro 2. Edifícios mais representativos do centro histórico para os entrevistados. Elaboração: Marielle Rodrigues2013.

	Essa edificação foi construída nas intervenções de 2001-2003 pelo poder público local. Os entrevistados enfatizaram que tal edificação deveria ser demolida, pelo fato de ser utilizada como ponto de consumo de drogas. Foto: Marielle Rodrigues 2013
	Esse edifício antigamente era um grande armazém que vendia de tudo. Muitos entrevistados falaram que a família tinha muito dinheiro, mas eles envelheceram e não tem mais as condições financeiras de antigamente. Há alguns comentários que o prédio está com problemas judiciais relacionados à herança familiar. Foto: Marielle Rodrigues 2013
	Casarão dos Pedreiras, conhecido popularmente como casarão rosa. Muitos entrevistados se sentiam incomodados pelo aspecto de abandono da edificação e falaram que merecia a atenção do poder público. Apesar dos entrevistados reconhecerem que moram pessoas na edificação e que a família tem apreço por ela, porém não entendem porque está malconservada e apresentando esse aspecto. Foto: Marielle Rodrigues 2013
	Abrigo dos Idosos. Os entrevistados enfatizaram que essa edificação faz parte da história de Porto Nacional e deveria ser restaurada e reutilizada, principalmente por ser usada como ponto de consumo de drogas. Foto: Marielle Rodrigues 2013

Figura 71: Quadro 3. Edifícios que necessitam de intervenção do poder público conforme os entrevistados. Elaboração: Marielle Rodrigues2013.

3.4 O TOMBAMENTO E AS EXPECTATIVAS DOS MORADORES E DO MUNICÍPIO.

3.4.1 O tombamento e a atuação do Iphan e do poder público local

Para os moradores e demais entrevistados, o tombamento do centro histórico de Porto Nacional como patrimônio brasileiro foi uma medida importante e inquestionável para a cidade. Alguns ressaltam que esse título poderia ter vindo há muito tempo. Se o tombamento tivesse sido feito há 13 anos, poderia ter evitado uma série de atitudes do poder público local, que desprezou várias edificações antigas que se localizavam no centro histórico, principalmente na praça e nos lotes lindeiros que davam acesso à margem do rio, ou pelo menos amenizado os impactos causados pela formação da barragem. Muitos acreditam que a Prefeitura, na época, poderia ter buscado outros caminhos que possibilitassem a formação do lago, porém, sem a necessidade do extermínio de parte das referências culturais de Porto Nacional.

Refletimos, na seção anterior, sobre o atraso do processo de tombamento no centro histórico, que resultou na descaracterização da arquitetura vernacular da cidade e na perda de elementos relevantes, como o patrimônio natural e cultural da cidade, incluindo as praias naturais e o rio Tocantins. A decisão de não tombamento na reunião do Conselho Consultivo, em novembro de 2008, poderia fortalecer mais ainda o sentimento de rejeição que o poder público local e a população de Porto Nacional, e até do Estado do Tocantins, tinham em relação ao governo federal, especificamente ao Iphan. Não há dúvidas da importância desse atributo para a população portuense.

A questão que mais incomoda e que é mais enfatizada pelos moradores se relaciona à falta de assistência do poder público (Iphan) após o tombamento para a conservação do acervo vernacular. As críticas são feitas, principalmente por aqueles que moram em edificações mais preservadas, que ainda possuem suas características tradicionais, mas necessitam de obras de conservação. Cabe salientar a falta de conscientização de alguns donos de imóveis alugados no centro histórico e também de alguns moradores que sempre ressaltam que a instituição só agia com medidas punitivas sem maior diálogo com a população.

De fato, existe esse descompasso porque o Iphan ainda não promoveu efetivamente essa aproximação com a comunidade, mas reconhecemos que esse processo se dará por meio da concretização de projetos baseados em educação patrimonial, acompanhados de um educador.

A comunidade direciona a responsabilidade da preservação estritamente ao Iphan, porém, não assume sua responsabilidade para com o patrimônio. O mesmo acontece com o poder público local, que por longo tempo vem tratando as referências culturais da cidade com descaso, conforme percebemos ao longo da realização do presente estudo, em sua metodologia de campo.

É fundamental que a comunidade perceba a importância e a necessidade da atuação do município para a preservação do patrimônio de Porto Nacional, mesmo porque foi a Prefeitura, com apoio do governo do Estado, que solicitou o tombamento. Por isso o poder público local tem uma imensa carga de responsabilidade e não pode se eximir de suas obrigações, principalmente porque se comprometeu, à época do tombamento, a fornecer os subsídios necessários para fiscalização e atendimento no centro histórico e que foram oficializados no dossiê de tombamento.

> Partiu da prefeitura a iniciativa de elaborar o dossiê de tombamento, proposta essa logo acolhida e apoiada pelo Iphan.
> A atuação da prefeitura no centro histórico é feita por meio da Secretaria de Obras Públicas e Políticas Urbanas, que se ocupa da fiscalização e aprovação de obras, e que conta em sua equipe com 4 fiscais e 7 engenheiros.
> A prefeitura já ofereceu à 14SR do Iphan um imóvel no centro histórico para a instalação de um escritório técnico, a contratação de um historiador e de um arquiteto, para em conjunto administrarem o processo de tombamento do centro histórico. Como se vê, o momento é propício ao tombamento (PREFEITURA DE PORTO NACIONAL, 2007, p. 17)[45].

No entanto, essa responsabilidade do município com o centro histórico parece não estar bem pactuada em relação à preservação do acervo, pois a fiscalização fica a cargo somente do Iphan que, por sua vez, não possui escritório técnico no local e, muito menos, apoio do município para concretização das ações relacionadas à conservação do centro histórico.

A divulgação dos interesses e projetos da administração municipal, por meio de audiência pública, foi uma reivindicação declarada pelos entrevistados. Eles se sentiram no direito de saber sobre as intervenções propostas para o espaço urbano e o que elas previam. Caso já existam projetos para o centro histórico de Porto Nacional, seria interessante começar um processo efetivo de reuniões com a comunidade para informar sobre as futuras intervenções.

45 Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. Processo nº 1.553-T-08 /01450.005680/2008

Entre uma pergunta e outra durante a pesquisa, foi possível perceber que no começo do processo de tombamento os moradores não tinham muito interesse nessas reuniões. Muitos alegam que foi em virtude da falta de compreensão da importância delas para o centro histórico e para a sua própria casa. Entretanto, com o tempo, as pessoas vão se conscientizando do papel fundamental da comunidade nas decisões relativas a esse espaço, apesar da experiência frustrada de 2001. No início, elas consideravam que essa participação da comunidade nos processos decisórios sobre o espaço urbano não surtiriam efeito, já que, nas intervenções de 2001 e 2002, aconteceram audiências públicas, mas a administração municipal não acatou as sugestões da população e atropelou parte das referências culturais de Porto Nacional. Por isso houve essa descrença e a falta de envolvimento nas reuniões promovidas em 2008 e 2009 para discutir o tombamento e o projeto de revitalização do centro histórico. Inclusive, alguns que participaram da reunião com o Iphan, desacreditam que o tombamento seria concretizado.

Por causa dessa trajetória frustrante dos moradores do centro histórico, referente às intervenções que aconteceram em 2001 e 2002, o Iphan acabou tendo dificuldades de atuação logo quando assumiu o tombamento de Porto Nacional, visto que a comunidade se mostrava arredia em relação ao poder público. Esse descrédito também vem acompanhado da não restauração dos "casarões" e da praça por meio das ações compartilhadas entre o governo federal e o poder público local.

Existe muita expectativa quanto aos benefícios financeiros propostos para o centro histórico, porém, cabe acentuar que muitos moradores não poderão usufruir deles porque parte do acervo vernacular se encontra em situação de inventário judicial para partilha de herança familiar, o que poderá ser um obstáculo para obtenção do financiamento do PAC-Cidades Históricas[46].

3.4.2 A praça e os espaços públicos do centro histórico

As pesquisas demonstraram que havia insatisfação dos moradores em relação à infraestrutura da praça e no centro histórico, principalmente no que se refere às edificações originadas das intervenções de 2001 e 2002. Tais construções foram feitas para acomodar banheiros públicos e um "centro de apoio ao turista", mas estavam abandonadas e só serviam como ponto de consumo de drogas. Por esse motivo, em determinados horários a praça se torna insegura para os moradores do centro histórico, que se retiram das calçadas em função

[46] Programa de financiamento do governo federal que propõe a recuperação de imóveis privados que fazem parte do contexto de áreas declaradas como patrimônio cultural brasileiro.

de outros usuários (dependentes químicos) que se alocam em imóveis abandonados. Essa situação está vinculada a outro problema social ainda maior e que causa descontentamento aos moradores: a insegurança de acesso à praça nos períodos noturnos. Eles se limitam a desfrutar da calçada de suas casas ao entardecer para ver o pôr do sol e conversar com os vizinhos até o começo da noite.



Figura 72. Imóvel abandonado na praça construído nas intervenções de 2001. Fonte: Marielle Rodrigues Pereira 2013.

De acordo com a doutrina técnica adotada no urbanismo, relacionada à morfologia e legibilidade urbana, essas edificações (figura 72) deveriam ser abolidas da praça, já que não propiciam o entendimento do conjunto urbano histórico, além de causar confusões para a percepção dos moradores sobre a praça, como também a sua rejeição. Nesse espaço específico, caberia muito bem a sugestão feita pelo conselheiro Nestor Goulart na reunião do Conselho Consultivo para o tombamento de Porto Nacional. Ele propôs a recomposição das características tradicionais do espaço para a transmissão da “mensagem patrimonial”.

A reconstituição da barranca do rio por meio de maior arborização seria talvez o ponto mais concordante entre os valores oficiais e os valores do lugar em relação à compreensão do sentido daquele lugar para os moradores, pois essa configuração ambiental-urbana foi uma referência cultural perdida com as intervenções de 2001 e 2002 e citada com frequência durante as entrevistas.



Figura 73. Barranca nas margens do rio Tocantins, 1999. Fonte: Daniel Cavalcante

Sobre o projeto de restauração da praça, que prevê a construção de um novo coreto, os entrevistados ressaltaram que isso não trará de volta o bem que foi destruído, porque não seria o mesmo coreto e que, portanto, não faria mais sentido.

Essa questão emblemática demonstra que existia um valor imaterial atrelado àquela edificação, mas sem estar associado à necessidade dela para o entendimento da paisagem que constitui o conjunto histórico. Se fosse esse aspecto que motivasse nos moradores o desejo de manutenção do coreto, a reconstrução da paisagem poderia ser uma solução, mas não é o caso do coreto na praça Nossa Senhora das Mercês, porque essa edificação é de outro momento da história de Porto Nacional que não está vinculado ao ciclo do ouro nem à inserção dos dominicanos na cidade.

Se fôssemos analisar essa questão pelo viés estritamente técnico e no que diz respeito à motivação do tombamento, obviamente esse coreto não seria reconstruído. A proposta de contemplar, no projeto de restauração da praça elaborado em 2010, a construção de um novo coreto, pode ter sido impulsionada pelo sentimento de perda que aflorava nos moradores do centro histórico à época das reuniões que o Iphan promoveu em 2008 para debater o processo de tombamento. Isso não significa que as tomadas de decisão técnica podem mudar com o tempo em virtude dos interesses da comunidade, de maneira a dialogar com os interesses institucionais e políticos.

A ambiência da praça, de modo geral, não agrada os moradores e nem proporciona conforto térmico, visto que as espécies vegetais que constituem o espaço urbano da praça não proporcionam o mesmo sombreamento como as antigas mangueiras que existiam no mesmo local e, a pouca grama que existe, está malcuidada. O plantio de mangueiras é uma ação que

poderia ser viabilizada e estaria de acordo com os preceitos de recuperação da paisagem mais antiga da praça e com a memória dos seus moradores, como também coincidiria com o valor técnico, já que a maioria dos moradores desaprova as espécies colocadas nesse espaço e as más condições de sombreamento que elas propiciam, situação que se agrava com a falta de manutenção do pouco gramado que ainda existe. É claro que seria inviável retirar a arborização já existente, pois o ideal seria acomodar as mangueiras junto das espécies ali plantadas para que pudessem proporcionar maior cobertura vegetal, contribuindo para ambiência e maior sombreamento do local.

A iluminação insuficiente na praça incomoda muito os moradores, pois acarreta a sensação de insegurança e não proporciona conforto visual. Ao mesmo tempo, a iluminação das ruas também provoca esse desconforto por causa do grande número de fios visíveis no espaço aéreo.

A falta de manutenção no piso cimentado da praça, os desníveis das calçadas e a falta de vegetação são outros motivos de insatisfação. São apontados problemas de acessibilidade no uso dessa infraestrutura urbana, notadamente para as pessoas mais idosas, que compõem a maioria da população que habita o centro histórico.

Os entrevistados revelaram sua indignação, comparando o pouco interesse da Prefeitura pelo espaço público do centro histórico com os investimentos feitos na cidade e que priorizam, na maioria das vezes, o setor de turismo, privilegiando, especificamente, a orla e a nova praia e esquecendo-se de que um centro histórico bem estruturado também atrai turistas.

Em certa medida, os moradores visualizam a necessidade de o poder público local atrair mais turistas, quase que “pelo laço”. Esse posicionamento se remete às narrativas das perdas culturais, sociais e, principalmente econômicas, que são, repetidamente, questionadas pela população portuense. Para a maioria dos habitantes, o autor desse massacre foi o próprio poder público. Por isso há esse desgaste e essa tentativa forçada do município para que a cidade volte a atrair turistas como antes, principalmente recorrendo à nova orla e à nova praia.

3.4.3 A arquitetura vernacular

No decorrer das visitas foi possível perceber que os moradores do centro histórico não veem suas casas como parte do processo que determinou o tombamento de Porto Nacional. A valoração atribuída ao casario foi o grande motivador do tombamento pelo Iphan por corresponder ao contexto histórico de ocupação do território brasileiro e da formação de cidades em virtude da economia da mineração. Esse entendimento não é tão visível para a

maioria dos moradores, que associa o tombamento do centro histórico à catedral. Todavia, isso não significa que para essas pessoas não há um valor nas casas antigas, já que existem "casarões", como elas definem, que são importantes para a cidade e que representam a história das famílias tradicionais de Porto Nacional. A questão é que seu valor está associado à herança familiar e aos laços afetivos que foram construídos com o tempo e não, necessariamente, ao processo de ocupação do território nacional devido ao ciclo do ouro.

Nessa perspectiva, o olhar dos moradores sobre a motivação do tombamento e o valor da arquitetura vernacular, diverge um pouco do valor técnico especializado que embasou o tombamento do centro histórico de Porto Nacional. Entretanto, esses valores podem, ao mesmo tempo, convergir para a preservação do patrimônio cultural a partir de um movimento de inserção dos valores oficiais no interior dos lares que compõem o centro histórico e a extrapolação dos valores familiares tradicionais para o espaço urbano. Dessa forma, os moradores poderiam associar a sua casa ao conjunto histórico e assumir a importância da sua preservação por meio da conexão desses valores.

No caso dos moradores de Porto Nacional, conforme algumas entrevistas, o não atendimento das solicitações feitas nas audiências públicas em 2001 e 2002 quanto à derrubada de alguns elementos construtivos, que existiam no centro histórico, fez com que a comunidade desacreditasse no poder público. Essa imagem de descaso da administração municipal com os moradores foi repassada ao Iphan logo que a instituição declarou o centro histórico de Porto Nacional como patrimônio cultural, como relatado anteriormente nesta seção. A proposta do programa PAC-Cidades Históricas/Monumenta do governo federal, que foi apresentada à comunidade em 2010 pelo Iphan, não foi o bastante para dissolver essa imagem de descaso; pelo contrário, só fez alimentar mais ainda o sentimento de rejeição. As falas dos moradores, de modo geral, demonstram um sentimento de ansiedade e o desejo de concretização dessas ações o quanto antes, pois, para eles, o Iphan deixou muito a desejar pelo centro histórico e essas ações são apenas promessas.

Apesar desse impasse, há uma expectativa de recuperação das edificações vernaculares mais representativas para os entrevistados e que de alguma maneira são vistas como abandonadas pelo poder público. As preocupações visíveis e expostas pelos moradores se direcionam a um grupo de imóveis que deve ser priorizado para a recuperação física e que inclui o abrigo dos idosos, o casarão rosa, o museu e o prédio da Comsaúde.

Atualmente, o abrigo dos idosos representa um problema social que atinge toda a comunidade do centro histórico e de fora dele: o seu uso como ponto de consumo de drogas por dependentes químicos. Já o casarão rosa é, para os moradores, um dos mais importantes

símbolos das famílias tradicionais do centro histórico. Trata-se de uma edificação que chama a atenção do transeunte, mas apresenta um aspecto de abandono que incomoda visualmente muitos habitantes desse espaço, apesar de reconhecerem que o imóvel é bastante valorizado pela família Pedreira, motivo pelo qual acaba até mesmo dificultando a sua recuperação física.

Os moradores esperam que o poder público resolva esses dilemas referentes à recuperação dessas edificações e que, no caso do abrigo de idosos, não somente realize a recuperação física, mas também destine o imóvel para o desenvolvimento de projetos sociais direcionados à comunidade e para uso efetivo da população.

3.4.4 A catedral

Para muitos moradores, o tombamento do centro histórico se deu, exclusivamente, por causa da Catedral Nossa Senhora das Mercês, mas sabemos que não foi exatamente essa valoração declarada pelo Iphan, conforme já relatado. A ligação dos moradores com essa edificação é muito significativa, ao ponto de interferirem até mesmo na pintura da catedral durante a obra emergencial realizada entre 2012 e 2013. Essa igreja e o rio Tocantins foram os elementos mais significativos percebidos durante a construção de mapas mentais e nas entrevistas.

Os valores que foram defendidos pelos moradores do centro histórico estavam atrelados à influência da ordem dominicana na cidade, traduzida pela catedral pelo seu aspecto monumental e histórico, e ao rio Tocantins — este considerado a maior referência cultural de Porto Nacional que foi perdida com as intervenções de 2001 e 2002. No entanto, o valor priorizado tecnicamente para o tombamento se vincula aos vestígios da arquitetura vernacular do centro histórico que caracteriza a ocupação do interior do Brasil central no final do século XVIII.

A Carta de Burra[47] identifica a significância cultural como elemento fundamental para valorar aquilo que necessita ser preservado e que tem importância para a comunidade, defendendo o repasse desses valores às gerações futuras e opondo-se à análise dos bens em si. Mesmo que alguns membros do Conselho Consultivo tenham colocado a questão da importância da catedral para a população portuense, o que prevaleceu no discurso técnico

[47] Carta de Burra, apresentada na Austrália em 1980 pelo Conselho Internacional de Monumentos e sítios/Icomos. O texto desse documento enfatiza que "a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária, pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas que exerce papel fundamental no momento presente e se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história.

foram os valores atrelados ao patrimônio edificado vernacular, negando-se a catedral pelo fato de ela referenciar outra temporalidade, remetida ao século XIX.

Essa negação conceitual do século XIX e a exaltação do século XVIII como referência de patrimônio cultural são tão fortes, tanto nos discursos técnicos quanto entre os brasileiros que não estão envolvidos na área do patrimônio, que parece que a arquitetura colonial mineira virou uma espécie de ideologia no que diz respeito ao que é patrimônio. Até mesmo uma das moradoras de Porto Nacional, ao reclamar da falta de conservação dos imóveis por parte dos donos, ressaltou a sua indignação com a cor variada das edificações: “Eu não sei como as pessoas daqui pintam os imóveis de tudo quanto é cor, pois para mim colonial tem que ser branco” (Dona Neta. Entrevista concedida em abril de 2013).

Apesar dessas provocações, para a entrevistada, a catedral, sem dúvida, é patrimônio cultural na cidade por razões históricas e estéticas. Com esse argumento concordam os demais entrevistados, que destacam a monumentalidade da igreja em relação às demais edificações do centro histórico e por ter uma motivação espiritual atrelada à igreja. Sendo ou não esteticamente agradável aos olhos dos técnicos, o que a população de Porto Nacional deseja é que esse símbolo possa ser protegido, visando à transmissão dos seus valores e significados para as gerações futuras.

3.4.5 Manifestações culturais sobre e com o espaço urbano do centro histórico

As celebrações que acontecem, ou aconteciam, foram bastante citadas durante a pesquisa de campo. Entretanto, essa questão não foi analisada quando se elencaram os motivos para o tombamento, apesar de ter sido mencionada no dossiê.

Para os moradores, a importância do centro histórico está pautada no contexto das relações familiares, na catedral e, principalmente, na narrativa centrada nas perdas do passado, notadamente no que se refere às manifestações culturais sobre o espaço físico e aos elementos naturais e construtivos que constituem esse espaço. As referências históricas, para além dos eixos familiares, estão direcionadas para as manifestações culturais que sempre foram tradição e conseguiam mobilizar toda a cidade.

De forma geral, as manifestações foram colocadas como elementos vivos que davam dinâmica e favoreciam as relações sociais no centro histórico; eram vistas como indissociáveis do espaço ao qual elas pertencem. Isso vale tanto para as manifestações que aconteciam no centro histórico, especificamente na praça Nossa Senhora das Mercês, como para aquelas que eram realizadas sobre as praias naturais do rio Tocantins, em seus viveres

cotidianos de combinar pescarias, banhos de rio e montagem de barracas. Algumas manifestações podem ser visualizadas como protagonistas e sobreviventes do discurso da perda, como a festa da padroeira de Porto Nacional.

Exemplos claros desse discurso voltado para o passado são as relações sociais que se estabeleciam com a mobilização da montagem das barracas no espaço da festa e atividades que aconteciam na temporada de praia no rio Tocantins; a Semana da Cultura que era realizada na praça e que tinha menor dimensão, comparativamente à versão atual, sendo voltada, especificamente, aos moradores e não aos "turistas"; a Feira do Cabaçaco que acontecia em frente à Comsaúde (antigo convento e colégio das freiras) e onde também eram realizadas apresentações artísticas perto das barraquinhas dos artesãos; a celebração de Corpus Christi com a procissão e elaboração dos tapetes pela própria comunidade; e a festa da padroeira da cidade, a única que continua sendo promovida na praça, porém, não é mais tão organizada e estruturada como em anos anteriores, conforme o relato dos moradores.

Foi a partir da memória das características das manifestações e da análise dos tempos atuais à qual o espaço público foi submetido, que os moradores deram seus depoimentos e declararam seu descontentamento em relação ao centro histórico. Muitos alegam que o poder público local foi negligente por muitos anos pelo não apoio para a continuidade dessas manifestações no centro histórico e manutenção de suas características tradicionais.

A ênfase dada pelo órgão de preservação estava fundamentada nos aspectos históricos e arquitetônico-urbanos com base no conhecimento técnico especializado. Já para os moradores do centro histórico, a história em si estava centrada e era apreendida pelo viés das famílias tradicionais e das ligações das manifestações culturais, sejam profanas ou religiosas, com o espaço público do centro histórico. Esse é um desafio a ser encarado pelo órgão de preservação no Tocantins, no sentido de propiciar mediações entre esses discursos, de maneira que a perspectiva restrita das percepções dadas pelos moradores possa se articular aos processos mais amplos que subsidiaram o tombamento e estão vinculados aos conhecimentos técnicos.

Qualquer procedimento ou atuação do Iphan, que pretenda ter uma repercussão positiva, deveria partir dos alicerces que sustentam aquele centro histórico e que não são os mesmos para todos os moradores. Estes se apegam aos aspectos históricos dos acontecimentos sobre e com o espaço público e aos laços de representação das famílias tradicionais, sem se comprometerem com a preservação arquitetônica e histórica do casario, realizando intervenções em suas casas que divergem dos conhecimentos especializados e técnicos.

Mas o patrimônio cultural de Porto Nacional se encontra num plano em comum entre esses atores sociais, que é o espaço público do centro histórico e que, de alguma forma, envolve também a catedral que, para os moradores, ela é indissociável da praça. É nesse espaço, por meio das celebrações, que os moradores conseguem interagir e se relacionar com o centro histórico, ou seja, com o patrimônio cultural, de maneira mais socializada a partir do compartilhamento de valores. Para muitos, as festas antigamente, tinham esplendor; para outros, eram as ocasiões de interação entre as pessoas, de atividades coletivas, de troca de conhecimentos e cenário de rituais tradicionais.

Se o interesse do Iphan é adentrar nos lares, propondo a sensibilização dos moradores em relação à importância da preservação dos traços históricos de sua casa, da participação do seu casarão naquele contexto histórico no qual ele foi construído e da possível recomposição das características arquitetônicas tradicionais de parte do acervo descaracterizado, seria necessário começar pelas intervenções do espaço público do centro histórico, a partir das manifestações culturais que acontecem e aconteciam nesse espaço urbano, visto que as celebrações são elementos-chave de mobilização da comunidade portuense.

CONSIDERAÇOES FINAIS

No decorrer do trabalho, procuramos identificar e entender quais foram os valores envolvidos no tombamento do centro histórico de Porto Nacional, uma vez que a narrativa oficial que fundamentou o Decreto nº 25/37 centra a tomada de decisão no valor para a gestão do centro histórico e suas respectivas intervenções urbanas.

Traçamos um paralelo entre os discursos relativos ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional e o significado desse lugar para as pessoas que ali residem. Confrontando as diversas narrativas, identificamos semelhanças e contradições, procurando demonstrar os valores defendidos pelos moradores e os valores técnicos defendidos pelo Iphan que motivaram o tombamento.

O discurso dos moradores referenciou bens materiais e imateriais, como a paisagem perdida derivada do rio Tocantins, e sua relação com a comunidade, os casarões tradicionais, os usos da praça, do rio, da barranca, a catedral, e, principalmente, com as edificações perdidas nas intervenções de 2001. Nos discursos técnicos prevaleceram as cicatrizes do conjunto edificado que remontam ao século XVIII, interligado ao contexto do ciclo econômico da mineração no Brasil. É notável que a intensa menção à descaracterização do conjunto edificado, pautada no conhecimento técnico especializado, e as perdas naturais mencionadas pelos moradores apontam congruência de insatisfação de ambos os lados no tocante às características perdidas no espaço urbano. Entretanto, alguns moradores não conseguem assimilar a sua casa como parte do processo de motivação do tombamento.

Essa divergência relacionada à limitação do universo material envolvida no processo do tombamento acabou restringindo concepções mais amplas que poderiam atrelar às intervenções físicas às referências culturais abraçadas pela comunidade portuense, no que tange ao uso e às relações de pertencimento do espaço urbano, com referência tanto aos elementos edificados como aos elementos naturais.

Diante das contradições e semelhanças das narrativas referentes ao centro histórico de Porto Nacional, é necessário nos atermos ao menos a três aspectos essenciais relativos à gestão e preservação do patrimônio cultural tombado pelo Iphan, visando à compatibilização de valores: 1) Implementação de projetos de **educação patrimonial**; 2) O **poder público local** assumir sua responsabilidade sobre a preservação do centro histórico por meio da articulação entre o planejamento urbano e o patrimônio cultural no tocante aos princípios que regem a Constituição Federal sobre esses campos; 3) Maior participação dos moradores nos

processos decisórios de **intervenção urbana,** com intuito de incorporar os valores imateriais que são indissociáveis dos bens materiais. Esses aspectos veremos a seguir separadamente.

1) Implementação de projetos de educação patrimonial

O centro histórico é o local onde se pode contemplar a história da formação da cidade e suas transformações. É nele que se deve valorizar e preservar as diversas formas de apropriação e relações estabelecidas, ancoradas no atributo de patrimônio cultural. Se há interesse do poder público em propor a restauração de todo o centro histórico no sentido de proteger e preservar, esse caminho deve ser iniciado no espaço público, de forma a abranger tanto o patrimônio material quanto o imaterial para, posteriormente, adentrar nos espaços familiares, visto que os casarões foram descaracterizados com o tempo. Contudo, há que se salientar que esse processo só poderá obter êxito se for acompanhado de projetos de educação patrimonial promovidos pelo Iphan e pela própria comunidade.

Consideramos que o primeiro passo deve ser dado pela instituição, orquestrando os princípios, objetivos e formatação do projeto com acompanhamento de educadores. Mas o discurso de imposição do Iphan tem que mudar no primeiro momento, de modo a dialogar com os moradores e não somente impor restrições em relação ao tombamento com visões de cima para baixo sobre o que deve ser feito no centro histórico. Evidentemente que o conhecimento técnico deve ser respeitado e colocado em prática, mas os argumentos nele sustentados muitas vezes não conseguem atingir os objetivos de preservação do patrimônio e a sensibilização da comunidade. Os discursos exclusivamente técnicos e autoritários acabam desestimulando os participantes, não sendo eficazes para concretização dos resultados esperados e não promovendo a capacidade de organização da própria comunidade para preservar o centro histórico.

Nesse sentido, a proposta de se trabalhar com educação patrimonial deve partir do espaço público (na praça) e depois focar na descaracterização que ocorreu no centro histórico, onde podemos perceber várias intervenções errôneas — novas aberturas e revestimentos, por exemplo — realizadas pelos próprios moradores nas fachadas do casario.

A ideia é que a comunidade se envolva no processo decisório de intervenção urbana e se aproprie dos valores técnicos incorporados ao centro histórico, a partir da mediação entre as histórias familiares, particulares, e os processos históricos mais abrangentes. Isso se refere, principalmente, à arquitetura vernacular, que deve ser apreendida pelos moradores não somente como símbolo das famílias tradicionais, mas também como um dos elementos fundamentais para entendimento do contexto histórico no qual a cidade foi construída e que propiciou o atributo de patrimônio cultural brasileiro.

Nessa perspectiva, é preciso que o Iphan busque nos moradores, principalmente nos donos dos casarões mais conservados, aliados para a preservação do patrimônio, pois muitos deles, de alguma forma, influenciam outros moradores. Outros que podem ser aliados importantes e que necessitam de um apoio particularizado por parte do Iphan são os portuenses que possuem estabelecimento comercial na sua casa. Nesse caso, o mesmo local serve como ponto de encontro entre moradores do centro histórico e entorno. Citamos, como exemplos, salão de beleza, academia, bares e mercearias que funcionam no centro histórico, especificamente dentro da poligonal de tombamento.

Outro caminho paralelo seria buscar o potencial do museu e da Comsaúde, que poderiam ser aliados e mediadores entre o Iphan e a comunidade, a partir de parcerias para inserção dos projetos educativos. Os espaços dessas instituições por si só já colaboram para o ambiente educador e para o compartilhamento de ideias e ações sociais para o centro histórico, visto que realizam ações similares e se mantêm conservadas suas respectivas edificações. Vale lembrar que o museu foi restaurado pelo Iphan antes do tombamento do centro histórico e que, portanto, tem um respaldo a ser considerado por essa instituição que é administrada pelo poder público local, o que facilitaria, indubitavelmente, a construção de uma parceria contínua relacionada a ações educativas.

A participação dos moradores nos projetos que envolvem intervenção física no centro histórico é de suma importância para que se possam desenvolver com êxito tais projetos. Quando há participação efetiva, constante e organizada dos moradores na tomada de decisões, em diálogo com a equipe técnica e com o poder público local que propõe intervenções, as ações são mais eficazes visando à preservação do patrimônio cultural.

2) O poder público local

Analisando o percurso do Iphan em sua trajetória política, pode-se perceber a transformação no reconhecimento de bens culturais, e, no nosso caso, do patrimônio edificado descaracterizado que conseguiu ser reconhecido graças a mudanças tanto políticas quanto conceituais. Em Porto Nacional, a mobilização do poder público local foi fortemente motivada pela disponibilização de recursos financeiros que o título de patrimônio cultural poderia trazer ao município.

A Prefeitura sempre se pautou no tão sonhado turismo sustentável e essa busca aumentou, significativamente, após as intervenções de 2001, que desconsideraram aspectos essenciais do cotidiano e da dinâmica da cidade, como também dilaceraram aquilo que foi referência cultural para a cidade, não por desconhecimento, mas pelo fato de o poder público

acreditar que os interesses voltados estritamente ao turismo poderiam gerar grandes benefícios com as transformações urbanas e ambientais de 2001.

A tentativa de ressarcimento dos danos por meio da mobilização para o tombamento em 2007, estava sustentada na inclusão da cidade no programa federal de recuperação de centros históricos, e essa atitude foi louvável, apesar de tardia, pois a comunidade preza muito pelo título e alega que esse atributo poderia ter vindo muito antes, já que evitaria pelo menos uma parte dos danos causados, conforme o depoimento de muitos moradores.

Apesar do dossiê de tombamento de Porto Nacional ter apontado que o município se comprometeria a assumir sua responsabilidade para a preservação do centro histórico, por meio da disponibilização de equipe técnica para fiscalização e infraestrutura necessária para concretização dessa atividade, na prática esse compromisso declarado oficialmente não foi cumprido até o momento, e muito menos foi feita uma regulação urbanística suficiente e eficaz que contemple o campo do patrimônio no município.

A cidade tem um plano diretor que, segundo a Constituição Federal, é um instrumento de planejamento urbano e de ordenação territorial no âmbito do município, com o objetivo de abarcar o patrimônio cultural da cidade. Entretanto, esse instrumento aplicado em Porto Nacional é vago no que se refere ao campo do patrimônio e pouco eficaz para preservação e fiscalização dos bens culturais, uma vez que o corpo de funcionários na Prefeitura não possui técnicos para regulamentação e aplicação de medidas de proteção para o centro histórico. O resultado desse quadro, marcado pela inércia do poder público local, é a ação fiscalizadora executada estritamente pelo Iphan, que nem mesmo possui escritório técnico no local para dar suporte às atividades de fiscalização e atendimento aos moradores.

Sem a instrumentalização da esfera municipal para a aplicação do Estatuto da Cidade, a reformulação do plano diretor e a disponibilização de equipe técnica para executar as atividades de fiscalização e atendimento aos moradores em parceria com o Iphan, infere-se o desrespeito ao título que foi atribuído ao centro histórico.

É preciso que haja tanto uma articulação entre o planejamento urbano e a preservação do patrimônio, como também uma regulação urbanística de modo a definir com clareza as normas de preservação e valorização das áreas de interesse cultural e histórico da cidade. Talvez a Prefeitura não tenha suporte para enfrentar essa empreitada em virtude da falta de estrutura para desenvolvimento do projeto. Por isso, se verifica a necessidade do seu fortalecimento por meio de recursos humanos capacitados para levar adiante esse projeto em parceria e/ou com apoio do governo federal, de forma a aplicar a gestão integrada e

aperfeiçoá-la, fomentando o uso econômico, cultural e social, e não simplesmente se debruçando em projetos isolados voltados ao turismo.

3) Intervenção urbana

Em virtude da complexidade que envolve intervenções urbanas em centros históricos tombados e o uso interativo dos espaços públicos e privados, não governamentais, e com as velhas perguntas: “Tombar para quê? E para quem?”, presumimos a necessidade de participação da comunidade na definição e gestão de propostas de intervenção no centro histórico. Fica evidente que as ações devem estar fundamentadas nas expectativas das pessoas que ali residem e que definem o *lugar* como o seu patrimônio cultural, portanto, qualquer alteração nesse espaço no *mínimo lhes diz respeito*.

No caso da praça Nossa Senhora das Mercês, fica clara a necessidade de considerar os valores imateriais que ali se concretizam por meio dos usos e manifestações perceptíveis, principalmente no tocante às celebrações religiosas. É preciso haver participação efetiva, corresponsabilidade e articulação entre os diferentes atores para a tomada de decisões sobre as propostas de intervenção na praça, oferecendo informações para a continuidade acerca das práticas cotidianas que são vivenciadas no centro histórico, de forma a garantir a manutenção de suas características tradicionais.

A Festa de Nossa Senhora das Mercês, que acontece na praça todos os anos, é legítima e merece atenção, dentre outros fatores, pelo fato de possibilitar maior participação da comunidade, tanto de moradores quanto de não moradores do centro histórico. É o único evento que sobreviveu naquele espaço e que consegue mobilizar todos os habitantes do centro histórico, tanto os nativos como os que chegaram de outros lugares. A praça se torna o principal cenário dessa festa, na qual é evidenciada a mobilização e a experienciação intensa entre os moradores e não moradores em convivência coletiva.

É perceptível a necessidade de uma atuação efetiva do Iphan e do poder público local como colaboradores na preparação dessas celebrações e na sua realização, pelo menos em um primeiro momento, incentivando a divulgação e viabilizando a infraestrutura necessária na busca pelo equilíbrio e pela harmonização dos valores tradicionais e subjetivos carregados pelos moradores do centro histórico com os valores materiais àqueles incorporados.

A submissão dos usos do espaço público à sua materialidade ainda é o critério limitador para intervenções físicas em locais tombados. Não queremos sobrepor um ao outro, mas compatibilizá-los ou tangenciá-los para que se possam atender as demandas da comunidade no que diz respeito às suas principais manifestações físicas perceptíveis, que dão sentido ao espaço, que o tornam mais *lugar*.

Outra associação dos valores materiais e imateriais tardiamente percebida pelo poder público foi o coreto destruído em 2001, cuja reconstrução prometida pelo Prefeitura não seria a melhor alternativa de mitigação dos danos causados. A tentativa de reconstrução do coreto se mostrou um pouco emblemática, pois, apesar de ser um elemento bastante citado nos relatos dos moradores, não significa que a perda da edificação será sanada com a construção de outro. Ainda sobre as intervenções de 2001, a destruição de parte do casario vernacular da praça para dar lugar ao centro de artesanato e apoio ao turista aumenta, significativamente, a rejeição em relação às transformações de 2001. Essas novas edificações, que hoje se mantêm fechadas, associadas à arborização insuficiente da praça, foram intervenções do poder público desprezadas pela comunidade. Os moradores locais defendem a retirada dessas edificações atuais, maior arborização da praça e não são totalmente favoráveis à reconstrução do coreto.

Nessa perspectiva, os interesses dos moradores se aproximam da narrativa motivadora do tombamento, que está relacionada ao contexto do século XVIII e acentua a importância de permitir maior percepção da paisagem mais antiga da praça por meio da reposição das árvores que foram retiradas e daquilo que foi acrescentado no espaço urbano sem o devido estudo técnico especializado e sem a aprovação da comunidade. Nesse aspecto, é possível se aproximar da posição defendida pela doutrina tradicional durante a reunião do Conselho Consultivo, que sugeriu mudanças na configuração física do centro histórico a fim de dar legibilidade à paisagem, permitindo a leitura do espaço urbano mais coerente com a motivação técnica do tombamento.

Outra intervenção possível de ser implementada é a reconstrução da barranca, que poderia fazer alusão à antiga paisagem perdida nas margens do rio e tentar ressarcir parte do dano causado, sem destituir o novo lugar (a orla) que foi imposto sobre a antiga barranca do rio Tocantins.

A sensibilização demonstrada pelos entrevistados em relação ao estado de conservação de alguns casarios privados e públicos (casarão rosa, antigo abrigo dos idosos, museu, Comsaúde e catedral) reforça a atenção que o poder público deve dar a essas edificações, principalmente por manterem ainda suas características vernaculares num centro histórico descaracterizado e por serem elementos, significativamente, apropriados pelos moradores, o que as torna referência para a população local.

Quando à catedral, além da atenção dada pelo Iphan quanto à sua estrutura física, talvez seja necessária uma intervenção que realce o valor que a comunidade atribui à edificação. Nesse sentido, o Instituto poderia verificar a viabilidade da realização de um projeto de iluminação externa específica, direcionada a monumentos históricos, uma vez que a não

continuidade da iluminação externa de Natal foi desaprovada pela comunidade, que não percebeu, num primeiro momento, que tal intervenção estava danificando a edificação. Esse projeto deve ser coordenado por um técnico especializado e pode fortalecer esse sentimento que os moradores têm pela catedral e ao mesmo tempo facilitar a relação deles com o Iphan.

Diante da situação atual em que se encontra o patrimônio cultural, os usos do espaço são imprescindíveis para direcionar intervenções e reforçar o significado do lugar quando esses usos estão associados ao patrimônio material e imaterial dos seus detentores culturais.

Essa análise serve de base para a inclusão das referências culturais do centro histórico nos projetos de intervenção do espaço urbano tombado que são definidos pelo Iphan e pela Prefeitura, enfatizando o equilíbrio entre os valores imateriais e materiais do patrimônio cultural. É claro que temos o pressuposto de que a gestão feita pelo Iphan é baseada nos valores oficiais e que estão presentes no parecer técnico de tombamento. O que se propõe é fazer um paralelo dos valores imateriais e materiais a partir do conceito de lugar, que contemple a significância e os usos do bem material pelos seus detentores culturais, visando à transmissão desses significados para as gerações futuras.

Reiteramos a importância dos velhos questionamentos: O que é patrimônio? Para quem e por que se preserva?

Por último, cabe a reflexão: continuaremos a realizar análises do patrimônio cultural por meio da dissociação entre o material e o imaterial? Consequentemente, esse reducionismo recai sobre as intervenções físicas. Se no campo do conhecimento do valor existe essa separação, também os instrumentos de proteção do Iphan (tombamento e registro) continuarão a ser utilizados separadamente em casos passíveis de adoção simultânea?

Essa relação paralela de valores tem servido de base para subsidiar a intervenção urbana. Contudo, há que se salientar a existência de casos, citados nesta dissertação, que foram mais além desses preceitos de valores, exigindo a utilização simultânea de instrumentos. Assim como esses casos específicos mais complexos, será que mais adiante teremos bens protegidos simultaneamente pelo Decreto-lei nº 25 de 1937 e pelo Decreto-lei nº 3.551 de 2000? A partir dessa perspectiva, defendemos que a adoção do conceito de referências culturais em centro históricos já tombados constitui subsídio imprescindível para propor projetos de intervenção urbana.

A passos lentos, estamos caminhando em direção a essa simultaneidade no tocante ao conhecimento dos valores envolvidos no patrimônio, e também na definição dos instrumentos de proteção e suas respectivas normativas em casos que exijam essa complexidade para definição do que é patrimônio cultural e das medidas mais coerentes e adequadas de proteção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina M. R.Monteiro. FILHO, Manuel F. Lima. A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil. A**ntropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. (Org)s. FILHO, BELTRÃO e ECKERT. Blumenau: Nova Letra. 2004, p.21-43.

ALENCASTRE, P. M. **Annais da Província de Goiaz - 1863**. Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 1979.

ALVES, Rahyan de Carvalho; DEUS, José Antônio Souza de; NOGUEIRA, Marly. Lugar & paisagem – topofilia e topofobia: algumas reflexões sobre o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina- MG. Anais... III Cepial – **Congresso de Cultura e Educação Para Integração da América Latina**, 15-20 jul. 2012, Curitiba (PR). Disponível em: <cepial.org.br/anais>. Acesso em: 12 mar. 2013.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Sphan/Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Mário. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: BATISTA, Marta Rosseti (org). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** [Mário de Andrade], n. 30, 2002.

AQUINO, N. A. **Belém-Brasília e o Processo de Modernização do Antigo Norte de Goiás Atual Estado do Tocantins.** Goiás: MIMEO/UFG, 2004.

ARAÚJO, Guilherme Maciel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: o destino do Mercado de Santa Tereza [19 out. 2012]. **Fórum Patrimônio**. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=105&modo=1>. Acesso em: 2 abr. 2013.

ARNAUT, Jurema Kopke. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. **Revista do Patrimônio Histórico Arquitetônico Nacional,** v. 19, p. 97-111, 1984.

ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** n. 23, p. 190-203, 1994.

_____ (org.). **Espaço da diferença**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. Introdução. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2000. p. 23-25.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Raízes do Sphan, de Mário de Andrade a Gilberto Freyre. **Anais do Arquimemória 4 – A dimensão Urbana do Patrimônio**, cd-rom.Salvador. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto - lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.257- Estatuto das Cidades**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRITO, Eliseu. P. **O papel de Palmas-TO na Rede de Integração Regional** – Dissertação de Mestrado, Dourados, 2009.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Desenho **contextual**: uma abordagem fenomenológica existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. Tese (Doutorado em Concentração, Conservação e Restauro) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CASTELLO, Lineu. A memória das cidades e a revitalização do velho centro. **Anais. VII Encontro Nacional da Anpur – novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento**. Recife: Anpur, 1997. p. 524-539.

CHAIM, Marivone de Matos. **Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás.** Goiânia, Oriente, 1997.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora da Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Entre Vestígios do Passado e Intervenções da História – Introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. **Olhar Multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do Patrimônio Cultural.** CUREAU, Sandra. (Org.). São Paulo: MPU, 2011.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH): a descentralização de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural. **Anais do Arquimemória 4 – A dimensão Urbana do Patrimônio**, cd-rom. Salvador. 2013.

COSTA, Amanda Gabrielle de Queiroz. Democratização de políticas culturais: da intenção de Aloísio Magalhães à salvaguarda do patrimônio imaterial (1975-2001). **Anais...** XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/> Acesso em: 4 nov. 2012.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. Revista do Sphan, nº1, 1937. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br

DEZEN-KEMPTER, E. O lugar da indústria no patrimônio cultural. **Labor & Engenho**, Campinas [Brasil], v.5, n.1, p.107-125,2011. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC; Iphan, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Brasília**: Iphan/MinC/DID, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, 1996.

GIRALDIN, Odair. "Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins". In: A (Trans) Formação Histórica do Tocantins. Goiânia: UFG, 2002, p. 109-135.

GODINHO, Durval C. História de Porto Nacional, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002.

GRACIA, Francisco de. Construir em lo contruido. La arquitectura como modificación. Editorial Nerea, 1992.

HOLZER, Werther. **O conceito de lugar na geografia cultural humanista: Uma contribuição para a geografia contemporânea**. 1999

ICOMOS. Carta do Turismo Cultural, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248 >. Acesso em: 05 abril. 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2000.

IPHAN – Cachoeira de Iauraretê. **Dossiê Iphan nº7**. Brasília: Iphan, 2006.

IPHAN – **Ata da 49º Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro. 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio mundial: Brasil ganha vaga em Comitê da Unesco. **História com. br.** [26 out. 2007] Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/patrimonio-mundial>. Acesso em: 2 dez. 2012.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Projeto Executivo de restauro e revitalização da catedral Nossa Senhora das Mercês e seu entorno em Porto Nacional/To**: Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: Iphan, 2009.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. Processo nº 1.553-T-08 /01450.005680/2008.** Superintendência do Iphan Goiás, Goiânia: Iphan, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

LIRA, E. R. **A Gênese de Palmas –TO**. Presidente Prudente: MIMEO UNESP, 1995.

LINHARES, Guilherme P. Bresciani C. **Atribuição de valor histórico a bens patrimoniais pelo IPHAN: "preparando o terreno" da pesquisa: definição do objeto e das abordagens analíticas possíveis**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.São Paulo, julho de 2011.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyáz 1874**.Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo**? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Roberto Marinho.1997.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES NETO, Antônio Augusto (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 256-287.

MOTTA, Lia. Valor de patrimônio e saber técnico institucional. In: CUREAU, Sandra et al. (coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forúm, 2011. p. 183-199.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lúcia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: Copedoc/Iphan, 2010.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende da (Org). **Inventários de Identificação: um programa da experiência brasileira.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (org.**). Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80

NOMADS.USP. – Núcleo de Estudos de Habitares Interativos da Universidade de São Paulo. **Relatório sobre atividades da semana de 4 a 9 de fevereiro de 2009**. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/pesquisas/cultura_digital/patrimonio_cultural_e_midias_digitais/textos/07-02-09_relatório-semanal.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

NORA, Pierre. Entre mémorie et historire: la problématique de lieux. In: NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Galimard, 1984, v. 1 La République. p. 15-42.

OEA - Organização dos Estados Americanos. Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios de interesse histórico e artístico. Quito, novembro/dezembro de 1967. In: CURY, Isabelle (org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

OLIVEIRA,Maria de Fátima. **Anais do XIX Encontro Regional de História : Poder, Violência e Exclusão**. Portos do Sertão: identidades e fronteiras nas margens do Tocantins. ANPUH/ SP – USP, 2008. Cd- ROM.

OLIVEIRA,Maria de Fátima. **Um Porto no Sertão : Cultural e cotidiano em Porto Nacional, 1880-1910**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Goiás/ Go – UEG, 1999.

PALACIN, Luiz. **Goiás 1722 - 1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas**. Goiânia: Oriente, 1976.
PARENTE, T. G. Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins. Goiânia: UFG, 1999.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade**: práticas de preservação em São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2009.

PEDREIRA, Raimundo Célio. **Velo**. Crônica sobre o Rio Tocantins. Disponível em: http://banzeirotextual.blogspot.com.br/2012/06/raimundo-celio-pedreira-cronica.html Acesso em: 09 set. de 2012.

PEREIRA, Julia Wagner. **O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas da nação**. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA, Honório Nicholls. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, p. 101-116, 2011.

PREFEITURA DE PORTO NACIONAL-TO. **Relatório de Diagnóstico Local.** Porto Nacional, 2009.

POHL, Johann Emanuel.**Viagem ao interior do Brasil (1817-1821**). SP, Edusp / BH, Itatiaia, 1976.

RABELO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de janeiro: IPHAN, 2009.

RAVAGNANI, Osvaldo M. Aldeamentos Goianos em 1750 - Os Jesuítas e a mineração. **Revista de Antropologia**. 30/31/32:111-132.1989

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.2007

RIEGL, Aloïs. **O culto dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

ROSA, Carlos. Evolução Urbana de Cuiabá. **Estudos dos Tombamentos: Coletânea de pareceres técnicos em processos de tombamento. Caderno nº 2**. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro.IPHAN,1995.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 24**. Arantes. Antônio A. (org.). IPHAN, 1996.

SANT'ANNA, Márcia Genésia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. Dissertação(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

_____. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho do patrimônio Imaterial**. Brasília: Minc/Iphan/ Funarte, jul.2003

_____. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: 2003. p. 46-55.

SANTOS, Helena M.e CHUVA, Márcia R. Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade. **Estudos dos Tombamentos: Coletânea de pareceres técnicos em processos de tombamento. Caderno nº 2**. Departamento de Promoção. Rio de Janeiro.IPHAN,1995.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Entre a lei e as salsichas: Análise dos Antecedentes do Decreto –Lei** *25/37* In: V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009, Salvador-Bahia. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.

TRAJANO FILHO, Francisco S. **Tentativas de enraizamento:** arquitetura brasileira e formação nacional.2010. Tese (Doutorando em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VALVERDE, O; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília: Estudo de Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1967.

VELOSO, Marize e MADEIRA, Maria Angélica. **Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura.**SP: Paz e Terra, 1999.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul**: a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ANEXO - ENTREVISTAS

GRUPO: DATA:

DADOS INICIAIS:

Idade: Sexo: ( ) F ( ) M Profissão:

Mora no centro histórico: Sim ( ) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos ( ) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

2) O que o centro histórico de Porto Nacional representa para você?

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

6) E de negativo?

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico?

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, de que você se lembra ou que seus pais contavam?

11) Quais as recordações de que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

12) Você se sente como um dos protagonistas que ajudou a construir Porto?

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

15) O que você conhece das histórias e recordações referentes à navegação no rio Tocantins?

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? ( ) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

( ) sim ( ) não Por quê?

18) Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não, por quê ( ) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade que você considera como patrimônio cultural? O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui em Porto Nacional?

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto? Você concorda com ela?

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você acredita que toda intervenção no sítio histórico lhe diz respeito? Você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

ENTREVISTADO 1

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Dona de salão

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural ?

Preservação da cultura

2) O que o centro histórico representa para você?

Durante toda a minha vida vivi aqui. Não me imagino morando em outro local da cidade.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A tranqüilidade.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A minha vizinhança que são clientes do meu salão.

6) E de negativo?

O som à noite nos barzinhos da orla incomoda muito.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Porque trazia o turismo para a cidade e movimentava a economia. O rio também possuía uma beleza natural.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Participo mais da Festa da Padroeira. Antigamente tinha mais celebrações na praça, mas ultimamente só temos o festejo da padroeira em setembro.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Não. Somente os carros de som.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

A Quermerce era forte na festa da padroeira, e inclusive a procissão de Corpus Christi existia no centro histórico com tapetes de pó de serra. Eram bem bonitos. Hoje não acontecem mais essas coisas.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Os barcos e os canoeiros que se juntavam aqui em baixo. Também a praia que aparecia em julho tinha uma beleza natural. A areia era branquinha.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Essa casa foi dos meus avós.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Era a praia. Também tem a Festa da Padroeira, mas está muito fraca.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Lembro da balsa que fazia a travessia dos carros. Era bonito vê aquilo. Depois construíram a ponte e me parece que vão interditá-la devido a complicações na estrutura.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Estava trabalhando. Comércio dentro de casa não deixa a gente sair.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você queria que o Iphan fizesse aqui?

Espero que o poder público nos ajude pelo menos na fachada e também nas calçadas. Tenho um monte de cliente que reclamam dessas calçadas. É muito perigosa e cheia de deformações. Para o idoso, é mais seguro andar na rua do que na calçada do jeito que está. Outra coisa é o

abrigo. Aquele lugar virou ponto de consumo de droga, como também os banheiros da praça. Não sei porque não demoliram aquilo ainda.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?Você concorda?

Não vi o projeto, mas fiquei sabendo da reunião porque uma cliente me falou. Eu estava trabalhando e não deu para ir. Ao chegar o final do dia, eu só quero descanso, porque fico muito tempo em pé.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim, mas às vezes não posso participar porque trabalho em casa e pode chegar cliente a qualquer momento.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque meu pai conservou e eu também conservo na medida do possível com o pouco recurso que tenho.

ENTREVISTADO 2

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Do Lar

Mora no centro histórico: Sim ( ) Não (X)

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

As casas antigas, as celebrações e as coisas que a gente tem apego.

2) O que o centro histórico representa para você?

Meu passado e a minha história com meu marido.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da minha casa e da catedral.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Minha casa.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A tranqüilidade e a relação de vizinhança.

6) E de negativo?

A falta de segurança e falta de preocupação do poder público com os dependentes químicos no centro histórico

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Porque tinha as praias naturais.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Somente participo dos eventos envolvendo a igreja que é a Festa da Padroeira, a ordenação de padres e as quermerces religiosas na praça.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Ás vezes. De vez em quando há carros de som e barulho da garotada jovem.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Lembro das travessias no rio com a boiada. Outras vezes atravessava para pegar manga do outro lado.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Lembro que tinha a praia Carreira Comprida, mais deserta, onde o pessoal freqüentava.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Não. Porque nasci em Natividade.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acredito que seja a praia. Mas o povo da cidade é muito metido, e se acha o berço cultural do Tocantins, mas não cuida do patrimônio.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Lembro da balsa e das canoas.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

O Poder público tombou o centro histórico, mas não dá assistência.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural? O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Deveria ter um posto policial devido aos dependentes químicos que utilizam as edificações abandonadas. A praça está muito feia e está parecendo um secador de arroz. Precisa de mais árvores nesse centro histórico e uma sorveteria devido ao calor.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto e nem fiquei sabendo dessa reunião.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você conidera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque é uma das mais conservadas e está próxima da igreja.

ENTREVISTADO 3

GRUPO: Idoso DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: ( ) F (X) M Profissão: jornalista e escritor

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É tudo que faz parte da nossa ancestralidade, da nossa história.

2) O que o centro histórico representa para você?

Eu tenho dificuldade de me adaptar a novos meios, novo costumes. A nossa educação na década de 1940, 1950 e 1960 era a melhor de todo a região norte do país. Depois era provou com a imposição da nova visão após o golpe militar e então as nossas escolas foram destruídas enquanto conhecimento e com isso nos saímos da nossa terra para procurar meios de fazer um 2º grau melhor e mais qualificado. Foi uma "leva" muito grande que saiu nesse período. Quase todos os estudantes daqui escolhiam Goiânia, Brasília, Belém para fazer o 2º grau. E quem tinha mais condições ia para São Paulo e Rio de Janeiro. Lá em Goiânia estudei e voltei, fui para Europa e me dá uma saudade muito grande desse centro histórico, onde eu me criei, onde fiz amigos. Aqui moram as mesmas famílias, com os mesmos costumes e perto da Igreja.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Rio Tocantins é claro e a catedral.

4) O que você mais gosta, o mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A tranqüilidade e o ambiente familiar.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Por ser ainda uma cidade "pacata" apesar do aumento da violência.

6) E de negativo?

A intervenção do poder público, às vezes, indiscriminada, não respeita o sentimento e as manifestações culturais expressas nos bens físicos do centro histórico. Por exemplo: essa casa é velha, e vamos ter que derrubá-la para colocar um prédio. Outro exemplo: A avenida Beira Rio atual é bonita, mas era mais linda ainda quando tinha a margem, o rio e a barranca. Qual a validade desse progresso para a nossa comunidade?

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. A praia natural era a mais sensacional de toda a região.Ela possuía uma beleza incrível. Não sei como conseguiram afundar aquela paisagem diante dos próprios olhos.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Constantemente participo do Sarau da Comsaúde. Lá é muito bom e o ambiente muito agradável. É somente esse evento. Antigamente acontecia a Semana da Cultura na praça, mas migrou para a pista de kart.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Tirando uns carros de som, o resto não me incomoda.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

A inundação na década de 1980. As casas que ficavam próximas às margens do rio foram invadidas pela água, mas ninguém se desesperou. Depois que o nível da água abaixou, juntou um monte de gente limpando as casas. Também tinha o coreto e o teatro na pracinha. Era muito bom e tinha muitas crianças. Hoje eu não vejo mais isso.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

A água encanada na década de 1980. Antes, lá em casa para tomar banho, lavar, vasilha, tudo era feito no rio. A vida girava em torno do rio que foi o pilar da construção da nossa cidade.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sou filho dessa terra, aqui me criei. Se sou protagonista, não sei, mas eu e minha família ajudamos na construção dessa cidade.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acredito que são as famílias tradicionais com seus casarões e a festa Nossa Senhora das Mercês.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. Ele iniciou a prática da travessia, mas acredito que ele não foi o principal personagem da construção da cidade. Porto Nacional envolve coisas mais amplas.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Minha família me contava que muita coisa vinha de Belém pelo rio Tocantins e até guardava coisas e objetos de lá.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

Mas acho que tem que ter diálogo e não somente chegar e tombar sem disponibilizar recursos para recuperação.

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

As reuniões estavam muito impunitivas, com tom de arrogância, sem sensibilidade com a comunidade. O Iphan foi pouco acessível. Acho que tem que dialogar mais com a comunidade e mudar a forma de abordar.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Recuperação do casario, revitalização do espaço público, iluminação e esgoto.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Eu fiquei sabendo, mas não vi. Parece que tem a reconstrução do coreto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Mas acho que o Iphan age com muito radicalismo.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque está próxima a catedral, porém está um pouco diferente das outras casas na fachada, mas acredito que não há grandes distorções. Foi tombada assim mesmo.

ENTREVISTADO 4

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Dona de Salão

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

(X) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

História e herança cultural e familiar.

2) O que o centro histórico representa para você?

A minha casa, o ambiente familiar. Gostaria de comprar a casa que moro, mas o dono não vende.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da minha casa e da catedral.

4) O que você mais gosta, o mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A tranqüilidade e sua centralidade.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Aqui é seguro e tranqüilo.

6) E de negativo?

À noite a praça começa a ficar estranha por causa dos dependentes químicos nas edificações abandonadas (antiga casa do abrigo dos idosos, os banheiros e centro do turista localizados na praça.)

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim.O lago mudou muita coisa aqui. Eu preferia a paisagem antiga.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

A quadrilha de criança e o sarau que acontece às vezes na Comsaúde.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não. Antes tinha um carro de som, mas agora parou. Eles agora estão ficando mais lá em embaixo.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Eu vi na calada da noite, a prefeitura derrubando o coreto.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

A água corrente. Isso faz muita falta agora. Acho que é por isso que quase ninguém toma banho no lago.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Acho que não. Sou uma das mais novas aqui na praça.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acredito que seja a festa de Nossa Senhora das Mercês. Também tinha a procissão de Corpus Christi, mas a Dona Teresa falou que foi acabando e até a Festa da Padroeira está quase acabando também. Sobre as edificações, a minha casa é visada. Inclusive minha calçada é o cenário para foto de casamento. Acho que daqui uns dias vou até cobrar.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. Foi um barqueiro?

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Falava muito das travessias e dos barcos às margens do rio Tocantins. Juntava um monte homens conversando. Eu não vejo mais isso, nem barco e nem canoeiro. É difícil encontrar algum.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Acho que não teve retorno e eles deveriam ter explicado melhor. O Iphan interfere até na cor, mas não ajuda com recurso. Gostaria que o poder público ajudasse a conservar as casas para manterem preservadas.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

A praça merece atenção. Ela está muito acabada sem arborização e sem grama. Não me sinto confortável para levar minha filha na praça para brincar, a não ser quando tem algum evento.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Vi o projeto, mas não concordo com o coreto. Vai ser mais um abrigo para drogado.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Porque moro aqui.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque ela é antiga e é referência para a cidade.

ENTREVISTADO 5

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: fisioterapeuta

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo:

( ) menos de 10 anos

( ) Entre 10 a 30 anos

(X) Mais de 30 anos

Com que freqüência você visita o centro histórico:

(X) diariamente

( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

História de uma civilização representada nas edificações (materialidade).

2) O que o centro histórico representa para você?

É o meu ambiente familiar e tenho um grande afeto por esse lugar. Nasci aqui, estudei aqui e hoje trabalho aqui. Meu mundinho é esse centro histórico.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral e a praia natural.

4) O que você mais gosta, o mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

No fim da tarde, quando chego do trabalho, meu pai, minha avó e minha mãe estão sentados na porta de casa. É muito bom ficar aqui nessa calçada até ao anoitecer.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Aqui ainda é tranqüilo, mas estou vendo muitos casos de assalto e violência envolvendo menor. Acredito que seja devido ao consumo de drogas.

6) E de negativo?

É essa questão das drogas. O antigo abrigo dos idosos virou abrigo dos drogados.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. O turismo na cidade existia devido ao rio. A vida era mais movimentada nesse centro histórico. Meus filhos não terão a oportunidade de vivenciar esse rio como eu. Eu passeava direto com meu pai de canoa. Era muito bom.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

É mais a Festa da Padroeira e o Sarau da Comsaúde de vez em quando. Quase que raramente. Acho que está ficando muito vazio. Eu freqüentava a Semana da Cultura todos os dias quando era aqui no centro histórico. Ela mudou para a orla

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Sim. O barulho dos carros de som na orla. Eles ligam tão alto que atrapalha até na hora da missa. Acho um falta de respeito para quem assiste.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Derrubada do coreto, a lenda da Buiúna, o colégio das irmãs e as brincadeiras no pátio da Comsaúde (antigo Caetano e colégio das irmãs).

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

As pescarias era quase um evento. Quando juntava o pessoal para ir pescar, a galera comprava anzol, isca, cerveja, carne e iam para a beira do rio e ficavam dias por lá.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Nasci, estudei e trabalho aqui.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acho que é o Colégio das Irmãs e quando existiam as praias.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. A gente aprende na escola.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não estou lembrando. Somente lembro das minhas farras com amigos na temporada de praia.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não estava na cidade, mas minha família participou.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Muitas casas aqui perderam suas características. O povo não liga muito para conservação. Pode contar nos dedos que tem a casa conservada aqui. Outras pessoas não têm recursos para manter e acabam fazendo coisas erradas. Aqui em casa, nós colocamos um portão de madeira na garagem bem estreito e baixinho para não impactar no visual. Foi meu pai que teve a ideia. Ele preza muito por essas coisas, afinal essa casa foi do meu avó.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Acho que é a casa do Tadeu (casarão rosa) e o antigo abrigo dos idosos.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto. Será que vai para frente? Minha família foi na reunião e falou que o pessoal que estava na reunião prometeu, mas até agora não vimos nada.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim.Porque está bem conservada e fica na antiga rua principal.

ENTREVISTADO 6

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: estudante de fisioterapeuta

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Representação dos nossos antepassados.

2) O que o centro histórico representa para você?

As minhas amizades e a minha família. Eu vivia atentando o doído (um moço que tinha problema mental aqui na rua)

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da catedral e da praia quando existia.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O final de tarde.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A tranqüilidade e minha casa (da minha mãe) é muito aconchegante. Também da vizinhança.

6) E de negativo?

Fico preocupada com meus filhos a noite aqui. Essa praça não é mais a mesma no tempo de quando eu era criança. Tem muita violência e droga na orla. Sem falar no ponto de droga que se tornou aqueles banheiros ali (os banheiros da praça.)

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Principalmente devido ao turismo. Viam tanta gente de Brasília e Goiânia por causa desse rio. Eu adorava as férias porque tinha as praias de verão quando o nível da água do rio abaixava. Nessa época, vinham meus primos de Goiânia e gente fazia a festa naquelas margens.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

A quadrilha do Cabaçaco, a Festa da Padroeira, do Divino e o Sarau da Comsaúde

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Sim. O barulho dos carros de som e dos bares na orla incomoda muito. O abrigo dos idosos teve que sair daqui do centro histórico devido ao barulho. Mas também a casa deles estava muito ruim para abrigá-los.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Na década de 1960 essa rua era chamada de rua grande, rua principal da cidade, e tinha apenas um caminhão. Era o único carro grande, e mesmo assim atropelou uma menina. Todo mundo ficou assustado com a cena. Ela morreu.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Lavar roupa e tomar banho no rio era a coisa que eu mais fazia.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Nasci aqui.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acho que é o Colégio das Irmãs. Eu e minha geração estudamos lá.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. Porque minha mãe já falou.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Tinha a praia e o paredão de pedra, local chamado de Baixio. Era um banco de areia que ficava em uma outra ilha mais distante daqui. O povo brincava falando que era o caribe de Porto Nacional.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

As características das casas desapareceram. São poucas que estão conservadas. O povo fala de Porto, do centro histórico como patrimônio, mas olha isso aqui - um monte de gente não preserva as fachadas de suas casas.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Primeiro a casa do Tadeu (casarão rosa) e o abrigo. Agora a praça eles tem que fazer alguma coisa, tem um monte de drogado que fica naqueles banheiros fumando e a gente fica com medo de ficar na praça à noite.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto? O que acha? Concorda?

Não vi o projeto, mas meu pai viu e participou das reuniões. Ele acredita que não vai sair do papel a revitalização dessa praça. Nós achamos que foi pouco divulgado e ele disse que tinha poucas pessoas.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Porque moro aqui, mas tem que ser divulgado para o povo participar.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

A minha casa não porque ela é alugada, e o dono alterou muita coisa. Mas casa da minha família onde nasci e vivi está bastante conservada. Considero que minha casa (da minha família) faz parte do conjunto.

ENTREVISTADO 7

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: ( ) F (X) M Profissão: Fotógrafo

Mora no centro histórico:Sim ( ) Não (X) mas vivo aqui.

Há quanto tempo:

( ) menos de 10 anos

(X) Entre 10 a 30 anos

( ) Mais de 30 anos

Com que freqüência você visita o centro histórico:

(X) diariamente

( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Tudo que faz parte da história da cidade, e que os avós repassaram na música, na dança, nas celebrações e nas construções.

2) O que o centro histórico representa para você?

Me sinto portuense pois fotografo muito esse centro histórico. Conheço cada meio fio dessas ruas, cada casa, enfim, conheço mais que muita gente que nasceu aqui. A prática de tirar foto constantemente do centro histórico e de suas transformações ao longo de dez anos, já significa muita coisa para mim.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Foto aérea da catedral, da praça e do rio.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A possibilidade de pescar, ir ao flutuante, comer um peixe, e ir ao barzinho do Zé da Pedra.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Algumas pessoas ainda preservam as suas casas.

6) E de negativo?

Outras pessoas estão deixando a casa cair para construir outra nova no lugar.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Antes da formação do lago havia mais peixes e você encontrava com facilidade um tucunaré. A prática da pescaria era melhor.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Diariamente o barzinho do Zé da Pedra. Antes havia a Semana da Cultura e o teatro que aconteciam na praça do centro histórico.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Divertir-me muito no carnaval de rua que acontecia no centro histórico. Ele acontecia na rua do bar do Zé da Pedra. A festa migrou para a pista de kart e não é mais a mesma coisa.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

A Ilha de Porto Real no mês de maio a setembro era um paraíso para tomar banho no rio.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Pois registrei as maiores mudanças que aconteceu no centro histórico e que impactaram a cidade.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Antigamente seria a praia e o teatro na praça, mas o rio afundou e Iramar, antigo organizador do teatro, morreu. Hoje continua a Festa N.S. das Mercês. Tinha também a procissão de corpus Christi, mas mudaram o percurso.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Tinha o restaurante de D. Maria onde ficavam os canoeiros e pescadores.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

Até fotografei o evento. Na época, cedi as fotos para um funcionário público.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Eu achava que aquilo não iria se concretizar. O poder público viabilizou o tombamento, mas acho que ele tem que fiscalizar e ajudar os moradores a conservar suas casas.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Fornecer recursos para conservação e dar assistência aos moradores.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto? O que acha? Concorda?

Não vi, mas acredito que a volta do coreto não faz mais sentido.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. É necessário a minha opinião e de todos os moradores.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

A minha casa está fora da poligonal de tombamento, mas me considero morador por viver diariamente no centro histórico. Meu trabalho se resume no centro histórico e na orla.

ENTREVISTADO 8

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Funcionária pública

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

(X) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É a história dos antepassados, é as raízes de um povo e laços afetivos com o lugar. Seria tudo que pertence historicamente à comunidade.

2) O que o centro histórico representa para você?

Acho esse lugar muito bonito, principalmente os casarões conservados.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Casarão Frederico Lemos e a casa da Késia.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Os casarões e a catedral.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Alguns moradores se preocupam com o centro histórico conservando suas casas.

6) E de negativo?

As mudanças que ocorreram em 2001 e falta de consciência de alguns moradores e do poder público que viraram as costas para a situação atual do centro histórico diante da má conservação das edificações.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. A economia e o cotidiano da cidade dependiam do rio Tocantins.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Na praça e no salão da Késia.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Não

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Meu primeiro contato com os indígenas foi durante os jogos indígenas que aconteceu na praia. Foi uma experiência única.

Outra coisa foi à formação do lago, a demolição das casas e demolição do restaurante da Tia Júlia. Aquilo me deu um nó peito. Imagino quem nasceu aqui como deve ter ficado por dentro. O cenário na época era desolador: vários objetos boiando sobre o lago, como geladeira, utensílios domésticos, vaso, árvores e casas cobertas pela água. Foi horrível.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

A beleza do rio era impressionante. Eu e minha família tínhamos o costume de montar barraca na praia.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Acho que não, pois não nasci aqui, mas me considero mais preocupada com o patrimônio da cidade do que muita gente que nasceu aqui.

.13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acredito que seja as raízes das famílias que nasceram aqui. Eles enchem o peito para falar de qual família é. De vez em quando, sinto uma certa xenofobia com os que vieram depois e aqui se instalaram.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não sei te falar, pois não nasci aqui, mas presenciei as travessias de barco e na balsa para ir ao outro lado do rio ou nas praias. Era uma prática constante no centro histórico. Víamos balseiros e canoeiros constantemente nessas margens.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Acho que dever haver co-responsabilidades nas diferentes instâncias. Acredito que o centro histórico está abandonado pelo poder público e pela própria comunidade.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Acho que a Feira do Cabaçaco precisa de mais atenção, como também o antigo abrigo dos idosos.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Vi o projeto. Concordo.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.Como cidadã.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Não, porque quando comprei já estava descaracterizada. Não a vejo como parte do conjunto. Na verdade, nem sei direito o que está tombado nesse centro histórico. Acho que são somente algumas casas ao redor da catedral.

ENTREVISTADO 9

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Aposentada

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É tudo aquilo que lembra o nosso passado e que está presente.

2) O que o centro histórico representa para você?

Comecei minha vida com meu marido nesse lugar. Construí minha família nesse lugar.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da minha casa e da catedral.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Da minha casa.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Alguns casarões que estão conservados, da minha casa e da catedral. Minha filha é arquiteta e me ajudou a recuperar a minha casa. Imagina se todos fizessem isso.

6) E de negativo?

O descaso do poder público, a falta de consciência de alguns moradores e a falta de assistência do poder público.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Porque trazia recursos para a cidade.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

De vez em quando vou à Comsaúde e ao Museu.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Sim, com os carros de som na orla.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

As modificações que aconteceram na praça e no rio Tocantins em 2001 que derrubaram muitas edificações. Lembro também das brincadeiras das crianças no rio e nas barrancas, e da vida cotidiana da cidade que girava em torno do rio.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

As praias eram belas e atraía muitos turistas

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

A Festa da Padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Havia canoas e balsas que faziam a travessia diariamente para o outro lado do rio. Eu tinha prazer em ver aquela paisagem.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Acredito que falta mais diálogo do Iphan com a comunidade e o poder público não está acessível.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural? O que você queria que o Iphan fizesse aqui?

Que tivesse mais arborização na praça.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Vi o projeto. Concordo.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim, e ajudo a conservar.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque conservo as características tradicionais da minha casa na medida do possível.

ENTREVISTADO 10

GRUPO: Idoso DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: 71 sexo: (X) F ( ) M Profissão: Médica aposentada

Mora no centro histórico: Sim ( ) Não (X) porém fico o dia inteiro no centro histórico com trabalho voluntário

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

As casas antigas e as celebrações.

2) O que o centro histórico representa para você?

Essa cidade foi meu projeto de vida e de meu marido. Quando formamos em Medicina, viemos no avião da FAB para trabalhar aqui, e ficamos encantados com a paisagem da cidade na beira de um rio. O Rio Tocantins era lindo. Decidimos que iríamos ficar e ficamos até hoje.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Rio Tocantins, a catedral e o pátio da Comsaúde.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A rua do museu e da Comsaúde.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Os vestígios da história ainda preservados e o trabalho que a Comsaúde realiza junto à comunidade.

6) E de negativo?

A falta de incentivo à fabricação de artesanato. A feirinha na rua do Cabaçaco acabou praticamente. Também não têm mais turistas, motivo que facilitou o esvaziamento de artesãs.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. O Lago que e formou é bonito, mas é bem aproveitado como era o rio Tocantins. Inclusive teve até audiência, mas não adiantou e as casas que foram demolidas cederam lugar para construções bizarras.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Todo dia estou aqui na Comsaúde, ajudando de alguma forma nos trabalhos e quando não tem trabalho a fazer, venho aqui do mesmo jeito. Isso aqui é minha vida. Outro lugar que gosto é na casa da sogra do meu filho, D. Maria José (D. Julita). Essa casa está bem conservada e preservada, e fica na praça, bem na esquina.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não. Acho que até deveria ter mais eventos aqui no centro histórico e cuidassem para que os que ainda existem, não desapareçam de vez.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

O desfile dos barcos e uma procissão. Foi muito bonito. Também tinha aqui as apresentações da banda do Mestre Adelino que sempre tocava nos eventos cívicos.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Nós tomávamos banho no rio. Tinha os locais dos homens e das mulheres para tomar banho. Era “proibido” tomar banho sem calção no Porto das Balsas. Todo mundo tomava banho de roupa. Lembro que a primeira vez que tomei banho no rio, eu e meu marido fomos de traje de banho. Todo mundo ficava olhando para a gente, pois para eles era estranho tomar banho de biquíni e sunga. Foi muito engraçado. Depois esses banhos com biquíni e sunga começaram a ser mais freqüentes.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Apesar de alguns não reconhecerem que sou daqui, por ter nascido em São Paulo, eu me considero Portuense, talvez até mais que os nativos, pois sempre estive envolvida com os assuntos referentes à cidade, principalmente aqui do centro histórico.Tanto é que ajudei a fundar uma organização não governamental.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Acredito que seja a questão cultural e relacionada à educação. A população aqui considera Porto Nacional como a cidade pioneira no ensino de qualidade no Tocantins. Outra tradição seria as celebrações. A principal é a Festa da padroeira. Tem também a Semana de Cultura, mas acredito que não pode ser considerada como tradição, pois saiu do centro histórico e foi para a Orla. A Semana de Cultura atualmente é muito diferente das anteriores.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Uma vez, eu vi um desfile de barcos e uma procissão no rio Tocantins. Foi muito bonito. Não sei o porquê que acabou. A gente não entende essas coisas que começa e pára de repente. Acredito que a descontinuidade esteja ligada a transferência do padre, organizador da procissão, para outra cidade.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

Porque é a memória da cidade, é a história representada nas edificações.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

O Iphan não é muito acessível, no sentido de permitir diálogo. Ele é muito intransigente. Achei muito autoritárias as reuniões. Eu espero que tenha recurso para recuperar as casas das famílias mais pobres. As várias exigências para intervenção na casa dificultam um pouco para recuperar as edificações, principalmente de quem não tem condições financeiras e conhecimento. Também espero que venha um Prefeito que consiga valorizar e dialogar com a população. Não adianta impor as coisas sem conversar com a comunidade.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

A recuperação e conservação do casario dos mais pobres; recuperar a praça; e maior preservação e divulgação das ruínas do pontal.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Vi o projeto, mas até hoje não realizaram nada que prometeram. Concordo com o projeto. Sobre o coreto acho legal construir outro, mas será que não vai se tornar mais um abrigo para drogado? Antigamente tinha o povo do teatro que ocupava aquele espaço do coreto, mas depois que o marido da Luciana(Iramar) morreu, não sei se será viável.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Sempre participo quando sou convidada.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Onde eu moro não, mas a Comsaúde sim. Vivo e trabalho nesse projeto, nessa casa (Comsaúde é o antigo Caetanato) aqui no centro histórico há anos.

ENTREVISTADO 11

GRUPO: Idosa DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Aposentada

Mora no centro histórico:Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

As celebrações.

2) O que o centro histórico representa para você?

Me fiz aqui junto com a igreja.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Rio Tocantins quando existia e a catedral

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

De ir à igreja, participar das celebrações e ajudar na festa da padroeira.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A gente conhece todo mundo aqui.

6) E de negativo?

A praça está feia e a festa da padroeira não é mais como antigamente. Também há falta de conservação de algumas casas e falta árvores no centro histórico.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Eu vivia dentro rio, aprendi nadar nesse rio engolindo piaba. Quando não tinha água encanada, lavávamos vasilha no rio, tomávamos banho e brincávamos. Eu via gente lavando até cavalo no rio.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou práticas que você costuma participar no centro histórico?

Ultimamente só a igreja. Ma no meio do ano tem a festa da padroeira, aí fico aqui quase o dia todo preparando as coisas aí na praça e ajudando.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Antigamente a procissão de corpus Christi era aqui no centro histórico. Fazíamos uns tapetes bonitos e todo mundo aqui acordava 5 horas da manhã para começar a montar. Todo mundo ajudava. Hoje não existe mais. Só restou a Festa da Padroeira, que também é muito diferente das festas antigas. Também lembro que na praça havia muitas reuniões no coreto. O centro histórico era bem movimentado.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Eu lavava roupa no rio todo dia. Sustentei minha família fazendo esse serviço.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Acho que sim, pois trabalhei a vida toda nesse lugar e agora continuo trabalhando, ajudando nas celebrações.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Para mim é a festa da padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Tem muita história com os canoeiros. Eles contam muita coisa. Eu vivi nesse rio.Teve uma vez que houve uma inundação na década de 1980. Minha casa encheu de água. Passei 3 dias limpando a casa depois que o nível da água abaixou.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fiquei sabendo.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você queria que o Iphan fizesse aqui?

Recuperar o abrigo dos idosos. Foi muita crueldade deixar aqueles idosos num lugar tão mal conservado. Ainda bem que arrumaram outro local para eles. Poderiam reformar lá e colocar gente naquele lugar. Os meninos que fumam droga estão ocupando o espaço.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi. Não fiquei sabendo da reunião. Não sei porque não me chamaram, pois direto estou aqui na igreja.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque ela é de adobe e está próxima à igreja.

ENTREVISTADO 12

GRUPO: Adulto DATA:Setembro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: ( ) F (X) M Profissão: artista/músico

Mora no centro histórico:Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É aquilo que faz parte da vida das pessoas, da cidade.

2) O que o centro histórico representa para você?

Aqui é o coração da cidade. Foi onde tudo começou. É a história viva.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Hoje é a catedral. Se fosse antes, eu tiraria da praia.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O fim de tarde

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A tranquilidade

6) E de negativo?

O poder público na zela pelo patrimônio.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim, Porque movimentava a cidade com o comércio. A vida no centro histórico era mais agitada culturalmente. Sem falar na atração turística devido à beleza do rio. Agora, não tem mais dinheiro na cidade, não tem turista, e não tem agitação de antes.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

A casa do Hemerson ao lado da casa de Iramar. Ele conserva a casa de adobe e procura realçar os traços históricos. A casa foi do bisavó dele. Lá é muito agradável. Por fora, você não dá nada pela casa, mas por dentro ela é bonita e grande.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Tirando uns carros que estaciona na porta da minha casa, isto é, na minha janela, o resto não incomoda.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

A movimentação dos canoeiros e balseiros nas margens do rio. Tinha a Semana da Cultura e a feira do Cabaçaco, mas acabou. A Semana da Cultura foi para a pista de kart.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

A movimentação dos canoeiros e balseiros nas margens do rio como eu tinha falado e a água corrente do rio. Isso faz muita falta.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Porque fui nascido e criado aqui. Tenho sentimentos fortes com essa cidade. A prova disso é as músicas que componho relacionadas ao centro histórico e ao rio Tocantins que fizeram parte de minha infância.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Hoje para mim, o símbolo da tradição aqui é a festa de Nossa Senhora das Mercês e a igreja. Como você poder ver, estou até arrumando o som para a festa.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. Minha família contava sobre ele. Tem até uma balsa e um colégio com o nome dele aqui.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Eu só lembro do povo falando que tudo aqui vinha do Pará pelo rio. O povo fala que era um sofrimento danado a navegação.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

Porque é o cartão postal da cidade. Tem que conservar para não cair.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

Desde que o poder público dê assistência.

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Espero que melhore algumas coisas aqui na praça e recuperem algumas casas. Está muito largado isso aqui. Muito escuro à noite e quente durante o dia. Eles precisam fazer mais pelo centro histórico.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Recuperação do abrigo, da Comsaúde e deixar a praça mais bonita com mais verde.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Eles mostraram os projetos e até agora não fizeram nada. Mostraram um vídeo maravilhoso, mas até agora não fizeram nada. Espero que façam alguma coisa.”Grande tombamento”. Vi o projeto da reconstrução do coreto, mas não é o mesmo de antigamente e nem estará no mesmo lugar. Não sei se compensa reconstruí-lo nessa altura do campeonato. Um monte de gente aqui que mora ao redor da praça acha que não deve reconstruí-lo porque vai virar abrigo de drogado. Antes tinha o teatro que ocupava o espaço fazendo apresentações, mas Iramar morreu e acho que não vai vingar.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque ela mantém as características desde a época do meu avó. Tenho até os mesmos móveis e objetos do tempo dele. Fiz até uma canção para ela e se chama “casa pequena”. Fiz também outra canção do barzinho que era do pai, antes da construção da ponte, no tempo dos canoeiros e balseiros.

ENTREVISTADO 13

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Historiadora

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É tudo que nos temos que retrata a nossa história.

2) O que o centro histórico representa para você?

Aqui vivi desde a minha adolescência. Meu processo de inserção na arte foi por meio do teatro “Chama Viva”

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral. Se não tivesse o lago, eu iria tirar foto do rio.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O espaço interno da Comsaúde e do Museu.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Alguns casarões ainda estão conservados.

6) E de negativo?

A falta de manutenção da praça e do museu. Acho que falta muito a ser feito pelo centro histórico.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim .Foi o início da cidade e para mim o único recurso natural, cultural e econômico forte que movimentava a cidade.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que vc costuma participar no centro histórico?

A feira do Cabaçaco que acontecia na rua da Comsaúde e o sarau da Comsaúde. A feira está em extinção, e no lugar acontece de vez em quando alguns encontros artísticos promovidos pela Comsaúde. Mas está quase desaparecendo.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

O teatro da pracinha do grupo "Chama Viva". Era muito bom. Sinto saudades daquele tempo.Tinha a procissão de Corpus Christi aqui no centro histórico. O pessoal fazia uns tapetes bonitos, mas ela não acontece mais aqui.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Teve uma vez que vi a procissão da via Sacra acontecer no rio por meio dos barcos. Foi lindo, mas não sei o porquê que acabou.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sinto culturalmente devido ao teatro "Chama Viva"

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

O conservadorismo (as casas e as famílias tradicionais), a Festa da Padroeira e a tradição de sentar nas portas das casas no final de tarde.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Tinha uma gama de canoeiros e alguns balseiros que ficavam às margens do rio Tocantins, numa parte só de homens. Parecia que era um encontro constante de homens que conversavam e ficavam ali o dia todo entre uma travessia e outra. Hoje não vejo mais essas pessoas.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Falta mais cuidado do próprio Iphan. Eles (Iphan) pregam política de conservação, mas não viabilizam recursos e são muito autoritários.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Recuperação do abrigo do Idoso, do Museu, da casa do Tadeu (casarão rosa) e recuperação da praça com mais verde. Ela está muito feia. Aquelas edificações no meio tem que sair. Aquele lugar virou ponto de droga.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi, mais fiquei sabendo. Acho que alguma coisa tem que ser feito na praça. Ela está muito descuidada. Espero que o poder público faça mais pelo centro histórico.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.Como cidadã e moradora.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque ela é de adobe, tem traços antigos e está próxima à catedral.

ENTREVISTADO 14

GRUPO: Adulto DATA: setembro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Funcionária pública

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Uma expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade portuense.

2) O que o centro histórico representa para você?

Um marco da história da cidade

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da parte velha da cidade, a qual chamamos com muito orgulho de Patrimônio cultural.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Acho lindo os casarões.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

De ver que tem ainda pessoas que preservam o patrimônio.

6) E de negativo?

Ver o patrimônio se acabando.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Foi onde surgiu a cidade. Porque além da sua utilidade imensa no setor de transporte e comercialização, atraia a população de Porto Nacional, e milhares de turistas na estação de verão.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que vc costuma participar no centro histórico?

De fez em quando vou a Comsaúde quando tem algum evento. Quase toda hora estou no Museu, pois trabalho ao lado. Frequento também o salão de D. Joaninha. Mas não sei se posso dizer que é uma visita. Vou lá para cortar o cabelo e conversar com ela.Vou também de vez em quando na praça para ficar olhando a catedral e as casas antigas.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não. Só quando tem um som alto de uma garotada que me incomoda.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

O que mais me marcou foi a visão ampliada da semana da cultura. Anos atrás , a semana da cultura fazia sua exposição aqui no centro histórico, onde nunca poderia ter saído.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Recordação inacabável. É tanta coisa O rio e sua água corrente e cristalina. As extensas praias no verão com as churrascarias na beira do rio. Isso atraia muitos turistas.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Acho que sim em partes. Porque não nasci aqui, mas trabalho no serviço público há muito tempo e tenho mais consciência do que muito nativo dessa cidade.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Os casarões e a Festa da Padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Posso até saber mas não estou lembrando.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê (X) sim ( ) não

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

Gostaria que a semana da cultura voltasse para o centro histórico. Lá naquele lugar (pista de kart) não tem nada a ver. Tem que ser direcionado para as pessoas daqui da cidade.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

As fachadas de muitas casas estão feias, principalmente da casa do Tadeu (casarão rosa). Não sei como chegou naquele estado. Para mim, colonial tem que ser branco, não sei como esse povo pinta as suas casas de tudo quanto é cor. A praça também está muito abandonada.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Vi o projeto. Concordo, mas será que vai sair do vídeo? Até hoje não vi nada sendo realizado.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Porque moro aqui e quero ver esse lugar mais bonito.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Considero porque fica na rua principal do centro histórico que dá acesso à igreja. Ela tem uma fachada meio comercial. Aluguei a casa porque gosto do centro histórico, aqui é perto de tudo e é tranqüilo.

ENTREVISTADO 15

GRUPO:Adulto DATA:Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Funcionária pública

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Os casarões, a Comsaúde e o Museu.

2) O que o centro histórico representa para você?

Mudei para Porto Nacional em 1977. Eu morava antes na comunidade da beira do Tocantins chamada “Canela”. Eu e meu marido tínhamos um barco e a travessia demorava de 20 a 30 minutos no remo.Viemos para o outro lado da margem antes da formação do lago.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Ir na Comsaúde e respirar paz. Naquele lugar fico imaginando o cotidiano das freirinhas antigamente.Também acho que a casa da Késia é a mais conservada do centro histórico.Parece mesmo patrimônio cultural.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

Acho que depois do tombamento, a preservação está sendo mais posta em questão. Hoje a gente entende mais e o povo está conscientizando.

6) E de negativo? A má conservação do patrimônio. Inclusive o museu precisa de manutenção. A comunidade precisa conservar mais essas casas. A Casa da Cultura estava caindo e o poder público só age quando a comunidade cobra. Não há fiscalização e é a comunidade que tem que cobrar a responsabilidade do poder público. A comunidade tem que salvar o patrimônio.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê? Sim. O rio Tocantins era importante mais ele foi afogado. Esse acontecimento tirou o conforto e sobrevivência dos ribeirinhos. Hoje ainda tem peixe no lago, mas o gosto mudou devido à água parada.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico? Fora a festa da Padroeira da cidade, não se faz mais nada nesse centro histórico. Tinha a procissão com os tapetes, mas mudaram o percurso e colocaram cal no

lugar de pó de serra. Em dezembro eu gostava e participava do Natal iluminado, mas falaram que a fiação estava estragando as paredes da igreja. Também tinha a Semana da Cultura no centro histórico, mas também mudou de lugar.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não. Pelo contrário, eu gosto muito quando tem evento.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

No penúltimo ano de praia, aquilo me chamou a atenção porque eu não freqüentava a praia para lazer. Eu só ia ao rio para pescar, trabalhar, remar e fazer trabalhos cotidianos do lar. Eu não utilizava a praia para momentos de lazer e descontração com a família, e nesse dia, eu vi como era bom fazer isso. Pensei comigo mesma, porque eu não tinha utilizada mais essa praia para banhar com a família nos finais de semana e me divertir.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Meu trabalho cotidiano entre o rio e minha casa, envolvendo pescarias, lavar roupa, vasilha e dar banho nas crianças.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Não. Porque nasci no distrito no Canela e cheguei aqui em 1977. Ainda me considero ribeirinha.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

A Festa da Padroeira N.S. das Mercês, a Festa do Divino e a Súcia. As casas das famílias tradicionais como casarão dos Ayres, casarão dos Pedreiras (casarão rosa) e casarão Frederico Lemos. Também tem a casa da Késia. Essa casa era de um dentista e sua esposa faleceu dentro da casa em virtude de um acidente com fogo. O marido então resolveu ir morar em outro lugar e a filha resolveu alugar a casa para Késia. A família não vende casarão. Sei que a Késia tem vontade de comprar aquela casa.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Somente as histórias da minha família. Vagamente lembro que teve um ano que a procissão do festejo da igreja foi de barco carregando Nossa Senhora em um barco enfeitado. Não sei porque acabou, mas acho que foi devido à transferência do padre que organizava esse evento para outra cidade.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fiquei sabendo.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

O museu está precisando de manutenção e o antigo abrigo dos idosos. O Iphan poderia dialogar mais com a comunidade. Ele (Iphan) é muito distante da gente.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Não. Ela não parece com as casas históricas. Quando a comprei, ela já estava descaracterizada.

ENTREVISTADO 16

GRUPO:Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: ( ) F (X) M Profissão: artesão

Mora no centro histórico:Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

(X) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É a estrutura física e as festas tradicionais que representam o patrimônio cultural dessa cidade.

2) O que o centro histórico representa para você?

Representa qualidade de vida, aconchego e tranqüilidade.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da orla pegando a catedral para mostrar dois momentos distintos.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O cotidiano pacato.Isso me fascina.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A sua centralidade na cidade e ao mesmo tempo ser uma área residencial.

6) E de negativo?

A falta de percepção do contexto histórico da cidade devido às descaracterizações de várias edificações. Também acho que a semana de cultura perdeu o foco quando mudou para orla. Acho que ela deveria ser voltada para os moradores e ser específica para cultura. Acredito que quando era realizado no centro histórico tinha mais a ver com o objetivo do evento.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim, Parece que a vida aqui se transformou para pior depois da formação do lago conforme alguns vizinhos mais antigos.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

A casa do Hemerson ao lado da casa de Iramar e o Sarau da Comsaúde.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Os carros de som. Até quando eles ficam mais lá embaixo (na orla) incomoda.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Meus parentes daqui falam muito da festa do Divino, das procissões, das apresentações de Súcia. Hoje isso não acontece mais no centro histórico.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Quando criança, não lembro exatamente, mas vejo na memória a imagem do rio. Voltei a Porto Nacional depois da mudança. Acho que perdi muita coisa.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Não.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Para mim é a festa Nossa Senhora das Mercês, a igreja e a referência a Padre Luso.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fui convidado

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?.

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Acho que deveriam viabilizar um resgate da memória com a recuperação de algumas edificações. Por exemplo o antigo abrigo dos idosos e o casarão rosa (casa do Tadeu). Também a despoluição do lago. Lá tem muito material orgânico, muitas árvores que apodreceram. Acho que isso facilitaria a volta das práticas cotidianas que aconteciam em torno do rio. Essa madeira podre dificulta muito a aceitação do lago. Acho também que deveria preservar mais a estrutura física da cidade e ressaltar o valor das casas. Tem muita gente aqui que não dá valor histórico para sua casa e que é o mais importante.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi, mas gostaria de ver e participar das discussões.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Inclusive tiraram os cactos. Também a catedral está cheia de restos de iluminação de natal. Tentaram uma vez fazer o reboco no lado de fora, mas os moradores rejeitaram e fizeram um movimento impedindo o reboco. Eu não sabia disso, mas os vizinhos me contaram.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim, porém moro de aluguel. Ela é uma casa histórica. O dono não liga muito para manutenção, mas pelo menos não descaracteriza.

ENTREVISTADO 17

GRUPO: Adulto DATA: setembro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Professora 2 º grau

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Retrata a cultural local

2) O que o centro histórico representa para você?

Representa o resgate da cultura e a minha família.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O Museu

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A conservação de alguns casarões como o Museu, a Comsaúde e a casa Frederico Lemos.

6) E de negativo?

A falta de preservação de algumas edificações.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Porque era o ponto turístico da cidade.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que vc costuma participar no centro histórico?

O Museu freqüento semanalmente, porque gosto do ambiente interno de lá. É bom conversar com as meninas de lá.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não. Às vezes o som dos carros incomoda.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Lembro dos barcos, dos canoeiros e da balsa atravessando o rio várias vezes durante o dia.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

O centro histórico era mais freqüentado por turistas quando se via o rio Tocantins.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Os casarões das famílias tradicionais e a Festa da Padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não estou lembrando.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fiquei sabendo.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Poderia revitalizar a praça. Falta verde e ela está muito “concretão”. O casarão rosa e o abrigo também estão muito feios.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Considero em partes. É de adobe, mas teve algumas alterações. Lá em casa não tínhamos a dimensão da conservação. Não sei se ela faz parte do tombamento.

ENTREVISTADO 18

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Professora

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

(X) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É tudo aquilo que faz parte da cultura de um lugar.

2) O que o centro histórico representa para você?

É a história viva

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Da catedral.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A catedral

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A conservação de alguns casarões.

6) E de negativo?

O abandono de alguns casarões.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Porque a cidade se desenvolveu devido ao rio.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

O sarau da Comsaúde e algumas apresentações que acontecem no pátio da feira do cabaçaco.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Não

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

A derrubada do coreto.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

A praia e a ilha da Carreira Comprida.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim..

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

A festa da Padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Lembro dos canoeiros que se reuniam no restaurante da Tia Júlia e nas margens do rio. Entre uma travessia e outra, sempre tinha uma piada.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não.

Não fiquei sabendo. Foi pouco divulgado.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Derrubar aquelas edificações na praça que foram construídas no lugar das casinhas de adobe. Essas edificações abandonadas estão servindo para o consumo de drogas.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto, mas fiquei sabendo. O pessoal está falando que vai voltar o coreto. Não sei se é uma boa ideia, pois acho que vai virar abrigo drogado.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Não, porque está descaracterizada e não é conservada como a casa da Késia.

ENTREVISTADO 19

GRUPO:Adulto DATA: fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Assistente Administrativo

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

São bens que lembram do nosso passado e que precisam estar conservados no presente e no futuro.

2) O que o centro histórico representa para você?

Uma cidade cultural.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Visitar os casarões, a biblioteca, a Casa de Cultura, a Comsaúde, o Museu e o convento.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A cidade ainda preserva as suas origens.

6) E de negativo?

A cidade não atraia os turistas como antigamente.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Era um ponto turístico para a cidade com belas praias.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

A Feira da Cultura aconteciam na praça. Naquela época, tinha apresentações de teatro, de dança e degustação de comidas típicas que os próprios moradores faziam. A feira migrou-se para a orla e está diferente.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

É justamente da Feira de Cultura no centro histórico. Sinto saudade.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

As praias e o rio com água corrente e cristalina.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

A Festa da Padroeira e os casarões das famílias tradicionais.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não estou lembrando.

.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fiquei sabendo.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Acho que a Feira de Cultura poderia voltar para o centro histórico e eles poderiam reformar a praça.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque ela tem algumas partes de adobe e está perto da catedral.

ENTREVISTADO 20

GRUPO: Adulto DATA: setembro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Assistente administrativo

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo:

( ) menos de 10 anos

(X) Entre 10 a 30 anos

( )Mais de 30 anos

Com que freqüência você visita o centro histórico:

(X) diariamente

( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

São as formas de saber fazer que é passada de geração em geração. Seria aquilo que por meio da história, identifica a nossa cidade e nos diferencia de outras culturas.

2) O que o centro histórico representa para você?

Representa a história dos meus antepassados e tem importância para o presente.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral e o museu.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O museu

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A manutenção de alguns casarões mais conservados com a casa da Késia, a Comsaúde e o Museu.

6) E de negativo?

O não apoio do Iphan, a não divulgação do processo de tombamento do centro histórico e dos documentos feitos pelas autoridades.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. O rio era importante para a navegação, para o turismo e para o abastecimento de água. Hoje é usado para esportes náuticos e para um pessoal mais elitizado.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Frequento o espaço interno do Museu e quando tem algum evento na rua do Cabaçaco.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Meus pais falam muito da enchente de 1980 que inundou onde hoje é a avenida beira rio. Quase que chegou perto da catedral. Depois o rio abaixou e tudo voltou ao normal.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

As praias.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Considero minha família como um todo.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Colégio das Irmãs, a praia e a festa da Padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não .

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fiquei sabendo.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Bom, acho que muitas coisas aqui merecem atenção. A parte de patrimônio imaterial está se perdendo, entre eles a feira do Cabaçaco e a súcia que são uma forma de expressão e manifestação cultural.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Não. A fachada é diferente das casas mais antigas.

ENTREVISTADO 21

GRUPO: Adulto DATA: setembro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Assistente Administrativo

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Preservação da cultura de um local.

2) O que o centro histórico representa para você?

Uma riqueza de informações referente à história da formação da cidade.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral e o museu.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O espaço interno da Comsaúde e do museu.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A manutenção de várias famílias tradicionais morando no centro histórico.

6) E de negativo?

A falta de assistência do poder público.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Movimentava economicamente e socialmente a cidade.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

O Museu Histórico Cultural e a Comsaúde.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Tenho a lembrança dos barcos e dos canoeiros na beira do rio. Posso até saber de histórias que meus pais me contaram, mas não estou lembrando nesse momento.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

As praias eram muito bonitas devido a sua beleza natural.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Eu talvez, mas meus pais com certeza sim.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Para mim é o Colégio das Irmãs, a praia e as famílias tradicionais.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não tenho lembranças.

.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não estava na cidade, mas minha família participou.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

O centro histórico deveria ser mais valorizado, pois retrata história e a vida de famílias que viveram aqui há muitos anos. Acho que o poder público precisa fazer alguma coisa no antigo abrigo dos idosos e o casarão rosa. Eu acho que essa praça aqui está muito feia e precisa de uma reforma. Não sei porque não demoliram esses banheiros e esse “centro de apoio ao turista”. Ninguém usa essas edificações, exceto os dependentes químicos.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Porque minha família a conserva.

ENTREVISTADO 22

GRUPO: Adulto DATA: Fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: (X) F ( ) M Profissão: Coordenadora de projetos

Mora no centro histórico: Sim ( ) Não (X) porém, minha família mora aqui e eu trabalho diariamente no centro histórico.Vou em casa somente para dormir.

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

É a preservação dos vestígios da história de um povo e de um lugar.

2) O que o centro histórico representa para você?

Tenho muitas lembranças aqui enquanto criança, jovem e adulta nos tempos das praias e do carnaval. Só saí daqui para casar, mas trabalho nesse lugar, almoço na casa de minha mãe que mora no centro histórico, e somente vou para casa para dormir. Meus filhos estudam aqui.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

A catedral, da praia que existia e da casa da minha mãe.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Sentar no fim da tarde na calçada da casa de minha mãe.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A relação de vizinhança entre as pessoas.

6) E de negativo?

O lago.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. Era muito importante para o turismo da cidade.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Eu participava do teatro e da Semana da Cultura quando aconteciam na praça.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

A derrubada do coreto e a procissão de Corpus Christi. Essa celebração religiosa antigamente era no centro histórico e utilizava pó Serra. Quando criança, eu ajudava a montar os tapetes.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

As praias temporárias, a balsa e a Ilha Carreira Comprida, que era uma praia mais isolada.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Colégio das Irmãs e a Festa da Padroeira.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Não tenho lembranças.

.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Não fiquei sabendo.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

O Rio Tocantins não tem como voltar, mas acho que poderia ter mais árvores aqui no centro histórico. Antigamente fazia mais sombra na praça e essas árvores que têm hoje aqui não são suficientes.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto?O que acha? Concorda?

Não vi o projeto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Considero a casa da minha mãe, e que também é minha. A edificação é de adobe e conserva até os móveis antigos.

ENTREVISTADO 23

GRUPO: Adulto DATA: fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: ( ) F (X) M Profissão: professor

Mora no centro histórico: Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

(X) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

( ) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Patrimônio cultural é a riqueza histórica que uma sociedade consegue preservar por longos tempos, tendo em vista o significado que ela tem para a população local e para os visitantes.

2) O que o centro histórico representa para você?

O centro histórico representa para mim uma época que conseguiu sobreviver até hoje através da preservação de alguns casarões. É a história da minha cidade.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Com certeza tiraria uma foto da catedral.

4) O que você mais gosta, o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

Todo centro histórico, principalmente as casas mais antigas e conservadas. No geral, o conjunto precisa de manutenção.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

A conservação de alguns casarões como a casa da Késia e o casarão de Frederico Lemos. As futuras gerações poderão desfrutar um pouco do que restou de uma época conturbada que viveu a cidade em meio à escravidão e aos conflitos com os indígenas.

6) E de negativo?

A falta de conservação de outros casarões, como o casarão rosa. De um modo geral, acho que o centro histórico está abandonado.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. O rio é era importante por possuir uma riqueza natural.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Vou à praça de vez em quando para conversar com um amigo e sentar na calçada da casa dele. Na minha rua não é a mesma coisa como na rua dele.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Meus pais falavam que a catedral foi construída pelos escravos e isso me deixava intrigado.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Lembro da praia No mês de julho sempre viam turistas de outros lugares.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Os casarões e a festa Nossa Senhora das Mercês.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. Tem até uma escola com o nome dele.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Existe a lenda da buiúna, que é uma cobra grande que está enterrada entre a catedral e o rio Tocantins.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Estava trabalhando.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

O poder público poderia dar mais atenção para a praça e para alguns casarões que estão caindo. Eles precisam fazer alguma coisa no antigo abrigo dos idosos.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto? Concorda?

Não.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Não. Ela não se parece com casa histórica.

ENTREVISTADO 24

GRUPO: Adulto DATA: setembro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: 28 sexo: (X) F ( ) M Profissão: Professora

Mora no centro histórico:Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Qualquer bem que guarda a identidade cultural de um povo.

2) O que o centro histórico representa para você?

Um lugar de resgate histórico, onde é possível fazer a comparação entre o antigo com o atual.

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

Rio Tocantins quando existia.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

O museu histórico e as casas que estão mais conservados. Um exemplo é a casa da Késia do salão. Nunca entrei lá, mas dá vontade morar lá.

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

O pouco que restou do acervo. Têm muitas edificações que guardam as várias histórias de Porto Nacional.

6) E de negativo?

A falta de segurança e a conscientização ambiental e patrimonial de algumas pessoas.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

O rio Tocantins foi um marco que iniciou Porto Nacional. Ele proporcionou riquezas minerais, bem como a navegação para os viajantes e comerciantes da época. Hoje ele ainda proporciona lazer, porém perdemos a água corrente.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Gosto muito do espaço do Museu. Vou também à secretaria de cultura quando há algum evento.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico.

Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Minha mãe fala sobre o hospital que existiu onde hoje está abandonado e serviu de abrigo para os idosos. Lá foi o local onde meu avô faleceu. Foi algo que marcou a minha e da minha família.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

Tenho poucas recordações. Lembro que tinha um trecho cheio de pedras onde eu e minha mãe íamos lavar roupa e tomar banho. Era um local somente de mulheres. Hoje não vejo mais esse costume. Minha mãe fala muito sobre a enchente da década de 1980.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Sim. Sou filha daqui e trabalho na educação. Não precisa dizer mais nada não é mesmo?

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Hoje considero a Festa da Padroeira. Se fosse antes, eu até colocaria a Semana de Cultura, mas não sei se posso considerar. Os casarões estão muito ligados às famílias que são de alguma forma, símbolo de Porto Nacional.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. Foi um canoeiro.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Posso até saber por causa das conversas com minha mãe, mas não estou lembrando de imediato para te contar.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

Guarda os vestígios da origem da nossa cidade.

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

Concordo, mas vejo uma necessidade muito grande de maior atenção do órgão responsável. Eles deveriam dar mais assistência aos moradores.

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Por falta de divulgação. Muitas pessoas não participaram.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Tudo o que guarda o contexto cultural da cidade e dos moradores deve ser preservado, tanto material como imaterial. Acho que eles tinham que fazem alguns projetos aqui no centro histórico envolvendo o museu, a Comsaúde e a Secretaria de Cultura. Aqui não acontece nada sobre isso. Tinha que resolver o problema do abrigo. Ele está abandonado

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto? Concorda?

Não vi o projeto. Tenho vontade ver.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Sim. Por que ela é antiga e fica perto da catedral.

ENTREVISTADO 25

GRUPO: Adulto DATA: fevereiro de 2012

DADOS INICIAIS:

Idade: sexo: ( ) F (X) M Profissão: comerciante

Mora no centro histórico:Sim (X) Não ( )

Há quanto tempo: Com que freqüência você visita o centro histórico:

( ) menos de 10 anos (X) diariamente

( ) Entre 10 a 30 anos ( ) 2 a 4 vezes por semana

(X) Mais de 30 anos ( ) 1 vez por semana

1ª PARTE – O OLHAR SOBRE O CENTRO HISTÓRICO

1) Em sua opinião, o que é patrimônio cultural?

Bens antigos que fazem parte da história da cidade.

2) O que o centro histórico representa para você?

Construí minha vida aqui

3) Se fosse para tirar uma foto da cidade para mandar a um ente querido de outra cidade, de qual lugar você tiraria?

O antigo armazém Ayres Joca esquina com a rua Francisco Ayres.

4) O que você mais gosta, o que mais o agrada no centro histórico de Porto Nacional?

A Igreja

5) O que você considera de positivo no centro histórico?

O ambiente familiar e meus amigos que freqüentam meu comércio.

6) E de negativo?

A falta de assistência e investimento do poder público no centro histórico. Existe um descaso com essa parte da cidade em relação ao seu valor. Era para ser o espaço mais cuidado da cidade.

7) Você considera que o rio Tocantins é/era importante para a cidade? Por quê?

Sim. O rio trazia mais movimento econômico para a cidade.

8) Retirando as festa da igreja, existem outros eventos ou prática que você costuma participar no centro histórico?

Essa parte comercial do centro histórico. Vivo aqui diariamente. Somente vou em casa para dormir e comer.

9) Você se sente incomodado com outros eventos que acontecem no centro histórico. Não.

2ª PARTE – LEMBRANÇAS E MEMÓRIAS DO LUGAR

10) O que aconteceu de importante no centro histórico da cidade e/ou na praia que marcou na sua memória, que você lembra ou que seus pais contavam?

Quando começaram a formar o lago.

11) Quais as recordações que você tem do rio Tocantins antes da formação do lago?

O restaurante da Tia Julia e a balsa.

12) Você se sente como um dos protagonista que ajudou a construir Porto?

Não sei te dizer, pois sou de Pedro Afonso, mas estou aqui há mais de 30 anos.

13) O que é tradição aqui? O que representa tradição em Porto Nacional? E o casario?

Os casarões e a festa Nossa Senhora das Mercês. Antes tinha outros eventos no centro histórico, mas acabaram e isso deixou o lugar mais vazio. Meu comércio foi piorando com o tempo. Tenho ainda clientes fiéis. O que ajudou um pouco foi a vinda dos universitários.

14) Você sabe quem é Felix Camoa?

Sim. A balsa que faz a travessia para a praia tem o nome dele.

15) O que você conhece das histórias e recordações referente a navegação no rio Tocantins?

Meus amigos e cliente que freqüentam o comércio contam muitas histórias, mas eu não estou lembrando agora nesse momento.

3ª PARTE – O OLHAR SOBRE O TOMBAMENTO

16) Você concorda que o centro histórico merece ser preservado? (X) sim ( ) não

Por quê?

17) Você concorda com o tombamento do centro histórico? E as reformas e mudanças?

(X) sim ( ) não Por quê?

18)? Você participou das reuniões que aconteceram na catedral referente ao tombamento do centro histórico de Porto Nacional? Se não por quê ( ) sim (X) não

Estava trabalhando. Meus clientes e amigos discutiam aqui no comércio sobre o tombamento.

20) Se você participou das reuniões, quais são as suas críticas, sugestões e expectativas?

21) O que é mais importante para você e deveria ser preservado na cidade, que você considera como patrimônio cultural?O que você gostaria que o Iphan fizesse aqui?

Gostaria que viesse mais movimento para o centro histórico. Isso aqui está muito parado. Eles (poder público) levaram muita coisa para fora do centro histórico. Também acho que o poder público tinha que dar mais atenção ao antigo abrigo dos idosos. Aquilo é um grande problema no centro histórico.

22) Sobre a proposta de revitalização do centro histórico você viu o projeto? Concorda?

Eu fiquei sabendo, mas não vi. Parece que tem a reconstrução do coreto.

23) Você tem interesse em saber sobre as intervenções urbanas e físicas que acontecem no centro histórico? Você considera que toda intervenção no sítio histórico lhes diz respeito? Principalmente porque você se considera um protagonista que ajudou a construir a história da cidade?

Sim. Sou comerciante aqui há muito tempo.

24) Você considera que a sua casa faz parte do conjunto tombado? Por quê?

Achava que não pelo fato de ser comercial, mas agora sei que faz parte

ANEXO 2 –MAPAS MENTAIS

Nome: _____ Data: ____/____/____
Idade: _____

1ª PARTE: Perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico de que você mais gosta?
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho ou mapa, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Alber Gabriel Data: 20.09.12
Idade: 17 anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
A Parte Superior da Catedral.
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
Costumo apreciar os animais que lá habitam. como pombos e etc.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



Alber
9º ano

ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Fagney Junior Andrade da silva Data: 20/09 / 22
Idade: 16 Anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
A RUA DAS FLORES
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
fico olhando A Beleza

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.

FAGNEY JUNIOR
Escola N pedro II

RUA GERTULHO VARGA



ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Jaime
Idade: 16

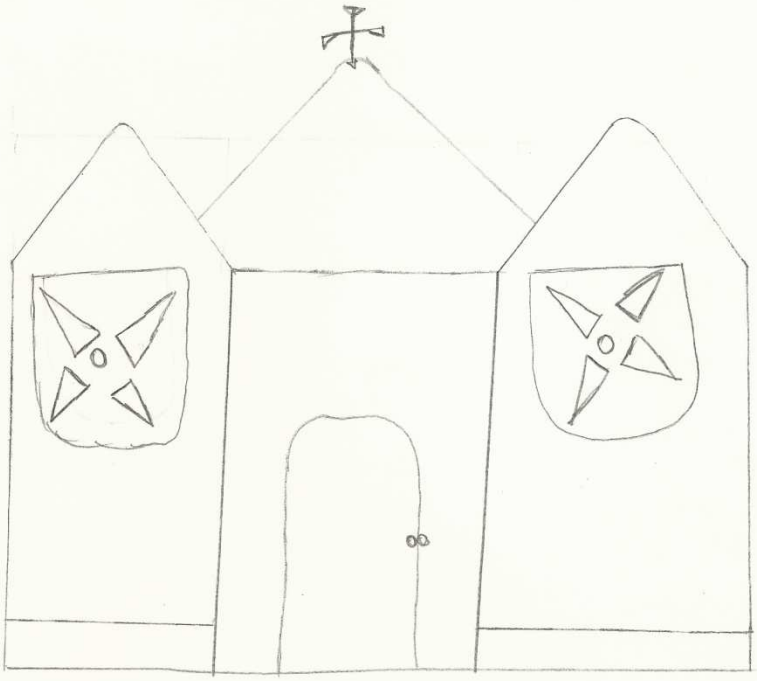
Data: 20,09,12

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
   CATEDRAL
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
   ASSISTO MISSA, ADMIRO AS COISAS HISTÓRICO, TIRO FOTOS.
   E ANDO NA CATEDRAL E NA PRAÇA.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.

jaime



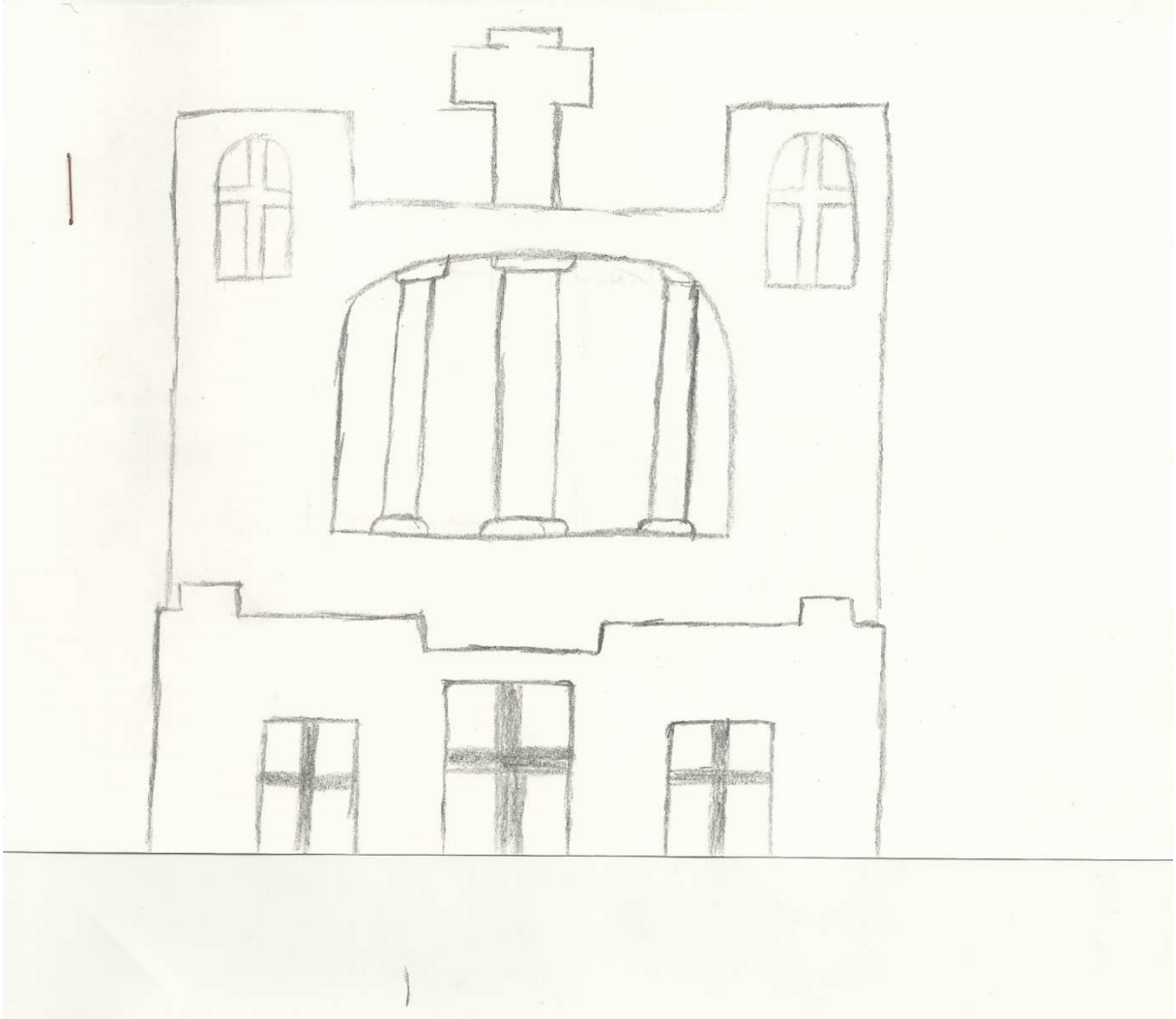
ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Fabrício Ferreira Soares Data: 20/09/12
Idade: 15 anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
Catedral
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
Eu admiro o seu beleza e historia.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



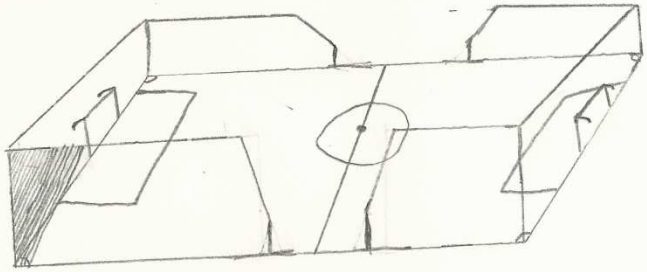
ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Sandra C. Rodrigues Data:
Idade: 16 anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
~~Casa~~ Avenida Beira Rio
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
vou passia

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



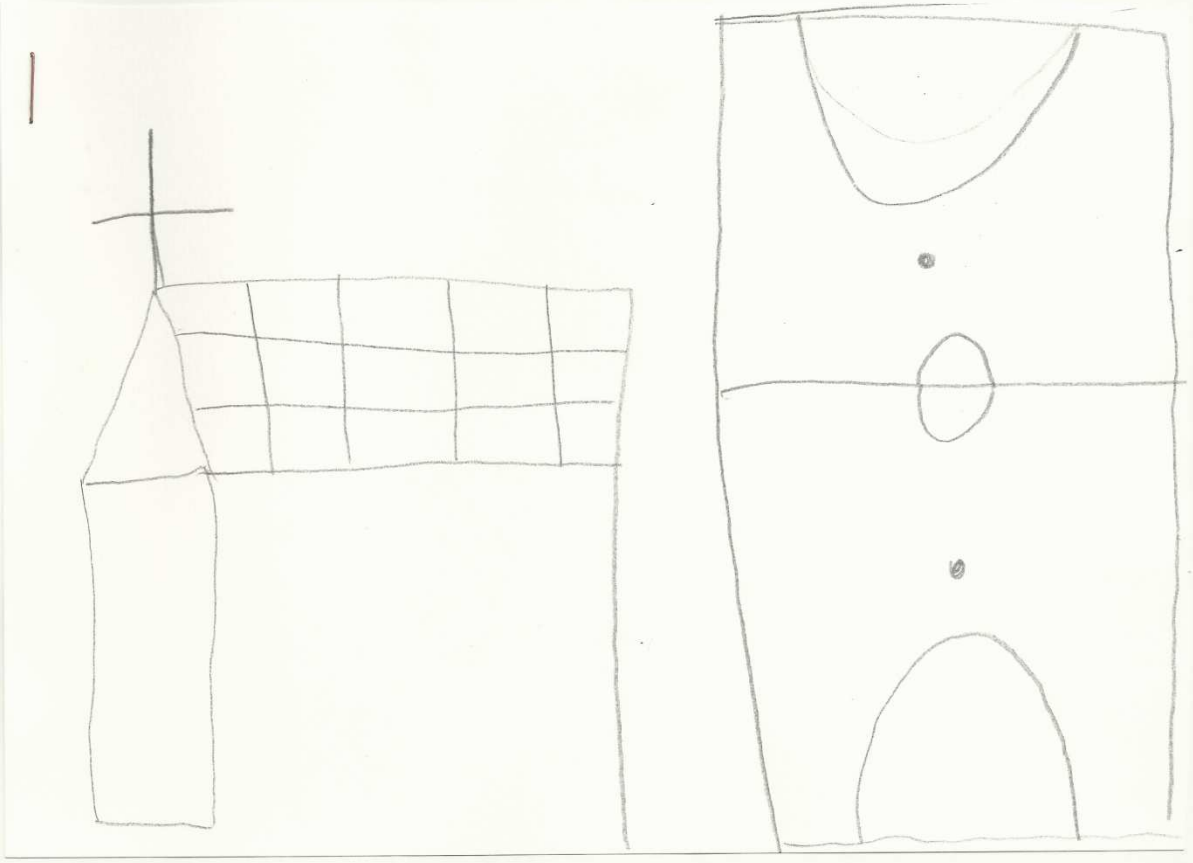
ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Pedro Damião Pereira Data: 20/09/2012
Idade: 16 anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
A Igreja Katedral
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
geralmente eu jogo Bola lo dentro da Igreja

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Jackeline
Idade: 14 anos

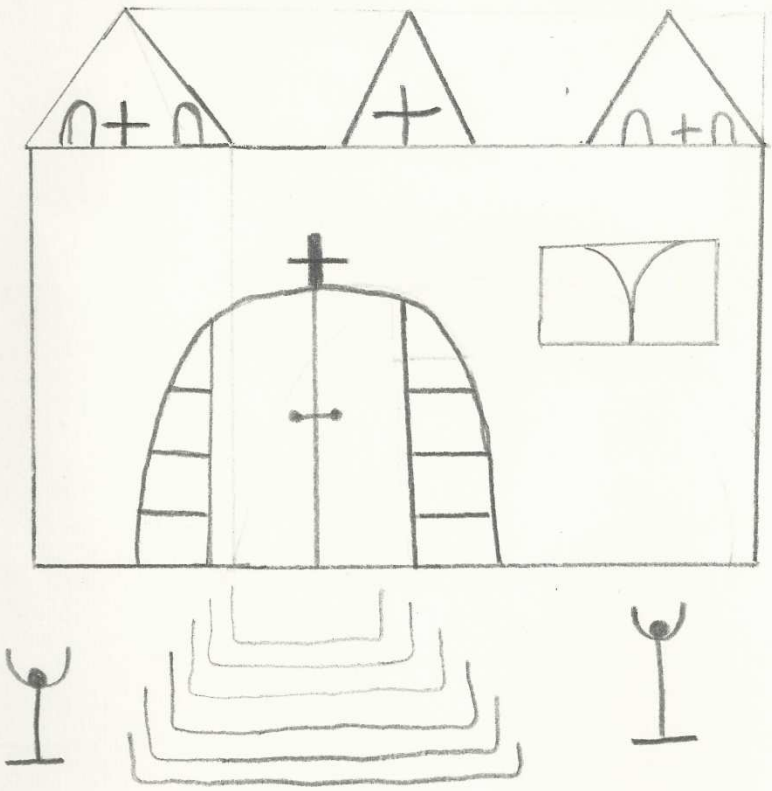
Data: 20 - 09 - 2012

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
Catedral

2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
Admiro o que tem lá dentro. Tiro foto, fico na praça.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



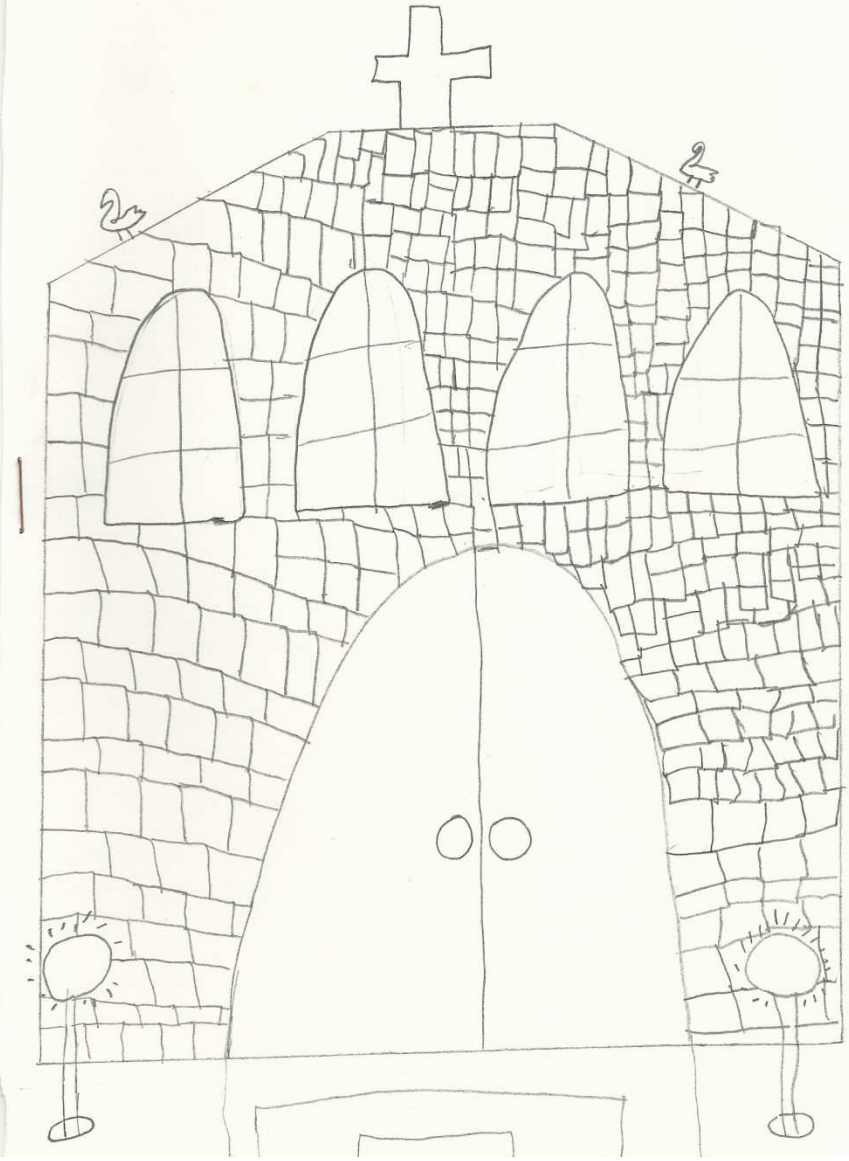
ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Ítalo Gomes Data: 20/09/12
Idade: 14

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
Igreja catedral
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
Tiro fato converso com os amigos.

desenho,



ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Jefferson Braga Garcia Data: 20/09/2012
Idade: 16

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
Senhora das
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
R) Sra fotos.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



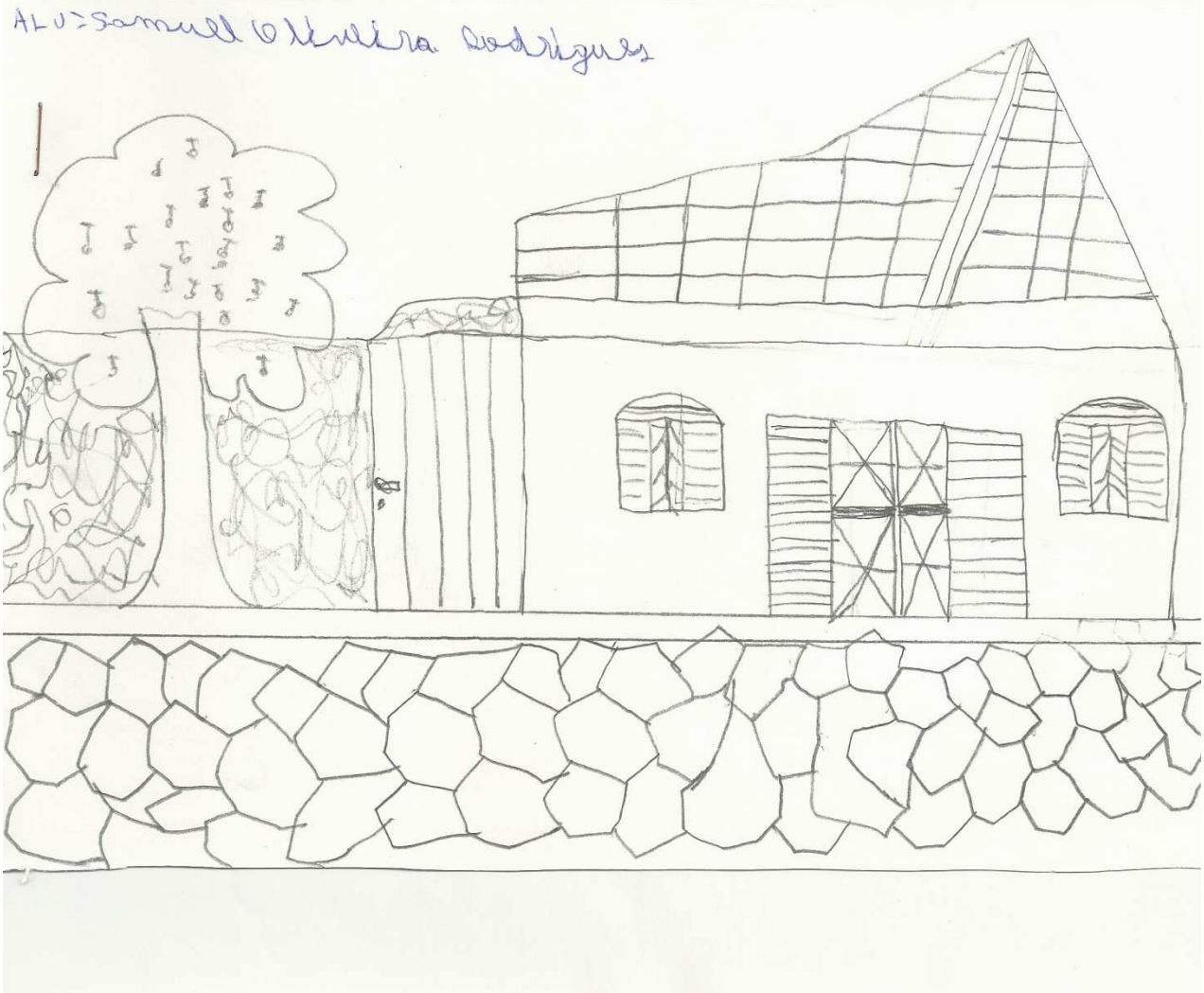
ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Samuel Oliveira Rodrigues Data: 20/09/19
Idade: 16 Anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
   Rua da minha CASA no centro
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
   Eu nada só Ando.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Thaís Pereira Data: 20/09/2012
Idade: 15 anos

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
A Catedral

2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
Tiro foto vou buscar a Deus

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

Nome: Letícia Melquiades Data: 20-09-2012
Idade: 14

1ª PARTE: perguntas introdutórias.

1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta? Catedral - Nossa Senhora das Mercês.
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
tiro foto, Assisto a missa.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.



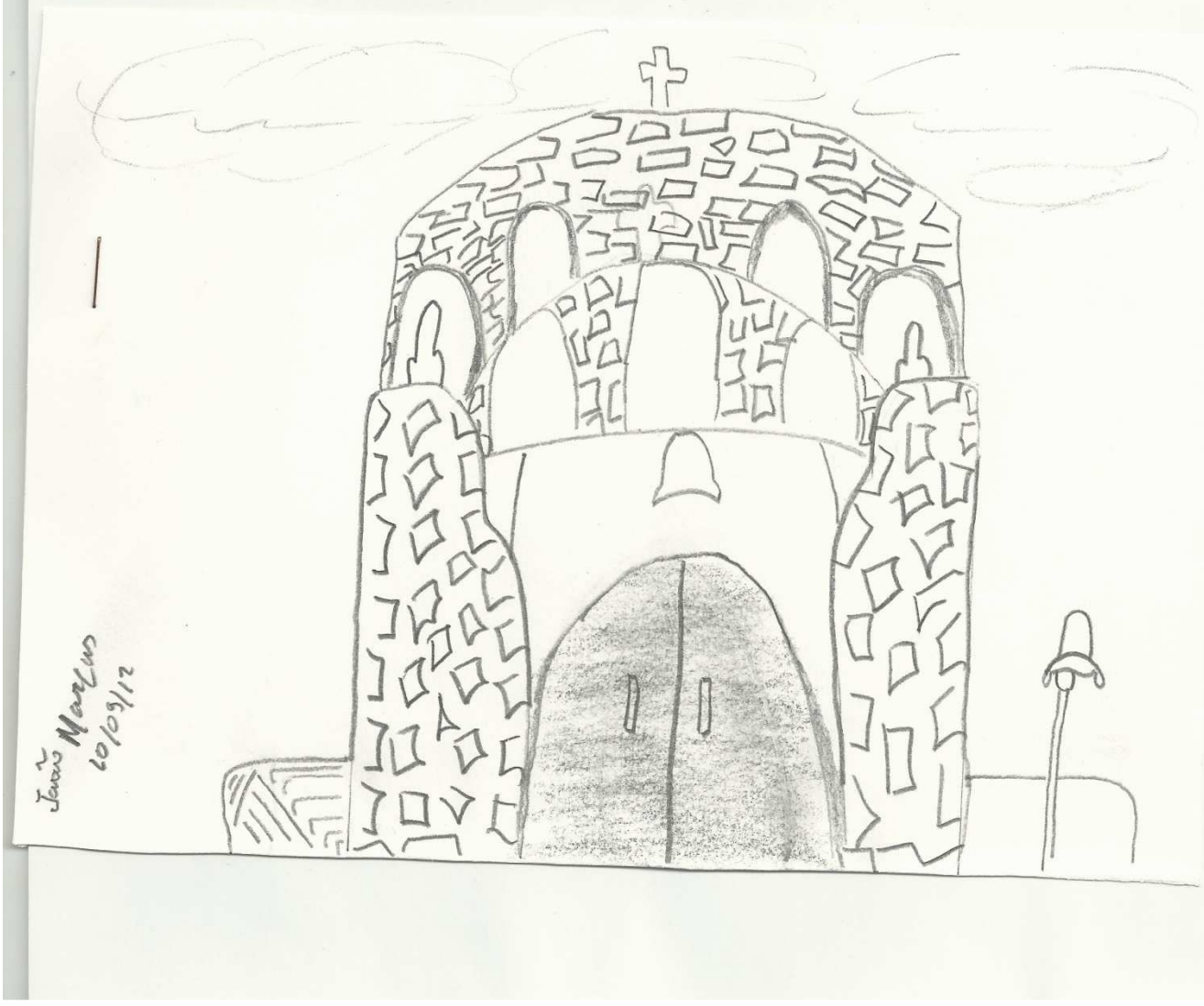
ROTEIRO DE ENTREVISTA – JOVENS E ADOLESCENTES

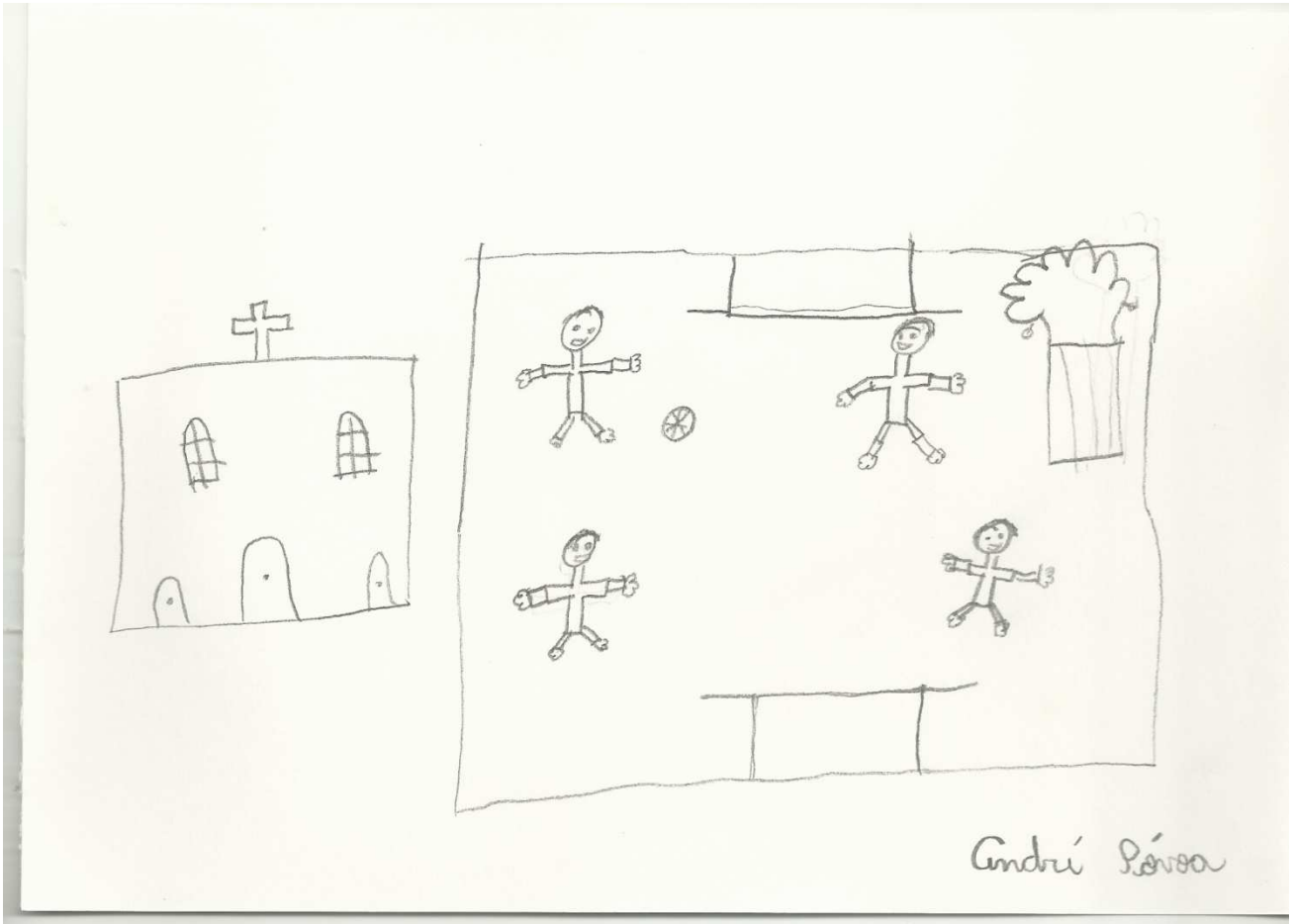
Nome: JOÃO Marcus Data: 20.09.2012
Idade: 16 anos

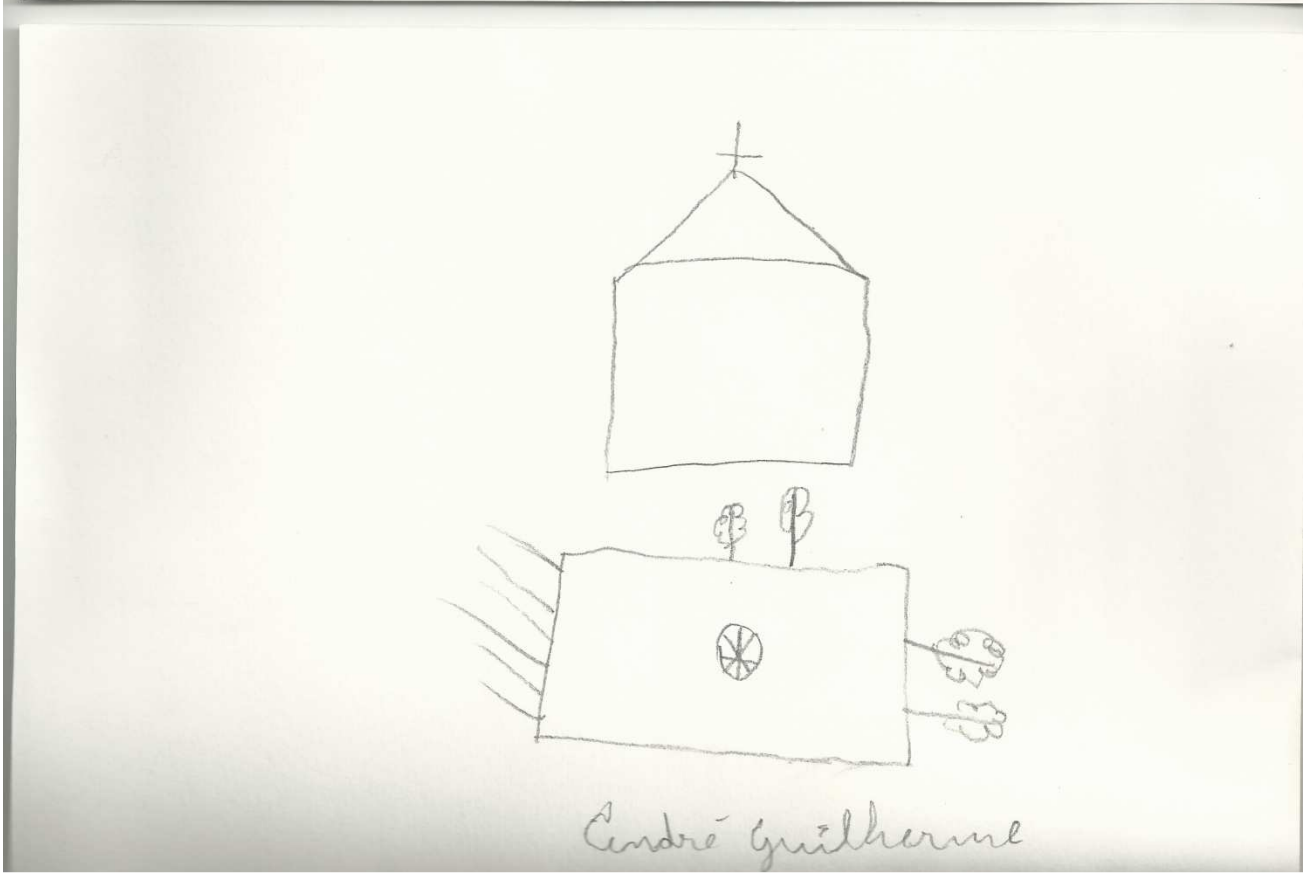
1ª PARTE: perguntas introdutórias.

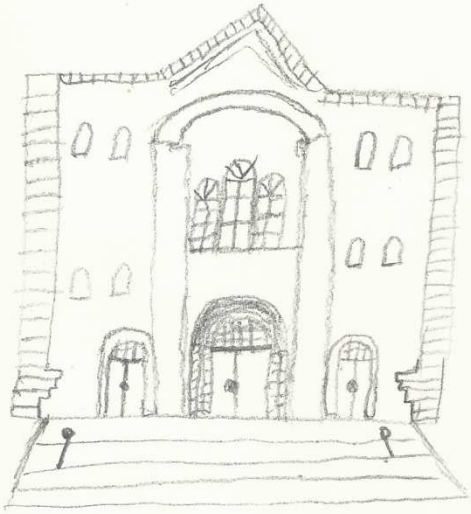
1) Qual o lugar do centro histórico que você mais gosta?
   Da Praça em frente a Catedral
2) O que você faz quando vai ao centro histórico?
   Converso com os amigos, tiro fotos e faço caminhada.

2ª PARTE: Representar o Centro Histórico de Porto Nacional por meio de desenho, destacando os elementos mais significativos que veem a sua memória.

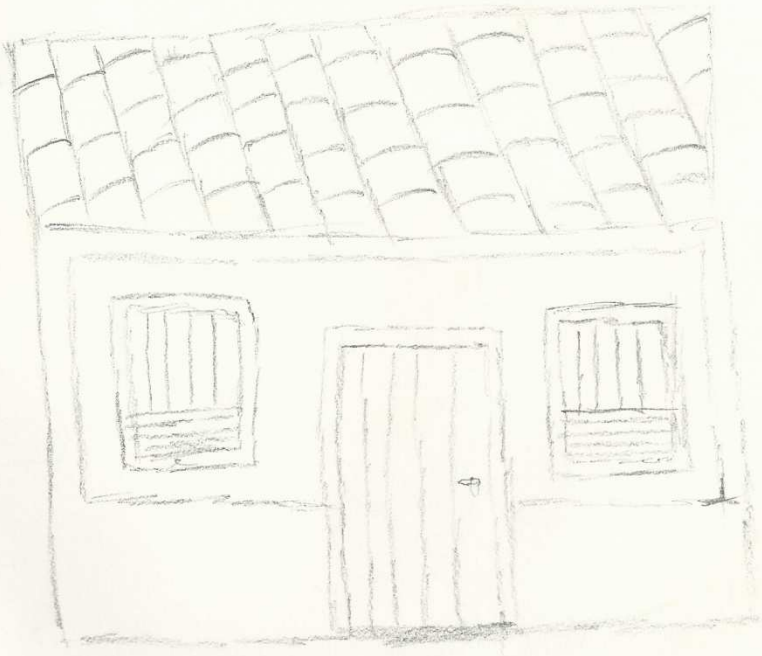



André Pôrto


André Guilherme

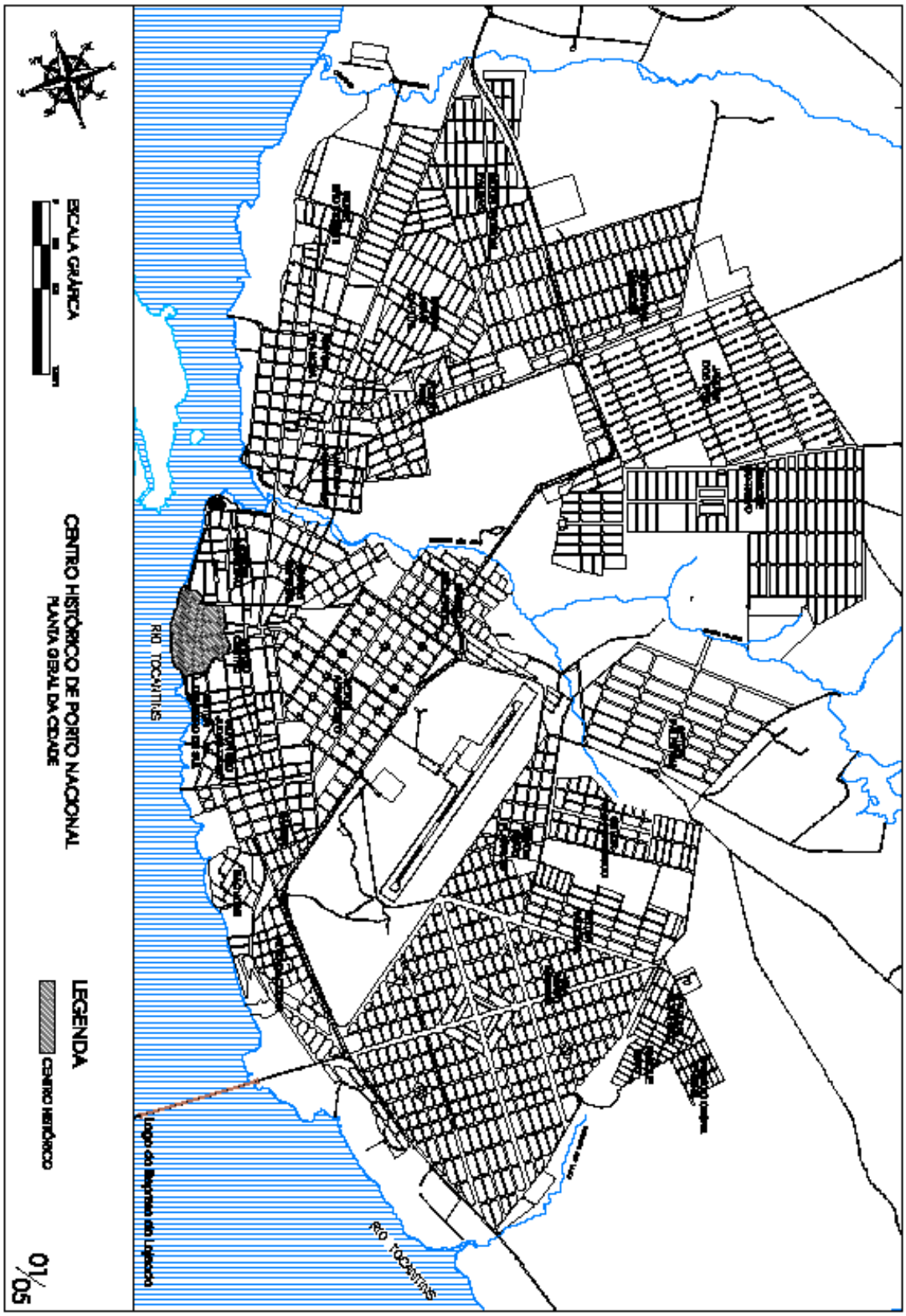


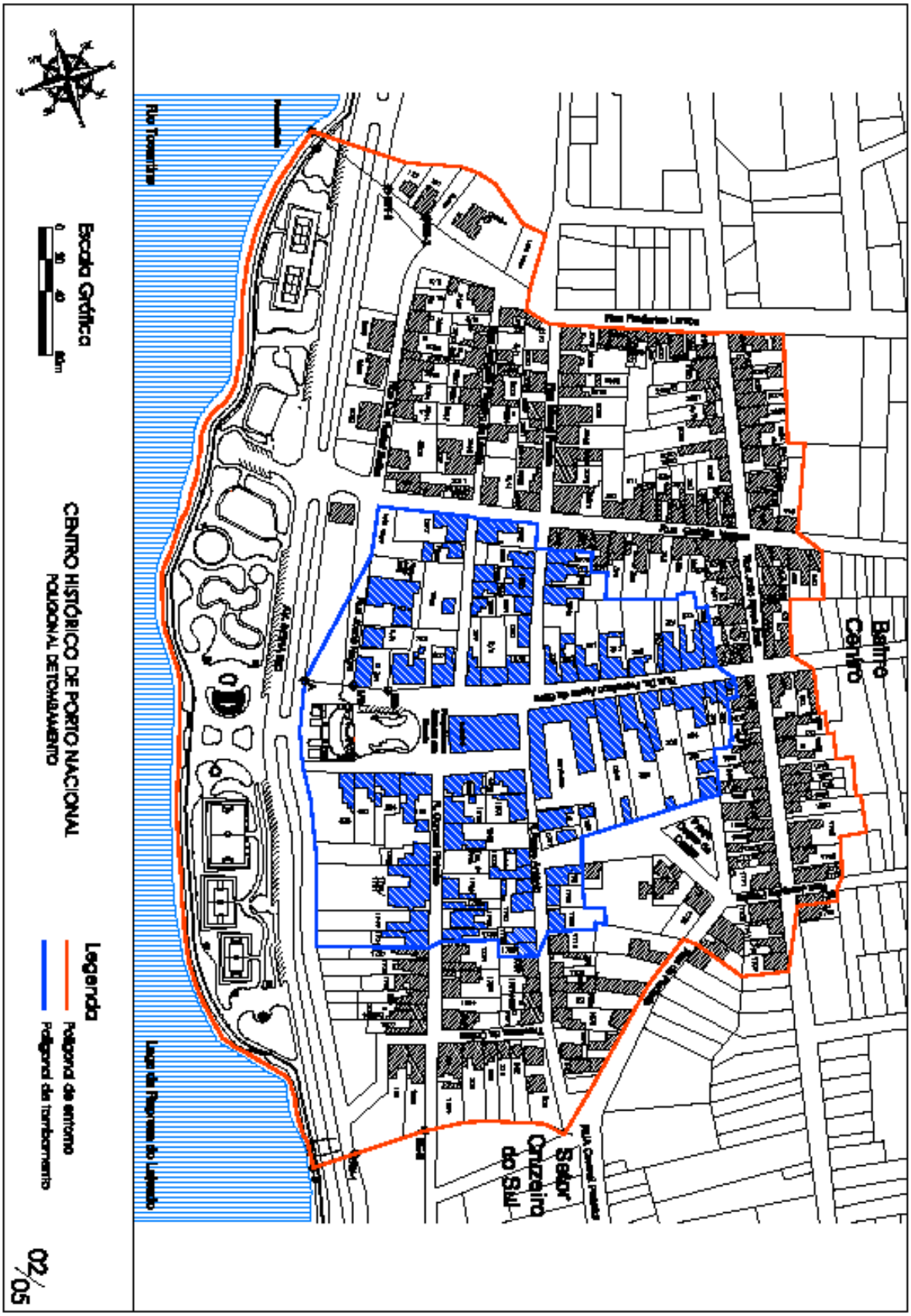
Matheus Ferreira

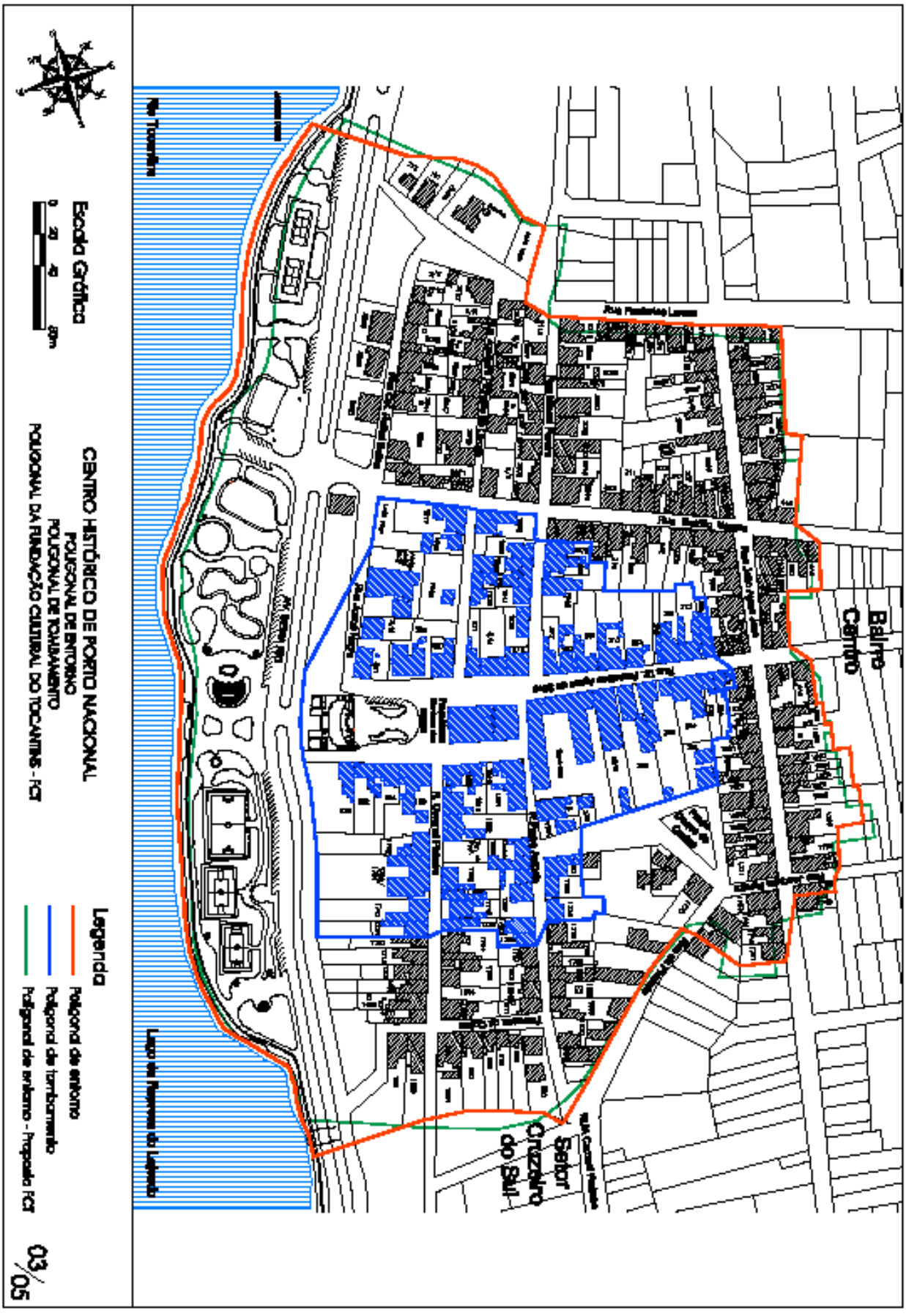


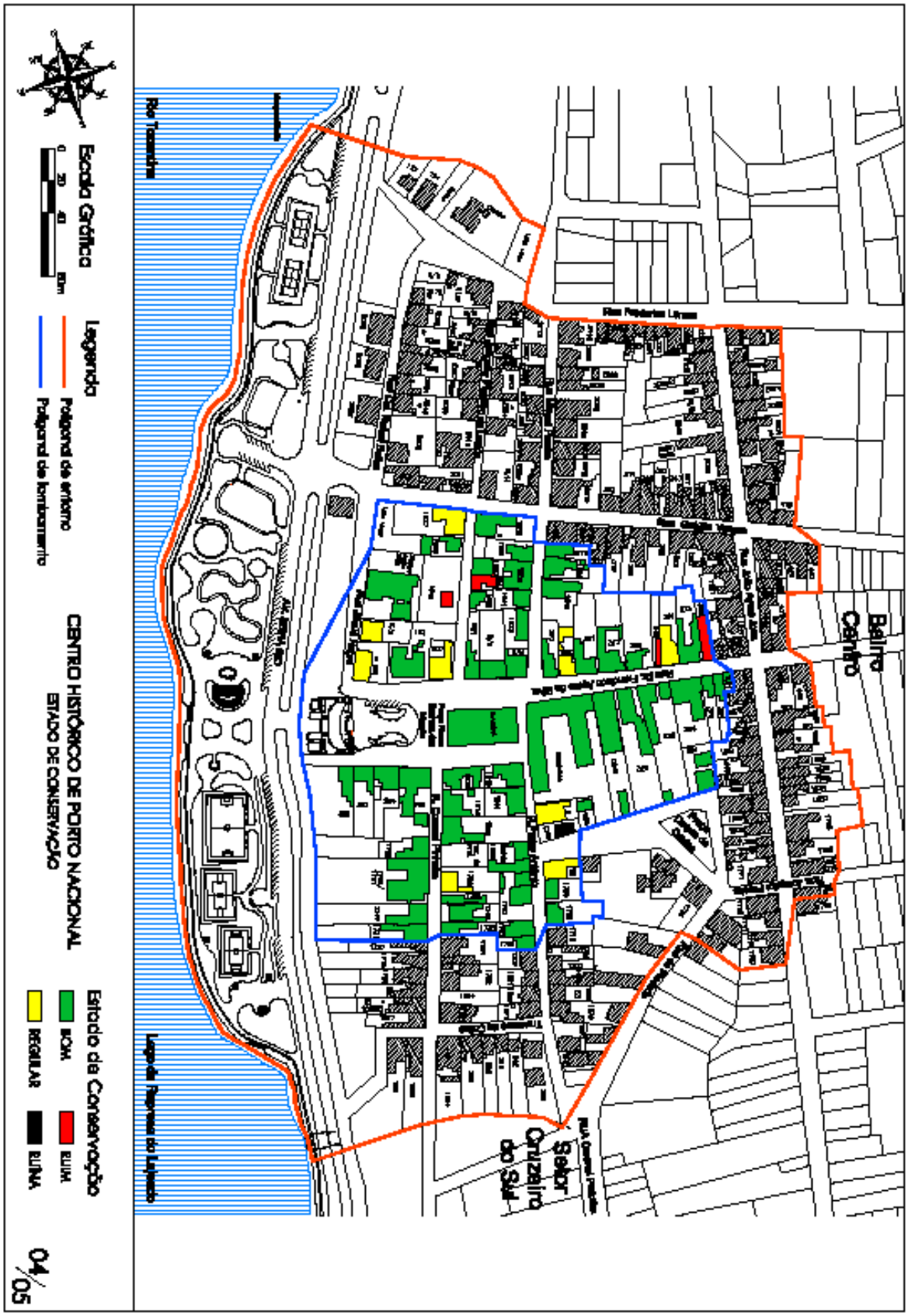
Emerson Lima

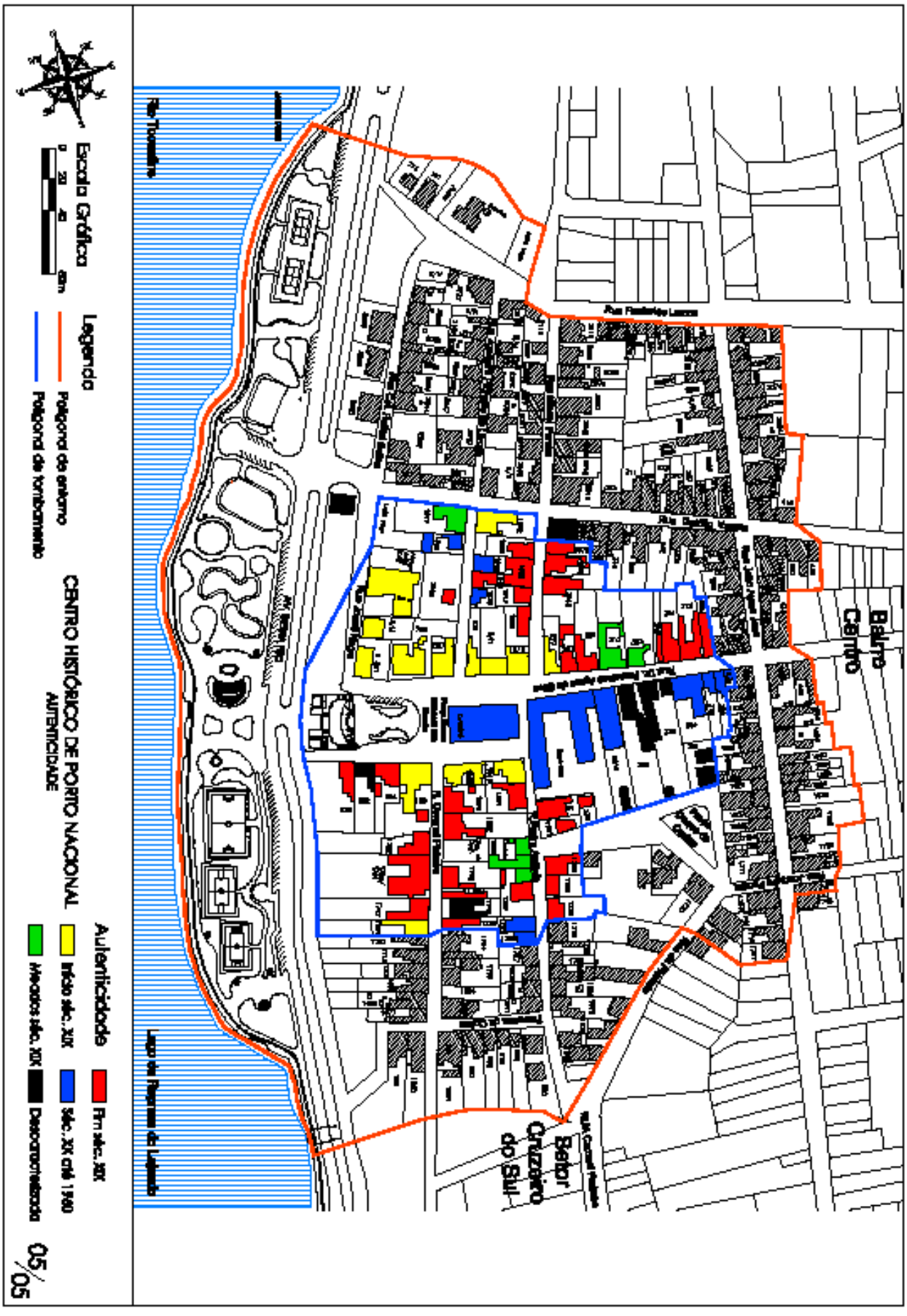
ANEXO 3 - PLANTAS DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL–ARQUIVO IPHAN/TO.




Escala Gráfica
CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL
POLIGONAL DE TOMBAMENTO
Legenda
Poligonal de entorno
Poligonal de tombamento
02/05
Bairro Centro
Setor Cruzeiro do Sul


Escala Gráfica
CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL
POLIGONAL DE ENTORNO
POLIGONAL DE TOMBAMENTO
POLIGONAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO TOCANTINS - FCT
Legenda
Poligonal de entorno
Poligonal de tombamento
Poligonal de entorno - Proposta FCT
03/05
Bairro Centro
Setor Cruzeiro do Sul


CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL
ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Escala Gráfica
0 20 40 80m
Legenda
Polígono de entorno
Polígono de tombamento
Estado de Conservação
BOM
REGULAR
RUIM
RUINA
Rio Tocantins
Bairro Centro
Setor Cruzeiro do Sul
Rua Frederico Lemos
Rua Coronel Pedro
Rua Dr. Francisco Xavier da Silva
Rua Coronel Antônio Dias
Rua Coronel Antônio Dias
Rua Coronel Antônio Dias


Escala Gráfica
Legenda
Poligonal de entorno
Poligonal de tombamento
CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL
AUTENTICIDADE
Autenticidade
Fim séc. XIX
Início séc. XIX
Séc. XX até 1960
Meados séc. XIX
Descaracterizada
05/05
Bairro Centro
Setor Cruzeiro do Sul